

Ano V/1988 - ISSN 0102 - 9479

Humanidades



Exterior US\$ 9,50 (surface) US\$ 14,50 (air)

0 - Nosso campo de batalha de cada dia

DÍVIDA EXTERNA
A ESCRAVIDÃO DO SÉCULO XX

N E G R O

rito, consciência e luta

17

no
17



BRB-21 ANOS

O Banco de Brasília chega à maioria com a reafirmação do compromisso assumido 21 anos atrás: o de ter no lucro social a sua razão de existir.

Essa filosofia de trabalho direcionou a atuação do BRB durante todo esse tempo, no sentido de fortalecer todas as atividades produtivas do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Os lucros que o BRB registra ano a ano são reaplicados nessa ação de fomento, fazendo surgir novas empresas e ampliando o mercado de trabalho para a nossa população.

*Quem faz aniversário é o BRB.
Mas quem ganha a festa é você.*



-
- 4 EDITORIAL
O século incompleto ☐ Cristovam Buarque
- 8 RACISMO
Sinal fechado para os negros na rua da liberdade ☐ Célia Maria Marinho de Azevedo
- 13 HUMOR
Oscar
- 14 TRABALHO
O negro na força de trabalho: Bahia – 1950/1980 ☐ Luiza Bairos
- 22 AMEFRICANIDADE
Nanny ☐ Lélia Gonzalez
- 26 LITERATURA
Negritude e tigridade ☐ Maria de Lourdes Teodoro
- 34 ANTROPOLOGIA SOCIAL
Mestiçagem e segregação ☐ José Jorge de Carvalho
- 40 RACISMO/EUROPA
"Não mexa com meu amigo" ☐ Ana Lúcia Guimarães
- 42 RELIGIOSIDADE
A força vital ☐ Helena Theodoro Lopes
- 50 MILITÂNCIA E RELIGIÃO
Uma pastoral contra o racismo ☐ Ana Lúcia Farah Valente
- 55 ÁFRICA
Angola e a afirmação cotidiana da liberdade ☐ Francisco Romão de Oliveira
- 58 CATIVEIRO HOJE
O trabalho como instrumento de escravidão ☐ Alfredo Wagner Berno de Almeida
- 68 ECONOMIA E TEOLOGIA
Dívida externa, a escravidão do século XX ☐ Hugo Assmann
- 82 AMÉRICA LATINA Y CARIBE
¿Me gusta el bolero? ☐ Guillermo Piernes
- 84 EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS
Em canoas do Amazonas ao Caribe ☐ Doris Santos de Farias
- 92 TRANSPORTE E SAÚDE PÚBLICA
Na mira do trânsito – nosso campo de batalha de cada dia ☐ Charles L. Wright
- 98 ENSINO DA LITERATURA
Afinal, são clássicos... ☐ Maria Helena Rouanet
- 106 ALIMENTOS
Alimentação do brasileiro – um fracasso oficial ☐ Antonio Osvaldo Nunes Coutinho
- 115 UNIVERSIDADE BRASILEIRA HOJE 1
UnB – um projeto em processo ☐ Cristovam Buarque
- 124 PAINEL
Crítica
-

EDITORIAL

■ O SÉCULO INCOMPLETO

Às vezes, um século precisa de mais de cem anos. Este ano, o Brasil completa mais um século incompleto de sua história: o primeiro século da abolição da escravidão.

Cem anos depois, o Brasil continua um país que convive com as mais diversas formas de escravidão.

A primeira é o próprio preconceito racial. Anos depois, continuam os preconceitos contra os negros brasileiros: que são mais pobres que os brancos, e, portanto, têm menos direito à educação, à saúde, à habitação; são mais presos em cadeias do que os brancos; são mais despossuídos do que os brancos; são menos eleitos do que os brancos; têm uma idade média menor que a dos brancos.

E por causa disto, continuam sendo vistos como brasileiros de segunda classe, como se o trabalho deles tivesse menos valor que o de outros.

Mas a escravidão continua contra brancos e negros.

Em um país onde a terra é propriedade de uns poucos, ninguém poderá ser livre; um país onde os recursos públicos são canalizados para bancos nacionais, e onde 5% do produto global são canalizados para bancos estrangeiros, é um país onde a escravidão continua. Um país onde os meios de comunicação são monopolizados por 20 a 30 pessoas é um país de escravos da informação.

Diferentemente do século passado, o homem brasileiro não é vendido de um dono a outro. Mas continua escravo. Escravo do desemprego (trágico escravo da falta de um patrão), da elevada rotatividade de emprego e desemprego em que consome sua vida e sua família.

Um país onde apenas 20% consomem o que todos produzem é um país que não se diferencia de um país escravocrata, porque os proprietários de escravos de trabalho livre são 30 milhões de consumidores que compõem a elite brasileira. Mas estes 30 milhões não estão livres de sua própria escravidão. A escravidão de uma sociedade de abundância ameaçada de naufragar na miséria. Escravidão do medo para alguns e de dor de consciência para outros. A escravidão, também, do consumismo irracional que serve a todas as formas de vícios: seja o consumo de legítimos bens de sofisticada produção e vazia finalidade, seja o consumo de drogas proibidas.

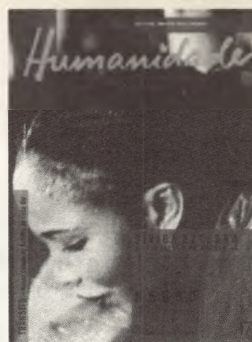
Um país onde multinacionais determinam as leis que lhes interessam não pode dizer que completou o século da libertação da escravidão.

As dívidas externa e interna e o latifúndio improdutivo formam a moderna forma de escravidão. Da mesma maneira que a anterior, estas entravam o uso dos recursos nacionais; da mesma forma elas se inserem em uma lógica que vem dos interesses externos ao país.

Finalmente, este é um país onde, diferentemente dos que mantinham a escravidão, há esperança. Há a esperança de que um dia o século se complete, mesmo que para isto ele precise de mais de cem anos.



Cristovam Buarque
Reitor da UnB



Capa: Célia Matsunaga

Foto: Mila Petrillo

Colaboração: Iracema Malheiros

Humanidades

A revista *Humanidades* é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Ana Lúcia Farah Valente, Ana Lúcia Guimarães, Antonio Osvaldo Nunes Coutinho, Charles Wright, Cristovam Buarque, Dóris Santos de Faria, Francisco Romão de Oliveira, Guilherme Pierres, Helena Theodoro Lopes, Hugo Assmann, José Jorge de Carvalho, Lélia Gonzalez, Luíza Bairos, Maria Helena Rouanet, Maria de Lourdes Teodoro e Célia Maria Marinho de Azevedo.

Painel: Aldo Paviani, Clímério Ferreira, Jonas Pereira dos Santos, Lourenço Cazarre (edição), Maria de Paula Leite, Maria Teresa Cunha, Nelson Werneck Sodré e Oswaldino Marques

Versões: Mark Ridd e Sara Almaraz

Ilustradores: Cathleen Sidki, Célia Matsunaga, Luiz Augusto Jungmann de Andrade (Girafa), Luiz Eduardo Rezende Brito (Reza), Luiz Fernando Luzzi Las Casas (Nanche), Luiz Fernando Pimentel Mendes (Oscar), Sérgio Bessa.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso
Edição de arte, diagramação e arte-final: Célia Matsunaga, Marcelo Terraza e Sérgio Bessa.

Redação publicitária: Telê Catalão

Marketing e comercialização: José Humberto Mancuso e Maurício Sampaio Cavalcanti.

Fotografia: Dóris Santos de Faria, Diego Orelha, Mila Petrillo

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro e Guacira César de Oliveira.

Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima

Apoio Administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco (sistema)

Preços: Cz\$ 300,00 (exemplar avulso)

Cz\$ 1.100,00 (assinatura 4 números)

Cz\$ 900,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista Humanidades – Editora Universidade de Brasília.

Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos

Caixa Postal 153001

70910 – Brasília – DF – Brasil

Telefones: (061) 274-5352, 274-3182, 273-1055 (direitos), 274-0022 r. 2110 e 2101.

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição e impressão: Escopo Editora

Fotolitos: Polícor Reproduções Gráficas e Editora Ltda. Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Os direitos autorais dos textos reproduzidos são de propriedade da Editora Universidade de Brasília

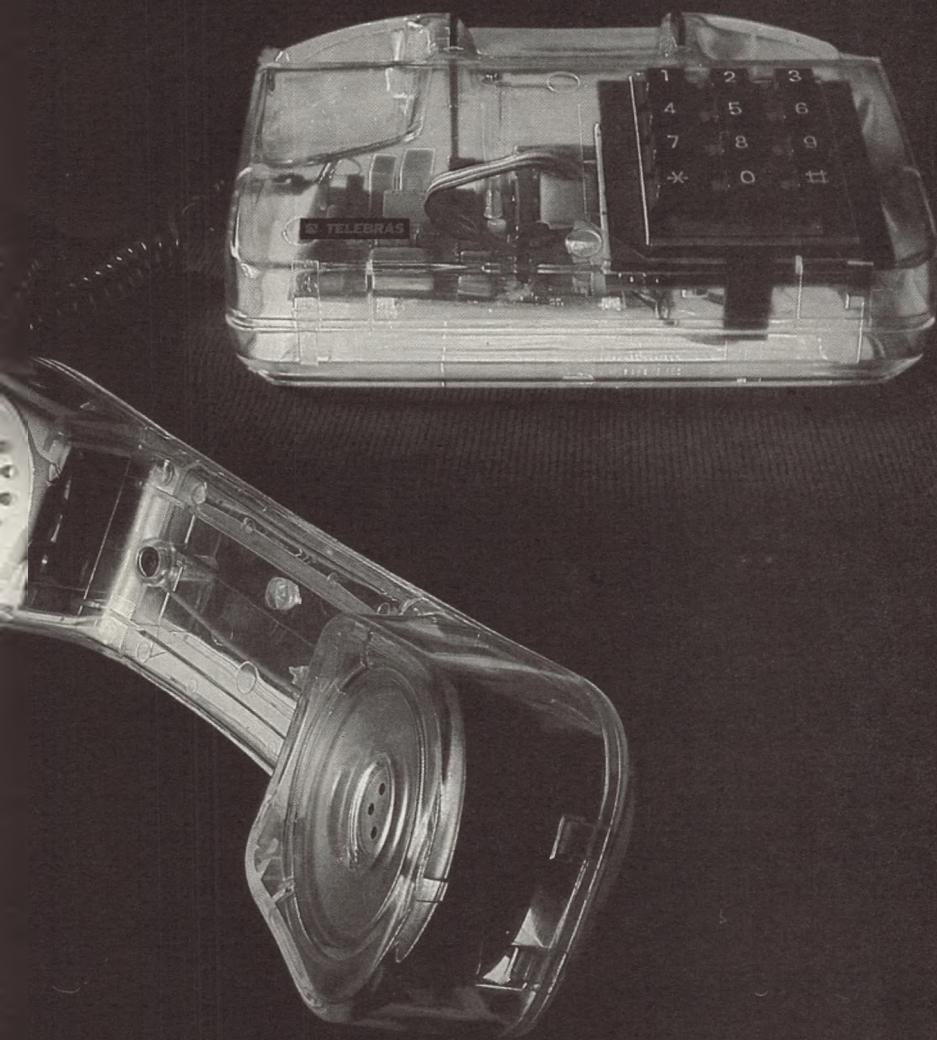
Nota: A edição da revista agradece ao CNPq e à FINEP pelo apoio financeiro prestado a este número.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)
João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)

TELEBRÁS 15 ANOS

A VOZ DO POVO.



Até 15 anos atrás, quando a Telebrás foi criada, os serviços de telecomunicações no Brasil estavam restritos aos grandes centros e às classes de maior poder aquisitivo ■ Primeiro, a Telebrás teve que modernizar o sistema, investindo em tecnologia e equipamentos de ponta ■ Depois, começou o trabalho de ampliação da rede telefônica nas cidades, e da cobertura de todo o território nacional com sinais de voz, de imagem e de transmissão de dados, usando inclusive dois satélites domésticos, o Brasilsat I e Brasilsat II ■ Hoje, 15 anos depois, os benefícios das telecomunicações estão chegando a mais de 11.000 vilas e povoados ■ O número de telefones públicos cres-

ceu de 10.000, em 1972, para 201.300, em 1987 ■ Os sinais de televisão chegam a todo o território nacional ■ Há, em todo o país, mais de 12.500.000 aparelhos telefônicos ■ O DDD e o DDI já fazem parte do cotidiano de mais de 100 milhões de brasileiros, inclusive populações de baixa renda ■ A Telebrás, empresa do Ministério das Comunicações, é uma estatal-modelo, que dá lucro ■ Seus índices de produtividade crescem ano a ano, e a empresa reinveste tudo que ganha na modernização e ampliação das telecomunicações no país ■ Mas o trabalho não pára por aí ■ Até o final desta década, serão mais 4.600.000 aparelhos, 60.000 telefones públicos e mais 6.000 cidades do interior a contar com serviços telefônicos ■ Para que o brasileiro possa falar ■ Em alto e bom som ■

Ministério das Comunicações

**SISTEMA
TELEBRÁS**

15 anos unindo o Brasil,
aproximando os brasileiros.
Governo José Sarney
Tudo pelo social.

UM BANCO QUE SE TOCA POR MÚSICA.

Dizem que o Banco do Brasil trabalha afinado como uma orquestra. Mas, você ainda não ouviu nada.

O que pouca gente sabe é que toda a harmonia que o Banco do Brasil consegue em seus serviços vem do empenho de cada um dos seus integrantes. Funcionários e clientes, que acreditam ser mais fácil tocar a vida tendo um grande banco como instrumento de apoio.

E como orquestra apreciadora da melhor música, o Banco do Brasil dentro da Lei Sarney de incentivo à cultura, decidiu apoiar também 12 das principais sinfônicas brasileiras.

Juntamente com o Ministério da Cultura está desenvolvendo um

projeto que vai desde a criação de um banco de partituras, para manutenção de um acervo de obras, até à aquisição e importação de instrumentos.

Além disso, apoio financeiro será garantido para a contratação de músicos, regentes, e para a realização de concertos populares.

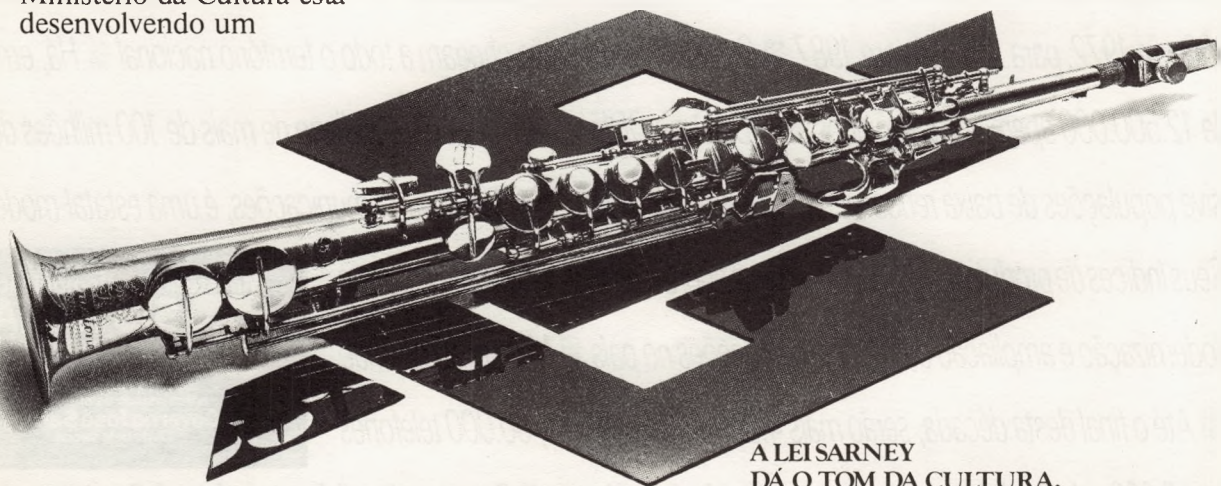
Inicialmente, estas foram as orquestras incluídas no projeto – a do Teatro Nacional de

Brasília, a da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, de Recife, de Minas Gerais, Sinfônica Municipal de Campinas, a Municipal de São Paulo, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Bahia e a Sinfônica do Paraná.

Todo esse empenho é para manter nosso acervo de obras, nossos instrumentos e músicos no mesmo tom das principais sinfônicas do mundo. E que bom seria se outras empresas se tocassem como o Banco do Brasil, quando se trata de música. Assim teríamos mais orquestras ajudando outras.



BANCO DO BRASIL



**A LEI SARNEY
DÁ O TOM DA CULTURA.**

NEGRO

rito

consciência

e luta

Editor-convidado □ Edson Cardoso

Fotos de Mila Petrillo



Sinal fechado para os negros na rua da liberdade

Neste primeiro centenário da Abolição no Brasil não há o que comemorar. A não ser que queiramos festejar uma de nossas tradições mais arraigadas: a prática do racismo, garantida pela impunidade legal, pela pretensão de que somos uma democracia racial e pelo costume de bem receber o negro, desde que ele saiba se manter no “seu” lugar.

Célia Maria Marinho de Azevedo

Em 18 de março de 1888, o jornal abolicionista paulista *A Redenção* denunciou a prisão ilegal do negro Rodrigo Anta, arrancado violentamente de sua casa por ter se envolvido horas antes em uma briga com um comerciante branco.

Em 11 de março de 1988, o jornal paulista *Gazeta de Pinheiros* denunciou caso semelhante de prisão ilegal de um negro, também envolvido em conflito com um branco. Mas a coisa não parou por aí. Dois dias depois, Walter Ribeiro, pintor de paredes, morreu em um hospital, vítima de ferimentos generalizados, inclusive queimaduras nas faces. Testemunhas que presenciaram o início do espancamento de Walter pela polícia, antes que fosse levado para a delegacia, ouviram os policiais gritando ao rapaz que sangrava: “Levanta o corpo, anda direito negrão”.

Será que se passaram mesmo 100 anos? Impossível não se perguntar isto, quando nos deparamos com cenas tão semelhantes de conflito entre negros e brancos, estes últimos contando decisivamente com o favor policial. Em ambos os casos os negros sofreram violências.

Rodrigo Anta teve sua casa arrombada e foi levado à força pela polícia, sem mandado de prisão e nenhum outro amparo legal, a não ser o relato de um queixoso branco.

Walter Ribeiro foi preso depois que ele e o branco Roberto de Primo Brandino foram surpreendidos brigando em um bar por causa de uma antiga dívida de Cz\$ 1 mil que o primeiro fora cobrar ao segundo. Mas como bem observou a repórter Adriana Salles Gomes, “Walter, que era negro,... foi preso. Robertinho, que é branco, ficou livre, embora também tivesse participado da briga”.

Se pudéssemos trazer de volta à vida o abolicionista anônimo que há exatamente um século denunciava a discriminação sofrida por aquele ex-escravo, ele certamente se sentiria muito à vontade para repetir a sua pergunta:

“Que importa para a justiça que o ladrão ofendido seja branco, tenha um estabelecimento comercial feito à custa de roubos, e o outro seja preto, para mandar arrombar a casa e prender o que é preto e deixar o ladrão impune, com grande perigo da algibeira do próximo?” E diante da morte violenta de Walter Ribeiro poderia concluir que embora 100 anos tenham se passado desde a decretação legal da Abolição, nada de fato mudou em termos das relações raciais entre brancos e negros no Brasil.

Mas para o pesquisador do século XIX há uma diferença básica entre as relações raciais daquela época e as do nosso próprio tempo. Basta folhear jornais, livros, documentos do século XIX e veremos que as tensões existentes entre negros e brancos eram reconhecidas abertamente. Não havia aquilo que conhecemos hoje como “mito da democracia racial” a encobrir ou, talvez fosse melhor dizer, a legitimar a prática do racismo.

O racismo, ou seja, o ideário que atribui inferioridade cultural e biológica ao negro, contava então com o aval prestigioso das ciências e não caía mal às elites brancas (ou embranquecidas) admitir pensamentos racistas. Difícil encontrar alguém que não esposasse alguma opinião racista. E até mesmo os abolicionistas não escapavam deste imaginário que conferia humanidade aos povos brancos, primordialmente àqueles reputados como de origem ariana. Já os negros e outros povos considerados como inferiores racialmente – os amarelos, os peles-vermelhas –, eram imaginados como vegetando numa espécie de sub-humanidade destinada à eterna servidão.

Entretanto, estas teorias raciais eram incorporadas de maneiras distintas na prática política das elites que se viram às voltas com a questão do término próximo da escravidão. Enquanto muitos políticos e homens de letras defendiam a substituição física do escravo negro pelo imigrante branco, havendo

mesmo quem propusesse a deportação dos ex-escravos para a África, outros pretendiam a integração do negro à sociedade, na condição de trabalhador livre e cidadão.

Este era o caso de vários emancipacionistas que desde o início do século XIX defenderam a transformação gradual e disciplinar dos escravos em servos, colonos, assalariados ou pequenos-proprietários. Suas propostas foram retomadas pelos abolicionistas que, em meados dos anos de 1870 e sobretudo a partir de 1880, tiveram que enfrentar o grande desafio colocado pela recusa em massa dos negros em continuarem a ser escravos.

Ao mesmo tempo, a ascensão de uma forte corrente de políticos imigrantistas na província de São Paulo trazia novos problemas para todos aqueles que se empenhavam em promover uma abolição com ordem e dentro da lei. Que destino dar aos ex-escravos e seus descendentes quando a entrada em massa de imigrantes europeus na província de maior desenvolvimento econômico do país restringia cada vez mais os espaços de trabalho e de vida já disputados por um grande número de nacionais pobres e livres?

Em busca da "verdadeira população"

Os debates conduzidos por deputados imigrantistas na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, ao longo dos anos de 1870 e 1880, raramente deixavam entrever uma preocupação com o destino dos ex-escravos e pareciam mesmo ignorar a existência de uma numerosa população nacional, livre e pobre, formada em sua maioria de descendentes de africanos. É que para estes políticos, negros e mestiços não constituíam a "verdadeira população" sonhada por eles, ou seja, aquela que se formava sob o influxo da "raça caucasiana".

Além de tentar convencer os escravistas mais empedernidos, bem como aos emancipacionistas, de que a grande solução para os graves problemas do país era a imigração, os imigrantistas debatiam entre si o tipo ideal de imigrante, cuja vinda deveria ser incentivada por particulares e especialmente pelo Estado.

Havia os que queriam alemães, outros preferiam portugueses; defendeu-se também a vinda de senhores do sul dos Estados Unidos, derrotados na guerra civil dos anos de 1860; mais para o fim da década de 1870, houve grande entusiasmo pelos italianos; e ainda alguns insistiam que a imigração chinesa poderia se constituir em solução provisória, enquanto não fosse possível atrair para o país uma numerosa corrente de imigrantes brancos.

Durante todo este debate discutiu-se intensamente as características raciais de cada povo. Alguns eram tidos por mais dóceis, outros mais inteligentes, enérgicos, empreendedores, mas todos eram reputados como essencialmente eficientes, racionais e civilizados.

Com exceção dos chineses que se pretendia mandar de volta para a China dentro de 25, ou no máximo 50 anos, uma vez que eram considerados como de raça intermediária – nem superior como os brancos, nem inferior como os negros –, todos os outros imigrantes deveriam ser acolhidos como cidadãos. Isto significava conferir-lhes direitos civis básicos, a começar pela naturalização e também liberdade de culto, direito de votar e ser eleito, casamento civil, secularização dos cemitérios, medidas necessárias para a integração de imigrantes não-católicos.

Propunha-se também facilitar-lhes a aquisição de pequenas propriedades rurais, o que se julgava como grande incentivo a sua vinda ao país.

Enfim, a despeito das diversas expectativas em relação a cada tipo de imigrante, os imigrantistas eram unânimes em sua recusa do negro, a quem consideravam como rudes, imorais, preguiçosos, bêbados, criminosos e todos os demais defeitos que se poderia atribuir àqueles que se considerava como de raça inferior.

Em 1862, o advogado e político alagoano Aureliano Tavares Bastos sintetizou, em poucas mas expressivas palavras, este sentimento de repúdio ao negro que se generalizaria na década seguinte: "Para mim, o emigrante europeu devia e deve de ser o alvo de nossas ambições, como o africano o objeto de nossas antipatias"¹.

Os imigrantistas conseguiram finalmente se impor como uma importante corrente política, sobretudo em São Paulo, cujas fazendas e cidades se encheram de colonos e operários europeus a partir de meados dos anos de 1880.

O sucesso desta imigração subsidiada pelo governo paulista criou uma eufórica expectativa em torno da imigração e da possibilidade de que ela se expandisse por todo o país, forjando a nacionalidade branca tão ansiada.

Poucos resistiram a esta euforia e continuaram pregando a necessidade de incorporação dos ex-escravos e pobres nacionais como trabalhadores assalariados, colonos, pequenos-proprietários, rendeiros, e, por vezes, também como cidadãos. Mesmo os abolicionistas, que não poucas vezes denunciaram os privilégios concedidos aos imigrantes em detrimento dos nacionais, deixaram-se levar pela crença de que a solução para os males do país se encontrava na imigração de trabalhadores pertencentes a raças superiores.

O abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco foi quem explicitou mais profundamente estes sonhos brancos. Em seu livro *O Abolicionismo*, publicado em 1883, ele concluía com uma mensagem de otimismo, certo da regeneração futura do país, uma vez que se concretizassem simultaneamente abolição e imigração européia:

"... um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberalidade do nosso regime, a imigração européia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul. Essa é a justificação do movimento abolicionista."²

Conciliação e defesa da grande propriedade

Embora muitos abolicionistas, tal como Nabuco, não escapassem a esta mentalidade racista e vissem com bons olhos os projetos imigrantistas de substituição do negro pelo branco, eles se preocupavam em assegurar um rápido e pacífico final da escravidão. Os freqüentes assassinatos de fazendeiros, feitores, e por vezes das respectivas famílias, pelos escravos em diversos pontos da província de São Paulo, durante toda a década de 1870, e o alastramento das revoltas nas fazendas paulistas e fluminenses nos anos de 1880, aguçaram os antigos medos de que o Brasil, a exemplo da Revolução Haitiana ou da

Guerra Civil norte-americana, também caminhasse para uma “guerra de raças”.

Além de apelar aos governantes e deputados da Câmara Geral do Império para que votassem reformas capazes de conciliar as classes, os abolicionistas dedicavam uma boa parte de seus escritos à tarefa de persuadir os senhores escravistas sobre as vantagens do trabalho livre. Ao mesmo tempo, faziam questão de frisar que acabar com a escravidão não significava destruir o poder dos grandes proprietários.

A delimitação destes interlocutores – políticos e grandes proprietários, e a exclusão dos escravos e pobres livres como destinatários de suas mensagens, definiu por sua vez os parâmetros da política abolicionista. Eram os parâmetros do “nós” e “eles”, “nós”, os que sabemos e podemos, e “eles”, cujo destino deve continuar nas “nossas” mãos a serviço dos “nossos” interesses.

É certo que mesmo nesta busca de conciliação, os abolicionistas distinguiam-se dos emancipacionistas e de grande parte dos imigrantistas, por exigirem um prazo fatal para o término da escravidão; mas eram suficientemente ambíguos para não propor a fixação de uma data, limitando-se a se contrapor àqueles que pretendiam deixar que a escravidão se extinguisse natural e lentamente, isto é, devido às mortes de escravos e alforrias concedidas por lei, por particulares ou mesmo compradas pelos negros.

Somente no final de 1887, quando as revoltas de escravos já haviam alcançado as cidades, tomando a forma de manifestações e protestos populares, é que os abolicionistas se preocuparam em definir uma data para a abolição. Mesmo assim, se dependesse da vontade de iminentes abolicionistas, como José do Patrocínio, a abolição seria decretada em julho de 1889, para coincidir com o centenário da Revolução Francesa e deixar tempo aos proprietários para enfrentar a transição do trabalho escravo ao livre.

Entre o inferno e o paraíso

Se o abolicionismo pode ser considerado um negócio de brancos, pelo menos quando visto do ângulo dos líderes abolicionistas mais conhecidos, o mesmo pode ser afirmado com relação à denúncia do racismo.

Não deixa de ser uma ironia que o mesmo Joaquim Nabuco, tão cômico da superioridade do “sangue caucásico”, tenha partido para uma virulenta campanha de ataque à política imigrantista. Seus discursos pronunciados em meio às massas populares do Recife, PE, por ocasião de sua campanha para deputado em 1884, soavam como se séculos de distância o separassem daquelas páginas de euforia imigrantista, escritas há pouco mais de um ano, em Londres. Com a habitual veemência, ele questionava: “Quem já viu o problema dos defeitos de uma raça ser solvido pela importação de outra? Uma nação declarando-se imprópria para o trabalho e importando outra para dominá-la, porque quem trabalha é quem domina!”³

O mesmo pode ser observado em relação às repetidas denúncias de preconceito e discriminação racial do negro constantes das páginas do jornal abolicionista *A Redenção*. A admiração inicial pelo imigrante europeu, o desprezo sem disfarce pelos negros e mestiços, enfim o reconhecimento dos

“defeitos” de um povo saturado de “sangue africano”, tudo isto não impediu que estes mesmos abolicionistas se empenhassem em denunciar o racismo contido nas propostas imigrantistas e no comportamento geral das elites.

Não se trata porém de um paradoxo, mas daquilo que Michèle Duchet apontou muito apropriadamente como um entrelaçamento do humanismo e interesse. Para esta autora que estudou os fundamentos das obras antiescravistas dos filósofos iluministas, não há um humanismo em estado puro, subitamente acordado no século das Luzes. Há sim “uma ação humana inscrita nos fatos”, no caso as revoltas de escravos, e que suscitaram um tema recorrente em toda a literatura antiescravista: o tema da rebelião. É este tema, expressão do grande medo que acometeu as classes dominantes, desde meados do século XVIII, que imprime verdadeiro sentido ao humanismo iluminista⁴.

A preocupação humanitária com relação ao escravo, as ações filantrópicas voltadas para a produção de um destino menos miserável dos negros libertados (e, portanto, menos instável...), não devem ser consideradas como dissociadas de um interesse em preservar o mundo dos brancos. É muito sintomático que a discriminação racial sofrida pelos negros e mestiços no Brasil do século XIX tenha sido tematizada pelos abolicionistas justamente no momento em que cresciam as revoltas de escravos nas fazendas, enquanto nas ruas das cidades ecoavam gritos de “vivas à liberdade, morras aos escravocratas”. Antes disso, apenas uma voz isolada como a do ex-escravo e advogado baiano Luiz Gama lembrava-se de protestar contra o racismo em sua campanha pela abolição e república em meados dos anos de 1860.

Mas, mais sintomático ainda deste esforço de preservação do mundo das elites são as imagens do paraíso racial brasileiro projetadas pelos abolicionistas neste mesmo momento. Ao contrário dos primeiros emancipacionistas que enfatizavam os perigos inerentes à grande distância social existente entre negros e brancos, vários abolicionistas empenharam-se em provar que a miscigenação intensa, desde o início da colonização portuguesa, concorria para dissolver o risco de ódios raciais duradouros e fundar uma democracia racial. Como contraimagem, os abolicionistas ofereciam o exemplo do inferno racial norte-americano, onde a suposta distância absoluta entre negros e brancos acabara em violenta guerra de raças nos anos de 1860.

Assim, oscilando entre a denúncia do racismo e a afirmação de que o paraíso racial brasileiro inscrevia-se como uma possibilidade futura – desde porém que os ex-escravos fossem efetivamente integrados ao mundo dos brancos –, os abolicionistas esforçaram-se por atingir um final pacífico da escravidão. Seus esforços quanto a este aspecto foram coroados de êxito com a decretação da Lei de Abolição em 13 de maio de 1888. Se esta lei teve algum significado prático, podemos encontrá-lo na quebra do ritmo ascendente das revoltas de negros e protestos populares, diluído nas festividades confraternizadoras e esperanças de um “novo Brasil”.

Do “sangue africano” ao “sangue escravo”

A denúncia do racismo empreendida pelos abolicionistas caiu no esquecimento, ou melhor, tornou-se um negócio quase

exclusivo da militância negra. Mas a crença no paraíso racial brasileiro incorporou-se amplamente ao imaginário social, sobretudo a partir da década de 1930, coincidindo, e certamente não por mero acaso, com o ápice do movimento organizado pela Frente Negra Brasileira.

Há anos Florestan Fernandes escreveu uma frase que quem leu não esquece mais: o brasileiro branco tem "o preconceito de não ter preconceito"⁵. Ou seja, mesmo reconhecendo a situação de miséria do negro, o branco se recusa a associá-la com a existência de racismo no Brasil. Posiciona-se até veementemente contra o preconceito em relação ao negro, mas na sua vida cotidiana tem um comportamento e atitudes discriminatórias. Se questionado a respeito, negará com toda candidez possível que seja racista. E se recusará em definitivo a debater a questão racial, tachando-a de "imitação" de modas estrangeiras ou mesmo de "complexo do negro".

O mito do paraíso é tão forte que até mesmo Florestan Fernandes, e outros estudiosos – que nos anos de 1950 e 1960 desvendaram com suas pesquisas uma sociedade brasileira contemporânea racista –, não resistiram a ele quando se voltaram para o nosso passado escravista. Ali onde os negros – escravos e nacionais pobres livres – foram descartados intencionalmente por um conjunto de políticas imigrantistas racistas, não se viu nada a não ser a marginalização do ex-escravo por culpa do seu próprio despreparo para o trabalho livre.

Assim, a idéia da vagabundagem do negro ou da sua recusa ao trabalho transformou-se em tema historiográfico, porém destituído da argumentação racista dos imigrantistas, eivada de referências aos "vícios do sangue africano". Ao contrário, convencionou-se explicar a recusa do negro em trabalhar devido ao fator "herança da escravidão", ou, para usar uma expressão colhida no jornal abolicionista já citado, devido à permanência no negro do "sangue escravo".

O próximo centenário...

Em 1897, um abolicionista lamentava-se do descaso em torno das comemorações do primeiro decênio da Lei 13 de Maio e jogava suas esperanças de um novo Brasil para dali um século.

"O centenário da Lei 13 de Maio será festejado de uma forma tão grande que, realmente, sentimos não poder assistir". Esta "forma tão grande" projetada para este triste ano de 1988 estaria muito distante daquilo que até então se fazia a cada aniversário da abolição: "iluminação do palácio do Governo, banda de música no coreto do jardim do Palácio e um samba, interrompido sempre pela polícia na rua da Liberdade" (30/setembro/1897).

E 100 anos se passaram. Todo este tempo, contudo, não foi suficiente para que as comemorações em torno do primeiro centenário da Abolição pudessem expressar um relacionamento racial essencialmente distinto. Cenas de violência policial como a que levou à morte Walter Ribeiro, ou agressões como aquela sofrida recentemente por uma empregada negra no Rio de Janeiro, presa pelo síndico no elevador social – tão "atrevida", disse ele, que recusou o seu lugar... o elevador de serviço –, deixam a certeza de que o laço que nos une ao nosso passado racista ainda está muito longe de ser rompido. Este pesado laço parece mesmo se reproduzir com força inusitada, a julgar pela

frequência destas violências inscritas no cotidiano da população negra, e, ao mesmo tempo, pelo descaso com que são tratadas.

É verdade que há muito falatório logo que são denunciadas, pois é sempre preciso provar que os brasileiros não são racistas. Mas em pouco tempo, à sofreguidão das primeiras denúncias, sobrevém o esquecimento, o silêncio que pactua. Será preciso aguardar o próximo centenário para que os negros possam pisar em paz na "rua da Liberdade"? □

Célia Maria Marinho de Azevedo, paulista, historiadora, é professora do Departamento de História da Unicamp. Publicou no ano passado, pela Paz e Terra, o livro *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites no século XIX*.

Referências Bibliográficas

1. BASTOS, C. Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo, Nacional, 1975, p. 91.
2. NABUCO, J. O *Abolicionismo*. Londres, Abraham Kingdon, 1883, pp. 252-3.
3. Idem, *Conferências e Discursos Abolicionistas – Obras Completas*, vol. 7, SP, Progresso Editorial, 1949, pp. 254-5 ("Primeira Conferência, em 12 de outubro de 1884).
4. DUCHET, M. *Antropología y Historia en El Siglo de las Luces*. Siglo XXI, 1984, pp. 121-2.
5. FERNANDES, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pp. 23-30.

Resumen

LUZ ROJA PARA LOS NEGROS EN LA SENDA DE LA LIBERTAD

La violencia y la agresión racial son una constante en la vida de los negros brasileños, hecho que parece señalar que nada realmente cambió desde la Abolición de 1888. Sin embargo hay una diferencia. En aquella época el racismo se practicaba abiertamente y los políticos inmigratorios no lo escondían al defender la sustitución de los negros por blancos. También los abolicionistas no se escapaban de esta imaginaria racista, aunque el necesario control racial, debido al número creciente de rebeliones de esclavos, los haya conducido a denunciar la discriminación. En ese esfuerzo por fundar una democracia racial, los abolicionistas proyectaron las imágenes del paraíso brasileño, todavía perceptible en las costumbres y aún en la línea historiográfica que develó el "mito de la democracia racial".

Abstract

RED LIGHT FOR BLACKS IN LIBERTY STREET

Racial violence and aggression are a constant in the lives of blacks in Brazil, giving the impression that nothing has changed since the Abolition decree of May 1888. There is a difference though: at that time, racism was openly practised and politicians in favour of encouraging immigration made no attempt to disguise their prejudice when they defended the substitution of black labourers by white workers. The abolitionists also shared this outlook to an extent, although the need for social control, urged by the growing number of slave revolts, led them to adopt a stance of denouncing racial discrimination. In their endeavour to create a racial democracy, the abolitionists shaped the image of Brazil as a racial paradise which is still perceptible in our customs and even in the historiographic approach that unveiled the "myth of the racial democracy".

HUMOR





O negro na força de trabalho Bahia-1950/1980

É da natureza do sistema capitalista excluir parcelas da população trabalhadora da estrutura produtiva. Todavia, tal característica precisa ser sistematicamente negada pelo discurso ideológico da minoria que se beneficia da exploração. No caso do trabalhador negro são construídos, atualizados e veiculados estereótipos que o associam à idéia do malandro, preguiçoso, pouco inteligente, etc., justificando perante a sociedade como um todo o tratamento diferenciado e inferiorizante que lhe é reservado.

Luiza Bairos

Nosso interesse pelo estudo das desigualdades raciais na força de trabalho vem do final da década de 70, quando o Movimento Negro, ao lado de outros segmentos da sociedade que reivindicavam melhores condições de vida, ganhara novamente as ruas em várias cidades brasileiras.

Salvador não estava fora desse processo. De um lado, afirmava-se o ressurgimento do Movimento Negro, na sua versão mais explicitamente voltada para o combate ao racismo. De outro, verificava-se o renascimento de manifestações culturais importantes, como os blocos afros e afoxés, resgatando uma linguagem própria de afirmação da identidade cultural.

Mas a nova arrancada do negro visando a formação de seus próprios grupos e entidades não se deu sem traumas. O desmantelamento do mito da democracia racial já era uma realidade, ao nível de certos estudos nas Ciências Sociais. Todavia, sua reinterpretação a partir do negro organizado em torno de seus interesses esbarrava na intolerância, que aumentava paralelamente ao crescimento da discussão e das denúncias sobre a discriminação racial. Os conservadores tachavam-nas de "problema importado" dos Estados Unidos, sem qualquer possibilidade de ressonância na sociedade baiana, que sempre se teria caracterizado, como propalavam, pela existência de relações raciais harmônicas. Os progressistas, por sua vez, olhavam o Movimento Negro com desconfiança, temendo que pudessem causar divisões no movimento popular. Estas duas perspectivas irmanavam-se num mesmo ponto: atribuíam as atitudes racistas e as desigualdades raciais ao fato de a maioria da população negra ser pobre. Desse modo, sem qualquer questionamento que desse conta da permanência dessa situação, reforçavam a idéia de que não existe uma questão racial, mas sim uma questão social, para uns, ou de classe para outros.

As denúncias sobre discriminação racial eram consideradas episódicas, portanto insuficientes para comprovar a discriminação do negro enquanto grupo social. Diante disto, era preciso ter acesso a dados que possibilitassem o estabelecimento de um quadro mais abrangente das desigualdades raciais. Foi válida, neste sentido, a luta das organizações negras pela reinclusão do quesito "cor" no censo demográfico de 1980. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD de 1976 já incluía este quesito e possibilitara a elaboração de estudos que mostraram ser possível trabalhar com dados oficiais, apesar dos limites e ambigüidades resultantes da classificação dos informantes pela "cor".

Os estudos surgidos então diziam respeito ao Brasil, onde, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, o negro representa apenas 44% da população do país. Mas não deixaram dúvidas quanto à situação subalterna do negro do ponto de vista da escolaridade, do acesso às ocupações e aos rendimentos. E não tendo como contestar os dados produzidos oficialmente, os aficionados da "democracia racial" buscaram outro argumento: a situação do negro no Brasil estaria intimamente ligada à sua posição minoritária dentro da população. E na Bahia, onde, de acordo com o censo de 80, 78% da população são negros?

A seguir apresentamos algumas tabelas com informações dos censos demográficos de 1950 e 1980, que marcam importantes momentos da redefinição da divisão social do trabalho na Bahia. O espaço deste artigo é insuficiente para uma abordagem mais detalhada, por isto nos limitaremos a uma apreciação geral dos dados, esperando, entretanto, que os mesmos possam apontar respostas para uma questão que ainda hoje permanece: como se dá, no berço da "democracia racial", a inserção dos ditos "fazedores de cultura" na estrutura produtiva?

Composição Racial dos Setores e Ramos de Atividade
Bahia, 1950 e 1980 (%)

SETORES E RAMOS	1950				1980			
	BRANCOS	NEGROS	AMARELOS*	TOTAL	BRANCOS	NEGROS	AMARELOS	TOTAL
Participação média na FT	28,1	71,7	0,2	100	21,4	77,9	0,7	100
Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito, Seguro e Capitalização	76,9	22,8	0,3	100	44,6	54,4	1,0	100
Profissões Liberais	68,4	31,5	0,1	100	-	-	-	-
Atividades Sociais	54,2	45,5	0,3	100	34,9	64,3	0,8	100
Administração Pública	50,8	48,9	0,3	100	29,7	69,6	0,7	100
Comércio de Mercadorias	49,2	50,6	0,2	100	26,2	73,0	0,8	100
Transporte, Comunicação e Armazenagem	27,1	72,6	0,3	100	22,7	76,7	0,6	100
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Atividades Extrativas	26,9	72,9	0,2	100	20,1	79,2	0,7	100
Prestação de Serviços	23,0	76,6	0,4	100	18,5	80,6	0,9	100
Atividades Industriais	21,6	78,1	0,3	100	17,7	81,5	0,8	100

FONTE DAS TABELAS 1 a 5: Censo Demográfico de 1950 e/ou Tabulações Especiais do Censo de 1980.

* Inclusive sem declaração de cor.

TABELA 1

Participação de negros e brancos nos setores da atividade econômica

A economia baiana, até 1950, baseava-se nas atividades remanescentes do início do século: a produção de tabaco, do cacau, as indústrias têxteis, de bebidas e produtos alimentares, cujos excedentes concentravam-se cada vez mais nas mãos dos herdeiros do fausto de períodos anteriores.

Na década de 50, a Petrobrás deu início às suas atividades, provocando impacto direto na geração de emprego dentro e fora do setor industrial. Este é um marco importante na redefinição dos rumos da economia baiana. Durante algum tempo a produção petrolífera permaneceu desarticulada dos demais ramos industriais, mesmo no decorrer dos anos 60, em que o governo, através da concessão de incentivos fiscais, buscou promover a industrialização do Nordeste. Uma industrialização que desconhecia as atividades já desenvolvidas na região, estando mais voltada para a produção de bens intermediários necessários ao desenvolvimento da indústria dos estados do Centro-Sul¹. Esta tendência consolida-se a partir dos anos 70 com a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que se utiliza da matéria-prima produzida pela Petrobrás, mas tem sua produção dirigida para indústrias localizadas fora da Bahia.

Mas as transformações não acontecem apenas na atividade industrial. Com maior vigor a partir dos anos 70 a agricultura também se redefine, passando a ser alvo de programas governamentais cuja ênfase recai sobre as culturas de ex-

portação, a exemplo do café e da soja, favorecendo sensivelmente a concentração da propriedade da terra e modificando as relações de produção no campo. Por sua vez, os serviços também sofrem grande expansão em consequência das mudanças ocorridas nos demais setores.

Os estudos que tratam da integração da Bahia, e de Salvador em particular, aos novos padrões de acumulação capitalista², indicam que as transformações na estrutura produtiva afetaram profundamente a vida do trabalhador baiano. A mão-de-obra fartamente disponível no mercado favorece altos índices de exploração da força de trabalho, levada a suprir as necessidades das empresas em troca de baixos salários. Mas as transformações mais recentes na estrutura produtiva afetaram diferentemente trabalhadores brancos e negros. Vejamos.

Em 1950, 1.085.233 trabalhadores negros representavam 71,7% da força de trabalho, sendo maioria em quase todos os ramos de atividade³. Por sua vez, os trabalhadores brancos predominavam em quatro ramos da atividade econômica que se caracterizavam pela baixa incorporação de mão-de-obra. Em 1980 a presença dos negros na força de trabalho mais do que duplica em números absolutos: 2.278.758 negros já constituíam 78% do total de trabalhadores baianos. Neste momento não mais se verifica maioria de brancos em nenhum ramo de atividade. Entretanto, a tendência no sentido da ampliação da participação do negro deve ser vista criticamente através das informações apresentadas nas tabelas 1 e 2.

A diminuição relativa de trabalhadores brancos nos ramos em que eram maioria em 1950 foi insuficiente para fazer com que, após três décadas, o trabalhador negro pudesse experimentar mudanças mais significativas. Ou seja, em 1980 os negros compõem num percentual superior ao de sua participação na força de trabalho, basicamente nos mesmos ramos em que se encontravam trinta anos antes: agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas; atividades industriais e prestação de serviços. Por outro lado, os brancos conservam percentuais mais altos na composição dos ramos cujas ocupações são socialmente valorizadas: comércio de mercadorias;

Importância Relativa dos Setores e Ramos de Atividade nos Grupos Raciais
(distribuição da força de trabalho por cor)
Bahia, 1950 e 1980 (%)

SETORES E RAMOS	1950					1980				
	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL*	NEGROS	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL*	NEGROS
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Atividades Extrativas	69,9	71,6	75,3	73,0	74,2	47,0	47,0	51,7	50,1	50,9
Atividades Industriais	6,2	9,8	8,3	8,0	8,7	13,5	19,4	16,7	16,3	17,1
Comércio de Mercadorias	7,9	2,5	3,5	4,5	3,2	9,7	6,4	7,6	7,9	7,4
Prestação de Serviços	6,9	11,5	7,8	8,4	9,0	10,8	17,4	12,0	12,5	12,9
Transportes, Comunicação e Armazenagem	2,5	2,9	2,6	2,6	2,6	3,4	2,9	3,2	3,2	3,2
Atividades Sociais	2,5	0,7	0,9	1,3	0,8	8,4	3,3	4,4	5,1	4,2
Administração Pública	2,9	0,8	1,2	1,6	1,1	4,1	2,4	2,7	2,9	2,6
Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito, Seguro e Capitalização	0,5	0,03	0,1	0,2	0,1	2,4	0,4	0,9	1,2	0,9
Profissões Liberais	0,5	0,05	0,1	0,2	0,1	—	—	—	—	—
Atividades não compreendidas nos demais ramos	0,2	0,12	0,2	0,2	0,2	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

* Inclusive sem declaração de cor.

TABELA 2

atividades sociais; administração pública; comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização.

Os efeitos do paulatino avanço das relações capitalistas no campo, que se configura ao final dos anos 60, parecem ter sido pouco diferenciados para os dois grupos raciais considerados. Em relação aos demais setores, o primário mantém maior homogeneidade, com taxas de incorporação que decrescem quase que na mesma intensidade. As diferenças aparecem quando se analisa a posição na ocupação. Em 1950 a proporção de empregadores entre os brancos – 6% – e a de empregados entre os negros – 28% – é em ambos os casos superior à média verificada para o conjunto do setor.

A diversificação e modernização do parque industrial baiano contribuíram para fazer do setor secundário o maior empregador não-agrícola, multiplicando por quase quatro seu contingente de trabalhadores, com sensível repercussão entre os negros. Verificamos, porém, que, em 1980, cada ramo industrial em particular tem peso diferenciado entre negros e brancos. Enquanto a Indústria de Transformação é mais importante na incorporação de trabalhadores brancos (50,4%), entre os negros predomina a Construção Civil (47%), que se caracteriza pelas ocupações de mais baixo nível de remuneração e a instabilidade no emprego.

Também no setor terciário verifica-se que a absorção pelos diversos ramos é influenciada pelas características raciais do trabalhador. Mesmo na Prestação de Serviços, que sempre teve maior importância relativa entre os negros, os trabalhadores brancos obtêm melhores proporções relativas nas atividades que respondem positivamente aos impulsos do crescimento da economia como um todo: Serviços de Alojamento e Alimentação, Serviços Técnico-Profissionais, Serviços Auxiliares da Atividade Econômica. Em contrapartida, metade dos negros ocupados na Prestação de Serviços está no ramo dos Domiciliares, onde o emprego doméstico representa 68,5% da ocupação. O ramo do Comércio de Mercadorias foi influenciado pelo favoritismo ao trabalhador branco no comércio voltado para as camadas médias e altas da população, propiciando a abertura de

oportunidades para o negro no comércio de bens de consumo popular, farmácias e supermercados. E, desse modo, a redução de brancos na composição do setor foi insuficiente para permitir que a importância relativa do ramo entre os negros (7,4% em 1980) superasse o patamar já conquistado pelos brancos em 1950 (7,9%), conforme mostram os dados da tabela 2.

A entrada de trabalhadores negros em espaços antes dominados pelos brancos ocorreu em ritmos diferentes, dependendo em grande parte da posição que já ocupavam em períodos anteriores. O alargamento das oportunidades de emprego, decorrente das transformações na estrutura produtiva da Bahia, sem dúvida aumentou a participação da força de trabalho negra em todos os setores da atividade econômica. Entretanto, parece-nos que tal fato é mais consequência do crescimento absoluto da população negra no período, superior ao da branca⁴.

As palavras de Florestan Fernandes para outro contexto, São Paulo da década de 50, podem valer para o caso baiano. O autor afirma que as mudanças estruturais na produção tornam a sociedade aparentemente mais aberta, por oferecer maiores chances de integração aos que viviam à margem da produção capitalista. Por outro lado, também fazem com que a sociedade se revele mais fechada “porque o fluxo de oportunidades se concentra nos grupos que possuem posições mais sólidas na estrutura de poder ou que estão aptos a conquistá-las como seu ponto de partida”⁵. A manutenção da divisão racial do trabalho é, a cada momento, garantida pela criação e recriação de lugares subordinados dentro da estrutura produtiva, essenciais ao processo de exploração, no qual se baseia a sociedade de clas-

Distribuição da Força de Trabalho por Cor, Segundo as Categorias Sócio-Ocupacionais
Bahia, 1980 (%)

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	BRANCOS		PRETOS		PARDOS		TOTAL		NEGROS	
EMPREGADORES	3,2	100	0,7	100	1,3	100	1,6	100	1,2	100
Agrícolas	1,3	40,0	0,4	61,8	0,7	54,5	0,8	48,7	0,7	55,2
Não-Agrícolas	1,9	60,0	0,3	38,2	0,6	45,5	0,8	51,3	0,5	44,8
EMPREGADOS	49,5	100	59,8	100	54,2	100	54,0	100	55,2	100
Não-Manuais	18,6	37,6	4,8	8,0	8,6	15,9	10,3	19,1	8,0	14,5
Manuais Urbanos	16,4	33,2	26,7	44,6	22,2	40,9	21,5	39,9	23,0	41,6
Manuais Rurais	12,3	24,8	20,5	34,3	19,6	36,1	18,1	33,5	19,7	35,7
Domésticos	2,2	4,4	7,8	13,1	3,8	7,1	4,1	7,5	4,5	8,2
AUTÔNOMOS	39,6	100	33,2	100	36,6	100	36,7	100	36,0	100
Não-Manuais	1,3	3,4	0,3	0,8	0,5	1,5	0,7	1,8	0,5	1,4
Manuais Urbanos	11,8	29,9	12,1	36,5	11,9	32,5	11,9	32,4	11,9	33,1
Manuais Rurais	26,6	66,7	20,8	62,7	24,2	66,0	24,1	65,8	23,6	65,5
NÃO-REMUNERADOS	6,4	100	4,5	100	6,4	100	6,1	100	6,0	100
Agrícolas	5,9	92,9	4,2	93,6	6,1	95,2	5,8	94,5	5,7	94,9
Não-Agrícolas	4,5	7,1	0,3	6,4	0,3	4,8	0,3	5,5	0,3	5,1
SEM DECLARAÇÃO	1,3		1,8		1,5		1,6		1,6	
TOTAL	100		100		100		100		100	

TABELA 3

ses. Ainda que entre os brancos tenham ocorrido menores impulsos na incorporação de trabalhadores pelos setores e ramos de atividade, isto foi compensado pelo fato de já terem conquistado posições suficientemente sólidas para fazer frente a quaisquer avanços na situação do trabalhador negro.

Participação de negros e brancos nas categorias sócio-ocupacionais

A fim de verificarmos as tendências apontadas pelos dados setoriais, buscaremos precisar algumas diferenças que marcam a inserção de negros e brancos nas categorias sócio-ocupacionais. Essa classificação leva em conta a posição na ocupação (empregadores, empregados, autônomos e trabalhadores não-remunerados), a distinção entre trabalho manual e não-manual e sua vinculação aos ramos da atividade econômica. Os dados que dispomos referem-se apenas ao censo de 1980. De todo modo, permitem identificar em que condições se verificou a expansão da participação do negro na estrutura ocupacional (tabelas 3, 4 e 5).

As faixas da estrutura ocupacional onde o rendimento médio é mais alto absorvem pequena proporção da força de trabalho, especialmente no seu segmento negro. E o rendimento médio que estes auferem é, em todos os casos, inferior ao dos brancos. Esta desigualdade atinge o seu máximo na categoria dos autônomos em ocupações não-manuais (inclui profissionais liberais), na qual o rendimento médio dos negros representa 48,5% do dos brancos. No outro extremo aparece o emprego doméstico, que incorpora, relativamente, mais negros (8,2% dos empregados) do que brancos (4,4% dos empregados). Nesta categoria revela-se um dado surpreendente no comportamento das desigualdades raciais: no emprego doméstico os negros têm rendimento médio cerca de 19,5% superior ao dos brancos. Apenas numa ocupação tão marcada pela inferioridade é possível o trabalhador negro, particularmente a mulher negra, manter-se em "melhor" posição.

Nas categorias sócio-ocupacionais do trabalho autônomo, o rendimento médio mensal é superior ao dos empregados, à exceção dos autônomos manuais da prestação de serviços. Isto é verdadeiro tanto para os trabalhadores brancos como para os negros, o que aponta numa direção diferente à do estudo feito para o Brasil, a partir dos dados da PNAD de 1976, onde esta característica diz respeito apenas aos trabalhadores autônomos brancos. De todo modo a conclusão referida naquele estudo pode ser estendida à realidade baiana, pois é provável que também aí grande parte dos autônomos "pôde 'optar' por esta forma de engajamento no mercado de trabalho, visando à obtenção de uma renda maior que a possível no caso do trabalhador assalariado"⁶.

A crença em que a Bahia é o maior exemplo de "democracia racial" é radicalmente negada pelos dados das tabelas apresentadas. Mas as desigualdades que apontam, embora possuam as características gerais das verificadas para o resto do país, indicam algumas especificidades quando comparadas com o referido estudo do IBGE, realizado com base na PNAD de 1976.

No que se refere aos diferenciais de rendimento médio mensal, observamos que a distância que separa negros e brancos baianos em ocupações não-manuais é maior que a verificada para o Brasil. Por outro lado, nas ocupações manuais urbanas os negros da Bahia acham-se mais próximos dos brancos. Essa situação permite inferir que, na Bahia, a discriminação exercida sobre os negros que ocupam melhores lugares na estrutura ocupacional tende a ser mais acentuada. Além disso, é possível que aqui as expectativas de ascensão do negro via

Rendimento Médio e Anos Médios de Estudo dos Empregados Negros em Relação aos Brancos (%)

EMPREGADOS	RENDIMENTO MÉDIO				ANOS MÉDIOS DE ESTUDO			
	PRETOS/ PARDOS	PRETOS/ BRANCOS	PARDOS/ BRANCOS	NEGROS/ BRANCOS	PRETOS/ PARDOS	PRETOS/ BRANCOS	PARDOS/ BRANCOS	NEGROS/ BRANCOS
NÃO-MANUAIS	78,4	42,1	53,8	52,6	91,9	75,3	81,9	86,4
Nível Superior	81,7	53,3	65,2	64,3	96,5	86,5	89,6	89,3
Administradores e Gerentes	60,6	26,1	43,1	41,7	61,1	35,2	57,5	55,7
Nível Médio	85,8	56,5	65,8	64,9	94,0	82,8	88,1	87,5
MANUAIS URBANOS	87,5	61,0	69,7	68,0	85,0	62,8	73,8	71,7
Mestres e Contramestres	76,3	51,5	67,5	70,4	78,0	55,9	71,6	68,9
Ind. de Transformação	90,8	69,3	76,3	74,9	94,2	79,5	84,4	83,4
Construção Civil	97,5	91,5	93,8	93,3	95,2	93,2	97,9	96,9
Comércio	93,7	70,1	74,7	74,1	89,0	77,2	86,9	85,5
Transportes	95,3	96,8	96,9	96,2	94,1	85,8	91,1	90,4
Prestação de Serviços	94,2	87,9	90,1	88,9	87,3	77,3	88,5	85,9
Outros	76,8	43,5	56,6	54,2	81,4	51,9	63,8	61,7
DOMÉSTICOS	101,3	120,6	119,1	119,5	92,0	84,3	91,7	89,7
MANUAIS RURAIS	96,8	94,2	97,3	96,2	75,0	57,1	76,2	73,0
Trabalhador Agrícola Volante	98,2	95,1	96,8	96,5	76,0	60,4	79,2	75,5
OUTROS	96,2	92,8	96,5	95,8	71,0	53,4	75,3	71,2

TABELA 4

educação encontrem menos respostas do que no resto do país. Ou seja, o chamado retorno da escolaridade é relativamente ainda mais defasado. Os menores níveis de desigualdade verificados nas ocupações manuais urbanas podem decorrer da presença historicamente majoritária do negro na força de trabalho na Bahia. Aí, ao contrário de outras regiões do Brasil, onde pelo menos oficialmente o negro é minoria, nem sempre é possível privilegiar trabalhadores de outras etnias.

As comparações que buscamos estabelecer, se consideradas apressadamente, poderiam levar à conclusão de que na Bahia a situação do negro em termos de rendimentos é melhor que no resto do país, já que enfrenta menores níveis de desigualdade nas categorias sócio-ocupacionais que concentram grande parte dos trabalhadores urbanos (indústria de transformação, construção civil e prestação de serviços). Entretanto, não podemos esquecer que nestas a desigualdade tende a ser tanto menor quanto mais baixo for o nível de rendimento. O que certamente não chega a constituir vantagem. Também é preciso considerar que quanto mais se associa a imagem do negro ao desempenho de atividades socialmente pouco valorizadas, maiores são as dificuldades que ele enfrenta para romper com este padrão de inserção na estrutura ocupacional. Em suma, o negro baiano só se sai relativamente melhor quando se mantém "em seu lugar".

Cabe ainda ressaltar que os mestiços, classificados como "pardos" nos censos, constituem o segmento da população negra onde as desigualdades, relativamente aos brancos, são menos acentuadas, ainda que não a ponto de os distinguirem completamente dos padrões verificados para os chamados "pretos". Isto sugere que o processo de branqueamento via

mestiçagem proporciona vantagens mais simbólicas que materiais, para um amplo contingente da população negra. Sem dúvida, a ambigüidade que se abriga sob as designações baseadas na cor da pele contribui ainda mais para fragmentar a identidade do negro, para "esvaziá-lo" enquanto categoria étnico-racial distinta. Uma categoria definidora de um grupo social, cuja trajetória na sociedade brasileira, em todas as épocas, está marcada por experiências singulares dentro do processo de exploração mais amplo.

Desigualdades raciais e acumulação

Como vimos, a participação do negro na força de trabalho ampliou-se mesmo nos ramos de atividade onde, trinta anos antes, os brancos eram maioria. Mas as desigualdades persistiram: no acesso às ocupações, na escolaridade média, no rendimento médio mensal auferido. Como explicá-las? Acreditamos que esta questão pode ser em parte respondida à luz da dinâmica da exploração de classe e da opressão racial no sistema capitalista.

O excessivo rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho é um elemento central no processo de acumulação capitalista no Brasil. Ao invés de promover a redução do custo real de reprodução do trabalhador, o capital procura livrar-se de parte do encargo na reprodução da força de trabalho por ele consumida, remunerando-a no limite mínimo do seu valor e, freqüentemente, abaixo dele. Obviamente, esta situação diz respeito ao conjunto da classe trabalhadora, e as informações aqui apresentadas mostram que o trabalhador branco também não desfruta de uma situação satisfatória. Entretanto, é no segmento negro da força de trabalho que se manifestam os efeitos mais perversos da exploração capitalista. Desse ponto de vista, a manutenção das desigualdades raciais cumpre um importante papel num processo de acumulação assentado em altas taxas de exploração da força de trabalho.

Rendimento Médio e Anos Médios de Estudo dos Autônomos Negros em Relação aos Brancos Bahia, 1980 (%)

AUTÔNOMOS	RENDIMENTO MÉDIO				ANOS MÉDIOS DE ESTUDO			
	PRETOS/ PARDOS	PRETOS/ BRANCOS	PARDOS/ BRANCOS	NEGROS/ BRANCOS	PRETOS/ PARDOS	PRETOS/ BRANCOS	PARDOS/ BRANCOS	NEGROS/ BRANCOS
NÃO-MANUAIS	61,7	31,0	50,1	48,5	86,9	63,9	73,6	72,7
Nível Superior	60,3	41,6	69,6	67,8	93,5	84,2	90,1	89,8
Nível Médio	76,6	40,3	51,9	51,5	95,1	75,0	78,8	78,4
MANUAIS URBANOS	72,5	47,2	65,1	62,1	77,0	38,1	49,3	47,4
Ind. de Transformação	99,2	86,8	87,4	87,3	97,1	56,0	59,7	59,4
Construção Civil	100,6	93,1	92,6	92,7	102,0	103,1	101,0	101,6
Comércio	79,7	57,9	72,6	69,8	91,3	32,1	36,8	34,5
Transporte	81,3	67,0	98,1	80,8	80,5	69,6	86,5	77,4
Prestação de Serviços	78,0	55,5	71,2	66,5	74,5	34,4	46,2	42,6
Outros	83,5	43,0	51,6	49,8	78,0	15,0	19,2	18,4
Comerciantes e outros proprietários autônomos	68,2	47,2	69,2	66,9	65,3	49,6	76,0	73,1
MANUAIS RURAIS	85,4	67,3	78,8	77,1	63,0	44,8	71,3	67,8

TABELA 5

É da natureza do sistema capitalista excluir parcelas da população trabalhadora da estrutura produtiva. Todavia, tal característica precisa ser sistematicamente negada pelo discurso ideológico da minoria que se beneficia da exploração. Assim, atribui-se a incapacidade de participação plena na produção aos dela excluídos ou nela inseridos precariamente. No caso do negro são construídos, atualizados e veiculados estereótipos que o associam à idéia de malandro, preguiçoso, feio, traiçoeiro, inculto, pouco inteligente, justificando perante a sociedade como um todo o tratamento diferenciado e inferiorizante que lhe é reservado. Esta suposta inferioridade passa, então, a atuar como justificativa para a inserção subordinada do negro nas estruturas de poder e riqueza da sociedade.

Pela via da escola, dos meios de comunicação, da propaganda, garante-se o reforço sistemático daqueles estereótipos. Desse modo, cria-se uma consciência social que permite ao branco, de qualquer classe social, representar-se como superior aos outros e, conseqüentemente, agir como poderoso instrumento de manutenção das desigualdades raciais em todos os níveis de sua manifestação. □

Luíza Bairos, gaúcha radicada na Bahia, é mestranda em Ciências Sociais na UFB* e militante do Movimento Negro Unificado - MNU.

Referências Bibliográficas e Notas

1. Francisco de Oliveira, *O elo perdido: classe e identidade de classe*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 50.
2. Guaraci Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*, São Paulo, CEBRAP/Vozes, 1980.
3. Os censos demográficos de 1950 e 1980 classificam a população segundo a cor em brancos, pretos, pardos e amarelos. Agregamos na condição de negros os pretos e os pardos, ainda que entre estes últimos estejam os mestiços de índio e os índios fora de aldeamentos. Poderemos nos referir apenas aos pardos quando for necessário indicar particularidades no interior da população negra. Aproximamos o que os censos classificam como população economicamente ativa (PEA) ao conceito de força de trabalho, embora reconhecendo os limites desta aproximação.
4. Entre 1950 e 1980, a força de trabalho cresceu aproximadamente 110% entre os negros (de 1.085.233 para 2.278.758) e apenas 47% entre os brancos (de 425.462 para 625.121). No caso dos negros o crescimento é devido mais ao aumento dos pardos (152%) do que ao dos pretos (14,6%).

5. Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, vol. II, São Paulo, Ática, 1978, p. 117.

6. Lúcia Oliveira et alii, *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983, p. 41.

Resumen

EL NEGRO Y LA FUERZA DE TRABAJO: BAHIA 1950-1980

La propia naturaleza del sistema capitalista excluye de la estructura productiva a grupos de la población trabajadora. Sin embargo, esta característica es negada sistemáticamente por el discurso ideológico de la minoría que se beneficia de la explotación. En el caso del trabajador negro, se crean y vehiculan estereotipos que lo asocian a la idea de un pícaro, de un perezoso y de una persona poco inteligente, y así justifican frente a la sociedad el tratamiento diferente e inferior que se le otorga.

Abstract

BLACKS IN THE LABOUR FORCE: BAHIA - 1950 TO 1980

It is a trait of the capitalist system that it excludes sectors of the working population from the productive structure. At the same time, however, the ideological discourse of the minority that reaps the benefits of exploitation must systematically deny this characteristic. Black workers are stereotyped as scampish, lazy and slow on the uptake. These images are hatched, updated and put about in such a way as to justify in the eyes of society as whole the discriminatory, degrading treatment meted out to them.

O Seguro-Desemprego foi criado pelo Governo José Sarney há menos de 2 anos e, hoje, já representa não só uma conquista, mas um direito do trabalhador brasileiro, que deve ser exercido em toda a sua plenitude. Nesse período, o Seguro-Desemprego já beneficiou mais de 1,3 milhão de trabalhadores, com a emissão de 3,8 milhões de cheques de pagamento. Mas o Seguro-Desemprego pode beneficiar ainda mais. E a sua empresa tem uma participação importante nessa história. É que o mecanismo do Seguro-Desemprego tem como uma das bases de controle o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. A partir do CAGED, o Governo faz comparação de informações e libera os benefícios do Seguro. Mas para que isso aconteça corretamente e nos prazos legais, todas as empresas com empregados celetistas precisam informar mensalmente sua movimentação de pessoal. Justamente no formulário CAGED, também conhecido como Lei 4923.

**EXISTE UM LADO DO SEGURO-DESEMPREGO QUE DEPENDE DO GOVERNO.
EXISTE UM LADO DO SEGURO-DESEMPREGO QUE DEPENDE DA SUA EMPRESA.**

Qualquer erro de informação, qualquer atraso nos prazos, suspende o andamento do processo até a verificação exata de tudo. Isto significa não só multas por atraso, mas, numa escala maior, uma grave alteração no ritmo de um benefício que atinge milhões de pessoas.

O lado do Seguro-Desemprego que depende do Governo está sendo realizado, aperfeiçoado. Mas a sua empresa precisa colaborar. O que é uma obrigação legal, o Governo deseja que você entenda também como um compromisso de sua empresa com toda a sociedade. Para que o direito ao Seguro-Desemprego não seja, para o trabalhador, apenas uma conquista social. Que seja um benefício real para ele próprio e para sua família.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Governo José Sarney

*Humanidades está nas principais bancas e livrarias.
Mas você pode receber em casa. Basta preencher
o cupom no final desta edição e enviar à Editora
Universidade de Brasília*

Humanidades
a revista séria que dá prazer



celebration

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY
ASTOR LENOX TILDEN FOUNDATION
500 5TH AVENUE NEW YORK 10017

Nanny

A experiência comum dos descendentes de africanos na América pode ser apreendida e unificada pela *amefricanidade*, uma categoria que, no longo processo de resistência, remete à construção de toda uma identidade étnica. Nanny, guerreira e “mãe” de seu povo na Jamaica, constitui-se, como Zumbi entre nós, num dos pilares da *amefricanidade*.

Lélia Gonzalez

O Brasil – por razões de ordem geográfica, histórico-cultural e sobretudo da ordem do inconsciente – é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, nomear o nosso país com todas as letras: *Améfrica Ladina* (cuja *neurose cultural* tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e “pardos” do IBGE) são ladinoamefricanos. Para entendermos as artimanhas do racismo acima caracterizado, temos que nos reportar à categoria freudiana de *denegação* (*Verneinung*): é o “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação dessa ladinoamefricanidade, o racismo se volta justamente contra aqueles que, do ponto de vista étnico, são os testemunhos vivos da mesma, tentando tirá-los de cena, apagá-los do mapa. Deixando para os especialistas as análises lacanianas da ladinidade (que constitui um veio de grande potencial heurístico), nosso olhar se volta para a categoria de *amefricanidade*. Exatamente porque ela nos permite ultrapassar limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para melhor entendimento dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (austral, central, insular e setentrional).

Para além de seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que essa categoria está intimamente relacionada àquelas de *pan-africanismo*, *negritude*, *blackness*, *afrocentrity*, etc. Seu valor metodológico, a nosso ver, está no fato de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Em

consequência, o termo *amefricanas/amefricanos* nomeia a descendência não só dos africanos “gentilmente” trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles chegados à América antes de seu “descobrimento” por Cristóvão Colombo (Van Sertima, 1976). A presença amefricanas constitui marca indelével na elaboração do perfil do chamado Novo Mundo, apesar da denegação racista que habilmente se desloca, manifestando-se em diferentes níveis (político-ideológico, sócio-econômico e psicocultural).

E é na chamada América Latina (muito mais ameríndio-amefriqueana do que outra coisa) que essa denegação se torna amplamente verificável. Como sistema de dominação muito bem estruturado, o racismo na região demonstra sua eficácia ao veicular noções como as de “integração”, “democracia racial”, “mestiçagem” etc. Em outro texto (1988), chamamos atenção para a necessidade de um mínimo de reflexão sobre a formação histórica dos países ibéricos, se quisermos chegar a algum entendimento sobre esse modo de articulação das desigualdades raciais.

A formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular (a Reconquista) contra a presença de invasores que se diferenciavam não somente pela religião (Islam) que professavam; afinal, as tropas que invadiram a Ibéria em 711 não só eram majoritariamente negras (6700 mouros para 300 árabes), como foram comandadas pelo negro Gabel (General) Tárik-bin-Ziad (a corruptela de Gabel Tárik resultou em Gibraltar, termo que passou a nomear o estreito até então conhecido como Colunas de Hércules). Por outro lado, sabemos que não só os soldados como o ouro do reino negro de Ghana (África Ocidental) tiveram muito a ver com a conquista moura da Espanha (ou Al-Andulus). Vale notar que as duas últimas dinastias que governaram Al-Andulus eram procedentes da África Ocidental: a dos Almorávidas e a dos Amóhadas. Foi sob o reinado destes últimos que nasceu, em Córdoba

(1126), o mais eminente filósofo do mundo islâmico, o aristotélico Averróes (Chandler, 1987). Desnecessário dizer que, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas (como, de resto, na França, Itália, etc.). Por aí, entende-se porque o racismo como denegação tem, na América Latina, um lugar privilegiado de expressão.

Vale notar que as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo fortemente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (atente-se para o fato de que até o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela hierarquia). Importante ressaltar que mouros e judeus, enquanto grupos étnicos diferentes, eram sujeitos a um violento controle social e político. As sociedades que se constituíram na chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação (e isso é válido, também, para aquelas de colonização francesa), uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Da Matta, 1984). A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “no Brasil não existe racismo porque o negro reconhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor.

E foi no interior das novas sociedades que se formaram no Novo Mundo (sejam de segregação aberta ou disfarçada), que a amefricanidade floresceu e se estruturou. Já na época colonial-escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta está nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e maroon societies, que surgiram nas mais distintas paragens geográficas da América (Larkin Nascimento, 1981). É aqui que deteremos o nosso olhar para melhor apreendermos a importância das mulheres nas lutas das comunidades amefricanas de ontem e de hoje. Quem de nós desconhece o papel de grandes guerreiras quilombolas como Dandara, Aqualtune ou Maria Felipa? Mas pouco ou nada sabemos das quilombolas de outras regiões da América. Uma grande irmã e companheira, amefricana da Jamaica, foi quem nos despertou para esse aspecto essencial de nossa história comum: a Dra. Lucille Mathurin Mair (historiadora, ex-embaixadora de seu país na ONU, Secretária-Geral da ONU para a Conferência Mundial da Meia Década da Mulher e nossa companheira no DAWN/MUDAR) foi quem nos falou, pela primeira vez, de Nanny. E a conclusão a que chegamos foi: **Nanny está para a Jamaica assim como Zumbi está para o Brasil.**

Ancestralidade mítica

Os termos *marronage* (francês) e *maroon society* (inglês) provêm do espanhol *cimarrón*, todos significando o mesmo que quilombo para nós. E o que vamos expor em seguida baseia-se em dois textos: o de Lucille Mathurin Mair (1975) e o de Kenneth Bilby e Filomina Chioma Steady (1981); esta última é também grande irmã e companheira, africana de Serra Leoa.

Na parte leste da Jamaica, precisamente nas Blue Mountains, existe uma comunidade rural que, aparentemente, não difere de qualquer outra, mas que, na verdade, é a maior comu-

nidade maroon da ilha: **Moore Town** (atente-se para a coincidência: Moore, como Murray e outros, são nomes que derivam de *moor-mouro*; do mesmo modo, para nós, Moura, Morais, Mauro, etc.). Resultante da expansão de uma comunidade mais antiga, destruída pelos *bakra* (ingleses), suas origens datam da primeira metade do século XVIII. **Nanny Town** foi o berço de New Nanny Town, atual Moore Town. A maioria dos escravos que, na Jamaica, se tornaram *maroons*, era africana de origem *akan* (sobretudo fantis e achantis) e cujas sociedades eram matrilineares. Se se pensa no caráter militar das comunidades *maroon*, articulado com suas estratégias de sobrevivência, as instituições e os valores mais compatíveis com tais exigências só poderiam desembocar num tipo de organização matrifocal e numa grande valorização das mulheres. Em termos econômicos, elas tiveram um papel fundamental, na medida em que garantiam a produção agrícola da comunidade. Sua participação cotidiana na luta pela sobrevivência, contribuindo em diferentes níveis, fez delas a principal fonte de estabilidade e continuidade grupais. Sobretudo se se pensa que, além da ameaça externa, existiam as tensões internas (entre africanos de procedências diferentes) que só se estabilizariam com a crescente presença dos *creoles* (amefricanos), socializados por essas mulheres (responsáveis, portanto, pelo desenvolvimento de uma cultura *creole*, amefricana). Assim sendo, a matrifocalidade foi o elemento chave para a continuidade das *maroon societies*.

É no contexto de um grande corpus de história oral dos *maroons* da Moore Town de hoje que emerge, com um brilho intenso e único, a figura de Nanny ou “Grandy Nanny” como a maior heroína de seu povo. Ultrapassando os limites da mera liderança mortal, transformou-se em ancestral mítica originária de quem todos os *maroons* se consideram descendentes (também os *akan* acreditam descender de uma ancestral mítica comum). Dizendo-se pertencentes a uma família ou a um clã, afirmam sua consangüinidade pelo fato de serem Nanny *yoyo*. Este último termo significa progênie, “filhos”, e também sinônimo de *maroon*, na linguagem secreta das danças Kromanti, ritual de possessão cuja figura central deve ser especialista na dança e no conhecimento das ervas medicinais; o *fete-man* ou a *fete-woman* é possuído por um espírito ancestral *maroon*, para efeitos de cura. Desnecessário dizer que, dentre as *fete-women*, Nanny foi a maior de todas.

As lendas a seu respeito sublinham o caráter sobrenatural de Nanny: seus grandes poderes derivavam do seu contato e conhecimento íntimo do mundo do espírito, isto é, do reino dos ancestrais. Nesse sentido, enquanto mediadora entre vivos e mortos, ela simboliza a continuidade das sociedades *maroon* no espaço e no tempo. Vejamos três histórias que tratam de seus poderes sobrenaturais. A primeira refere-se à destruição das provisões dos *maroons* pelos *bakra*, a fim de derrotar aqueles pela fome; Nanny recebeu uma mensagem espiritual exigindo que não se entregasse, ao mesmo tempo em que lhe foi entregue um punhado de sementes com as devidas instruções para o plantio. Em menos de um dia as sementes sobrenaturais resultaram numa generosa colheita de abóboras-morangas. A segunda história fala de um caldeirão mágico, cujo conteúdo fervia continuamente, sem necessidade de fogo para tal, e que foi colocado por Nanny no caminho de acesso à aldeia *maroon* para atrair a curiosidade do inimigo; bastava uma simples olhada para que os curiosos fossem puxados para dentro do caldeirão e desaparecessem para sempre. A terceira, e a mais popular, conta que Nanny encontrou-se inesperadamente com uma grande tropa de *bakras*; ela então parou, inclinou-se e, com escárnio, mostrou o traseiro para suas armas; assim que atiraram, ela surpreendentemente atraiu, para o meio das nádegas, toda uma carga pesada de chumbo, o que os deixou perplexamente sem ação.

A primeira estória, simbolicamente, remeteria ao papel da mulher que assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade que, sob condições adversas, se encontra numa luta constante pela sobrevivência. A segunda apontaria para a perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo. Já a terceira, a nosso ver, simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anticolonialista. O significado de seu gesto implica uma rejeição de tal ordem que põe por terra o conjunto dos valores, instituições e práticas do colonizador. E este, supondo-se superior, é quem fica literalmente "desbundado" em face de tanta confusão.

E Nanny não é exaltada apenas por seus poderes sobrenaturais, mas por sua liderança militar que se impõe na questão da paz com os ingleses. Tendo-lhe proposto a paz, num primeiro encontro, os *bakra* tiveram suas condições rejeitadas por Nanny. Mas, numa segunda vez, ela aceitou um tratado de paz, o que despertou forte oposição de seu mais importante capitão, que, inutilmente, tentou fazê-la voltar atrás. Não aceitando o fracasso, ele se atirou num rio próximo, onde desapareceu. Que se pense na decisão de Nanny como uma crítica ao militarismo extremo que acaba por ameaçar a sobrevivência do próprio grupo. E só poderia ter partido de uma mulher a significativa atitude de aceitar a paz, sobretudo num momento em que a comunidade corria sério risco em face do avanço *bakra*, como sugere a estória.

No conjunto de narrativas sobre Nanny não poderia faltar aquela que trata de duas irmãs trazidas como escravas da África. Uma delas, Nanny, rebelou-se e fugiu para as montanhas, onde iniciou feroz guerrilha contra os *bakra*; a outra, Sekesu, incapaz de enfrentar os rigores da guerra, preferiu ficar como escrava numa plantação. Os filhos de Nanny tornaram-se *maroons* e lutaram contra os *bakra*, conquistando sua liberdade; os de Sekesu, ao contrário, permaneceram como escravos, esperando passivamente por uma liberdade concedida muito mais tarde, quando os *bakra* assim decidiram. Duas questões emergem dessa estória: a afirmação de uma identidade *maroon*, orgulhosa de si por seu passado de lutas; os Nanny *yoyo*, que se distinguem dos outros, dos que aceitaram a dominação escravista. Por outro lado, ao tratar das duas irmãs, ela remete a uma antiga ideologia matrilinear, talvez parcialmente derivada da cultura *akan*, numa comunidade que hoje é patrilinear. A insistência dos *maroons* em, às vezes, designar Nanny como a "mãe" de seu povo e de se diferenciarem por essa descendência, parece confirmar esse tipo de possibilidade.

Até aqui, tratamos de narrativas que, aparentemente, não têm fundamento histórico. Todavia, não se duvida da real existência de importante personagem chamada Nanny, cujas origens étnicas remeteriam aos *akan* e que era africana de nascimento. Interessante sublinhar que a literatura inglesa da época refere-se a ela como poderosa feiticeira, ou *obeah-woman*.

Vale aqui uma observação relativa ao *Standard Dictionary of English Language*, International Edition (New York, Funk & Wagnalls, Editorial Board for Dictionaries, 1970), onde fomos buscar o significado da expressão acima reproduzida e encontramos o seguinte: "obi" (...) n. 1. A kind of sorcery practiced by the Negroes of West Indies and SE United States: a revival or survival of African rites, specializing in poisons and the power of terror. 2. A charm or fetish used in these magical practices. Also

called obe, obeah". Hoje como ontem, a visão eurocêntrica e racista de práticas religiosas pertencentes a culturas não-europeias só faz confirmar o quanto a ideologia do supremacismo branco se perpetua, ela sim, como terrorismo cultural imperialista.

Apesar do tratamento depreciativo dos ingleses (nós, mulheres, sabemos o que significa ser chamada de feiticeira, sobretudo no século XVIII), sua força de mulher guerreira nunca foi esquecida por seus descendentes, por seus *yoyo*; e isto a ponto de o governo da Jamaica ter-lhe erguido um monumento no centro de Moore Town, após a ter declarado Heroína Nacional (a semelhança com Zumbi seria mera coincidência?). Opondo-se aos *bakra* na defesa de seu povo na Jamaica, ela se antecipou à ação de uma grande herdeira sua na África – a achanti Yaa Asantewa (rainha-mãe dos Ejisu) – que, no século seguinte, lideraria o mesmo tipo de luta contra os mesmos ingleses. O fato é que Nanny, espécie de *Oyá/lansã*, constituiu-se num dos grandes pilares dessa amefricanidade que nos alenta e sustenta em nossas lutas atuais, amefricanas de todas as regiões. Axé Mulher! □

Lélia Gonzalez é antropóloga, diretora do Planetário (RJ) e conselheira efetiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Entre outros trabalhos, publicou *Festas populares no Brasil* (Index, 1987).

Referências Bibliográficas

- BILBY, Kenneth e STEADY, Filomina Chioma (1981). "Black Woman and Survival: A Maroon Case" in Filomina C. Steady (org.) *The Black Woman Cross-Culturally*. Cambridge, Schenkman Publishing Company, Inc.
- CHANDLER, Wayne B. (1987). "The Moor: Light of Europe's Dark Age" in Ivan Van Sertima (org.) *African Presence in Early Europe*. New Brunswick-Oxford, Transaction Books (3ª ed.)
- DA MATTA, Roberto (1984). *Relativizando: uma Introdução à Antropologia*. Petrópolis, Vozes (4ª ed.)
- GONZALEZ, Lélia de A. (1988). "Por um Feminismo Afrolatinoamericano" in *Revista Isis*, julho/88 (no prelo).
- _____. (1983). "Racismo e Sexismo no Brasil" in *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*. Brasília, ANPOCS (Ciências Sociais Hoje, nº 2).
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. (1970). *Vocabulário da Psicanálise*. Santos, Livraria Martins Fontes.
- LARKIN NASCIMENTO, Elisa (1981). *Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma Rebelião Negra*. Petrópolis, Vozes.
- MAGNO, M. D. (1981). *América Ladina: introdução a uma abertura*. Rio, Colégio Freudiano do Rio de Janeiro.
- MATHURIN, Lucille (1975). *The Rebel Woman in British West Indies during Slavery*. Kingston, African-Caribbean Publications.
- VAN SERTIMA, Ivan (1976). *They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America*. New York, Random House.

Resumen

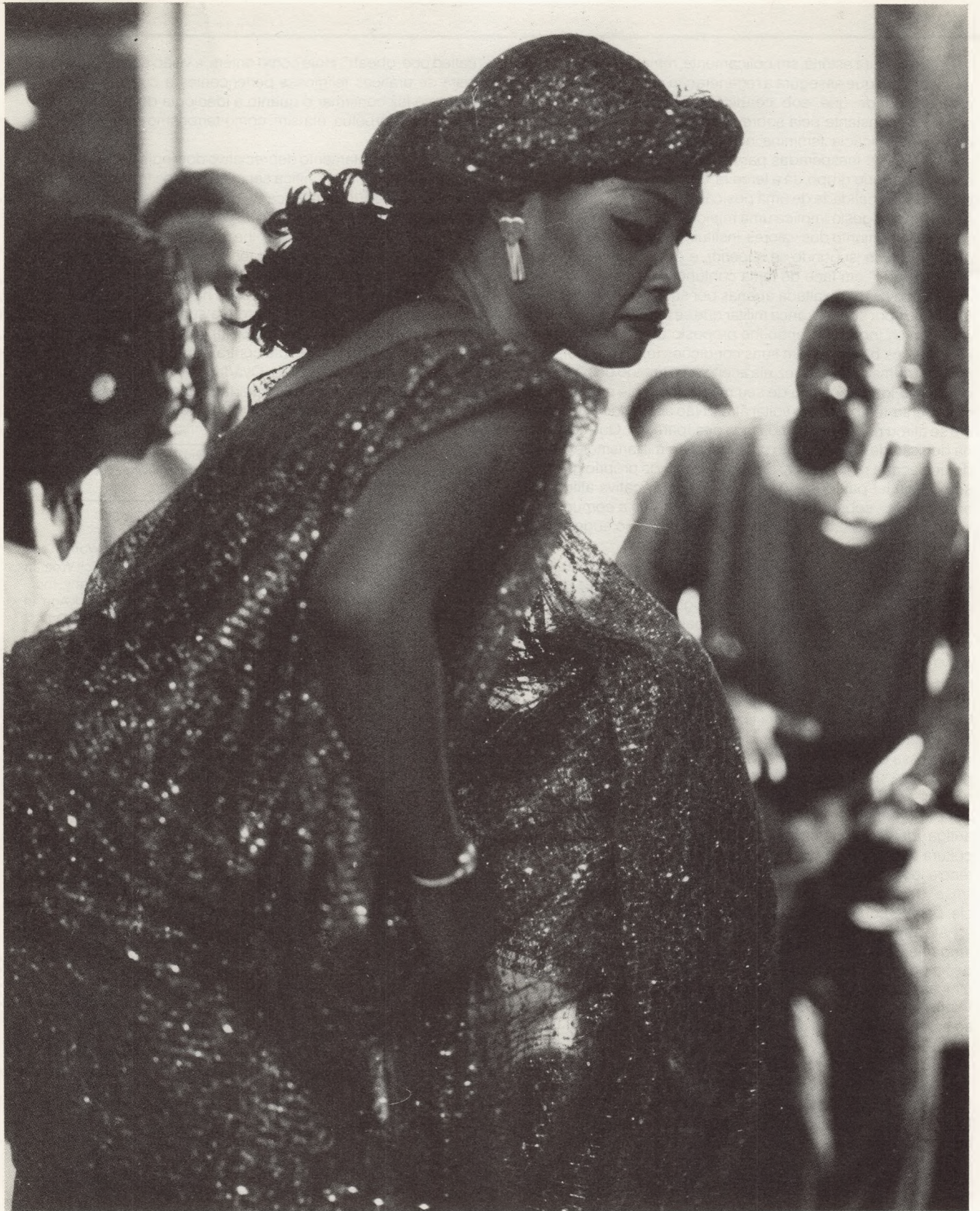
NANNY

En América, la experiencia común de los descendientes de Africanos puede ser comprendida y unificada por la amefricanidad, categoría que, en el largo proceso de resistencia, remite a la construcción de toda una unidad étnica. Nanny, guerrera y "madre" de su pueblo de Jamaica, puede considerarse, como Zumbi entre nosotros, en uno de los pilares de la amefricanidad.

Abstract

NANNY

The experience the descendants of Africans in the Americas have in common can be apprehended and brought together by Amefricanness, a category that, through the long process of resistance, remits to the construction of an ethnic identity. Nanny, warrior and "mother" of her people in Jamaica, like the Brazilian slave rebel Zumbi, is one of the cornerstone figures of Amefricanness.



Negritude e tigritude

O movimento da Negritude contemporânea, como nos anos 30, transpõe fronteiras e, expressando anseios comuns de liberdade, permite aproximar a poesia de jovens negros brasileiros da produção de autores contemporâneos sul-africanos.

Maria de Lourdes Teodoro

O movimento literário da Negritude antilhana e africana surgiu, antes de mais nada, como afirmação social e estética de um grupo de jovens estudantes que descobriram suas identidades enquanto negros e enquanto parte de uma unidade maior que, além das fronteiras de cada um, tinha dimensão internacional. Foi, para a maioria de seus membros, também uma forma de combater o colonialismo e a dependência cultural e política, através das ciências humanas e da arte em particular. Ela implicou uma visão satírica, crítica tanto dos países colonizadores, quanto dos colonizados.

O Modernismo brasileiro tem em comum com a Negritude – da qual é contemporâneo – esse desejo de liberar as energias sociais por meio do conhecimento do meio cultural e do investimento nos valores próprios. Tornar própria a língua do colonizador, rever a visão da Europa sobre si mesmos, elaborar uma nova imagem de si (enquanto raça e cultura), aliando prática política e literatura, tal foi o caminho desses dois movimentos artísticos e literários. Contrariamente às primeiras manifestações dos seus ecos mais recentes, eles nunca significaram a rejeição dos valores estéticos ocidentais. Convivendo com o Dadaísmo, o Cubismo, o Surrealismo, a Negritude os enriqueceu e enriqueceu-se no combate ao imperialismo cultural. Muitas de suas fontes foram comuns ao Modernismo brasileiro, em-

bora aqui o processo de industrialização tenha motivado uma relação maior com o Futurismo italiano. Para os antilhanos, a realidade social encontrava mais afinidades com o Surrealismo e o Dadaísmo, enquanto propostas de subversão estética e ideológica.

O primeiro grande texto literário da Negritude foi escrito por Aimé Césaire, quando este deixava a École Normale Supérieure e retornava à Martinica (seu país natal): “rico de tudo o que os brancos podiam ensinar-lhe e por isso mesmo tanto mais despedaçado”, diria André Breton. Do ponto de vista estético, o *Cahier d'un retour au pays natal* (Caderno de uma volta ao país natal) de Césaire, está para a Negritude como o “Prefácio Interessantíssimo” e a “Meditação sobre o Tietê”, de Mário de Andrade, para o Modernismo brasileiro.

Entre o caos e o vazio cultural (sempre ilusórios), os escritores da Negritude e os modernistas brasileiros afirmavam a riqueza cultural ignorada por estar distanciada demais dos modelos europeus. Os caminhos de um e outro movimento foram comuns na realização de um cadastro dos bens culturais ignorados, de modo a fornecer o fermento liberador das energias sociais e da inspiração criadora, que em muito enriqueceu seus sucessores e críticos. Os autores desses movimentos utilizaram sua cultura europeizante não mais para se mostrar, mas para colocar em relevo o patrimônio de seus povos.

Contexto de surgimento

Nos anos 40, em Paris, às margens do rio Sena, no "Quartier Latin", negros da Martinica, da Guadalupe, da Guiana francesa, do Senegal, se encontraram com os norte-americanos, haitianos, cubanos e outros mais. Encontraram-se para trocar primeiro a alegria do encontro do semelhante. "Nós éramos em Paris, dizia Alioune Diop, em 1947, um certo número de estudantes de além-mar que – no seio dos sofrimentos de uma Europa interrogando-se sobre a autenticidade de seus valores – nos reagrupamos para estudar a situação e as características que nos definissem a nós mesmos". Estes estudantes constatarem também que "liberdade, igualdade, fraternidade" não é um bem de todos. Entendem que para os negros do continente africano e da diáspora, liberdade, igualdade e fraternidade decorrerão necessariamente da luta de cada povo, de cada sociedade por esses direitos. Mas entendem também que os negros do mundo inteiro têm compromisso político e ideológico uns com os outros, pois tais direitos lhes são freqüentemente negados por causa de sua raça, ainda que o fator racial seja apenas o pretexto para a exploração econômica.

Enquanto movimento de vanguarda, a Negritude inclui autores revolucionários (esteticamente e ideologicamente) e é contemporânea de uma produção reacionária que ela combate e com a qual convive e por vezes integra, assim como ocorreu com o nosso Movimento Modernista: nem todos queriam ver o Brasil de Mário de Andrade de *Viagens de um turista aprendiz*, de Macunaíma – o herói sem nenhum caráter. Assim como nem todos queriam ver as Antilhas do *Caderno de volta ao país natal* de Aimé Césaire ou a África de *Batuala* de René Marín. E ainda hoje muitos não querem ver o Brasil de *O Banquete*, de Mário de Andrade, ou dos *Poemas coloniais* de Oswald de Andrade. No entanto, só a verdadeira percepção do real pode permitir a transformação social e cultural.

A dinâmica da Negritude

O Movimento da Negritude se fortaleceu com toda a literatura colonial (a dita literatura de viagens), se cultivou e enfiou-se com a etnologia, com as teorias racistas das superioridades biológicas e técnicas (releia-se *Une Tempête* de Césaire, *The Tempest*, de Shakespeare – entre outras "Tempestades" – ou o *Caliban* de Ernest Renan). A Negritude conseguiu até, com Senghor (entre outros), apoiar-se mesmo no conde de Gobineau para louvar a criatividade e a sensibilidade da raça negra. O índice de racismo antinegro era tão elevado que essa fonte dos ideólogos nazistas pode ser vista como positiva por ter reconhecido nos negros "o dom para a emoção e o ritmo". Mas foi uma etapa que os historiadores, etnólogos e arqueólogos africanos souberam e puderam superar, com a contribuição dos europeus e dos norte-americanos, trazendo a artistas, escritores e poetas uma visão positiva do passado africano e uma revisão da

Europa em guerra.

"Europa brilho de liga metálica

Europa túnel baixo donde escorre um orvalho de sangue

Nome antigo

dou minha adesão a tudo o que cobre de pó o céu da tua insolência a tudo o que é leal e fraterno, a tudo o que tem a coragem de ser eternamente novo, a tudo o que sabe dar seu coração ao fogo, a tudo o que tem a força para secretar uma seiva inesgotável, a tudo o que é calmo e seguro, a tudo o que não é tu, a todo soluço considerável."

Aimé Césaire, *Cahier...*

O que revela a poesia dos grandes líderes da Negritude antilhana, como A. Césaire, Leon-Gontran Damas, o cubano Nicolás Guillén, é a força com que condensaram as questões cruciais dos negros da África e da diáspora. Para Jean-Paul Sartre, a Negritude é um *Arquétipo* e um *Valor*, por isso, acrescenta ele, ela encontrará seu símbolo mais transparente nos valores estéticos. Enquanto obra de arte, ela é um apelo à liberdade e generosidade absoluta.

"devolvi-as a mim minhas bonecas negras, que eu brinque com elas

as brincadeiras ingênuas de meu instinto

ficar à sombra de suas leis

recobrar minha audácia

me sentir eu mesmo

novo eu mesmo como ontem eu era

ontem

sem complexidade

ontem

quando veio a hora de deixar as raízes"

L.-G. Damas

Trad. Marcos Bagno

Em 1939, Césaire utiliza pela primeira vez o termo *Négritude* em seu poema "*Cahier d'un retour au pays natal*" (*Caderno de uma volta ao país natal*), que será editado em 1944, com prefácio de André Breton (escrito em Nova York em 1943). Para Breton "este poema não era nada menos que o maior monumento lírico [daquele] tempo", era o "primeiro sopro novo, vivificador" de uma época onde só a morte triunfava. E conclui seu prefácio: "A palavra de Aimé Césaire, bela como o oxigênio nascente":

.....
E forço a membrana vitelina que me separa de mim mesmo,

Eu forço as grandes águas que me cingem o sangue

Sou eu, nada senão eu que tomo meu lugar no

último trem da última vaga da última

maré sizígia

Sou eu, nada senão eu

que ancore com minha última angústia."

A. Césaire, *Cahier...*

Trad. Marcos Bagno

Nos primeiros tempos, assim como a visão da África foi idílica, plena, serena, a visão da Europa foi tenebrosa, escatológica, dramática. Se o Movimento da Negritude nasceu em Paris, sua essência nasceu em cada pedaço da América, do Caribe, da África de onde vieram seus mestres.

Em um certo sentido, esse Movimento não tinha significação dentro do contexto do continente africano. Isto fica sugerido no muito citado e explorado provérbio que o Nobel nigeriano evidenciou: "um tigre não proclama sua tigridade, um tigre ataca". O próprio Wole Soyinka, em uma das vezes em que tentou modificar a impressão causada, explicava que a Negritude não fazia

sentido na África negra porque o povo africano não estava preocupado em prová-la (enquanto característica racial), o que foi uma verdade evidente. Aquele povo, que escapou da escola colonial, livrou-se assim da lavagem cerebral que aquela escola implicava e não se sentia branco nem tampouco tinha a alma "crivada de raças" como o brasileiro Mário de Andrade. Mas as lideranças desses povos (quer se tratasse de África, do Caribe ou da América) tinham sido levadas a envergonhar-se de si mesmas. Elas necessitavam portanto encontrar-se: afirmar sua negritude, identificarem-se com seus povos enquanto raça e enquanto cultura. Só após esta etapa viriam as lutas pela independência política e econômica.

Portanto, só após essa etapa é que se veio a questionar o papel do próprio negro no processo de colonização. Só mais tarde é que se veio a ler Sartre criticamente e que Frantz Fanon desenvolveu a psiquiatria do oprimido em sua relação com o colonizador e consigo mesmo. Nos anos 60, Césaire relê a revolução haitiana, evidencia os conflitos entre negros e mulattos. O senegalês Cheikh Anta Diop revoluciona os conhecimentos científicos sobre a cultura egípcia mostrando a precedência negra naquela civilização, para o choque de negros e brancos nos anos 50.

Na dinâmica da Negritude, o que vemos hoje é o encontro de cada país africano consigo mesmo. É o surgimento das identidades nacionais, das histórias de países independentes que buscam se afirmar no panorama internacional através de suas instituições econômicas, financeiras, políticas e culturais.

No berço da negritude antilhana – a ilha da Martinica –, como no Caribe em geral, notar-se-á na linguagem literária atual cada vez menor o espaço do estigma e cada vez mais ampla a expressão da liberdade; seja com o refinamento de Daniel Maximin, Edouard Glissant, Henri Corbin, ou George Lamming, seja ainda, por exemplo, na subversão coerente da linguagem poética de Colin Prescod, Linton Kwesi Johnson, Max Trébeau.

Literatura e política

As questões de ordem política envolvendo os líderes da Negritude tenderam a direcionar (nos anos 60 sobretudo) a leitura de suas obras. O entusiasmo puro de Senghor pela "civilização universal", seus sonhos de um "Império francês" englobando países negro-africanos, tendeu a dar-lhe, por um lado (nas leituras de interesse político de direita) a dimensão de único líder da Negritude; por outro lado (nas leituras de interesse político de esquerda), sua obra foi ou é renegada em bloco devido a sua postura política. É evidente que sua obra poética e seus ensaios sobre cultura e identidade têm merecido desde suas primeiras edições (*Chants d'ombre*, 1945, *Hosties noires*, 1948, etc.) uma crítica lúcida que tem sabido pôr em relevo suas qualidades e riqueza estética.

Aimé Césaire, ex-membro do Partido Comunista francês, deputado pela Martinica e seu representante junto ao governo francês desde 1946, fundador do Partido Progressista Martiniquenho, embora reconhecido pela crítica internacional, também será alvo de reservas em sua terra, por razões políticas. Césaire, cuja obra é objeto de publicações regulares em várias universidades, é quase desconhecido no Brasil. Ele questionou e questiona (*Moi, laminaire*, seu último livro de poemas publicado, saiu em 1982, nas edições do Seuil) de modo revolucionário, esteticamente e ideologicamente a grandeza e a miséria do encontro entre a Europa, a África, o Caribe e as Américas. Seu teatro tem muito de Brecht e de Shakespeare: ele o fez arma de combate, ele o fez caminho de reflexão, ele o fez expressão não só das Antilhas, mas da África e da diáspora africana, ele o fez negro e humano.

A aproximação sugerida entre Modernismo e Negritude ganha seu interesse se relemos a prosa e a poesia da época ao lado do ensaio modernista e do ensaio da Negritude, através das revistas *Légitime Défense* (1932), *Tropiques* (1941-45), *Révue du Monde Noir*, (Revista do Mundo Negro) (1931-32), *Présence Africaine* (1947...), etc.

Graças às conquistas da Negritude e do Modernismo, as gerações seguintes puderam contestar, inovar, criar livremente, dialogando com sua própria cultura, ou então regredir, por não ousar enriquecer suas conquistas estéticas e ideológicas.

A recepção branca

Na Alemanha, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá a crítica tem sido abundante e enriquecedora da produção artístico-literária da Negritude antilhana e africana.

Os caminhos abertos por André Breton e Jean-Paul Sartre encontram hoje em universidades do mundo inteiro sua continuidade e incansável renovação. Dessa produção dizia Sartre em 1948:

"Desejo que aprendamos a ler estas obras e que agradeçamos aos negros por enriquecerem nossa velha cultura cerimoniosa, embaraçada em suas tradições e sua etiqueta, ela bem necessita de algo novo; cada negro que procura pintar-se por meio de nossos mitos é um pouco de sangue fresco que circula neste velho corpo. É necessário que a presença africana seja, entre nós, não como a de uma criança em círculo da família, mas como a presença de um remorso e de uma esperança."

Os autores da Negritude – todavia – serão tão mais revolucionários quanto melhor utilizarem a língua francesa para expressarem seus próprios mitos, e fizerem suas as palavras francesas.

Jacques Mowlett, colaborador de *Presença Africana*, durante longos anos, dizia no primeiro número dessa revista, em 1947:

"O que queríamos, pois, sugerir a esta consciência moderna ocidental é, simplesmente, o interesse que haveria para ela em se voltar em direção a estas formas de expressão africana tão plenas do peso das coisas e dos seres. Talvez ela encontrasse formas de apreensão do real propícias a apaziguar nostalgias e, quem sabe, ela ganhasse aí também alguma ciência..."

Em suas avaliações dos movimentos Modernista e da Negritude, Mário de Andrade, Senghor e Césaire têm em comum a consciência da importância do papel que desempenharam para a libertação de suas culturas. Cada geração, cada pensador, cada escritor, cada artista, cada homem político – dirá Senghor – deve aprofundar, enriquecer e superar a Negritude. Mas superar, acrescenta ele, não é renegar, já que superação implica diferença dentro da qualidade: nova maneira de ver, de viver e de dizer segundo as novas circunstâncias.





Senghor se aproxima de Mário de Andrade quando este dizia em 1942: "Hoje o artista brasileiro tem diante de si uma verdade social, uma liberdade (infelizmente só estética), uma independência, um direito às suas inquietações e pesquisas que não tendo passado pelo que passaram os modernistas da Semana, ele nem sequer pode imaginar que conquista enorme representa."

A avaliação de Aimé Césaire une-se às dos autores brasileiro e africano: "A Negritude é o que é, tem suas qualidades e seus defeitos, mas no momento em que é vilipendiada, em que é descaracterizada, eu gostaria assim mesmo de que se fizesse uma reflexão sobre o que era a situação dos negros, a situação do mundo negro no momento em que esta noção nasceu como que espontaneamente, de tal forma ela respondia a uma necessidade. Evidentemente, nesta hora atual, os jovens podem fazer outra coisa, mas creiam-me, eles não poderiam fazer outra coisa nesta hora atual se, num dado momento, entre 1930 e 1940, não houvesse havido um grupo de homens que se arriscaram a pôr de pé este movimento chamado Negritude."

A Negritude contemporânea

Foi enquanto Arquétipo e enquanto Valor que o conceito Negritude transpôs fronteiras e vem hoje alimentar a produção dos brasileiros negros. Sua curta permanência na poesia africana de língua portuguesa está relacionada ao processo das lutas de libertação, já que em 1956 fundiram-se, por exemplo, vários movimentos que vieram formar o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). E é nos anos sessenta que a versão senhoria da Negritude chega aos países africanos de expressão portuguesa. Talvez Senghor teorizasse ainda sobre a União Francesa quando, em 1958, Agostinho Neto fundava com outros companheiros o Movimento Anticolonial (MAC).

A ausência do conceito ou sua quase ausência na poética sul-africana se relaciona ao *apartheid* – o sistema racista e odioso da África do Sul. Deve-se ainda à consciência de ser negro em frontal conflito com o branco e não com a própria negritude objetiva.

A poesia dos sul-africanos desvenda, contudo, um universo que está próximo do dos autores brasileiros negros:

"Jo'burg City

Eu vagamundeio em tuas ruas negras e brancas,
tuas ruas mecanizadas,

eu sou o pesado hálito de aço que tu aspiras
às seis da manhã, que exalas ao anoitecer, desde
às 5 horas,
Jo'burg City.

.....
E quando volto ao meu amor,
aos meus dongas, minha poeira, meu povo, minha morte,
– lá onde a morte me espreita na sombra como uma
navalha na carne –

.....
Jo'burg City, Johannesburg, Jo'burg City.

Mongane Wally Serote

Essa atmosfera de opressão e liberdade vigiada é a mesma que nos transmite Cuti (Luís Silva) em seu poema "Impressão":

Parece que o brilho dos automóveis foi arrancado dos
meus olhos vazados num passado

Parece que nos rios poluídos corre o sangue de minhas
veias trituradas nas indústrias

Parece que as pilastras dos viadutos são meus ossos
descarnados a mil gemidos no pelourinho da História

Parece que o verde todo verde tem raízes negras que
reclamam frutos

Parece que a bomba atômica foi enfiada nos meus pulmões

.....
Parece que às seis da tarde os sinos e as sirenes
têm um pouco do meu grito

E que a noite traz uma rede de sonhos

Para pescar esperanças que me façam cafuné."

E talvez por ver assim a urbanidade paulista, o poeta se sensibilize com o país de Nelson e Winnie Mandela:

"áfrica do sul
mágoa de dois mares
mandela-chaca-zulu-mandela
o sol sai da tua cela
o olhar de negro é janela
ansiando esta manhã

.....
o império do minério
se abala e pressente
um rio de sangue azul
zambezeando johanesburgo
os preconceitos na correnteza...
esperanças pretas
florescendo nas margens".

São vários os aspectos comuns entre os poetas da África e da diáspora. Assim como os africanos e antilhanos dos anos 30, os jovens poetas brasileiros negros fizeram da África um dos seus primeiros e mais recorrentes temas poéticos. Só nos anos 80 é que o cone sul da África ganha amplo espaço nessa poesia.

A leitura da negritude na poesia de expressão portuguesa requer aqui um espaço de que não dispomos. Em 1942 Francisco José Tenreiro introduziu o termo em língua portuguesa ao publicar *Ilha de nome santo*. Anos depois, africanos residentes em Lisboa "sonhavam com uma apropriação dos valores culturais que lhes permitisse reafricanizar-se, prolongando assim o projecto dos angolanos, que queriam redescobrir Angola" como o afirma o crítico Manuel Margarido. A experiência dos poetas de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé é semelhante à dos angolanos. Em *A Decisão da idade* Ruy Duarte de Carvalho nos revela belos aspectos da cultura de seu país:

"Habitó o movimento e a minha pátria
é todo o continente de que não sei o fim.
Irei tão longe quanta for a sede e a urgência da mudança.

.....
Atingirei o extremo norte
se a tanto me levar
o corpo fustigado pela carência das águas."

Chorar não chorar, a planície fica na mesma, diz um provérbio Cabinda; assim a angolana Paula Tavares epigrafa um seu poema:

"enchendo de farpas a memória
preenchemos os dias de vazio,"
é também com este sentimento que Agostinho Neto nos deixa o

poema "Criar":

"Criar criar
sobre a profanação da floresta
sobre a fortaleza impudica do chicote
criar sobre o perfume dos troncos serrados
criar
criar com os olhos secos".

E esta parece ser a exigência que se impõem sempre mais e mais os poetas de África, cuja produção mais recente nos chegou com *Sonha Mamana Africa*, antologia organizada por C. Medina, contendo informações sobre os autores por vezes dispensáveis, ao lado de dados preciosos. Em Cabo Verde, uma liberdade de criação e uma poeticidade mais densa transparecem na obra de Corsino FORTES,

"Todas as tardes o poente dobra
o teu polegar sobre a ilha
E do poente ao polegar
cresce
um progresso de pedra morta
Que a Península
ainda bebe
Pela taça da colónia
Todo o sangue do teu corpo peregrino"

"Emigrante".

Negritude brasileira

Se é possível, pela temática comum, aproximar jovens poetas brasileiros negros dos poetas africanos, antilhanos e norte-americanos, não se pode deixar de assinalar a particularidade da negritude brasileira atual. O surgimento dessa poesia se faz acompanhar da recusa de leitura dos autores brancos brasileiros e mesmo de grandes autores negros então considerados vítimas de "branqueamento", a exemplo de Castro Alves, Cruz e Souza, Mário de Andrade, etc. O poeta popular Solano Trindade, ou o poeta-compositor Lino Guedes, ao lado de Luiz Gama, foram os vates inspiradores. Hoje, após alguns encontros para reflexão sobre a própria produção, esses autores revisitam ou descobrem os primeiros poetas negros que deixaram seu nome na literatura brasileira.

Um outro aspecto é que, enquanto os autores africanos, antilhanos e norte-americanos beberam nas melhores fontes da poesia de língua francesa, portuguesa, inglesa e espanhola, os autores brasileiros dos anos 60-80 – com acesso incomparavelmente menor às universidades – viram-se mais tentados à rejeição dos grandes nomes da literatura de língua portuguesa. A linguagem poética só muito recentemente começa a afirmar-se pela poeticidade, descobrindo a riqueza das múltiplas faces das palavras.

O surgimento da coletânea paulista *Cadernos Negros*, em 1978, é um testemunho: "Estamos no limiar de um novo tempo. Tempo de África, vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos arrancando as máscaras brancas, pondo fim à limitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte." Neste texto de apresentação os autores deixam evidentes seus pontos comuns com as elites antilhana e africana dos anos 30. Mas esta não é a única vertente desta poesia. Vários poetas negros podem ser negros como respiram, assim como o desejou L.-G. Damas em um seu poema nos anos 40, a exemplo do goiano Aí-dernor Aires, do brasileiro Cinen de Souza ou do piauiense Hélio Ferreira:

"passar por mim como se passeasse
entre cirandas ou manequins
e tudo me leva à vida: o mundo

a se arrebeitar nos portais
a correr na direção da pedra
descoberta da medula que se quebra
ao amanhecer: sol de soslaio – rota
de quem canta a efemeridade do seu canto
e eu estivesse para me acabar
em fogo
numa dessas tardes
em que minhas mãos apalpa rosas e ferro"

H. Ferreira

Este é o mesmo poeta de "à margem da marginalidade/o poema irá de esquina-a-esquina/.../angústia desta cidade/ em abril de 1984/lascado-em-bandas/no planalto central".

Contudo, mesmo críticos sérios como David Brookshaw parecem não aceitar como expressão da negritude a linguagem poética sem marcas raciais. É incontestável que não se pode negar aos autores negros a experiência estética da liberdade de ser. O que se pode é lamentar que, entre os brasileiros, seja tão longo o "tornar-se negro", para a descoberta da leveza da poesia:

"estou pleno de vãos
e passarinho
se pouco
me dou
são as duas metades que tenho
mesmo sabendo
que é impossível mudar
a anatomia desta manhã
sem sangrar"

Cinen de Souza

Da negritude à tigrítude, a poesia cantará a eterna mutação das ondas e não saberá esquecer nunca o que, para o ser humano, constitui o essencial. □

Maria de Lourdes Teodoro é professora na Universidade de Brasília, Departamento de Desenho. Colaborou com poemas e crítica literária na revista *Présence Africaine* e no volume *Images d'Haiti*, publicado pelo Centro de Pesquisas e Estudos Comparados Ibero-francófonos da Sorbonne, Paris III. Publicou "Água-marinha ou tempo sem palavra" (poemas – Brasília, 1978) e *Fricote: swing – ensaio sócio-anropológico em ritmo de jazz* (Brasília, 1986).

Resumen

NEGRITUD Y TIGRITUD

El actual movimiento negro trasponde fronteras, al igual que los años treinta y, al expresar anhelos comunes de libertad, permite aproximar la poesía de los jóvenes negros brasileños a la producción de autores sudafricanos contemporáneos.

Abstract

NIGRITUDE AND TIGRITUDE

The contemporary Nigritude movement, like its thirties forerunner, straddles frontiers and, by expressing shared yearnings for liberty, makes it possible to compare the poetry of young black writers in Brazil with that of contemporary South African authors.



Mestiçagem e segregação

O momento de crise nacional mergulha o modelo de um Brasil branco num abismo cujo fim ninguém conhece. À sombra dessa hecatombe, as instituições do negro continuam sólidas e dinâmicas, e são verdadeiros modelos de organização comunitária e de resistência a um processo de americanização que ninguém na classe dominante parece interessado mais em deter.

— José Jorge de Carvalho —

A discussão sobre a questão racial no Brasil, com o centenário da abolição da escravidão, está alcançando este ano um espaço realmente amplo na mídia, para surpresa e perplexidade de alguns estudiosos e franca desconfiança de outros. Afinal – perguntam-se – dadas as características tipicamente conciliatórias e superficialmente reformistas da política na Nova República, o que se ganhará, em termos concretos de melhoria de vida da população negra brasileira, além de uma retórica de boa vontade e de uma espécie de oração estetizada por uma futura harmonia racial? Ou mesmo, quem sabe, algumas novas formas sutis de racismo serão introduzidas, tais como os segregadores “concursos de beleza negra” que começam a surgir? É essa complexa questão da ideologia racial brasileira que mais uma vez se metamorfoseia aos olhos do público e que merece, portanto, ser de novo analisada.

A abolição da escravidão ocorreu quase simultaneamente ao surgimento da República e foi com ela que o negro se transforma num problema nacional: a elite dessa nova nação olha perplexa para a sua composição étnica interna e identifica o negro como o seu principal entrave para fazer do Brasil um país europeu. A primeira tentativa para “solucionar” o problema da fisionomia africana do país é dada por Rui Barbosa, descrito nas enciclopédias como “a maior inteligência brasileira”: manda queimar todos os arquivos sobre a escravidão no Brasil, propondo a amnésia sobre nossa origem como ideologia nacional. Em seguida surgem as célebres teorias arianistas, adotadas por Nina Rodrigues, Sílvio Romero e outros, que culpavam a miscigenação como a causa de nossa inferioridade como povo. É ainda vigente, numa parte do cidadão comum brasileiro, esse credo arianizante.

O segundo grande momento dessa discussão foi o surgimento do famoso mito da democracia racial brasileira, criado por Gilberto Freyre: a ideologia arianista foi por ele condenada por errônea científica e factualmente – para Freyre, o grande mérito da civilização brasileira foi justamente a mistura racial, que permitiu um convívio amoroso, sensual, quase idílico entre o negro escravo e o branco senhor, um na senzala e o outro na casa grande. Críticas não faltaram, desde os anos 30, a essa falsa harmonia racial pintada por Freyre. Seu modelo, entretanto, apelou para a maioria dos brancos pelo seu caráter conciliatório, que favoreceu a construção de uma auto-imagem afirmativa para o Brasil: apesar do regime escravocrata, nosso país pode-

ria apresentar uma fisionomia de tolerância e dar uma lição internacional de perfeito convívio inter-racial.

A partir dos anos cinquenta, sobretudo, vários estudos sociológicos começaram a revelar o verdadeiro quadro da discriminação racial no Brasil e foram desfazendo a arrumada imagem de convívio sem conflito promovida por Freyre. Com Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, o Brasil começa a ser visto com seu rosto de país racista, rosto que permanece até hoje. Paralelamente, os estudos sobre religiões afro-brasileiras possibilitaram colocar, sem os preconceitos anteriores, a forte presença do lado puramente africano da religião no Brasil, mostrando inclusive a concepção simplificador e enganosa por trás da célebre noção de “sincretismo religioso”, que garantia a imagem do país como cristão (logo, europeu) em última instância.

Um dos últimos momentos reconhecíveis dessa complexa questão foi a intensificação, a partir dos anos setenta e coincidente com a etapa de distensão do regime ditatorial, dos movimentos negros, que denunciaram o descarado racismo brasileiro em toda a sua violência, sem concessões acadêmicas ou eufemismos de estilo. É resultado direto da energia do movimento negro – independentemente de como se encontre no momento presente – a luta por recuperar a figura de Zumbi como o grande símbolo da raça negra no Brasil, inclusive a ponto de propor a data de sua morte – 20 de novembro – como o dia da consciência negra, em oposição ao Treze de Maio. Como muito bem argumentam expoentes do movimento, o dia da abolição é de significado tão ambíguo e enganoso quanto a própria democracia racial brasileira; pois, por trás da figura supostamente bondosa da Princesa Isabel, estaria uma visão paternalista do branco; mais ainda, enfatizaria num plano mais sutil a necessidade da presença do branco para o negro existir, o que acaba por desembocar na idéia do branqueamento. Treze de Maio seria então, num nível mais abstrato, a promoção do Brasil mulato; 20 de novembro, a afirmação de um Brasil negro. O valor político dessa afirmação transcende inclusive a própria questão racial, pois permite desmascarar essa falsa imagem de mediação e tolerância que se fabrica sobre o país e que é projetada em outras áreas da sociedade brasileira, disfarçando o autoritarismo, o imobilismo ideológico e a opressão concreta das elites sobre a maioria da população.

Da ideologia da mestiçagem à segregação racial

Apesar de uma insistência interpretativa na mediação como um elemento básico da ideologia brasileira – daí a importância que inúmeros autores, de Gilberto Freyre a Roberto da Matta, deram à miscigenação e ao sincretismo – sustento que, tanto no plano dos valores quanto no das diferenças raciais concretas, nossa sociedade se encontra extremamente polarizada, quase tanto quando o era nos tempos da escravidão. Apesar de existirem valores “mulatos”, que funcionam perfeitamente como mediadores e atenuantes do conflito racial (a própria mulata seria um desses valores; a feijoada, tomada como símbolo nacional¹, seria outro; e o próprio samba, enquanto ritmo que caracteriza o país como um todo, congregando negros e brancos), visto a um nível mais geral, a cultura africana no Brasil é situada num nicho bem oposto ao nicho da cultura europeia, com a qual o país, enquanto Estado, se identifica plenamente, como veremos adiante. A polarização cultural reflete a segregação concreta, de uma forma muito mais direta do que pareceria à primeira vista.

Dentro dessa dialética extremamente complexa gostaria de avançar, em primeiro lugar, como se opõem, na visão comum do brasileiro, as imagens do continente africano às imagens da Europa e dos Estados Unidos. Falo de valores que são transmitidos pela mídia, bem como os estereótipos veiculados oralmente. Importa, neste quadro, lembrar que a imagem que se faz do continente está diretamente ligada à imagem que se faz do homem que nele vive ou que dele veio.

ÁFRICA	EUROPA/EUA
Pobreza, fome	Riqueza, abundância
Ignorância, analfabetismo, falta de “cultura”	Ciência, cultura, civilização
Rudimentar, “atrasado”	Alta tecnologia, “adiantado”
Dominado	Dominador, poder
Humilhação	Orgulho, auto-estima,
Enfermidade	Saúde

Diante de tal quadro, a construção de uma imagem brasileira passa pela identificação com o Ocidente, pois este é claramente visto como superior. E, pelo caminho inverso, esse estereótipo negativo que se constrói da África corre em paralelo e é uma expressão eficaz do estereótipo que se constrói do negro brasileiro. Entendo, a partir daí, que dificilmente se alterará radicalmente a imagem negativa que se faz do negro no Brasil, se não se alterar também a imagem que se construiu do continente africano. E essa polarização de imagens, antiga como a conquista da África no século XVI, tem inclusive se intensificado nos últimos tempos, como consequência do bombardeio de notícias sobre governos sanguinários, pestes, fomes e guerras que assolam os países africanos, em detrimento de informações sobre outros aspectos, mais afirmativos, sobre a experiência social e cultural africana.

Partindo, então, dessa oposição mais geral de imagens, passemos agora a analisar como se colocam, na ótica branca dominante, os símbolos africanos no Brasil. Da mesma forma que os continentes se contrastam, um esquema simbólico bem estabelecido separa nitidamente as dimensões da vida associadas à cultura negra e à cultura europeia. Em geral, o lado instintivo, privado, sensual, mágico, inconstruído, lúdico da experiência está associado à cultura africana, enquanto o lado racional, público, formal, institucional, ligado à cultura europeia. Em vez de partir, então, de uma afirmação genérica, de que a cultura negra é desvalorizada socialmente, seria mais proveitoso analisar exatamente em que áreas essa desvalorização (ou mesmo

negação) é máxima e em que áreas ela se atenua, ou mesmo desaparece. Minha sugestão, resumida e generalizante, é a seguinte: os símbolos da cultura africana estão por demais próximos da vida psíquica brasileira em geral, mas por demais distantes das fantasias e imagens de identidade do brasileiro (incluindo a maioria dos negros), que é construída totalmente em cima de símbolos europeus. São várias as oposições estruturais nos valores que demarcam essa diferença.

Tomando um exemplo um tanto prosaico, difícil é o brasileiro que, enfrentando-se com uma situação de crise ligada sobretudo a relações interpessoais (conflitos amorosos, sexuais, de trabalho, etc.) não se disponha a usar os serviços ou pelo menos o conselho de um pai ou mãe de santo. E esta mesma pessoa que, suponhamos, aceita neutralizar um rival ou inimigo com a ajuda dos símbolos rituais afro-brasileiros, poderia perfeitamente consultar um psicanalista (ou outra forma qualquer de terapia ocidental) para compreender (já que o estudo da psique, na cultura ocidental, não deixa de ser uma forma de ciência) o que lhe passa. Ou ainda confessar-se para receber do sacerdote o perdão por sua conduta anticristã. O candomblé lhe oferece um lugar para exercer o lado mais instintivo do seu ser, enquanto o psicanalista lhe ensina como entender esse lado instintivo; e o sacerdote, como exorcizá-lo. O terreno da volição, da irracionalidade, do impulso, é colocado mais abertamente para o pai de santo; o terreno do controle, do comportamento transparente, correto e moral, é colocado para o psicoterapeuta ou para o sacerdote. Por trás dessa compartimentalização está a oposição entre uma ética universalista, associada à cultura europeia (cristianismo, psicanálise e outras terapias análogas) e uma ética particularista, desligada de noções abstratas de bem e de dever, associada pelo brasileiro à cultura africana. De forma análoga, enquanto o lado sexual das relações amorosas encontra uma fácil ressonância simbólica com o negro (tema tratado já inúmeras vezes sob os mais diversificados pontos de vista), o imaginário amoroso que se perpetua como modelo continua sendo baseado nos moldes tipicamente europeus, desde a simbólica amorosa medieval ou de Shakespeare, até os modelos mais contemporâneos de vida amorosa no Ocidente.

Raciocínio análogo ao aqui empregado sobre conflitos interpessoais e vida amorosa poderia ser desenvolvido, tomando outras áreas da experiência social e individual, onde nos depararíamos com essa polarização entre valores africanos e europeus.

A possibilidade de jogar com dois universos geradores de símbolos tão distintos e, por que não, complementares, pode ser, sem dúvida alguma, uma fonte de vitalidade e enriquecimento da experiência individual e coletiva, não estivessem esses universos recortados por uma profunda separação, onde os símbolos negros aparecem escondidos, internalizados, confinados ao âmbito privado, enquanto apenas a simbólica de origem europeia tem expressão pública irrestrita. É essa consciência cindida do branco brasileiro, escondendo o seu lado africano e exibindo apenas o europeu, que precisaria ser melhor entendida, pois nenhuma lei anti-racismo pode mudar o fundamento do quadro terrível de discriminação contra o negro, se não se chega a desfazer a polarização extrema dessa estrutura mental e simbólica.

Se averiguarmos mais detalhadamente as oposições, passando dos valores às esferas de atuação, vemos que a cultura negra (e, por consequência, o próprio negro) está restrita à área de magia, do privado, do esportivo e da festa. Já naquelas esferas mais decisivamente públicas, onde a nação enquanto Estado se representa, verifica-se algo extremamente próximo de um regime de *apartheid*, tal o nível elevado de segregação racial que exibem. O Itamaraty, as Forças Armadas, o Congresso Nacional, o Judiciário, os altos postos da Administração Pública, as

Academias, a Igreja Católica e os postos de destaque na mídia apenas contam com representantes negros, essas instituições funcionando na prática como se o racismo fosse legal no país, pois excluem o negro independentemente de seu grau de instrução ou qualificação². Este *apartheid* deve ser acusado também na área da música e das artes em geral, redutos tidos tradicionalmente como fáceis e seguros para a afirmação cultural do negro. Vejamos como se passam as coisas.

Primeiramente lembramos que a presença negra na música clássica – reduto privilegiado da identidade européia no Brasil – é quase nula. Já na música popular brasileira de projeção internacional sua presença é mais freqüente como acompanhante ou percussionista do que como astro principal. De uma lista de doze músicos brasileiros de fama internacional nos últimos vinte anos, somente dois são negros, proporção surpreendentemente pequena para um país de grandes tradições musicais africanas³. Logo, deveremos lembrar também do grande espaço aberto na mídia hoje para o rock nacional – um universo quase que exclusivamente ariano. O negro marca sua presença com maior força unicamente na área da música popular de circulação interna, sobretudo no samba e em seus equivalentes regionais. Assim, a idéia de uma música brasileira dominada pelo sangue negro é mais um engodo da democracia racial; na prática, o papel do negro na música é claramente subalterno.

Quanto ao modelo de beleza feminina, apesar de toda a fantasia da mulata, mantém-se tão ariano quanto o era há um século atrás. Vera Fischer, Bruna Lombardi, Maitê Proença, Marta Rocha, Norma Benguel, Tônia Carrero, etc., são todas mulheres brancas. No máximo sobraria para as mulatas (em geral seres anônimos, indiferenciados, puros corpos) e as negras a qualidade de eróticas, ou sensuais; certamente nenhuma negra entra no primeiro time das mulheres belas. Idêntica amostra poderíamos fazer dos atores e atrizes, onde veríamos que os negros, entre os de primeira grandeza, são a minoria. Afinal, de Carmem Miranda, uma portuguesa branca fantasiada de baiana, a Lucélia Santos, outra branca fazendo o papel de escrava, vemos que muito pouco mudou em quarenta anos.

Vale ressaltar também que a maioria dos negros que galgaram a dimensão de figuras nacionais e internacionais conta hoje com mais de 45 anos, o que significa que começaram sua carreira um pouco antes da televisão se impor no país com a força que tem hoje. Na TV a concorrência com o branco ficou ainda mais desleal, já que na era do rádio e do teatro eram a voz e o talento dramático que contavam. Agora, a cor e a imagem são igualmente importantes. É absolutamente claro, por exemplo, em qualquer programa, como a cor é um parâmetro básico para definir a hierarquia dos papéis, dos grandes destaques às funções inteiramente subalternas. Podemos dizer, então, que a consolidação das grandes redes de TV no Brasil, na época da ditadura, reforçou a segregação racial, em vez de atenuá-la⁴. Daí que qualquer tentativa de reverter o nosso quadro atual de racismo deve dar absoluta prioridade a uma alteração da imagem do negro e do mulato na mídia.

Em tudo isso que vimos, funciona a pleno a velha e escan-

dalosa ideologia do branqueamento, através da qual o país procura se apresentar externamente (e também internamente, como bem o observou Clóvis Moura), como um país branco. Sintetizando agora essa discussão sobre a segregação, vejamos como as duas esferas de atuação que discutimos se separaram nitidamente.

Esfera da cultura negra	Esfera da cultura branca
Ética particularista	Ética universalista
Magia	Ciência
Candomblé, macumba	Cristianismo
Pai de Santo, curandeiro	Médico, sacerdote, analista
Vida privada, casa	Espaço público, instituições do Estado
Relações amorosas concretas	Casamento, amor idealizado
Música, dança	Literatura, artes plásticas
Esportes populares	Esportes de elite
Entretenimento, festa	Cerimônias, cultura oficial
Informalidade	Formalidade
Posição subalterna na mídia	Posição dominante na mídia
Erotismo	Beleza

Sobre o quadro acima é importante ressaltar que ambas esferas são tidas como parte integrante da vida de brancos e negros no Brasil. A questão é procurar entender por que a parcela da presença negra que foi mais de fato assumida como identidade nacional (e inclusive para consumo internacional) tenha sido aquela ligada ao espetáculo e à comida – o samba, o carnaval, a parte festiva das religiões afro-brasileiras, a feijoada, a comida baiana. Estas áreas são, na verdade, um instrumento de celebração do mito da democracia racial, na exaltação de um Brasil mulato, que acaba por encobrir a muito mais profunda ideologia racista do branqueamento, inalterada há já um século, apesar da realidade incontestável da miscigenação, por um lado, e das tradições culturais africanas, por outro. Como entender essa ideologia? A meu ver, é necessário introduzir, a partir daqui, uma discussão sobre a identidade do branco brasileiro.

A crise do branco brasileiro

Dos inúmeros modelos de interpretação do racismo brasileiro, é ainda clássico o de Oracy Nogueira (1955), que contrastou o que ele chamou de preconceito de marca, baseado nos atributos pessoais do negro (o tipo de preconceito brasileiro), do preconceito de origem (o preconceito norte-americano, que se baseia na ascendência biológica do negro). Mais recentemente Roberto da Matta (1981) baseou-se neste modelo de Nogueira para formular o que ele denomina de caráter relacional da ideologia racial brasileira, que teria sido construída sobre um triângulo formado por brancos, negros e índios e que, a partir daí, teria utilizado a figura dos mestiços (mulatos, caboclos e cafusos) para suavizar os conflitos entre as raças. Explica-nos Matta que, em oposição ao Brasil, nos Estados Unidos essa triangulação foi evitada, restando o conflito aberto, entre brancos de um lado e negros e índios do outro.

Este modelo consegue explicar bastante bem algumas características do racismo brasileiro. Por exemplo, devido a certas marcas pessoais favoráveis ou desfavoráveis, as pessoas não brancas podem ser vistas como negras ou brancas, serem mais ou menos discriminadas socialmente pela sua cor⁵. Em contraposição, a discriminação do negro nos Estados Unidos é generalizada, baseada na origem do indivíduo, e como tal imutável: quem nasceu negro não consegue branquear-se, como no Brasil. Todavia, apesar dos acertos da sua análise, Matta (e como ele, outros analistas) não estabelece diferenças internas na figura do branco que segrega o negro. Concretamente, minha objeção é a seguinte: embora o negro brasileiro possa ser considerado equivalente ao negro americano (ambos vítimas do mesmo regime de escravidão), o branco brasileiro típico (aquele que discrimina o negro por um lado e vive numa sociedade relacional por outro) não é absolutamente equivalente ao branco americano ou europeu. Pelo contrário, considero que o branco brasileiro cada vez se distancia mais de seus semelhantes raciais do Primeiro Mundo.

Tomando ainda o mesmo contraste de Oracy Nogueira e Roberto da Matta, devemos observar que o branco americano, na medida em que negou a mistura racial, segrega um outro que está fora, enquanto o branco brasileiro corre o risco constante de "enegrecer-se" (o que seria fatal para a sua auto-imagem de europeu) e daí segregar um outro que está dentro. Em outras palavras, o negro simboliza, para o branco brasileiro, a sua impossibilidade de ser europeu. Quando o branco brasileiro discrimina o negro, está exibindo a sua incapacidade de integrar, de abraçar abertamente esse lado africano, tão forte, de sua vida psíquica. A questão central, nisso tudo, parece ser o papel que joga a fantasia do branco brasileiro de querer ver-se como um europeu. No momento em que o branco europeu deixar de ser o valor máximo, o negro também deixará de ser negado publicamente pelo branco brasileiro⁶.

E como ele passou os últimos cem anos, desde a abolição da escravidão e a fundação da República? O branco brasileiro, ainda o que pertence à elite, não possui mais aquele tom triunfalista de um Rui Barbosa, a famosa "Águia de Haia", mais europeu que os próprios europeus, pois vitorioso entre eles. Ou não pode mais, como Nina Rodrigues, Sílvia Romero ou Oliveira Viana, atribuir simplesmente à presença do negro e do índio (preguiçosos, indolentes, incapazes, de raciocínio inferior) nosso fracasso civilizatório. Pelo contrário, a identificação com o branco do Primeiro Mundo é cada vez mais distante, pois, de um suposto igual há um século atrás, ele aparece hoje como um ser absolutamente superior, quase inalcançável. Seria o caso de se fazer um estudo mais detalhado de como foi mudando a auto-imagem do brasileiro face o europeu. Mas ela certamente passa também por um processo de polarização dualista. Peter Fry, por exemplo, estabelece um contraste (segundo ele, visto do ponto de vista do brasileiro) entre o inglês genérico e o brasileiro genérico, onde o inglês seria visto no Brasil como: ordeiro, otário, frio, pontual, não sensual, formal, respeitador da lei, enquanto o brasileiro seria: desordeiro, esperto, quente, não pontual, sensual, informal, desrespeitador da lei (1982: 28). Embora aceite a validade parcial desse contraste, julgo que nele Fry equilibra por demais as qualidades de uns e de outros, deixando para o brasileiro coisas boas como a esperteza (na medida em que ser otário não faria bem para a auto-imagem nem do inglês nem do brasileiro), a quebra e a sensualidade. Neste momento presente de uma grande frustração geral, quando assistimos a uma deterioração profunda da auto-imagem do país, até a esperteza já pareceria ter se deslocado para o lado do inglês, já que ele é nosso credor, e, certamente, mais esperto na forma que negocia com nossa classe dirigente. Proponho o seguinte quadro dos valores que o brasileiro médio atribui a si próprio e ao cidadão

dos países do Primeiro Mundo, nos tempos de agora.

Características do brasileiro	Características do branco europeu e americano
corrupto	incorrupível
imoral, trambiqueiro	moralista, respeitador da lei
mal administrador	bom administrador
sem vergonha	com vergonha
desonesto	honesto
indisciplinado	disciplinado
violento	tranquilo
otário	esperto, sagaz
inábil	hábil
pobre, devedor	rico, credor
vive mal	vive bem

É esse desdobramento da imagem do branco que me parece revelador e certamente condicionante da continuidade e da natureza específica do racismo brasileiro. Na medida em que o branco brasileiro se coloca, em relação ao europeu, numa relação estruturalmente inversa àquela em que se situa frente ao negro, ele sofre de uma dubiedade quase patológica de auto-imagem: a um nível se vê profundamente ligado ao negro (como consequência da experiência histórica e vivencial comum e da miscigenação concreta), para logo em seguida negar essa identificação, projetando toda sua fantasia numa identidade européia que, pelo menos por enquanto, ainda está muito longe de alcançar. Completando assim as interpretações de Nogueira e da Matta, pode-se dizer que no Brasil o preto quer tornar-se branco, via a manipulação de suas marcas favoráveis; e o branco quer tornar-se europeu, via a supressão de suas marcas negras. Exemplos canônicos deste predicamento são Rui Barbosa e Pelé, dois brasileiros que "triunfaram" na Europa. O primeiro, protótipo da elite brasileira europeizada, tentou queimar literalmente o seu lado negro. Pelé, o maior exemplo de ascensão do negro na história do país, negou a existência do racismo no Brasil, queimando, publicamente, como Rui Barbosa, seu lado negro.

Frente a um esquema tão polar e imobilizante como este (é tão difícil para o negro virar branco como para o branco virar europeu), a figura do mulato (e da mulata) é muito mais um estereótipo para exportação que um núcleo estável e distinto de identidade. O mulato brasileiro é simplesmente alguém que está querendo sair do anonimato da condição negra para ser aceito publicamente como branco. Em suma, o movimento, ou processo social dessas tentativas de acomodação, pode ser do tipo relacional, como quer Roberto da Matta; o esquema brasileiro de valores e de identidades, porém, é no fundo, tão polarizado quanto nos Estados Unidos ou na África do Sul. Resta-nos esperar para saber qual *apartheid* será desfeito mais depressa: se o deles, de tipo legal, ou se o nosso, de tipo axiológico.

A afirmação do negro

O quadro de oposições que mostramos, reiterado diariamente pela mídia, pelas conversas de rua, pelos políticos, pela classe intelectual, mostra-nos que muitos brasileiros vêem o projeto de formar uma nação européia, iniciado há um século atrás, à beira do fracasso. Mais ainda, a presente crise nacional é vista pelo próprio branco como resultado principalmente de sua desmoralização como cidadão e como administrador. Afinal, segregou o negro liberto em favor do imigrante europeu e conseguiu nada menos que gerar uma crise generalizada de todos as instituições que eram de seu quase absoluto domínio: a política, a

economia, a educação, a saúde, a exploração dos recursos naturais. Hoje, após vinte anos de ditadura militar, de uma Nova República e uma classe política em completo descrédito, com a maior dívida externa do mundo e a maior miséria social e material de toda a história do país; com uma indústria cultural poderosíssima, promovendo um colonialismo de valores, sobretudo americanos, a uma escala assustadora; com a supressão ou desvalorização das raízes populares e das culturas regionais, o modelo de um Brasil branco e europeu mergulha vertiginosamente num abismo cujo fim ninguém ainda conhece. E quanto pior é a auto-imagem do brasileiro, isto é, quanto mais escrava é a sua consciência de cidadão da periferia do mundo ocidental, mais dividido se encontra entre uma vida psíquica que abraça os símbolos africanos e um imaginário de cultura e sociedade totalmente idealizado nos moldes do Ocidente. E enquanto não modifica essa identificação com o seu dominador (o Primeiro Mundo), continua trabalhando para reduzir o negro a uma mera condição social de ex-escravo. É assim que a miséria, o analfabetismo e o abandono social que assolam mais da metade da população do país ainda golpeiam mais impiedosamente os negros e mestiços.

À sombra dessa hecatombe, as instituições do negro continuam sólidas e dinâmicas, e são verdadeiros modelos de organização comunitária e de resistência a esse processo de americanização vulgar que ninguém da classe dominante parece mais interessado em deter. Se pensamos simplesmente nos últimos trinta anos, o candomblé ganhou uma enorme presença no país; a capoeira começa a ser introduzida nas escolas e reconhecida à altura das artes marciais orientais; o pagode, o samba, os gêneros musicais baianos, as organizações de moradores das favelas, apresentam-se mais inteiros, coesos e coerentes que suas contrapartes do mundo dos brancos. Apesar da enorme batalha que tem pela frente – não se desfaz tão facilmente um *apartheid*, seja ele mental ou legal – o movimento negro pode muito bem se aproveitar dessa sensação de fracasso do branco brasileiro e avançar ainda mais, conquistando mais autonomia de expressão na mídia nacional, de forma que seja o negro a desfazer de uma vez por todas essa falsa ideologia europeizante, recusando o caminho do branqueamento e procurando afirmar sua integridade preservando a diferença. Só assim poderá o brasileiro refazer seu projeto de identidade e explorar as possibilidades de uma sociedade plural e igualitária, cujo modelo seja gerado a partir da própria experiência social dos que aqui vivem. Até chegar esse momento, a reflexão e o despertar das consciências é o que resolve. □

José Jorge de Carvalho, mestre em Antropologia e PhD em Antropologia Social, é professor da Universidade de Brasília. Brevemente publicará o livro "Estudos sobre os cultos afro-brasileiros. Uma revisão crítica e histórica".

Notas

1. Ver o ensaio de Peter Fry (1982) contrastando a *soul food*, espécie de feijoada tipicamente de negros americanos, desde os tempos da escravidão até os dias de hoje, com a feijoada brasileira, convertida com o tempo em símbolo nacional.
2. Vale lembrar que o Brasil, maior país negro fora da África, ainda não assumiu o rompimento de relações com o país do *apartheid* legal, a África do Sul.

3. Dos músicos: Elis Regina, Tom Jobim, João Gilberto, Chico Buarque, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gal Costa, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Roberto Carlos, Egberto Gismonti, Hermeto Pascoal, apenas Milton e Gil são negros.

4. Ver a excelente pesquisa de Solange Couceiro, *O Negro na Televisão de São Paulo*, que mostra como o negro "continua na base da estrutura do setor, em funções que exigem um mínimo de qualificação, e oferecem baixa remuneração" (1983: 106-107).

5. Contudo, pretendo mostrar que não é em qualquer esfera da vida social que o negro consegue tornar-se branco. E Kabengele Munanga alerta-nos para o fato de que o branco não aceita a tentativa de branqueamento do negro (1978: 146). Eu diria então que tanto Matta como Munanga deixaram de qualificar as áreas específicas – abertas e fechadas – para o branqueamento relacional.

6. Abdias do Nascimento (1978), Kabengele Munanga (1978) e Clóvis Moura (1983), entre outros, equacionaram com vigor o efeito negativo da assimilação da ideologia do branqueamento por parte do negro. É sobre a base dos seus trabalhos que me detive a verificar o efeito dessa mesma ideologia na consciência do branco.

Bibliografia

1. COUCEIRO, Solange. *O Negro na Televisão de São Paulo*. São Paulo: FFLCH – USP, 1983.
2. FRY, Peter. Feijoada e "Soul Food". Em: *Para Inglês Ver*, 47-53. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
3. MATTA, Roberto da. A Fábula das Três Raças. Em: *Relativizando*. Petrópolis: Vozes, 1981.
4. MOURA, Clóvis. *O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
5. _____. *Brasil. As Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global, 1983.
6. MUNANGA, Kabengele. Preconceito de cor: diversas formas, um mesmo objetivo, *Revista de Antropologia*, Vol. 21 (2ª parte), 145-153. São Paulo, 1978.
7. NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1978.
8. NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955.

Resumen

MESTIZAJE Y SEGREGACIÓN

El momento de crisis nacional sumerge el modelo de un Brasil blanco en un abismo cuyo fin es desconocido. Frente a esta hecatombe, las instituciones de la población negra continúan sólidas y dinámicas. Son verdaderos modelos de organización comunitaria y de resistencia a un proceso de americanización, que la clase dominante parece no tener interés en detenerlo.

Abstract

MISCEGENATION AND SEGREGATION

The present national crisis has plunged the model of a white Brazil into an abyss of unfathomed depth. In the shadow of this hecatomb, black institutions remain solid and dynamic, paragons of community organization and resistance against a process of Americanization that no one in the dominant class seems concerned to deter any longer.

POUR L'EGALITE DES DROITS CONTRE LE RACISME CONTRE L'APARTHEID



**MANIFESTATION
BASTILLE-CONCORDE
LE
7 DECEMBRE
A 15 HEURES**



S.O.S RACISME

19, rue MARTEL. PARIS 10^e tél: 42 46 53 52

"Não mexa com meu amigo"

Ana Lúcia Guimarães

Touche pas a mon pote. O slogan não é desconhecido do brasileiro. Pelo menos daquele que conhece a música de Gilberto Gil. Pois foi exatamente para divulgar um movimento de jovens estudantes, nascido em outubro de 1984, que o cantor compôs em língua francesa. O movimento: SOS Racismo. O slogan: "Não mexa com meu amigo". Conquistando adeptos em todo o mundo, o SOS Racismo reuniu mais de 30 mil pessoas em um concerto/comício no último dia 12 de março, em Paris. Além da tradicional manifestação pela igualdade de direitos, o "grande encontro" ganhou uma tonalidade política inédita na curta história do movimento.

Tudo começou quando alguns dos membros do Sindicato de Estudantes de Paris resolveram reagir contra os incriveis avanços da Frente Nacional: partido francês de extrema-direita. Nada mais legítimo do que uma resposta de massa contra os ataques feitos aos imigrantes, pensaram os estudantes. Como a presença do estrangeiro na França é algo tão antigo que chega a ser confundido com a história do próprio país, para a juventude não foi necessário muito esforço. Jovens de todos os níveis, de secundaristas a universitários, da cidade e dos subúrbios, acolheram o movimento com uma força surpreendente.

Inicialmente a receita foi promover concertos contra o racismo — uma linguagem comum aos jovens de todas as raças. Os primeiros aconteceram em abril e dezembro de 1985. Somente neste ano foram vendidos 2 milhões de *bottoms* com o slogan "touche pas a mon pote". Depois veio junho de 1986, um concerto reunindo 300 mil pessoas; março de 1987, uma manifestação contra uma reforma proposta pelo governo afetando diretamente os jovens imigrantes, 100 mil pessoas; junho de 1987, concerto com 300 mil pessoas, e novembro de 1987, outra manifestação, 80 mil pessoas (números fornecidos pela direção do SOS Racismo).

Seguindo o embalo do entusiasmo, ainda em 1985 surgiram comitês do movimento em outras cidades. Hoje, o SOS Racismo conta com 400 comitês distribuídos por toda a França: em diferentes cidades e em diferentes bairros de Paris. Estima-se atualmente a colaboração voluntária de 15 mil pessoas divididas pelos diversos comitês. No escritório nacional em Paris, 10 pessoas trabalham exclusivamente para o movimento, comandadas pelo presidente Harlem Desir. Lá o setor mais movimentado é a Comissão Jurídica, que recebe uma média de 30 pessoas por dia com as mais variadas reclamações.

Os problemas que levam um estrangeiro a procurar o escritório do SOS Racismo são os mais variados. A vice-presidente, Hayette Boudjema cita a questão do aluguel de apartamentos na capital francesa, que é freqüentemente negado a pessoas com sobrenomes estrangeiros ou mesmo a uma fisionomia de cor negra ou traços árabes. Hayette lembra outro exemplo recente: o caso da jovem Magali, mestiça de mãe antilhana e pai africano, que foi recusada quando apresentou-se para trabalhar como recepcionista em uma sociedade francesa. Motivo: sua cor. O controle arbitrário de identidade feito pelas ruas de Paris também traz clientes ao SOS Racismo. A direção do movimento já impediu muita gente de ser expulsa do país devido a problemas com documentos.

A principal luta do movimento é a reforma do Código da Nacionalidade. No início do ano passado foi anunciado que um projeto-de-lei contendo drásticas reformas no código seria enviado à assembleia. Uma articulação imediata levou 100 mil pessoas a protestarem contra as reformas. O projeto não foi apresentado. O governo criou então uma "Comissão de Sá-

bios" com o objetivo de repensar a questão e o relatório da comissão foi igualmente drástico: a recomendação é retirar a automaticidade da nacionalização francesa, sistema que torna cidadão francês aos 18 anos qualquer pessoa nascida na França, mesmo de pais estrangeiros. Como ainda não há uma solução para o assunto, e restam poucas semanas para as eleições presidenciais, o SOS Racismo propôs no encontro do dia 12 de março seu apoio político ao candidato que se comprometer na luta contra a recomendação da comissão.

"Para que exista igualdade, para que cada um tenha o lugar que merece nesta sociedade é necessário um movimento majoritário, mas também uma vontade política", disse o presidente Harlem Desir para um imenso público jovem em Paris. Ele foi enfático ao afirmar que para obter apoio do "movimento majoritário" será necessário o compromisso: propor projetos-de-lei em assuntos específicos, tais como: o direito de voto dos imigrantes, código da nacionalidade, expulsões arbitrárias, violência policial, habitação e educação. Estes são alguns pontos da **democracia de integração**, único sistema que poderá garantir a todos a igualdade de direitos e de oportunidades, conceito novo no discurso do SOS Racismo.

Se o movimento está agitado em seu país de origem, nos países vizinhos a coisa é semelhante. A difusão do slogan é notória: qualquer europeu conhece a força contida nas três ou quatro palavras (variando de acordo com a língua) escritas na pequena mão aberta. O SOS Racismo está representado na Bélgica, Suíça, Canadá, Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Inglaterra (pequeno núcleo), África e Estados Unidos (somente em Nova Iorque). No final do ano passado, Eric Montes, responsável internacional, recebeu um comunicado anunciando a criação de mais um núcleo do movimento: desta vez no Rio de Janeiro. Trata-se do SOS Racismo vinculado ao IPCN — Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, que tem como coordenador João Romão. Harlem Desir e Eric Montes prevêem conhecer de perto o movimento do Rio em abril de 1988. "Quando um movimento é criado no exterior devemos deixá-lo livre. Apenas desejamos que esteja dentro de uma orientação", diz Eric.

Uma vez que a proliferação das idéias anti-racistas superou as expectativas e ultrapassou fronteiras, surgiu a oportunidade de promover um Congresso Internacional SOS Racismo, em Montreal, Canadá, de 20 de setembro a 2 de outubro deste ano. O encontro servirá para, além de comemorar a união de todos os que trabalham para a causa, fazer um balanço das experiências nas filiais dos diversos países, acompanhando cada nova conquista.

A internacionalização do movimento caracteriza uma crescente preocupação com o racismo, um anseio de seguir o exemplo francês da força através da união. Os dirigentes do SOS Racismo não podem deixar de sentir um certo júbilo ao verem suas sementes brotarem tão longe. Mas é certo também que dentro da França o futuro está um tanto embaçado para o movimento. Se, por um lado, os jovens prestigiam os encontros promovidos pela entidade, agora sem o furor dos primeiros anos, porém conscientes dos problemas enfrentados no dia-a-dia, por outro os partidos de direita aproximam-se cada vez mais do poder. E direita significa antiimigração. Consequentemente, discriminação. Esta é a grande preocupação do movimento atualmente e a prova foi a tomada de posição política no dia 12 de março: não a Jean Marie Le Pen, não a Jacques Chirac, e um apelo a François Mitterrand. □

Ana Lúcia Guimarães é jornalista em Paris.



A força vital

Para as religiões negro-africanas, o maior bem da existência é a força vital, que os nagô denominam *axé*. Através do rito, homens e iníquices (forças da natureza) se tornam parceiros, e as oferendas e trocas simbólicas reequilibram as relações entre vivos, mortos e a natureza, possibilitando o crescimento do grupo.

Helena Theodoro Lopes

De forma geral, assim como os ioruba (nagô em nosso país), todas as nações que deram escravos ao Brasil professam, desde suas origens, e com ligeiras variações locais, a chamada religião tradicional negro-africana, que se apóia numa força suprema, geradora de todas as coisas, e que conta, abaixo dela, com forças da natureza e espíritos dos antepassados, que são cultuados pela comunidade. Para essa religião o maior bem da existência é a força vital, que os nagô denominam *Axé*.

A religião tradicional negro-africana, reposta nos terreiros, bem no interior de uma sociedade como a brasileira, regida por uma moderna ideologia ocidental, vai criar uma coexistência e interpretação multisseculares de duas ordens culturais, a branca e a negra. Assim, a cultura negra vem funcionando como uma fonte permanente de resistência a dispositivos de dominação e como mantenedora do equilíbrio efetivo do elemento negro no Brasil.

É importante situar que não se tratou jamais de uma cultura negra fundadora de um campo de resistência, já que para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos arrancados à África entre os séculos XVI e XIX. Como os senhores de escravos evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulando rivalidades e desfavorecendo a constituição da família, através de seus folguedos, danças e batuques, os negros criaram uma descon-tinuidade cultural em face da ideologia do Ocidente, revivendo clandestinamente seus ritos, cultuando seus antepassados e as forças da natureza, retomando, inclusive, a linha do relacionamento comunitário. Desta forma criou-se uma cultura negra brasileira, que manteve intactas formas essenciais de diferença simbólica, tais como a iniciação, o culto aos mortos, etc., que acomodam tanto conteúdos de ordem tradicional africana (orixás, ancestrais ilustres, contos míticos, danças, etc.), como

também aqueles reelaborados ou amalgamados em território brasileiro.

A expansão dos cultos afro-brasileiros em todo o país, apesar da diversidade dos ritos, deve-se à persistência das formas essenciais em pólos de irradiação, que são as comunidades-terreiros. Assim, é natural que um santo da Igreja Católica, como São Jorge, possa ser cultuado num centro de umbanda como Ogum, orixá nagô, já que tem uma aparência católica, ocidental, religiosa, mas uma forma litúrgica negra, africana, mítica. Representa a luta do escravo para manter suas tradições dentro dos limites possíveis.

Mestre Didi, coordenador do Conselho Religioso do Intecab, ressaltava a importância da união na diversidade, afirmando que não cabe, no contexto das Américas, separar ou fragmentar as diversas manifestações herdadas e emergentes da vertente africana.

Sem se pretender interferir ou misturar as diversas manifestações da religião tradicional africana, faz-se necessário entender que as mudanças que ocorrem nas comunidades-terreiros só podem se dar no bojo da tradição, reforçando-se elementos novos que as dinamizem, mas sempre usando a prática da experiência histórica civilizatória do grupo, já que essas comunidades de *axé* são espaços de luta pela coesão e expansão grupal.

No contexto ocidental a natureza é percebida como potencialidade de produção econômica. Na cultura negra cada membro da comunidade é levado a partilhar a sua identidade com a tradição que envolve relações com a totalidade dos seres, inclusive as árvores. Assim sendo, as mudanças se dão num contexto de esperança, de princípio, de preservação na transformação.

As práticas religiosas, principalmente entre os nagô, se disseminaram pelo país, tomando feição regional, segundo a influência do grupo africano. Daí, a variedade de nomes por que são conhecidos: *candomblé* na Bahia; *xangô* em Pernambuco, Alagoas, Paraíba; *tambor* no Maranhão; *batuque* e *babaçuê* na Amazônia; *batuque* no Rio grande do Sul; *macumba* em São Paulo, *macumba*, *umbanda* e *quimbanda* no Rio de Janeiro.

Os nagô influenciaram as demais formas religiosas, pelo prestígio de sua religião, que já ocupava em África um lugar de destaque, já que entre os séculos VI e XI os iorubá fundaram dois reinos importantes e complementares: Ifé e Oyó. Ifé era um centro político e religioso, e Oyó, que teria sido governado por Xangô, segundo os mitos, dava elementos filosóficos e artísticos aos reinos. Tanto Ifé como Oyó não sofreram processo de islamização, tendo se mantido fiéis à religião tradicional. No Brasil este prestígio influenciou na modelação religiosa dos demais grupos, apesar das casas de culto tradicionais manterem sua dinâmica própria, com sistemas simbólicos e rituais herdados de suas etnias.

As casas de Candomblé surgiram na Bahia, sendo que o primeiro templo do qual se tem a história completa até hoje foi o Ilê Iyá Nassô, que teria sido fundado por sacerdotes de altas funções da cidade de Oyó. Oyó foi vencida e arrasada em 1635 pelos muçulmanos, que venderam sacerdotes e príncipes como escravos, que teriam aportado na Bahia. Segundo Mestre Didi, uma das fundadoras do Ilê Iyá Nassô era descendente de Ketu, tendo sido "a suprema guardiã do culto de Xangô Afonjá, orixá da casa dos Alafin, reis de Oyó."

A partir do século XVIII, como consequência da guerra de Canudos e da peste, que estava acabando com a população do interior, os baianos vieram para o Rio, trazendo sua forma de ser, sentir e organizar o universo.

No Rio de Janeiro concentravam-se, desde o início do período colonial, grupos de origem banto – palavra que significa pessoa –, que têm sido definidos como um grupo com uma unidade lingüística, apesar das diferenças dialetais das diversas nações que o compõem. Os bantos, provenientes do Congo e de Angola, foram espalhados em pequenos grupos pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, sem possibilidade de nenhuma forma de comunicação. Entretanto, os nagô, que chegaram no último período da escravidão, foram mantidos nas zonas urbanas, principalmente nas cidades de Salvador e Recife. Tal fato lhes possibilitou um contato permanente com África, permitindo uma maior preservação de suas raízes culturais, e propiciando-lhes a criação de um espaço próprio, simbólico, representativo da terra de origem: a comunidade-terreiro.

No Rio de Janeiro, segundo João do Rio¹, os negros dividiam-se em duas grandes crenças: os *orixás* e os *alufás*. Situa a existência de um maior número de crenças aos *orixás*, que são muito complexos, afirmando que os negros "confundem os santos católicos com os seus santos", além de possuírem uma lista infindável de santos e divindades invisíveis.

Quanto aos *alufás*, João do Rio os descreve como sérios,

com um rito diverso dos demais negros, já que são maometanos, místicos, profundamente preocupados em estudar sua religião, ler o Alcorão e vestir suas roupas brancas e seu gorro vermelho. Além disso, não gostavam da gente de santo, a que chamavam "adoxu". Por outro lado, a gente de santo desprezava aqueles que não comiam carne de porco, tratando-os por "malês".

João do Rio observa, no entanto, que apesar das diferenças, todos se relacionavam através de uma língua comum, tendo costumes exteriores quase idênticos, fazendo obrigações para os *orixás*, evocando espíritos para o bem e para o mal, além de praticarem feitiços ou "mandingas". Desta forma, constata-se que o islamismo negro no Rio foi mesclado com a religião negra tradicional africana. Segundo o autor citado, também existia no Rio o culto aos antepassados, *eguns*, de origem nagô, praticado na praia de Santa Luzia, num lugar conhecido por "Casa das Almas", além de funcionarem inúmeros centros espíritas onde se praticava a feitiçaria e o "medium" recebia espíritos, seguindo-se um ritual de origem negra.

Pode-se afirmar que, no Rio de Janeiro, onde predominou o elemento banto, desenvolveram-se dois tipos de cultos: 1º – seguindo padrões basicamente africanos: o Candomblé de angola ou Candomblé do congo, que posteriormente recebeu influência do Candomblé nagô, trazido para o Rio pelos baianos.

2º – seguindo padrões variados, apesar de manter uma base africana: o Candomblé de caboclo, a Umbanda e a Quimbanda.

O Candomblé de angola

O culto angola, no qual o *orixá* é chamado *Inquice*, segue o modelo das religiões tradicionais negro-africanas, diferindo do culto nagô no que se refere ao culto aos ancestrais, já que para o angoleiro só existem duas cerimônias realizadas para os mortos. A primeira, que ocorre no momento em que o membro da comunidade-terreiro falece (*Zezeka*) e outra, após um mês do falecimento (*Zerin* ou *Cirrum*), que se destina às ofertas dos pertences que o falecido destina aos membros da família e da comunidade, segundo sua vontade, expressa através de Ifá ou antes de sua morte.

Na cerimônia do *Cirrum* ou *Zerin*, não se utilizam os *ingomas* – atabaques para os nagôs, já que o *Tata de Umpemba* usa porções de barro, abanos e cuia para a cerimônia, controlando a pessoa falecida através de *pemba*.

Os componentes do culto angola cultuam como entidade suprema, como idéia infinita de Deus, *Zambi* ou *Zambiapongo*. A comunidade-terreiro conta com os elementos seguintes:

1 – Autoridades máximas:

– *Nengua inquice* (mãe de santo)

– *Tata inquice* (pai de santo, babalaô e encarregado das rezas)

2 – Autoridades intermediárias:

– *Nengua kende* (mãe-pequena)

– *Tata kende* (pai-pequeno)

- Kambondos (ogãs)
- Ekédi (que além de cuidar dos orixás é responsável por pintar as noviças – é “mãe do giz”)
- 3 – Filhas de santo:
 - Ebami (membros que já fizeram a obrigação de sete anos no culto)
 - Muzenza (pessoas iniciadas, que formam a base do corpo místico do terreiro)
 - Abiã (pessoas que só se submeteram a certos ritos preliminares, como o Bori)
- 4 – Corpo auxiliar da comunidade-terreiro
 - Mulheres
 - Dogan (mãe da cozinha)
 - Nengua insaba (mãe das folhas)
 - Homens
 - Tata insaba (capitão-do-mato)
 - Tata ingoma (alabê)
- 5 – Instrumentos para o culto:
 - Ingomas (atabaques): Rum, Contra Rum, Rumpi
 - Gã (agogô)

A comunidade-terreiro se organiza como sociedade civil e de utilidade pública, sendo sua função assegurar a continuidade da vida de seus membros, através das trocas consistentes de axé, que ocorrem durante os ritos.

Através do rito, homens e iniquices (forças da natureza) se tornam parceiros, estabelecendo uma coordenação que gera Axé – força vital, para a comunidade e para cada um de seus membros. O rito é o momento das trocas e contatos para um determinado momento, que é único e profundamente simbólico para a comunidade. O rito, através da oferenda, das trocas, reequilibra a relação entre vivos, mortos ou iniquices, possibilitando o crescimento do grupo. No entanto, cada grupo é sempre concreto, tendo a obrigação de dar, receber, restituir, numa troca que envolve animais, plantas, minerais e homens. Logo, a ordem de chamada dos iniquices pode variar, apesar de se iniciar sempre com Ungira, que é transformação, princípio dinâmico da vida, transportador das oferendas, e concluir com Lembarenganga, que é a criação, a totalidade, a origem.

Candomblé de caboclo

O Candomblé de caboclo é uma festa aberta ao público e se origina do culto aos antepassados dos nagô (culto de Egungun), sendo uma manifestação de candomblé tipicamente brasileira, que engloba elementos dos cultos banto e gêge – nagô. O Candomblé de caboclo foi criado para homenagear os índios, considerados pelos escravos africanos como os donos da terra. Para a religião tradicional africana, a terra é sagrada e os donos da terra são obrigatoriamente respeitados e reverenciados por seus descendentes. Como os negros não eram os donos da terra no Brasil, por intermédio do Candomblé de caboclo prestavam sua homenagem aos que consideravam seus verdadeiros donos, já que não tinham nenhum direito ou domínio sobre a terra. Assim, o Candomblé de caboclo se constitui numa forma de resistência e busca de um caminho para a integração do homem negro nas Américas.

Esta festa é normalmente feita a 2 de julho na Bahia, em comemoração a Catarina Paraguassú e Diogo Alves Correia, dois índios que representam o Brasil. Esta época é usada nos candomblés das diferentes etnias para as festas de caboclo.

No Candomblé de angola todas as muzenzas com um ano de iniciação, após as obrigações do culto de iniquice, são preparadas para cuidarem de um caboclo, cujo assentamento é feito pela **Nengua iniquice**, não havendo, no entanto, obrigatoriedade das muzenzas serem incorporadas.

Os caboclos se manifestam por incorporação nas iaôs ou muzenzas devidamente preparadas para tal. Seu papel é dançar, dar conselhos, fazer curas, exorcizar e abençoar a comunidade-terreiro.

Normalmente os caboclos saudados nos candomblés de caboclo não são os cultuados na umbanda, sendo os mais saudados:

- Boiadeiro
- Martim Pescador
- Tumbancé
- Sultão das Matas
- Caboclinho
- Zumbi

A Umbanda

A Umbanda é a religião de maior expressão no Rio de Janeiro, de onde se irradiou para os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Por ser de origem banto, a Umbanda apresenta similaridades com as religiões tradicionais africanas, apesar das diferenças e variações na forma de culto aos ancestrais. No culto dos Egungun dos nagô não existe incorporação, o que já acontece no Candomblé de caboclo. Já no culto de Umbanda, os pretos-velhos e caboclos se manifestam ou incorporam através das sacerdotisas e sacerdotes, nos moldes do candomblé de caboclo. Além disso, as referências dos ancestrais de Umbanda são genéricas, situando uma nação, tal como Pai Joaquim de Angola, Vovó Maria Conga, etc. Já no culto de Egungun há uma história precisa das referências dos ancestrais, que representam linhagens, dinastias, protetores de regiões e cidades africanas e que são até hoje cultuados na Bahia, junto com os sacerdotes já falecidos (ojés), fundadores dos primeiros terreiros, que se fazem presentes ritualmente no Ilé Agboulá, em Ponta de Areia, Ilha de Itaparica.

Patrícia Birman² situa que a Umbanda utiliza a possessão ou incorporação como algo benéfico, muito diferente do pensamento da Igreja Católica, que busca a santidade pela prática da expulsão dos pecados, espíritos, enfim, tudo que possa ser identificado com o Mal, o oposto de Deus. Para a Igreja o ideal do homem é a santidade, sendo que sua hierarquia demonstra tal fato, já que o Papa, apesar de ser um homem igual a todos nós, possui um poder espiritual maior do que todos, e que se relaciona a uma vida sem pecados. Desta forma, encontramos duas lógicas distintas, que se relacionam com a moral: para a

Igreja os cultos negros em geral são maléficos e imorais, devendo ser atacados e exterminados.

Não há dúvida que a preocupação da Igreja também se prende à ordem do combate político, já que a possessão na Umbanda ou no Candomblé ameaça o poder do padre, já que os fiéis têm um contato mais rápido com o sagrado e sem a presença do padre, que pretende ser o único capaz de fazer a mediação entre os homens e o mundo das forças sagradas.

Os umbandistas funcionam segundo a possibilidade de uma pessoa poder representar várias outras, através da incorporação. Assim, se consideram súditos de vários senhores, dividindo seu tempo, seu corpo e sua pessoa para conciliar tal fato e poderem trabalhar para todos, de forma harmônica, isto é, conciliando vontades diversas com suas próprias vontades.

Em termos de organização social, a Umbanda pode ser vista como um agregado de pequenas unidades, que não possuem uma unidade. Assim, cada pai-de-santo é senhor absoluto de seu terreiro, não havendo autoridade superior que seja por ele reconhecida. Várias federações foram criadas, tentando uma certa centralização, mas como a diversidade é muito grande, a variedade vai caracterizar a Umbanda, que possui centros com base em candomblé, com relações com o catolicismo, com os ensinamentos espíritas de Kardec. Enfim, os umbandistas estabeleceram formas próprias de lidar com as características da religião.

Marco Aurélio Luz³ chama a atenção para dois tipos de Umbanda: a Umbanda do morro e a Umbanda do asfalto. Suas diferenças se encontram nas diferentes ideologias de seus integrantes. Na *umbanda de asfalto*, uma pequena parte de integrantes, pertencentes à burguesia, manifesta seus temores de assumir a herança cultural negra, além de projetarem nos negros suas próprias ameaças, racionalizando a situação ao traduzir o código negro ou reduzi-lo a "teorias", principalmente as oriundas do discurso kardecista. Entretanto, apesar das divergências ideológicas, a linguagem negra, a estrutura simbólica e ritual negra é que caracterizam a Umbanda. O discurso kardecista vai caracterizar, em tal contexto, a justificativa dos "brancos brasileiros" umbandistas, para uma situação social onde a introjeção da carga dos preconceitos raciais e culturais ainda pesa muito sobre o negro e a sua cultura.

Encontram-se na Umbanda as mesmas características teológicas e metafísicas das religiões banto, tais como:

1º) Culto a uma entidade suprema, idéia infinita de Deus: Zambi ou Zambiapongo.

2º) Crença na existência do mundo invisível e do mundo visível.

3º) Crença na interação entre esses dois mundos.

4º) Crença no caráter comunitário e hierárquico desses dois mundos.

A nível de sistema teogônico, as características da Umbanda são:

1º) Existência de forças cósmicas que sustentam e dinamizam a existência do universo, através da adoção e adoração das entidades nagô, destacando-se: Oxalá, Nanã, Iemanjá, Oxum,

Exu, Ogum, Obaluaiê, Xangô, Oxóssi e Iansã.

2º) Existência de espíritos de ancestrais que são cultuados e invocados, tendo uma participação no mundo dos vivos e propiciando seu desenvolvimento, sua expansão.

3º) Existência de diferentes qualidades de espíritos que são capazes de atuar no mundo dos vivos.

4º) Possibilidade de se estabelecer, através do rito, do conhecimento de preceitos e oferendas, relações com o mundo invisível, proporcionando sua atuação no mundo visível.

No que se refere ao ritual, a Umbanda, cujos responsáveis pelo culto geralmente são caboclos (Pena Branca, Sete Flechas, Jurema, Arranca Toco), também mantém as características das religiões tradicionais africanas:

1º) É através de Exu que se faz a mediação – orixá oriundo do panteão nagô – entre as forças cósmicas e o universo material.

2º) A invocação e culto aos ancestrais se dá através da manifestação, principalmente, de pretos-velhos e de caboclos.

3º) A transmissão de conhecimentos se faz através de uma interdinâmica pessoal ou intergrupal, que caracteriza a cultura oral.

4º) A utilização dos processos rituais de revelação do destino e de oferendas.

Segundo ainda Patrícia Birman² a hierarquia no mundo invisível se dá segundo o valor de todas as entidades sobrenaturais. Desta forma, o primeiro – deus supremo – é Oxalá, que corresponderia ao Deus católico. Em seguida, vêm os orixás, que se relacionam a determinados domínios da terra (ar, fogo, água, terra). "Os orixás seriam santos que nunca "encarnavam". "Relacionados aos orixás, seguem os espíritos de diversas "linhas", que podem ainda se subdividir em "reinos ou falanges", segundo o livro *Umbanda de todos nós*, de Matta e Silva. Essa classificação apresenta o conjunto de santos e orixás divididos em sete linhas que se subdividem em mais de sete, e assim por diante.

As classificações são várias, mas o interessante é manter a idéia de "linha". As entidades se manifestam na "linha" de um dado orixá e representam seus atributos básicos, sendo variações de um tipo fixado. Assim temos:

1) Oxalá: Caboclos Urubatão, Ubirajara, Ubiratã, Aymoré, Guaracy, Guarani e Tupy.

2) Iemanjá: Caboclas Yara, Indayá, Nanã-Burucu, Estrela-do-Mar, Oxum, Iansã, Sereia do Mar.

3) Xangô: Xangô-Kaô, Xangô Sete Pedreiras, Xangô-Pedra Preta, Xangô-Pedra Branca, Xangô Sete Cachoeiras, Xangô Agodô.

4) Ogum: Ogum de Iei, Ogum Yara, Ogum Megê, Ogum Rompe-Mato, Ogum Malê, Ogum Beira-Mar, Ogum Matinata.

5) Oxóssi: Caboclo Arranca-Toco, Cabocla Jurema, Caboclos Araribóia, Guiné, Arruda, Pena-Branca e Cobra-Coral.

6) Crianças: Tupãzinho, Ori, Yairi, Doum, Yari, Damião, Cosme.

7) Pretos-velhos: Pai Guiné, Pai Tomé, Pai Arruda, Pai Congo de Aruanda, Maria Conga, Pai Benedito, Pai Joaquim.

NAÇÕES

"NAÇÃO"		JEJE MINA (ewe-fon)	NAGÔ-QUETO-IJEXÁ (ioruba)	CONGO-ANGOLA (banto)
Deus		Hunsó	Olorum	Zambi (apungo)
Divindade das Encruzilhadas		Lebá	Exu	Bambojira
Divindades ou Santos		Vodun	Orixá	Inquice
Atributos das principais divindades e equivalências católicas				
divindade suprema	Sr. do Bonfim	Lisa	Obatalá, Oxalá Oxalufá, Oxaguiã	Hemacalunga Zamafurama Lemba (renganga), Cacuté
deus da tempestade	S. Jerônimo	Sobô Hevioso	Xangô, Airá	(In) Zazi, Pariazazi Luango, Quibuco Lubondo, Hemango
deus da medicina, senhor das ervas e das folhas	S. Benedito	Agué	Ossaim	Catende Catendenganga
deus da varíola, das doenças da pele	S. Roque ou S. Lázaro	Airoso Azoano, Xapanã	Omolu Obaluaé	Cavungo, Insumbo Quingongo, Indundo Cabalanguanje
deus da guerra	S. Antônio	Gun	Ogun	Incoce, Hoxe Incocimucumbe, Hoximucumbe
deus da caça	S. Jorge	Aguê	Oxóssi Logunedé, Odé	Mutacuzambê Mutacalombo Burungunji, Mutalambô Congombira Congobira
deusa das águas doces, das fontes, dos lagos	N. S. das Candeias ou da Conceição	Aziritoboce	Oxum	Quissimbi Quissambo Dandalunda
deusa do mar, a sereia, a mãe-d'água	N.S. da Conceição	Aziri	Iemanjá	Caiala Micaiarê (Qui) Samba
deusa da tempestade	Santa Bárbara	Calé	Iansã	Bamburucema Caiango
divindade do arco-íris, representada pela serpente	S. Bartolomeu	Dã, Danbê Besseim	Oxumaré	Angorô Anvulá
divindade das árvores	S. Bartolomeu	Locô	Iroco	Tempo
divindade dos gêmeos	S. Cosme S. Damião	Hohó	Ibeji	Babaça, Vunje

ORIXÁS OU SANTOS MAIS CULTUADOS NAS UMBANDAS

Orixás = Santos	Guias
Oxalá = Jesus Cristo – dono da nossa humanidade	Caboclos
Iemanjá = N. Sra. da Glória, dos Navegantes ou da Conceição – mãe das águas e do universo 31 de dezembro	Caboclas, Cabocla Iara
Xangô = São Jerônimo – comanda a lei e domina os raios, cachoeiras e rios 30 de julho	7 Cachoeiras, 7 Pedreiras, Pedra Preta, Pedra Branca
Oxóssi = São Sebastião – domina vegetais e matas 20 de janeiro	Pena Dourada, Oxóssi da Mata Virgem, Jurema
Ogum = São Jorge – domina lutas e guerras, podendo ser do mar ou das matas 23 de abril	Serra Negra, Ogum Iara, Beira-Mar, Ogum de Lei
Oxum = N. Sra. da Conceição ou da Glória	Caboclas Sereias
Oxum Maré – orixá feminino que comanda as águas doces 8 de dezembro	

Na Umbanda existe a idéia de um mundo pensado em três domínios básicos: a natureza (caboclos), o mundo civilizado (pretos-velhos e crianças) e mundo marginal (exus).

O nome **caboclo** na Umbanda se apóia na idéia romântica da natureza e é dado aos índios, representados como personagens altivos, orgulhosos e indomáveis.

Os orixás tradicionais do Candomblé são identificados com vários domínios da natureza (selva, cachoeira, pedreira, etc.) e se apresentam, predominantemente, como caboclos.

Os pretos-velhos representam a civilização, trazendo seus conhecimentos de grandes feiticeiros que teriam sido no período da escravidão, como defesa das maldades dos senhores brancos. São, por isso, vistos como bondosos, humildes, generosos e paternos, tratando a todos como filhos e sendo chamados nos terreiros por pais ou avós. Essa visão dos pretos-velhos mantém o estereótipo do negro humilde e afetivo, que apesar de seus poderes mágicos foi vencido pela relação de lealdade a seu senhor. É uma visão profundamente paternalista e minimizadora da capacidade de transformação que o elemento negro possa ter na sociedade brasileira.

Quanto aos exus, representam o lado marginal da civilização e não têm nada a ver com valores de casa e família. Seu lugar é a rua. São normalmente chamados de “povo da rua”, o que lembra a massa de trabalhadores e pessoas comuns que ocupam as ruas da cidade. Frequentemente, os exus são representados como malandros e mestres em contornar situações complicadas. A identificação do exu com o povo da rua criou um tipo muito conhecido na umbanda, que representa o negro malandro carioca: o exu Zé Pilintra. A figura feminina, que representa a mulher da rua, a prostituta, em sua grande maioria cons-

tituída por mulher negra, é a Pomba-gira.

A ambigüidade quanto aos exus é muito grande. Alguns são associados ao diabo e outros são os amorais, segundo uma estratégia da Igreja e do sistema dominante para caracterizar como inaceitável exatamente o elemento dinamizador das religiões tradicionais negro-africanas.

Quanto às crianças, as mais conhecidas são Cosme e Damião, ou Ibeji. Elas se aproximam dos pretos-velhos, representando a casa e a falta de responsabilidade e de senso moral. Porém, não são humildes como os pretos-velhos, pois são consideradas brancas e no futuro serão aqueles que irão mandar, logo são mandonas e irreverentes, sendo responsáveis pela limpeza da gira (afastamento de espíritos muito atrasados e de vibrações negativas).

Patrícia Birman situa com muita propriedade:

“É assim que os espíritos são todos subalternos e inferiores em comparação com a imagem ideal de homem e civilização que está implícita na ordenação desse conjunto. A imagem ideal do homem branco é colocada como ponto de chegada de um processo evolutivo por que passa toda a humanidade.”²

A quimbanda é vista pelos sacerdotes da Umbanda como a prática do mal, atribuindo-se aos sacerdotes quimbandeiros a capacidade de fechamento de caminhos de pessoas ou grupos, e a de abri-los através da atuação de “espíritos malignos”. Assim, dentro da conjuntura histórica brasileira, verifica-se que os terreiros que sofrem maior carga de opressão oficial são qualificados como quimbandeiros. Tal fato ocorre já que na quimbanda há um distanciamento dos modelos da religião e da linguagem oficial, considerados, portanto, como praticantes do “mal”.

As religiões afro-brasileiras, apesar de todas as variáveis existentes, ou das influências sofridas, sejam no estilo das religiões tradicionais africanas ou recriadas, constituem formas de resistência e busca de um caminho de luta do homem negro em prol de sua liberdade e de uma real integração nesta sociedade.

Só entendendo tais funções é que compreenderemos como, após cinco gerações, encontramos um legado fiel aos princípios tradicionais do Axé – força de realização –, comprometido com a Mãe Terra, com os Egun – ancestrais ilustres, e com os Orixás – forças que estão relacionadas com os elementos da natureza.

As comunidades-terreiros se constituem em espaços de luta e de reforço da personalidade e da identidade do homem brasileiro. Assim sendo, os intelectuais brasileiros não precisam se voltar para os valores da pólis grega, já que são correlatos aos que temos em nossa tradição. Axé Opo Afonjá, Casa Branca, Bate Folha, Casa de Pai Adão e muitos outros, são alguns pontos de referência, são o centro do princípio inaugural da mudança com base na tradição. Negar a validade dos valores constituintes da tradição do povo de axé é buscar o fracasso em qualquer esforço de transformação.

Ciência e universidade deveriam se voltar de modo mais sério para os assuntos afro-brasileiros, abrindo possibilidades de participação real do negro neste setor, já que o axé permite realização e expansão. Este encontro tem caráter profundamente político, pois possibilita o reforço de nossa identidade cultural, que é plural, acabando-se com o princípio universalista da verdade, que busca apontar um só caminho para se andar no mundo. É preciso construir um país que tenha fé em si mesmo, que se construa na unidade passando pela diversidade. Reconhecemos todas as formas de pensar da humanidade, mas preservamos nossa tradição na religião dos orixás, que reverencia a terra e nossos ancestrais jejes, nagô e angola. □

Helena Theodoro Lopes, doutora em filosofia e professora titular da Universidade Gama Filho, coordena a Comissão de Cultura Afro-brasileira da SMC/RJ e integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do ISEB/UERJ.

Bibliografia

- BASCOM, William. *The Yoruba of Southwestern Nigeria*. Holt, Rinehard and Wiston Inc., Wisconsin, USA, 1969.
- BASTIDE, Roger. Estudos afro-brasileiros in *Revista do Arquivo Municipal* 10 (98): 81-103, set./out. 1944. 1. Monografias de Candomblés.
- BELCHIOR, Manuel. *Contos Mandingas*. Portucalense Editora, Porto, Portugal, s/data.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969 – in *Os Estudos Brasileiros do Negro*.
- FERKISS, Victor. *África, um continente à procura de seu destino*. Ed. GRD, Rio, 1967.
- JOÃO DO RIO. *As religiões no Rio*. Simões, Rio, 1951.
- MOURA, Clovis. *Os quilombos e a rebelião negra*. Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1981.
- LUZ, Marco Aurélio. *Cultura Negra e Ideologia do recalque*. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983.

QUERINO, Manoel. *A Raça Africana e seus costumes*. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1965.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

SOW, Alpha I et alii. *Introdução à cultura africana*. INALD, Luanda, tradução de "Introduction a la Cultura Africaine" por Emanuel L. Godinho, Geminiano Cascais Franco e Ana Mafalda Leite, 1977.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. CODECRI, Rio, 1983.

VARGENS, João Baptista M. e LOPES, Nei, *Islamismo e Negritude*. UFRJ/Faculdade de Letras/Setor de Estudos Árabes, Estudos Árabes 1, 1982.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás, deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador, Editora Corrupio Comércio Ltda e Círculo do Livro S.A., 1981.

Referências Bibliográficas

1. Rio, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951.
2. Birman, Patrícia. *O que é Umbanda*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
3. Luz, Marco Aurélio. *Cultura negra e ideologia do recalque*. Rio, Achiamé, 1983.

Resumen

LA FUERZA VITAL

Para las religiones negro-africanas, el mayor bien de la existencia es la fuerza vital que los nagô – pueblo del sudeste de Daomé, en África – denominan axé. A través del rito, hombres e iniques (fuerzas de la naturaleza en el Candomblé) llegan a ser compañeros, y las ofrendas e intercambios simbólicos reequilibrán las relaciones entre los vivos, muertos y la naturaleza, posibilitando el crecimiento del grupo.

Abstract

THE VITAL FORCE

The present article examines the legacy of the "orixás": the black culture and religion of our African ancestors that slaves brought with them to Brazil and that survive to this day in a lively, authentic and dynamic form.

The political status of the "terreiros" is considered in an attempt to depict the role that the Afro-Brazilian religions play in present-day society. At the same time, the limits that tradition imposes on adapting to the modern world are appraised, while reinforcing of identity is seen as the springboard to progress, since all profound changes are intermingled with a people's traditional values.

* pagan African deities.

** the sacred "yards" where syncretic religious rites are performed



Uma pastoral contra o racismo

Organizada em doze estados e contando com centenas de grupos de base, a Pastoral do Negro, da Igreja Católica, é hoje um expressivo segmento do movimento negro brasileiro. Buscando valorizar aspectos da cultura afro-brasileira, padres, religiosos e leigos vêm alterando ritos e celebrações e comprometendo a Igreja Católica na luta contra o racismo.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente

Pode-se dizer que a preocupação da Igreja Católica em desenvolver um trabalho pastoral junto ao segmento negro remonta às transformações e mudanças operadas no interior da instituição a partir do Concílio Vaticano II (1962-65).

Como se sabe, o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, pode ser considerado como uma auto-crítica universal da Igreja Católica. Seu objetivo básico foi adaptar a instituição às mudanças que se realizavam na sociedade, renová-la aos moldes da sociedade capitalista emergente. Um dos fatores primordiais que levaram a Igreja a preocupar-se com a mudança foi o crescimento de "seitas" que começavam a ameaçar sua hegemonia religiosa e política junto às classes populares. Nesse sentido, entenderam-se as propostas de recuperação dos princípios litúrgicos, a determinação de normas práticas para a renovação da liturgia com a participação dos fiéis, a utilização da língua vernácula e a adaptação da liturgia segundo a cultura e a necessidade dos povos.

Nesse momento, as idéias e tendências divergentes, reprimidas até então a pequenos círculos e geralmente reprimidas, emergiram com força. O movimento de autocrítica despertado pelo Concílio alastrou-se pela Igreja, que passou a sofrer questionamentos radicais.

A partir do Vaticano II a Igreja começa a ganhar projeção nos países do Terceiro Mundo. Surge, então, a idéia de se reunir o episcopado latino-americano para adaptar a "Igreja do Vaticano" à realidade do continente.

A II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (Colômbia - 1968) foi justamente realizada com esse objetivo: libertação da mentalidade pastoral conservadora, superada em termos documentais pelo Vaticano II. Entre as propostas ou recomendações pastorais apresentadas em Medellín poderiam ser destacadas a realização de estudos científicos sobre religiosidade popular e a criação das comunidades de base.

Contra o pecado social

Apesar das múltiplas reações ao documento final de Medellín e seus efeitos, a impressão é que a Conferência marcou uma nova época. Medellín estabeleceu que os cristãos precisavam se empenhar contra as estruturas opressoras da sociedade latino-americana, ou seja, se empenhar contra o pecado social, e que esse empenho era fundamental para toda ação pastoral.

Segundo Gustavo Gutierrez, o fato de maior importância da Conferência Episcopal foi a Igreja perceber com realis-

mo o mundo em que se encontrava e com isto tomar consciência de sua missão profética. Para ele, "o Vaticano II fala do subdesenvolvimento dos povos a partir dos países desenvolvidos e em função do que estes podem fazer por aqueles; Medellín procura ver o problema partindo dos países pobres; por isso os define como povos submetidos a novo tipo de colonialismo. O Vaticano II fala de uma Igreja no mundo e a descreve disposta a suavizar os conflitos; Medellín comprova que o mundo em que a Igreja latino-americana deve estar presente encontra-se em pleno processo revolucionário. O Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja; Medellín assinala a pauta para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um continente de miséria e de injustiça"¹.

As propostas surgidas em Medellín trouxeram outras importantes implicações. No entender de Pucci, "à medida que setores da Igreja se voltam para uma prática pastoral junto às classes subalternas, no sentido de reconquistá-las e mantê-las vinculadas a si, e estas mesmas classes, através de seus movimentos sociais e políticos, iniciam o processo de 'ocupação da Igreja' (...) elas vão exigindo que a instituição crie novas estruturas eclesiais mais adequadas a seus interesses de classe". As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são criadas para cumprir essa finalidade"².

Nos anos que se seguiram multiplicaram-se as CEB's, trazendo para dentro da Igreja o leigo e os setores populares. Desse estímulo dado pelos sacerdotes e religiosos "o povo descobriu que o Deus da Bíblia é o Deus da Libertação", passando a "refletir sobre sua ação de libertação à luz da Palavra de Deus". Segundo Pe. Paulo Maria Tonucci, "nesse esforço estava surgindo a Teologia da Libertação"³.

No Brasil, coincidindo com a época da realização do Concílio, a posição da Igreja oscilava entre o apoio a reformas estruturais do governo e o pavor dos comunistas. Embora alguns setores da Igreja passassem a se comprometer com as lutas populares, deixando mais explícitas as tensões internas, a Igreja continuava vinculada à ordem estabelecida.

À medida que a repressão foi-se intensificando, e membros da Igreja foram sendo atingidos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), legítima representante da hierarquia da Igreja, passou a assumir, hegemonicamente, a função de defensora dos direitos humanos. Nos anos 70, setores progressistas, num movimento de resistência contra o regime opressor, começavam a ser "a voz dos que não têm voz". A participação junto aos movimentos populares e o surgimento da Igreja popular levam alguns setores a buscar o embasamento teológico dessa prática política⁴.

Dessa ocasião datam as primeiras publicações que tratam de abordar as chamadas religiões afro-brasileiras. Na introdução da "Revista Atualização" (1973), o editor explica que um estudo dedicado ao tema "destina-se a abrir caminhos, a arrancar o mato de muita idéia confusa e de falsas imagens, onde se misturam indebitamente macumba, candomblé, espiritismo, umbanda, etc. Impunha-se limpar melhor a área, para depois se fazer um estudo teológico

mais lúcido". O artigo mencionado, assinado pelo Frei Raimundo Cintra, apresenta no último parágrafo idéias bastantes esclarecedoras e merece, por isso, ser aqui reproduzido:

"Ao invés da polêmica, as diretrizes

do Vaticano II nos apontam o caminho da compreensão (não da tolerância ou do irenismo). É o caminho do diálogo com as religiões não-cristãs, todas dignas de respeito, na medida em que contêm alguns valores religiosos ou sócio-culturais (cf. *Nostra Aetate*, etc.). O negro, como o branco e o indígena, é um dos três elementos de cujo caldeamento resultou a raça brasileira. Herdamos dos negros (30% da raça brasileira) a música, o ritmo, a arte culinária, o samba, etc. Os cultos atuais respondem a esses apelos raciais. Nossas cerimônias frias, intelectualizadas, nada dizem à maioria do nosso povo. É urgente trabalharmos para uma adaptação de nossa liturgia, de nossos cantos, de nossa oratória, à mentalidade e às exigências das massas populares. Será a única maneira de trazer para nós alguns umbandistas e sobretudo de impedir o êxodo cada vez maior de católicos para o campo afro-brasileiro, espírita ou pentecostal"⁵.

É importante para fins de análise salientar a data dessa publicação (1973), uma vez que a proposta de formação de um grupo negro ligado à Igreja Católica surge em 1978.

Em setembro de 1978 a CNBB convocou a Brasília alguns pesquisadores e estudiosos de religiosidade popular, a fim de assessorarem os bispos brasileiros que iam participar da III Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla (México - 1979). Nessa conferência, é bom lembrar, foi feita a renovação dos compromissos mais importantes de Medellín. Embora reações contrárias às propostas da conferência anterior já existissem, os bispos renovaram a "profética opção preferencial e solidária pelos pobres". Pode também ser dito que é em Puebla que o "clero progressista" associado aos teólogos da libertação passam a encarar, diretamente, a questão do racismo. Até então, os teólogos da libertação pareciam enfatizar apenas as contradições de classe em detrimento de outras contradições. Já no documento emitido pelos bispos na ocasião a preocupação com o racismo transparece quando afirmam ter visto os 'rostos dos índios' e dos 'afro-americanos' que vivem marginalizados e em condições subumanas e podem ser considerados os pobres entre os pobres.

A finalidade do encontro de Brasília proposto pela CNBB em 1978 era apresentar da maneira mais clara possível as linhas da religiosidade brasileira. Apesar de não pretender tratar exclusivamente da religiosidade "afro-brasileira", no decorrer dessa reunião foi levantada a idéia de se desenvolver um trabalho de formação e consciência dos negros a respeito de sua realidade social, política, econômica, histórica e de sua religiosidade. Constituiu-se, então, ao final dessa reunião, um grupo-tarefa que ainda em dezembro do mesmo ano discutiu a proposta.

Nessa reunião foi ainda sugerido o levantamento dos padres e religiosos negros ou mulatos para dar início à dis-

cussão sobre a situação do negro, incluindo-se a realidade das religiões afro-brasileiras. A idéia foi acatada e transformou-se num dos projetos da Linha 2 – Ação e Animação Missionária – da CNBB.

Consciência Negra e Pastoral do Negro

Em linhas gerais, desse interesse respaldado pelos compromissos assumidos em Puebla resultou a realização de três encontros (o primeiro realizado em fevereiro de 1980), que contaram com a presença não só de padres e religiosos negros, mas também de leigos e agentes de pastoral, e o surgimento do grupo “União e Consciência Negra”.

No transcorrer desses três encontros vários temas foram discutidos e entre eles cabe ressaltar: a realidade de ‘ser negro’ na Igreja do Brasil; qual o ‘espaço’ que o negro brasileiro – enquanto negro e cristão – ocupa na Igreja; o envolvimento da Igreja com a escravidão; o posicionamento da Igreja em relação aos cultos afro-brasileiros; a possibilidade de a liturgia católica integrar elementos da cultura africana. Da discussão desses temas foram aprovadas propostas tais como: denúncia do pequeno número de negros e mulatos na hierarquia eclesial; denúncia das desigualdades entre negros e brancos no processo de seleção para o ingresso nos seminários; pesquisa e divulgação da história do negro brasileiro e sua resistência à escravidão.

Apesar de o grupo continuar mantendo o vínculo com a Linha 2 da CNBB, por ocasião do terceiro encontro (1981) surgiu uma proposta contrária a que o grupo fosse assumido como “Pastoral do Negro”. Basicamente duas razões eram apontadas para a não aceitação dessa denominação: 1. existiria sempre uma certa desconfiança, uma vez que a palavra pastoral poderia ser entendida como uma espécie de cooptação; 2. isto poderia limitar o grupo aos católicos e nessa época era grande a participação de não-católicos.

Houve, a partir dessa atitude contrária, discussões e pontos de atrito que culminaram com a proposta de um outro tipo de trabalho com características marcadamente cristãs. Foi então formado o grupo de Agentes de Pastoral Negros.

Embora o grupo de Agentes de Pastoral Negros possa ser considerado uma dissidência do grupo União e Consciência Negra, os objetivos de um e de outro são praticamente os mesmos, pouco se diferenciando dos objetivos de outros grupos negros, a saber: recuperar as raízes e a memória histórica, conscientizar o negro, e lutar por um espaço de dignidade no contexto nacional. Porém, aos agentes de pastoral negros cabe ainda “lutar por um espaço do negro dentro do cristianismo e pelo direito de se expressar de acordo com aquilo que lhe é próprio, a sua fé, a sua adesão à mensagem de Jesus Cristo”⁶.

Segundo os próprios agentes, os critérios para defini-los são:

1. Os agentes de pastoral negros são pessoas engajadas que exercem atividades voltadas para a comunidade negra.

2. A partir da própria identidade de fé, o agente de pastoral negro se une a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa.

3. O trabalho dos agentes de pastoral negros oferecerá acolhida a todos aqueles que se identificarem com a luta contra toda forma de racismo, superando as diferenças de cor e religião.

4. Os agentes de pastoral negros, não individualmente mas enquanto tais, não estão vinculados a nenhuma política partidária.

5. Os agentes de pastoral negros se empenharão em colaborar para a unidade da comunidade negra sem nenhuma preocupação de fazer adeptos religiosos.

Tudo indica que esse grupo vem conquistando espaços no interior da Igreja e desenvolvendo propostas comparativamente mais concretas que o União e Consciência Negra, apesar dos integrantes de um e de outro participarem dos mesmos eventos.

Desde a realização de seu primeiro encontro em março de 1983, até o ano de 1987, foram realizados pelos agentes de pastoral negros oito encontros semestrais e quatro cursos anuais, ocasião em que se aprofundam as discussões propostas nos primeiros. Nota-se que essa preocupação de discutir aspectos da questão racial tem por objetivo oferecer dados aos agentes de pastoral que trabalham com a comunidade negra, e, com isso, “formar organizadores”⁷. O espaço privilegiado para esse trabalho junto à comunidade negra é a CEB.

Neste sentido, o grupo utiliza-se de um conjunto de práticas educacionais desenvolvido pela Igreja brasileira nos últimos anos, que têm, potencialmente, condições de diminuir a distância entre aqueles que têm e os que não têm acesso à educação formal.

Em certa medida isto explica o porquê de os Agentes de Pastoral Negros conseguirem aumentar progressivamente seus quadros e o número de participantes em seus encontros e cursos. Talvez com um pouco de exagero, jamais se conseguiu arregimentar tantos negros em torno de um grupo, em tão pouco tempo. A partir do núcleo central constituído em São Paulo, sugestivamente chamado de “Quilombo Central” e que hoje conta com sede própria, o grupo possui ramificações nas capitais de quase todos os estados do país.

Se, de um ponto de vista geral, os objetivos dos Agentes de Pastoral Negros são os mesmos dos demais grupos existentes, como já foi dito, sendo também os mesmos os problemas enfrentados, no que tange à questão da reconhecida distância entre a militância e a grande massa negra os agentes pastorais vêm dando uma importante contribuição.

A pesar do sucesso que os agentes vêm obtendo em seu trabalho de conscientização junto às massas negras, alguns setores do Movimento Negro, principalmente os mais radicais, não aceitam como legítima sua atuação. Isto porque, no Brasil, as relações estabelecidas entre o segmento negro e a Igreja Católica têm sido, historicamente, marcadas pelo signo da opressão. Durante séculos a Igreja

esteve vinculada à ordem estabelecida e sua atuação, não raras vezes, voltou-se para a tentativa de cooptação dos setores populares.

É certo que essa preocupação tem seus fundamentos, mas não se pode negar que, efetivamente, os Agentes de Pastoral Negros vêm conquistando importantes espaços. Tanto é assim que o grupo, através de sua mobilização, conseguiu negociar com a CNBB a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 1988, que tem abrangência nacional, e cujo slogan é: "Ouvi os clamores deste Povo", embora a sugestão do grupo tenha sido: "Negro: um Clamor de Justiça!".

A própria escolha de um slogan que esconde o sujeito central da campanha é uma demonstração de que a convivência desse grupo negro com setores da hierarquia eclesial, sejam quais forem os matizes ideológicos, é, em muitos momentos, conflituosa. Para o grupo essa campanha estaria sendo a mais boicotada entre todas as outras realizadas pela CNBB. A hierarquia da Igreja estaria sentindo dificuldades em lidar com um tema que contesta toda a ideologia dominante ao propor uma revisão profunda da filosofia das pessoas, nas palavras de um agente. Exemplo dessas dificuldades e da existência de conflitos foi o processo de ruptura com a Campanha da Fraternidade proposta pela CNBB desencadeado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro.

No meu entender, essas dificuldades são pequenas ante aquelas que já vêm sendo enfrentadas e que tendem a assumir maiores proporções. Não apenas as dificuldades conhecidas no trabalho de conscientização das massas negras, mas aquelas que, visando atingir esse objetivo, evidenciam-se na proposta de criação de uma liturgia e teologia negra. Isto porque os "organizadores" do grupo vão buscar na "cultura negra" elementos para elaborá-las. É através, basicamente, da introdução e reinterpretação de símbolos associados aos "cultos afro-brasileiros" que se procura recuperar a identidade positiva do segmento negro.

Enquanto processo há pouco desencadeado me parece prematuro prever objetivamente as conseqüências dos conflitos e tensões que a existência de um grupo negro no interior da Igreja pode gerar. Se em vários aspectos as propostas do grupo e da instituição coincidem, como pode ser notado nesse relato, em outras elas chegam a ser antagônicas, principalmente no que diz respeito à introdução de elementos "estranhos" ao ritual católico, documentalmente assegurado desde o Vaticano II, ou da proposta não proselitista do grupo, que, ao contrário, para a Igreja, pode ser a razão de sua própria existência. □

Ana Lúcia Farah Valente, doutoranda em Antropologia Social pela USP, publicou, entre outros trabalhos, *Política e relações raciais – os negros e as eleições paulistas de 1982* (FFLCH-USP, 1986).

Os dados apresentados neste artigo, de maneira sucinta, fazem parte de uma pesquisa sistemática que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Resultará da análise desses dados uma tese de doutorado em Antropologia Social, que se encontra em fase final de elaboração.

Referências Bibliográficas

1. GUTIERREZ, Gustavo: *Teologia da Libertação*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1985. pp. 114-115.
2. PUCCI, Bruno: *A Nova Práxis Educacional da Igreja (1968-1979)*. São Paulo, Paulinas, 1984. p. 129.
3. TONUCCI, Pe. Paulo M.: *Teologia da Libertação, o que é?* Petrópolis, Vozes, 1985.
4. PUCCI, Bruno: op. cit. p. 81.
5. CINTRA, Frei Raimundo: Subsídios para uma Pastoral dos Cultos Afro-Brasileiros. In: *Revista Atualização*. Missionários Sacramentinos. nº 44, agosto de 1973.
6. SILVA, Pe. Antonio Aparecido da: Negritude e Liturgia. In: *Revista de Liturgia: A vida em Cristo e na Igreja*. São Paulo, Paulinas, nov./dez. de 1984.
7. Cf. CARDOSO, Ruth C. L.: Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico. In: Sorj e Almeida (org.): *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Resumen

UNA PASTORAL CONTRA EL RACISMO

La Pastoral del Negro de la Iglesia Católica, ya organizada en doce estados y que cuenta con centenas de grupos de base, es actualmente un expresivo segmento del movimiento negro brasileño. Al valorizar aspectos de la cultura afro-brasileña, sacerdotes y seglares han cambiado algunos ritos y celebraciones comprometiendo a la Iglesia en la lucha contra el racismo.

Abstract

AN ECCLESIASTICAL CAMPAIGN AGAINST RACISM

The "Pastoral do Negro", an ecclesiastical, grassroots campaign in defence of black-community rights run by the Catholic Church, has become an expressive voice in the Brazilian black movement. Seeking to exalt aspects of Afro-Brazilian culture, priests, church officials and laymen are altering rites and celebrations and pledging the Catholic Church's engagement in the struggle against racism.

Angola e a afirmação cotidiana da liberdade

Na construção do trabalho e da cultura, e em sua composição étnica, o Brasil mantém com Angola vínculos históricos que remontam ao princípio da colonização do país sob o regime escravista. Hoje o Brasil é o terceiro maior parceiro comercial de Angola e se anuncia, ainda para este ano, uma visita do presidente da República a Luanda, num quadro de consolidação e ampliação das relações entre os dois países.

Humanidades ouviu o embaixador angolano Francisco Romão de Oliveira e Silva no momento em que alguns jornais brasileiros (ver *O Estado de S. Paulo* de 07.04.88, p. 3) transformam as agressões que o povo angolano vem continuamente sofrendo do regime racista sul-africano numa bizarra “exportação de racismo” para o Brasil. O embaixador falou com entusiasmo do programa de saneamento econômico e financeiro, denunciou a espoliação da Namíbia, traçou um duro perfil de Jonas Savimbi, líder da Unita e aliado de Pretória, e avaliou a importância do *apartheid* na desestabilização da região.

entrevista a Edson Cardoso

■ Centenário da abolição da escravatura

“O povo brasileiro tem suas raízes mergulhadas no continente africano, através do papel exercido pelo grande contingente de escravos que veio para as Américas, e especialmente para o Brasil. Esse processo da escravatura foi um fenômeno político, econômico e social negativo, porquanto marginalizou e impediu que seres humanos fossem tratados como seres humanos.

Foi uma longa noite de sacrifícios incomensuráveis, e eu penso que, se se vai abordar os cem anos da abolição da escravatura, é necessário antes de mais nada vermos bem a diferença que existe entre as palavras e os atos. Porque se pode falar da abolição da escravatura, simplesmente, sem se ter contido qualquer consciência antiescravagista.

E se isso acontecer, em nada se terá contribuído para o verdadeiro resgate dos sacrifícios que foram etetivamente consentidos nessa longa noite a que me referi.”

■ Angola “exporta racismo para o Brasil”?

“O articulista¹ revela absoluta ignorância daquilo que ocorre e ocorreu sempre em Angola. Numa linguagem que não encontra nenhum fundamento, inclusive porque há termos que o povo angolano já esqueceu. E não esqueceu por ignorar, mas esqueceu por ter combatido. É uma posição científica do povo angolano face a manifestações que nós consideramos inferiores. Nós, em Angola, não combatemos só o racismo. Combatemos também o regionalismo e o tribalismo, porque foram instrumentos igualmente utilizados pelo colonizador para provocar e manter a divisão dos elementos que integravam a sociedade, para enfraquecer a sua coesão e diminuir naturalmente a intensidade da luta de libertação.

Atingida a independência, que só se conseguiu, no caso concreto de Angola, com a participação de todo o povo, independentemente da cor da pele, da religião, etc., procuramos



criar as bases que permitissem a consolidação da sociedade angolana face ao objetivo superior que é a independência econômica. Os passos que nós temos dado para atingir essa independência têm sido simplesmente torpedeados pela África do Sul. E a causa principal das agressões sul-africanas reside no fato de o povo angolano ter feito uma opção por um regime político que impede à África do Sul de continuar a exercer o seu papel de guardião dos interesses econômicos de vários países ocidentais no continente africano."

■ Natureza da real presença angolana no Brasil

"É necessário que se reconheça isto: a vinculação que existe entre o povo brasileiro e o angolano é um fato histórico que independe já da vontade de quem quer que seja. Nós não estamos nada a intervir. Nós já existimos como tal. É diferente. Independe de quem quer que seja pensar que pode ou não aceitar. Não, não se tem essa opção, neste caso concreto. O que ocorrerá naturalmente é, cada vez mais, a consolidação de laços históricos que já existem e não podem ser obstruídos. Impedir isso é como tentar agarrar o vento com as mãos."

■ Jonas Savimbi: a tradição da traição

"Jonas Savimbi não tem moral nenhuma para falar de quem quer que seja que se encontre hoje em Angola², porque ele foi o primeiro a chamar a África do Sul para invadir nosso país. No passado, Savimbi traiu o povo angolano fazendo o jogo do colonialismo salazarista e fascista. Com a existência de liberdades

democráticas em Portugal, e não podendo já continuar se beneficiando diretamente desse apoio, ele não hesitou em se juntar ao regime mais hediondo da humanidade, servindo de laçao e marionete dos sul-africanos para agredir o povo angolano. Do ponto de vista político, Savimbi só existe graças ao esforço da propaganda ocidental, que tenta criar uma imagem da existência de alguém que indiscutivelmente não existe."

■ Presença cubana em Angola

"A presença cubana em Angola tem servido de justificativa para uma contínua guerra de agressão. Um pretexto que serve para iludir os incautos. A presença de cubanos surgiu da necessidade de o povo angolano defender a sua liberdade, a sua independência, a sua soberania duramente conquistadas ao longo de muitos anos de luta política e militar. O artigo 51 da Carta das Nações Unidas define que qualquer país, uma vez agredido, pode recorrer a quem quiser. Nós fizemos isto com Cuba. Trata-se aqui de uma questão que afeta a soberania do povo angolano e do povo cubano."

■ Guerra civil X guerra de agressão

"No nosso caso concreto, estamos perante uma guerra de agressão. Porque é um país, a África do Sul, que invadiu um outro país. Onde houve até o descaramento de o próprio presidente do país agressor, P. W. Botha, ter entrado, abusivamente, em território angolano. Então está mais do que claro que se trata efetivamente de uma agressão, em que o próprio presidente sul-

africano achou necessário entrar em um país estrangeiro para animar e encorajar os seus soldados a continuarem numa causa injusta, porque moralmente eles estavam perdidos. O presidente Botha tem dificuldades de explicar a sua sociedade porque morreram duzentos e trinta sul-africanos numa confrontação, tem dificuldades de mostrar por que eles morreram, em nome de que, de quem?"

■ Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF)

"Apesar de prejuízos em torno de doze bilhões de dólares e de um terço do orçamento geral do Estado ter que estar comprometido com a defesa da integridade territorial, apesar de todas as dificuldades materiais e humanas resultantes das agressões sul-africanas, o povo angolano dá passos muito importantes. Desde 1985, à altura do II Congresso do Partido, foi concebido o programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), que consiste na existência para já de um instituto que responda pelo investimento de capitais estrangeiros no país. Quer dizer que um industrial, um empresário, qualquer outro com possibilidades e animado do desejo de investir em Angola pode fazê-lo.

Ao fazê-lo, através de *joint-ventures*, ele pode associar-se a uma empresa estatal angolana. Se não quiser, ele pode associar-se a uma outra empresa, também estrangeira. Se não quiser nem uma coisa, nem outra, ele pode instalar-se individualmente, nas áreas que forem acordadas.

As mercadorias que ele possa transportar para Angola, no âmbito da constituição dessas empresas, são consideradas capital de investimento. Os lucros são também transferíveis em 100%. No caso concreto do Brasil, eu já tive encontros com muitos empresários e industriais, que já se prontificaram a investir em Angola. Neste programa nós planificamos as formas de reduzir os entraves e as dificuldades de todo tipo, para criarmos um ambiente que permita realmente o surgimento de uma nação em função de nossas potencialidades, que não são poucas."

■ Namíbia: uma ocupação brutal e ilegal

"São duas as causas principais de desestabilização na região: a ocupação ilegal da Namíbia e os problemas que resultam do sistema do *apartheid* sul-africano. A Namíbia tem o seu direito à independência reconhecido pela Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1978), mas continua pura e simplesmente sendo espoliada por um falso proprietário, que se apoderou indevidamente de um território que não lhe pertence. A Namíbia tem o seu povo e as suas forças que lutam e defendem os interesses legítimos de seu país."

■ Socialismo como opção natural

"A opção do povo angolano pelo socialismo é uma opção natural, faz parte de suas tradições. É muito anterior à existência do partido. Então é um regime com o qual o povo angolano se dá muito bem. E só não vingou e não vingou ainda por causa das constantes agressões da África do Sul."

■ A importância da candidatura Jesse Jackson

"Não vemos a questão do ponto de vista da raça. Interessa sim o posicionamento da pessoa face aos princípios que devem pautar o seu comportamento na base do respeito à vida, à liberdade, à igualdade, do respeito, enfim, àquelas condições elementares para que o ser humano possa existir livre das pressões que resultam dos vários tipos de preconceito. Para nós vale o homem em si, investido de todas essas condições."

■ Brasil e Angola: incremento das relações comerciais

"Do ponto de vista da cooperação econômica e financeira, o Brasil tem capacidade de resposta a muitas de nossas preocupações. E existem as condições que permitem colocar essas relações num nível cada vez mais elevado. O Brasil é o terceiro parceiro comercial de Angola e é nosso desejo que possa vir a se transformar em primeiro." □

Edson Cardoso, além de editor de texto da *Humanidades*, é mestrando em Comunicação na Unb e militante do Movimento Negro.

Notas

1. O embaixador refere-se às iniciais N. M. que assinam o artigo "Comunismo angolano exporta racismo", publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" em sua edição de 07.04.88, p. 3.
2. Referência a declarações de Savimbi publicadas pelo "Jornal de Brasil" de 10.04.88, p. 23. Savimbi afirma: "A primeira coisa é conseguir que os estrangeiros se retirem do país."

Resumen

ANGOLA Y LA AFIRMACIÓN COTIDIANA DE LA LIBERTAD

En la construcción del trabajo, de la cultura y la composición étnica, el Brasil mantiene con Angola vínculos históricos que se remontan al principio de la colonización del país bajo el régimen esclavista. Actualmente tiene fuertes lazos comerciales llegando a ser el tercer socio en importancia comercial. Se anuncia para este año una visita del presidente brasileño a la República de Luanda en un marco de consolidación de las relaciones entre los dos países.

Abstract

ANGOLA AND THE DAY-TO-DAY AFFIRMATION OF LIBERTY

Brazil's historical ties with Angola stretch back to the early days of its colonization, based on slave labour, and are patent in the formation of its workforce and culture and in its ethnic make-up. Brazil is now Angola's third largest trading partner and there are plans for the President of the Luanda Republic to visit Brazil later this year. The stage is thus set for the consolidation and enhancement of relations between the two countries.

O trabalho como instrumento de escravidão

Alfredo Wagner Berno de Almeida

No Brasil de hoje, cem anos após a abolição formal da escravidão, milhares de trabalhadores rurais são mantidos em cativeiro mesmo em regiões do país consideradas as mais desenvolvidas e industrializadas. Mecanismos permanentes de repressão e coerção da força de trabalho garantem a concentração da propriedade da terra.

Não obstante o conhecido procedimento de se destruir documentos comprobatórios de arbitrariedades, acionado em diferentes momentos de transição por intelectuais consagrados, inclusive em fins do século XIX – quando propugnaram uma grande fogueira nacional para queimar os registros da escravidão e simbolicamente apagar da memória histórica aquele estado de barbárie –, tem-se contemporaneamente um quadro em que os fatos são coetâneos da existência do arquivo. A interpretação é concomitante de eventos, cuja recorrência impõe, desde logo, uma relativização da eficácia de qualquer ato oficial considerado como tendo abolido de maneira definitiva a escravatura. O arquivamento que os órgãos oficiais competentes jamais procederam e a intervenção governamental nunca havida emergiram com ênfase dos primeiros meses de 1985 até meados de 1986, numa fase de transição em que as mobilizações camponesas em torno de uma reforma agrária ampla e massiva sustentaram a criação do Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). Os pleitos dos cidadãos vitimados por práticas delinquentes de trabalho escravo ganharam a classificação de “expedientes” nos esca-

ninhos da burocracia e passaram a ser ordenados servindo de base às ações fiscalizadoras então encetadas.

Compulsando-se estas denúncias alusivas a ocorrências de formas de trabalho escravo remetidas ao Mirad, desde a data de sua criação¹ até dezembro de 1986, observa-se que se referem não só a acontecimentos deste período, mas também a eventos ocorridos em anos imediatamente anteriores. Trata-se de cartas, ofícios de entidades sindicais, manifestos de associações voluntárias e abaixo-assinados solicitando uma pronta intervenção governamental face a situações definidas como trabalho escravo.

De sua leitura depreende-se que no mundo do trabalho rural, neste período da denominada Nova República, se nos oferecem aspectos vários de um cativeiro bastante abjeto, mesmo para aquelas concepções liberais que historicamente assimilam práticas autoritárias. Numa fase de transição à democracia em que se mantém intacta a estrutura fundiária concentracionista, registram-se fatos que revelam os paradoxos de sua relação com modalidades de dominação agrária que não podem abrir mão da força bruta e da truculência.





O Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em fevereiro de 1987, registrou em plenário que em áreas incentivadas por programas oficiais existe a utilização criminosa de Trabalho escravo, através do aliciamento ilegal de trabalhadores, inclusive menores, a exemplo do que tem ocorrido em empresas de reflorestamento.

Nessas denúncias o trabalho escravo é descrito como abrangendo uma multiplicidade de situações em que se verificam mecanismos de coerção e violência disciplinando relações de trabalho, numa flagrante violação da legislação trabalhista. O conjunto daquelas ocorrências em que são verificados atos de emprego de força, de recurso a constrangimentos físicos e morais para manter trabalhadores submetidos a jornadas não fixadas e à execução de atividades, quaisquer que sejam, sem que lhes seja permitido uma livre locomoção, inclui-se nesta classificação de trabalho escravo. Em suma, todas aquelas formas de imobilização da força de trabalho, tanto pela moradia quanto pelo endividamento cumulativo, chamado de **peonagem da dívida**, encontram-se assim designadas na farta documentação disponível aos órgãos públicos competentes.

Não se trata propriamente de "escravos por prazo limitado", sujeitos a maus-tratos e atos de violência, numa substituição à escravidão institucional do negro, mas de mecanismos permanentes de repressão da força de trabalho que jamais foram abolidos. Contrastando com sistemas fundados no "trabalho livre", constituem mecanismos coextensivos a uma

vertente autoritária do desenvolvimento do capitalismo no Brasil².

Quando ainda havia uma crença na disposição do Estado em revertê-los é que se avolumaram tais denúncias remetidas ao Mirad e ao extinto Incra³. Foram formuladas, a saber: por trabalhadores rurais que lograram escapar da condição de escravo, após fugas e evasões marcadas por episódios trágicos; por membros das famílias de trabalhadores submetidos à condição do que denominam de **cativos**; pelas entidades sindicais dos trabalhadores rurais (Contag, Fetag's, STR's); por associações voluntárias e entidades confessionais (CPT) e por instituições que congregam juristas e outros profissionais mobilizados na defesa dos direitos humanos (OAB, SDDH's)⁴.

Compulsando-se esses expedientes observa-se que a partir de janeiro de 1986 houve uma intensificação das denúncias sobre práticas delinquentes de trabalho escravo, notadamente em imóveis rurais dos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Maranhão e Pará.

A pressão do movimento camponês através dos desdobramentos do programa de lutas aprovado quando da realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, de 25 a 30 de maio de 1985, em Brasília (DF)⁵, e a divulgação das denúncias pela imprensa periódica levaram a uma intensificação da ação fiscalizadora por parte dos órgãos competentes. Destacam-se, dentre os artigos publicados neste período, aqueles de maior poder de generalização e abrangência, quais sejam: "A escravidão hoje no Brasil" do sociólogo José de Souza Martins⁶ e "Trabalho escravo no Brasil hoje" da antropóloga Neide Esterci⁷.

A gravidade dessas denúncias e a pressão do movimento camponês atingiram um grau tão elevado que, a 27 de junho de 1986, em Marabá (PA), os ministros da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho assinaram juntamente com os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio de Brito, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, um **Protocolo de Intenções**

para conjugar esforços nos estados do Pará, Maranhão e Goiás e coibir de pronto as violações dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores rurais. No dia 09 de julho de 1986, como desdobramento das iniciativas, estes mesmos signatários firmaram um **Termo de Compromisso** que teve por objetivo exercer um esforço destinado à erradicação de qualquer modalidade de trabalho escravo, em articulação com o Ministério da Justiça e com apoio da Polícia Federal, dos governos estaduais e suas forças policiais. O Ministério do Trabalho, segundo este documento, colocaria as delegacias regionais e a fiscalização do trabalho a esse serviço. À Contag caberia apresentar a relação das áreas de recrutamento e das linhas de trânsito dos trabalhadores rurais volantes para áreas onde se denuncia a ocorrência de trabalho escravo e participar, através de representantes, da ação fiscalizadora. A CNA designaria representantes para participar das ações fiscalizadoras. A incidência de formas de trabalho escravo devidamente comprovadas e a inobservância da legislação trabalhista que rege o trabalho assalariado em imóveis rurais constituem fatores que tornam tais imóveis passíveis de desclassificação como empresa rural e devem inviabilizar sua habilitação para usufruir de recursos oficiais sob a forma de incentivos fiscais (áreas de jurisdição da Sudam, da Sudene e do Programa Grande Carajás).

Desconhece-se até o momento a eficácia destas disposições já que não se procederam às desclassificações esperadas em dezenas de imóveis rurais com denúncias comprovadas.

Dificuldades para a composição de uma estatística

Como coligir dados que não são passíveis de controle e de métodos quantitativos usuais, se tão copiosas e disseminadas são as práticas de imobilização da mão-de-obra? Torna-se, inclusive, difícil distingui-las, porquanto se naturalizaram de tal maneira na vida social que se constituíram em práticas rotineiras, que no mais das vezes não são encaradas como infrações da legislação trabalhista. Ressalte-se

neste aspecto que as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais têm contribuído em larga escala para que seja ativada esta percepção. Na imediatez dos levantamentos quantitativos, que sequer podem contar com dados fornecidos pelos censos oficiais, que são omissos quanto aos "deslocamentos sazonais" de trabalhadores rurais, há informações essenciais que resultam por esquecidas e menosprezadas. Buscou-se, no entanto, descrever o conjunto de informações e, a partir delas, elaborar uma estatística ainda que primária.

A quantificação, assim, é necessariamente fragmentada e relativamente precária, incapaz de dar conta das variações e da sazonalidade próprias às formas de recrutamento ilegal de mão-de-obra. Por outro lado, a origem e o número de trabalhadores rurais envolvidos nas denúncias que serviram de fonte ao presente artigo não são factíveis de serem estimados com exatidão. As informações fornecidas, no mais das vezes, são feitas por indivíduos e associações que não têm acesso direto aos imóveis rurais denunciados. Mesmo nos depoimentos daqueles trabalhadores que porventura conseguiram se evadir, esses dados não são freqüentes. Explica-se tal omissão porque, no processo de trabalho que lhes é imposto, os trabalhadores recrutados são mantidos rigorosamente isolados em pequenos grupos, distantes entre si, vigiados e sem facilidades de comunicação.

Não obstante essas dificuldades, percebe-se em alguns documentos oficiais tentativas de estimar o vulto dessas ocorrências. Assim, na exposição de motivos do "Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as empresas de prestação de serviços a terceiros, urbanas e rurais, e suas relações com seus empregados", datada de agosto de 1986, o ministro do Trabalho estima a quantidade de trabalhadores atingidos por atos de inobservância da legislação trabalhista do seguinte modo:

"Trata-se de proposição que busca solucionar dificuldades que têm surgido e que vêm afetando mais de um milhão de trabalhadores no primeiro setor e mais de cinco milhões de trabalhadores rurais, o que por si só permite aqui-

latar a magnitude dos assuntos que se pretende disciplinar. Ante esta importância constitui Grupo de Trabalho pela Portaria nº 3.046, de fevereiro deste ano, integrado por representantes dos setores envolvidos, patronal e de empregados, o qual, ao fim dos trabalhos, apresentou resultado que reputo dos mais proveitosos." (ibid. p. 1)

As contratações de bóias-frias não são regulamentadas e nem as atividades das empreiteiras de mão-de-obra. Segundo essa exposição de motivos, a formalização será obrigatória e deverá importar na exigência do registro de funcionamento das empreiteiras, na assinatura de contratos especificando o prazo de duração do serviço prestado, o local em que o serviço será executado, a forma e o total do pagamento a ser realizado, além de esclarecer



o meio de transporte para o deslocamento do trabalhador. Quanto à solução dos antagonismos e choque de interesses que caracterizam aquelas situações de tensão envolvendo os chamados peões, a referida E.M. prevê que compete à Justiça do Trabalho e não à polícia particular ou milícia privada dirimir qualquer litígio entre projetos agropecuários e trabalhadores eventuais contratados.

Existe também tentativas regionais de estimar aquelas infrações, como se pode verificar através da leitura do Ofício nº 419/GD/DRT/MTb/RO-86, de 15.07.86, que contém em anexo o Relatório intitulado *O trabalho escravo no estado de Rondônia*. Neste documento as estimativas são apresentadas da seguinte maneira:

"O Posto Regional de Vilhena, vinculado à DRT/RO, localizado próximo à divisa do Mato Grosso, juntamente com o Ministério Público Estadual vem constatando há muito a prática intensiva de trabalho escravo no estado de

Rondônia, principalmente na parte sul do estado. Em diversas diligências realizadas a partir de denúncias encaminhadas à DRT/RO e ao Ministério Público Estadual, foram encontrados nas diversas fazendas da região aproximadamente quatro mil trabalhadores mantidos em condições análogas à de escravo e em situação trabalhista irregular, principalmente no que tange à falta de registro do contrato de trabalho." (g.n.)

Outra tentativa encontra-se descrita pela imprensa periódica e é atribuída à Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão, senão vejamos:

"Somente no Maranhão o delegado do Trabalho Paulo Celso Marinho calcula que existam 6 mil trabalhadores atraídos por aliciadores de mão-de-obra – os gatos – com promessa de altos salários e hoje confinados em fazendas isoladas, submetidos a trabalho forçado e condições precárias de sobrevivência. Marinho informou que uma equipe de fiscais foi barrada por guardas particulares ao tentar verificar as condições de trabalho em uma plantação de cana do grupo Costa Pinto". (g.n.) (Cf. "Pazzianotto transfere à Justiça toda denúncia sobre trabalho escravo". *Jornal do Brasil*. 30.01.86)

Um terceiro documento oficial intitula-se "A exploração do trabalho em regime de semi-escravidão em fazendas de reflorestamento para extração de madeira e produção de carvão vegetal na microrregião de Campos de Itapetininga" e foi elaborado pela Secretaria de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo em 12 de agosto de 1986. Consoante seus termos.

"Estima-se que somente em Angatuba sejam 500 as famílias de lenhadores. Vivem em grandes fazendas de reflorestamento da região, em clareiras isoladas dentro das florestas de eucaliptos e pinus, distantes uma da outra até 60 km. Embora toda a família trabalhe (mulheres e crianças), somente os homens são registrados, quando são, via CLT. Muitos não têm registro e recebem como paga de seu trabalho apenas gêneros alimentícios, trazidos pelo

próprio gato, que os mantém dependentes e submissos, reduzindo-os sob a ameaça de represálias (suspensão do pagamento dos salários, do fornecimento de gêneros e da remoção para outro campo de trabalho), a condição análoga à de escravos." (p. 3) (g.n.)

À parte estes documentos e pronunciamentos de autoridades governamentais, a única tentativa de levantamento e generalização mais conhecida e produzida no âmbito da sociedade civil refere-se ao artigo já mencionado, *A escravidão hoje no Brasil*, de autoria do sociólogo José de Souza Martins. Segundo este autor, a partir de dados compilados através do noticiário da imprensa periódica tem-se que:

"Desde 1970 até hoje, dados ainda incompletos indicam a ocorrência de 105 casos de cativo. Em 55 deles foram contados 19.713 escravos (dos quais apenas 1.292 conseguiram fugir)."

A partir dessas tentativas pode-se asseverar, portanto, que não há qualquer levantamento estatístico sistemático que possibilite a apresentação de dados absolutamente fidedignos. Está-se lidando com estimativas, onde via de regra não são explicitados os procedimentos para se chegar aos resultados apresentados.

Trabalho escravo, escravidão branca e cativo

Nas denúncias são referidos como *gatos* os indivíduos ou empreiteiros da mão-de-obra rural que se encarregam do recrutamento, da seleção, do transporte e, no mais das vezes, do controle das atividades produtivas desenvolvidas pelos *peões*, pelos *bóias-frias* e demais trabalhadores rurais ilegalmente aliciados. Os *gatos* se interpõem necessariamente entre o empregador e os trabalhadores rurais, mascarando as relações de trabalho, aliviando os grandes proprietários dos encargos trabalhistas e sociais.

Nestas condições, o tomador de mão-de-obra não regulariza a situação do contrato, deixando este quesito a cargo dos recrutadores individuais, os denominados *gatos*, ou das empreiteiras. Em virtude disso, as responsabilidades legalmente atribuídas ao empregador, tais como aquelas inerentes aos acidentes de trabalho (por demais frequentes nos desmatamentos, nos cultivos com utilização de agrotóxicos, etc.), desaparecem.

Variando segundo as regiões, a ação dos *gatos* pode se restringir quer seja ao



recrutamento, ao transporte ou ao fornecimento de hospedagem e alimentação, ou ainda ao acompanhamento da realização do trabalho durante todo o período que durar a chamada *empreita*. Pela sua diversidade, são registradas ocorrências tanto nas plantações de cana-de-açúcar e de laranja no estado de São Paulo, quanto na colheita do chá no estado do Paraná, ou no corte de cana nas usinas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e São Paulo; tanto nas fazendas de café do estado da Bahia e nos projetos de reflorestamento nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, quanto nos desmatamentos de projetos agropecuários dos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, tanto nas regiões carvoeiras (produção de carvão vegetal) do estado de Minas Gerais, quanto nos garimpos e seringais da região amazônica.

Os *gatos* e as empreiteiras se apropriam de porcentagem do salário dos trabalhadores aliciados, fazendo-os entrar no processo de trabalho já como devedores do transporte, da hospedagem e da alimentação, etc., principalmente quando o deslocamento envolve grandes distâncias, forçando o trabalhador individual a se separar durante meses de seu grupo familiar.

Por outro lado, sem assinar as carteiras de trabalho, forçando os trabalhadores a se endividarem nas cantinas, colocando fiscais fortemente armados para exercer vigilância sobre o trabalho e impedindo que os trabalhadores saiam dos locais das empreitadas, os *gatos* constituem peças essenciais dos mecanismos de imobilização da força de trabalho.

Não cumprindo a instituição de contrato escrito para cada locação de mão-de-obra, violando a obrigatoriedade de elaboração de folha de pagamento para cada contrato, assim como a obrigatoriedade de pagamento do piso salarial da categoria, sem assegurar aos contratados a perfeita integração de seus direitos e aos contratantes a perfeita discriminação de suas responsabilidades, os aliciamentos ilegais e a vigilância armada do trabalho não deixam aos recrutados para tarefas de dois, três e até seis meses, outra alternativa senão a tentativa de evasão. As chamadas

fugas, contexto em que geralmente se registram os homicídios dolosos, representam esforços dos aliciados ilegalmente de burlarem a vigilância e alcançarem a condição de "livres".

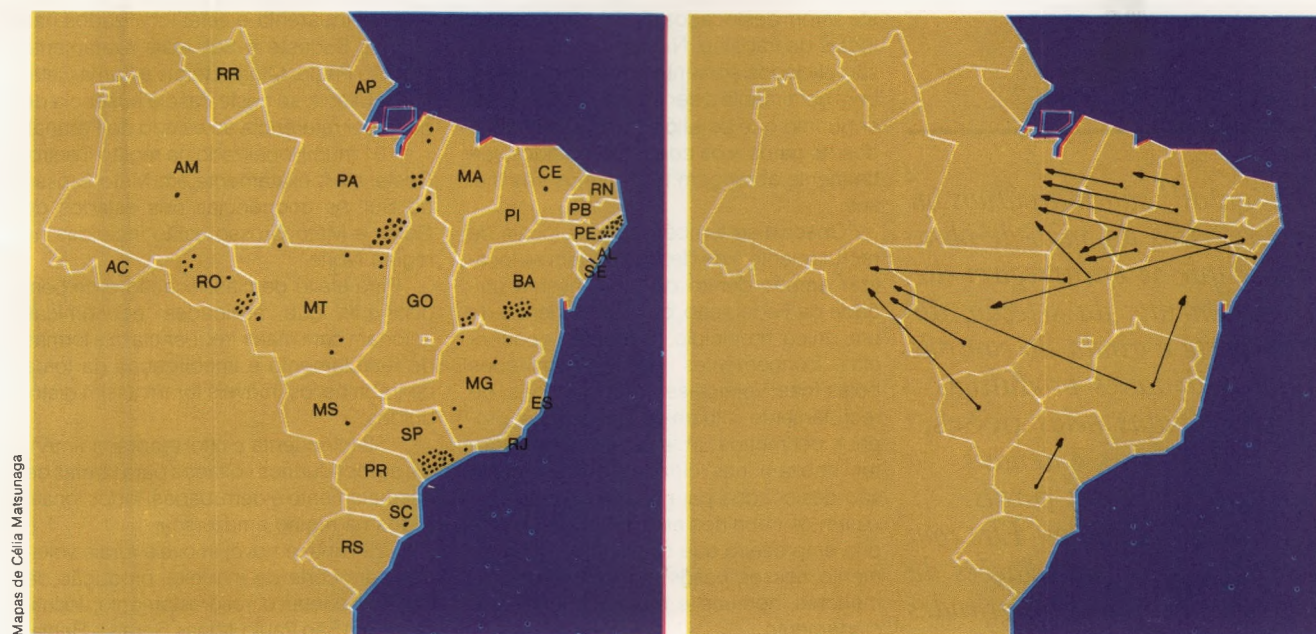
Mediante fatos desta ordem é que são veiculadas as denúncias de *trabalho escravo*, também denominado de *escravidão branca*. Abrangem aquelas mais graves violações da legislação trabalhista e um conjunto de atos de coerção impostos arbitrária e violentamente aos trabalhadores rurais. Um outro termo recorrente nessas denúncias é *cativo*. Utilizado notadamente quando referido às condições de trabalho em áreas de colonização antiga da região Nordeste, onde prevalecem grandes propriedades territoriais com dezenas de famílias de trabalhadores designados como *moradores*, *agregados*, *parceiros* e/ou *meeiros*. Em tais situações não há uma fixação da jornada de trabalho e registram-se atos de imobilização, tanto ao nível da moradia, quanto ao nível das obrigações, quanto às terras de cultivo. O caráter compulsório de que se revestem as atividades produtivas nesses imóveis rurais encontra sua expressão mais acabada no endividamento crescente dos trabalhadores junto aos denominados *barracões* e *bodegas*.

Unidades da federação com denúncias de trabalho escravo

A unidade da Federação que apresenta maior volume de denúncias relativas a ocorrências de "trabalho escravo", chegadas ao Mirad, é o estado do Pará. Totalizam 39 (trinta e nove) os imóveis rurais aí arrolados como incidindo nesta prática. A seguir tem-se o estado de São Paulo com 37 (trinta e sete) e o estado da Bahia com 31 (trinta e uma) denúncias. A estes se seguem os estados de Pernambuco com 22 (vinte e duas), de Rondônia com 16 (dezesseis), de Minas Gerais com 09 (nove) e o de Mato Grosso com 07 (sete). Foram registradas somente duas denúncias relativas ao estado de Goiás, enquanto que os estados do Ceará, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina apresentam apenas um caso de denúncia.

As unidades da Federação aparecem nesses documentos tanto como lugar em que se dá o aliciamento ilegal de trabalhadores rurais, quanto como local de destino, onde são realizados os trabalhos. Compulsando-se o material levantado pode-se ter uma noção aproximada desses tipos de deslocamento. Constata-se, por exemplo, que os trabalhadores denun-

Localização geográfica dos imóveis com denúncias de trabalho escravo e da origem dos trabalhadores aliciados.



● imóvel
† sentido dos deslocamentos.

TRABALHO ESCRAVO – QUADRO GERAL DE IMÓVEIS DENUNCIADOS

UF	Atividade Econômica	Derrubadas (Fronteira Agrícola)	Reflorestamento (Madeira/Carvão)	Usinas de Açúcar	Garimpos	Seringais	Plantação de Chá	Plantações de Café	Áreas de Posseiros Meeiros e Agregados	Total de Imóveis por UF
RO		16								16
PA		38			01					39
AM									01	01
BA			09					22		31
PE				22						22
CE									01	01
SP			27	01			09			37
MG			03	01					05	09
MT		03		02	01	01				07
MS									01	01
GO		01		01						02
SC									01	01
TOTAL DE IMÓVEIS POR ATIVIDADE		58	39	27	02	01	09	22	09	167



Os “gatos” são indivíduos ou empreiteiros da mão-de-obra rural que se encarregam do recrutamento, da seleção, do transporte e ainda do controle das atividades produtivas desenvolvidas pelos peões, bóias-frias e demais trabalhadores rurais ilegalmente aliciados. Eles com isso mascaram as relações de trabalho, aliviando os grandes proprietários dos encargos trabalhistas e sociais.

ciados como cativos no estado do Pará se originam, principalmente, dos estados do Maranhão, Goiás, Piauí, Pernambuco e Alagoas. No estado de Rondônia têm sido identificados trabalhadores rurais oriundos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e de diversos estados da Região Nordeste. Já no estado de Goiás são encontráveis trabalhadores aliciados nos estados do Maranhão e do Piauí. Existem ainda trabalhadores rurais de Pernambuco escravizados no Mato Grosso, trabalhadores recrutados em Minas Gerais e denunciados como escravizados na Bahia, e trabalhadores aliciados no Paraná e assinalados como cativos em São Paulo.

Constata-se que em apenas uma unidade da Federação (Alagoas) tem-se uma denúncia feita por órgão oficial de que trabalhadores estariam sendo aliciados e levados para outras unidades da Federação.

Tais deslocamentos, que geralmente implicam grandes distâncias entre o local de recrutamento e aquele de destino, ocorrem notadamente nos períodos não-chuvosos, ou seja, no denominado verão, na região amazônica, compreendendo os meses de julho a dezembro. Os trabalha-

dores rurais aliciados são distribuídos por uma rede de pequenos hotéis e pensões até serem deslocados diretamente para os locais de trabalho. Nestas circunstâncias são aliciados somente homens que recebem geralmente a denominação de **peões**, enquanto que os aliciadores são chamados de **gatos** e os contratos firmados verbalmente abrangem pelo menos três meses.

Observa-se também que os locais de recrutamento e de destino podem se localizar ambos dentro de uma mesma unidade da Federação, ou mesmo dentro de um único município. Naquelas ocorrências concernentes aos denominados **bóias-frias** verifica-se que os locais de recrutamento situam-se dentro dos próprios perímetros urbanos. Os trabalhadores habitam nas cidades e diariamente são deslocados para as áreas onde executam os trabalhos em transporte do próprio empreiteiro que os aliciou. O recrutamento nesses casos abrange adultos e menores, homens e mulheres, indiferenciadamente.

Há ainda inúmeras situações em que as formas de imobilização ocorrem no âmbito do próprio imóvel em que os trabalhadores residem e trabalham. Abarcam os denominados **agregados** e **parceiros** das grandes propriedades fundiárias. Trata-se dos casos em que as formas de imobilização têm caráter permanente, distinguindo-se do caráter eventual dos chamados **peões** e de **bóias-frias**.

Características principais dos imóveis em que se registram situações de trabalho escravo

A partir dos expedientes foram sendo montados os quadros específicos por atividade relativos aos imóveis rurais em que foram assinaladas ocorrências de trabalho escravo. Totalizam 167 (cento e sessenta e sete) imóveis rurais distribuídos pelas seguintes regiões:

– 65 (sessenta e cinco) localizados na região Norte. Observa-se neste caso a ausência de qualquer referência ao estado do Maranhão, o que bem evidencia as lacunas que tal material apresenta e a subestimação do mencionado total;

– 54 (cinquenta e quatro) localizados na região Nordeste;

– 47 (quarenta e sete) localizados nas regiões Sudeste e Sul, mais exatamente em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina (observa-se neste caso a ausência de qualquer referência ao estado do Paraná);

– 01 (hum) localizado na região Centro-Oeste, mais exatamente em Mato Grosso do Sul. As ocorrências nos estados de Goiás e Mato Grosso estão incluídas na região Norte.

Para efeito de classificação e de bem distinguir que atividades econômicas acionam com maior frequência tais formas de recrutamento e imobilização da força de trabalho, os imóveis foram assim distribuídos:

– 58 (cinquenta e oito) empreendimentos agropecuários voltados para tarefas de desmatamento e derrubadas, todos localizados na região amazônica;

– 29 (vinte e nove) imóveis rurais voltados para corte de madeira, produção de carvão vegetal e reflorestamento, localizados em São Paulo, Minas Gerais e Bahia;

– 27 (vinte e sete) imóveis classificados como usinas de açúcar e localizados em Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás;

– 02 (duas) áreas de garimpo localizadas no Pará e no Mato Grosso;

– 01 (hum) seringal localizado no Mato Grosso;

– 09 (nove) imóveis dedicados ao plantio do chá, localizados em São Paulo;

– 22 (vinte e duas) fazendas de café, localizadas no Estado da Bahia;

– 09 (nove) áreas de meeiros, agregados e moradores localizadas no Ceará, em Minas Gerais e Santa Catarina.

Descrição dos métodos truculentos

As cartas das vítimas e seus familiares descrevem com pormenor episódios de veras tragédias. Narram os obstáculos erigidos à livre locomoção dos trabalhadores e as violências praticadas no contexto das tentativas de fuga. As próprias vítimas se auto-representam como **escravos** e, além dos maus-tratos constantes, relatam homicídios hediondos cometidos por pistoleiros, que exercem a vigilância armada do trabalho e, como capitães-do-mato, capturam ou eliminam fisicamente os que buscam se evadir. O tom das cartas e solicitações deixa entrever, todavia, uma enorme crença na capacidade de ação do Estado para coibir tais práticas.

Veja-se a seguir um excerto da carta enviada pelo Sr. Milton Moreira de Souza ao Ministro da Justiça em abril de 1986:

"Senhor Ministro, Milton Moreira de Souza, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado na Rua Rio Vermelho s/n, Xinguara, Pará, vem respeitosamente perante V. Exa. denunciar fatos ocorridos na Fazenda Panelão.

(...) Que os capangas, assim que nos localizaram na mata, por volta das 19h 15min, do dia 10, começaram a atirar. Um dos tiros atingiu o abdômen de meu tio, que morreu imediatamente.

O restante de nós foi capturado pelos capangas. Sofremos toda espécie de agressões: golpes com as coronhas das armas, chutes, socos e etc. Fui forçado a limpar o sangue de meu tio, com as mãos, para não deixar vestígios e me obrigaram a beber lama, misturada com sangue de meu tio. Retornamos à Fazenda naquela noite mesma, andando 18 quilômetros, aproximadamente, por lamaçais, deixando o corpo de meu tio no local do crime, coberto por uma pequena camada de terra.

De volta à Fazenda, trabalhamos durante mais 6 dias..."

(Cf. Carta enviada ao Exmo Sr. Ministro da Justiça, datada de 21 de abril de 1986, e remetida posteriormente ao Mirad).

As cartas de trabalhadores rurais recrutados ilegalmente chegaram por vezes às mãos de seus familiares e estes encaminharam o problema aos órgãos competentes. A Sra. Vicência Cândida da Silva encaminhou ao Ministro da Justiça, em junho de 1986, a seguinte solicitação:

"Iguatu, 10 de julho de 1986,

Senhor Ministro,

Sou irmã de Miguel Almeida de Oliveira e, segundo consta do termo da carta ora junta, por mim recebida, o mesmo se encontra trabalhando em regime de semi-escravidão na Fazenda Fabrício, no Município de Xinguara, no Estado do Pará. (...) A suplicante toma a liberdade para informar a V. Exa. que o seu irmão está sendo vítima do delito de crime de cárcere privado e pede atenção de V. Exa. para que sejam tomadas as providências necessárias, com auxílio da Polícia Federal, naquele Município para libertá-lo."

(Carta encaminhada ao Exmo. Sr. Mi-

nistro da Justiça e a seguir remetida à Coordenadoria de Conflitos Agrários do Mirad pelo Mutirão Contra a Violência.)

O teor da carta enviada à Sra. Vicência pelo seu irmão é o seguinte:

"Fazenda Fabrício, 16/06/86. Xinguara.

Meus queridos familiares,

Pesso a vocês que rezem por mim. Por que eu estou preso na fazenda atabalhando já pelo di comer. Tudo quanto o gato vende é por dois preço por isso eu não mandei dinheiro para vocês. Sim mau sobre a mulher do Olzimar eu não



tenho nada com o que está acontecendo com eles. Ele saiu de Araguaína no dia 29 de maio as 5 horas da tarde com destino a Imperatriz. Pesso que vocês procurem conversa com a família dela. Que os documentos dela ficou aqui na fazenda. Sim mãe nós estamos como escravos só está faltando as corrente e os cadeados. Para dar um jeito neste aqui somente a Polícia Federal pode tira nos daqui. (...)" (sic).

Ao escrever para seus familiares no Ceará dá notícia de outros conhecidos, amigos ou vizinhos que também foram recrutados pelos agenciadores de mão-de-obra. Estas notícias, entretanto, são reconhecidas como incompletas ou passíveis de reconstituir apenas parte do itinerário do outro, posto que foram locados em

lugares diferentes. O endividamento cumulativo, que submete cada vez mais os trabalhadores aos denominados **gatos**, conduz a novos deslocamentos nos imensos territórios das áreas amazônicas de ocupação recente.

"José da Silva Barbosa, 28 anos, Israel Bispo de Campos, 18 anos, e Fernando Arruda, 21 anos, todos de Cuiabá foram levados para a Fazenda do Dr. Sergio (Cerejeiras - RO) (...) Contam que... Não recebiam nada, e tinham que comprar a própria alimentação pelo triplo do valor comum, tirando "vales" de um "salário" que nunca receberiam, ficando assim cada vez mais endividados. Se falassem em sair, recebiam ameaças de morte dos jagunços. Se tentassem fugir tinham seus calcanhares cortados..."

(Cf. OF. Nº 861/86-GB da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, datado de 17 de abril de 1986, encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Mirad solicitando providências para denúncias de trabalho escravo relatadas pela CPT de Rondônia).

"Aliás, durante todo o tempo em que lá estivemos, não recebemos nada em troca de nosso trabalho. A comida era de péssima qualidade (...) e dormíamos debaixo de lonas apoiados em pedaços de pau. Durante o serviço, mais de 20 jagunços nos vigiavam..."

No nono dia fomos transferidos para Alvorada do Oeste, divisa com a Bolívia. No percurso, pulamos do caminhão. Os jagunços atiraram e nos perseguiram durante algum tempo. Conseguimos chegar a Ji-Paraná e ficamos perambulando pelas ruas. Por azar, fomos localizados pelo Sr. Itamar, que nos ameaçou e colocou a polícia em nosso encalço. Fugimos novamente e conseguimos chegar a Cuiabá..."

(Cf. Documento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais enviado ao Exmo. Sr. Governador em 02 de julho de 1985 e a seguir encaminhado ao Mirad. Relata o recrutamento ilegal de 144 trabalhadores rurais na região do Vale do Rio Doce (MG) e seu deslocamento para fazendas em Rondônia).

Constata-se também que os agencia-



Sem assinarem as carteiras de trabalho, forçando os trabalhadores a se endividarem nas cantinas, colocando fiscais fortemente armados para exercerem a vigilância sobre o trabalho e impedindo que os trabalhadores saiam dos locais das empreitadas, os “gatos” constituem peças essenciais dos mecanismos de imobilização da força de trabalho.

dores de mão-de-obra em casos de fuga buscam transferir a suposta dívida do que se evadiu para seus conhecidos ou vizinhos que permaneceram. O endividamento antes de ser considerado como individual passa a ser visto como do grupo que foi recrutado junto, numa tentativa de inibir as fugas isoladas.

“No outro dia da fuga de Dionísio, os pistoleiros Walmire o chefe Zé Messias foram ao meu barraco. Queriam que eu pagasse o débito dele. A conta que eles apresentavam como sendo do Dionísio é de Cr\$ 116.000,00. No haver que tenho querem descontar a dívida do meu amigo. Na verdade sou um escravo, estou pagando para ser escravo. Os pistoleiros nesta época eram outros, porque Abílio tem um sistema de trocar os pistoleiros de uma fazenda para outra. Pra não deixar eles ficarem muito conhecidos por nós. As fazendas onde o Abílio é empreiteiro são: Inajá Porã, Volkswagen, Belo Horizonte e Quixadá.”

(Cf. Depoimento de Charles Paulo Costa, trabalhador rural, 24 anos, natural de Fazenda Nova (GO) datado de 11 de setembro de 1984 e remetido pela Contag ao Mirad em abril de 1985) – A ocorrência deu-se em Barreira do Campo (PA).

Relatando centenas de outros casos o STR de Paragominas (PA) em carta ao Exmo. Sr. Ministro do Mirad, de 07 de abril de 1986, assevera que “foi como caírem numa emboscada, pois foram entregues nas mãos dos gatos, que faziam a **escravidão branca**, isentando os proprietários de qualquer responsabilidade.”

Há outros relatos que sublinham formas de se infligir castigos aos trabalhadores rurais:

“(…) que eu, Odilon, vi no terreiro da cantina dois peões, um deles parecia doente, amarrados com uma corda com as mãos para trás. O “gato” estava perto e tinha uma espingarda 15 tiros na mão, enquanto seu jagunço Mineiro, batia nos dois com um chicote e depois disso eu não os vi mais. Um outro dia, antes de começar a trabalhar com o Sr. Joaquim, vi um peão, de nome João, amarrado, sendo surrado com uma corrente pelo “gato” Silva Brito, e o

peão estava muito mal com malária”. (Cf. Declaração de Odilon Pereira dos Santos, natural de Almas – Goiás, residente e domiciliado em Conceição do Araguaia (PA). Remetida ao Mirad pela Contag em junho de 1986.)

Em apenas um dos documentos consultados foi registrado o recrutamento ilegal de indígenas:

“que havia 4 peões de Itacajá (GO) e 2 índios contratados para derrubar 13 alqueires. Um deles queria ir embora e o gato lhe bateu com uma corrente, dizendo que ele tinha que continuar trabalhando na fazenda. Dias depois os índios queriam receber para ir embora e o Silva não quis. Os índios ameaçaram denunciar à Funai e disseram que se eles não fossem embora o chefe da tribo vinha buscá-los. O gato então deu a cada um dos dois Cr\$ 100,00 e eles foram embora, sendo que tinham muito mais para receber.”

(Cf. Declaração de Joaquim Martins da Cunha, trabalhador rural residente no bairro de Emerêncio em Conceição do Araguaia (PA), e Odilon Pereira dos Santos, também domiciliado na mesma cidade. Remetida ao Mirad pela Contag em junho de 1986.)

Há ainda muitas denúncias relativas aos tipos de trabalho escravo nas empresas de reflorestamento, tais como aquelas contidas na carta enviada ao Exmo. Sr. Presidente da República em 25 de maio de 1986 por doze trabalhadores rurais de Formoso (MG), cujos excertos se seguem:

“... firmas reflorestadoras, Vale do Rio Grande, Florice, Rebrace, Florestaminas, todas estas firmas inclusive estas firmas estão fazendo a maior injustiça com os trabalhadores, pega trabalhador em João Pinheiro, Paracatu, Unaí, Buritis e Formoso, atravessa Minas para Bahia e roda com estes trabalhadores oitenta e três km, chegando lá quem faz as leis são eles, os gatos das firmas, o trabalhador queira ou não queira ele tem de obedecer a lei deles, sem carteira assinada, sem nada, se ele não aceitar estas leis, é o jeito ele vir embora de pé, como já tem acontecido, e o próprio já encontrei com trabalho vindo a pé de lá só com garrafa de água,

essas firmas são as verdadeiras escravizadoras de trabalhadores, e no ritmo dessas firmas mais estão chegando e fazendo a mesma coisa, agora Sr. Presidente José Sarney, V. Ex. toma providência nestas coisas todas que é vem ocorrendo aqui, e nós pedimos que esta fiscalização que o Sr. mandar como o Incra mesmo, ou a própria Polícia Federal procure pessoas que está ligado sempre com o delegado sindical da cidade, porque autoridade municipal são todas contra isso, e eles não vai aceitar isto não, porque são dono da cidade." (sic)

O relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários do Mirad, de dezembro de 1986, a partir de exaustivo levantamento cataloga 94 ocorrências com registro de homicídios. À exceção de duas delas, todas as demais vitimaram trabalhadores rurais e indígenas, que haviam sido submetidos a formas de trabalho escravo. Observa-se, neste sentido, que há um número apreciável de expedientes encaminhados por viúvas. Dentre eles foi separado o que se segue:

"Meu marido me apresentou para o "gato", que disse que na próxima semana ele voltaria em Xinguara e passaria na minha casa para deixar dinheiro, trazer notícias e levar nossas notícias para meu marido. E nunca mais apareceu. No dia 17 de abril de 1986, fiquei sabendo que meu marido teria sido assassinado no dia 10 de abril pelo pistoleiro Chere. Quem trouxe a notícia foi meu sobrinho Hamilton. Que meu marido foi morto quando tentava fugir junto com Hamilton, Nenego, Vandari e o José."

(Cf. Declaração assinada pela Sra. Terezinha Lacerda Moreira, casada com Antônio Moreira Diniz, cinco filhos, residente em Xinguara (PA). Foi remetida pela Contag ao Mirad em junho de 1986, com a referência de que os fatos ocorreram na Fazenda Panelão.)

Considerações finais

Para além da tragicidade do quadro em que vivem aqueles afetados por essas modalidades de trabalho escravo, percebe-se que se está diante de um vasto contingente de cidadãos de segunda categoria, inteiramente à margem de direitos elementares mesmo em regiões do país consideradas as mais desenvolvidas e industrializadas. As próprias vítimas se auto-representam como escravos e assim são consideradas e referidas tanto no estado de São Paulo quanto em regiões de ocupação recente da Amazônia. O tom das

cartas deixa entrever, entretanto, uma crença na ação do Estado, que é visto como força capaz de assegurar o acesso à cidadania plena, coibindo aquelas práticas delinquentes. Permite vislumbrar também que a reforma agrária ampla é entendida como instrumento necessário para a transformação das relações de trabalho no meio rural. Detendo a tendência concentracionista da propriedade fundiária, a reforma agrária enfraqueceria os mecanismos permanentes de repressão da força de trabalho, que são coextensivos ao monopólio da terra. A própria quantidade de expedientes relativos a ocorrências de trabalho escravo, que passaram a tramitar nos órgãos fundiários oficiais, e o fato de serem passíveis, os imóveis denunciados, de desapropriação por interesse social, tornam evidente esta expectativa.

Ao recusar a Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado pelo Mirad e aprovado pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais em seu IV Congresso, e renunciar ao cumprimento das tímidas metas previstas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária⁸ o governo da Nova República incorre em sério paradoxo. Endossa implicitamente as formas de dominação pela força bruta, que mantém práticas intensivas de trabalho escravo no próprio ano em que se comemora formalmente o centenário de Abolição da Escravatura, e deixa no ar indagações de como se poderá democraticamente assimilar estes vastos contingentes de trabalhadores rurais mantidos como escravos. □

Alfredo Wagner Berno de Almeida foi um dos organizadores da coordenadoria de conflitos agrários do MIRAD. Publicou números trabalhos sobre os conflitos de terra no Brasil.

Este artigo foi elaborado a partir de informações técnicas e do relatório denominado *Trabalho Escravo*, produzidos respectivamente em maio e dezembro de 1986 pela então Coordenadoria de Conflitos Agrários do Mirad-Incra, da qual o autor fez parte na condição de coordenador. Consiste num texto condensado, com inúmeras supressões e adendos, de um relatório que jamais foi publicado. A equipe que participou da elaboração das referidas informações e do relatório é a seguinte: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Márcia Anita Sprandel, Maristela de Paula Andrade, Murilo Santos, Andréa Dias Victor, Célia Maria Correa, Luiz Fernando Rosário Linhares, Ana Paulina Aguiar Soares e Líbia Macedo Aragão.

Notas

1. Cf. Decreto-lei nº 91.214 de 30 de abril de 1985.
2. Para um aprofundamento consulte-se VELHO, Octávio G.: 1976—*Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL.
3. Cf. Decreto nº 2363 de 22 de outubro de 1987.
4. Há ainda copiosa documentação remetida ao Mirad pelo *Mutirão contra a violência* do Ministério da Justiça, e documentos outros, resultado de contatos estabelecidos com órgãos do Ministério do Trabalho ou das Secretarias Estaduais do Trabalho.
5. Consulte-se: Contag — "Análise da atuação da Contag e propostas de programa para a gestão 86/89 — Contribuição para debate". Brasília, dezembro de 1986. — "Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais — Documentos aprovados em plenário". Brasília, fevereiro de 1987. Na página 10 lê-se o seguinte: "... registra-se em áreas incentivadas por programas oficiais a utilização criminosa de trabalho escravo, através do aliciamento ilegal de trabalhadores, inclusive menores, a exemplo do que tem ocorrido em empresas de reflorestamento."
6. Cf. Folha de S. Paulo, SP, 13 de maio de 1986.
7. Cf. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, agosto de 1986, pp. 14-17.
8. Cf. Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.

Resumen

EL TRABAJO COMO INSTRUMENTO DE ESCLAVITUD

En el Brasil actual cien años después de la abolición formal de la esclavitud, millares de trabajadores rurales están mantenidos en cautiverio hasta en regiones consideradas las más desarrolladas e industrializadas. Los mecanismos permanentes de represión y cohesión de la fuerza de trabajo garantizan la concentración de la propiedad de la tierra.

Abstract

WORK AS AN INSTRUMENT OF SLAVERY

In today's Brazil, one hundred years after the formal abolition of slavery, thousands of rural workers are kept in captivity, even in the regions considered more developed and industrialized. Permanent mechanisms of repression and coercion secure the concentration of the possession of land.

DÍVIDA EXTERNA

A escravidão do século XX

Hugo Assmann

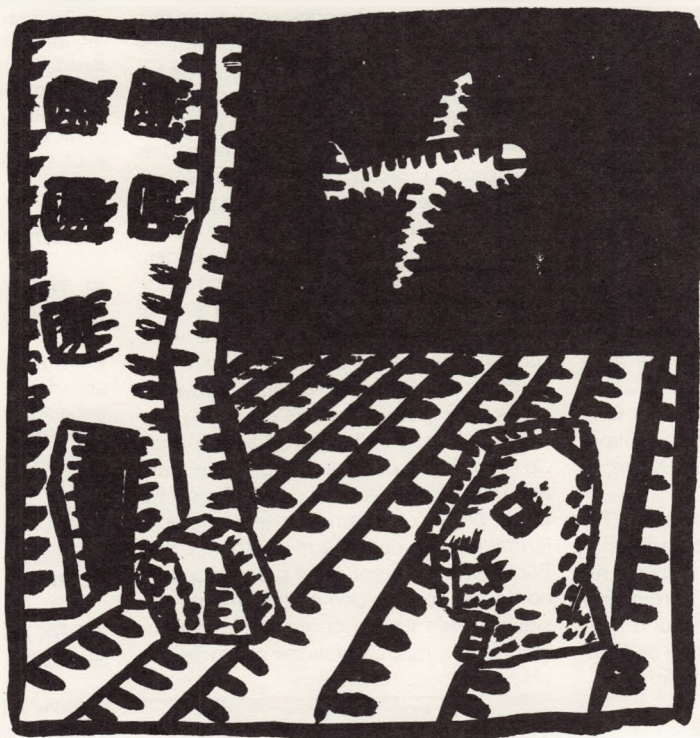


Ilustração de Sérgio Bessa

Há sinais bastante indicativos de que a dívida externa passou a ocupar a agenda teológica dos cristãos. Uma melhor compreensão dos “mecanismos perversos” da dívida e suas conexões mais amplas tem conduzido ao aprofundamento de uma série de temas teológicos – como o da idolatria, as teorias sacrificiais, as “estruturas de pecado”, a originária destinação universal dos bens e produtos para o benefício de todos, o caráter teológico da solidariedade pensada em dimensão mundial, etc. – que apelam diretamente para o seu sentido mais profundo na Bíblia: o de declarar inaceitável a dependência radical do devedor e intolerável a sua submissão.

O tipo de enfoque analítico, que se assume em relação à dívida externa, condicionará não apenas a possibilidade de explicar em que consiste efetivamente a crise da dívida (sua verdadeira origem, os mecanismos determinantes do seu automatismo, seu caráter cada vez mais fantasmagórico e fictício, o marco referencial requerido para enfrentá-la e buscar sua superação), mas condicionará também – e é este o ponto que nos interessa neste texto – a reflexão teológica sobre o problema.

Com isso estamos enveredando por um caminho que nos levará necessariamente a um nível de reflexão mais exigente, mas não por isso menos compreensível, mesmo para os cristãos da base, membros dos movimentos populares. A exigência se dá, antes de mais nada, na linha da coerência e da eliminação de subterfúgios, destinados a obscurecer a essência do fenômeno.

Em síntese: quem se submete, de uma ou outra forma, às teorias do capital dos economistas neoclássicos e neoliberais – diversificadas na aparência, mas coincidentes na visão sacralizadora de um capital que se autovaloriza por sua própria virtude e *ad infinitum* – não escapa à tendência de isolar a crise da dívida mediante uma análise tópica, enredando-se nos seus elementos singulares, mas deixando intocado o marco geral do sistema financeiro internacional, do sistema de mercados mundiais e das funções miticamente atribuídas ao capital estrangeiro.

Este tipo de análise tópica da crise da dívida dificilmente levará além das sugestões de “ajustamento estrutural” dos países devedores à lógica de um sistema, que permanece inquestionado na sua essência. O que não impede que se detectem agudas urgências do tipo: a dívida se tornou realmente impagável; seu crescimento se tornou exponencial; o próprio atendimento pleno do mero serviço dos juros tornou-se irrealizável em cerca de 50%; a parte não realizável da dívida ameaça os próprios bancos e o sistema financeiro internacional em geral; a responsabilidade da crise gerada recai – em doses variadas – sobre as “imprudências” tanto dos credores como dos devedores; portanto também a superação da crise é inevitavelmente uma tarefa a ser compartilhada pelos dois lados; as consequências da crise da dívida se refletem na impossibilidade de assegurar níveis de crescimento (é esta a concepção limitada de desenvolvimento que muitos têm) e atender, simultaneamente, o serviço pleno da dívida; a ameaça ao crescimento implica possibilidade cada vez menor de honrar o serviço da dívida (além de, lamentavelmente, também gerar miséria e fome); portanto é necessário fazer aquelas concessões que permitam que os países devedores recuperem as condições necessárias para se tornarem novamente solventes... etc., etc.

Este é mais ou menos o marco analítico dentro do qual se movem muitas abordagens da crise da dívida. Numa predominância ostensiva a preocupação com as ameaças que a crise da dívida representa para os bancos e para o sistema financeiro internacional¹. Trata-se daquela ótica que, quando se amplia para além da questão da dívida e inclui sérias recriminações aos desarranjos da economia norte-americana, de fato está preocupada com as ameaças ao sistema e elabora “manifestos para salvar o capitalismo”². Outros se esmeram em recalcar os interesses recíprocos por criar, mediante a garantia de taxas de

crescimento adequadas à solvência dos devedores, uma convergência duradoura de supostos interesses comuns³. Outros ainda se concentram, sobretudo, na busca de critérios seletivos para detectar “a parte repudiável”, a parcela injusta e não devida ou já paga da dívida, o que é de molde a ensejar reclamos de auditoria e raivosos moralismos⁴. Seria injusto não reconhecer que existem os que enxergam, até certo ponto, que o problema da dívida só encontra explicação quando é situado dentro da lógica de acumulação do capital⁵.

Nestas poucas alusões indicativas das variantes possíveis dentro de um marco analítico mais ou menos intra-sistêmico, correu-se conscientemente o risco de apreciações parcialmente incorretas ou injustas. Como todos sabem, o universo bibliográfico é imenso quanto ao tema. Nosso objetivo, ao citar uns poucos exemplos dos variados enfoques da dívida, é aqui meramente didático e se vincula à intenção primordial deste texto: dar-nos conta de que a qualidade da reflexão teológica, que se faça sobre a questão da dívida externa, estará provavelmente fortemente influenciada pelo tipo de análise que subjaz a ela.

Em outras palavras, deseja-se alertar para o perigo de ficarmos presos a uma teologia falsamente reconciliadora, incapaz de ir além dos reclamos moralizantes de gestos de misericórdia diante das terríveis consequências sociais, que essa devastadora crise da dívida engendra para a imensa população empobrecida do Terceiro Mundo. Não se pretende afirmar que semelhantes interpelações éticas sejam em si mesmas repudiáveis ou que não tenham nada a ver com motivações que brotam também da fé cristã. O que se deseja frisar é que elas não só podem resultar facilmente absorvíveis dentro da lógica do sistema imperante (que fatalmente, na linha dos seus próprios interesses, está sendo levado a propostas de “jubileus perversos”), mas que até certo ponto se mantêm nos preâmbulos de uma reflexão teológica mais séria.

Por que nos limitarmos a uma espécie de teologia tópica de aspectos clamorosos da situação da dívida, enfatizando, talvez, temas bíblicos condizentes com abordagens apenas parciais? Por que não aproveitar esta oportunidade, quando surgem tão claramente à luz alguns aspectos da implacabilidade do capital, para rejeitar radicalmente a aura sagrada com a qual a lógica do capital conseguiu revestir-se? Não é esta uma ocasião magnífica para reunificar os apelos éticos com o seu núcleo efetivamente teológico, ou seja, com aquilo que essas interpelações éticas incluem de mais fundamental para a fé cristã: a recusa de sacrifícios ao ídolo-Moloch-Capital e a fidelidade ao Deus da Vida?

Lógica antívida

Antes de avançar um pouco mais nesta reflexão teológica antiidolátrica convém insistir em alguns elementos da análise necessária para que essa reflexão teológica não flutue em vaguidades e abstrações inconsistentes. Não podemos ir além de breves alusões a este marco referencial, esperando que as poucas pistas que se dão sirvam como convite para aprofundá-lo e completá-lo⁶. Resumidamente, eis alguns elementos para esse quadro analítico:

– A crise da dívida não pode ser analisada nem enfrentada

isoladamente, porque ela é apenas um aspecto derivado da crise do sistema financeiro internacional e do sistema de mercados internacionais, submetidos a uma lógica de acumulação do capital inteiramente oposta ao princípio cristão da destinação original e prioritária de todos os bens, serviços e produtos do trabalho humano ao benefício de todos.

– Portanto, dentro dos marcos do sistema financeiro internacional atual a dívida externa é um problema sem solução, cabendo apenas medidas paliativas tendentes a preservar ou restaurar o estado de solvência dos devedores, perpetuando-se precisamente a situação de dependência e submissão a que estes se vêem reduzidos. O caráter inadmissível, o caráter repudiável dessa submissão é o critério básico que determina toda a legislação social do Antigo Testamento: a ameaça constante de que “o que toma emprestado se torna escravo do que empresta” (Prov 22.7). Foi esse também o critério básico que determinou as resistências ao empréstimo e à usura, ao longo da história do cristianismo⁷. A lenta implantação do sistema de juros compostos, após haver surgido a possibilidade de taxas sustentáveis de crescimento econômico com o capitalismo industrial é apenas um dos mecanismos de autovalorização autônoma incorporados à noção fetichista do capital e que, tomados em seu conjunto, se constituíram numa lógica antívida de proporções universais. Submeter-se a esta lógica é optar pelas forças da morte e da escravização.

– As causas originantes do atual endividamento do Terceiro Mundo devem ser buscadas fundamentalmente no mito da suposta função detonante do capital estrangeiro para a arrancada do desenvolvimento. O assim chamado investimento direto do capital estrangeiro sempre se constituiu basicamente através da incorporação a esse capital da poupança interna de nossos países. As exigências de lucratividade desse capital estrangeiro (remessa de utilidades, royalties) foram, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a causa originante primeira dos empréstimos. A isso sucedeu, pouco a pouco, aquela nova forma de empréstimos, que se fazem principalmente para atender o serviço da dívida já contraída.

O equívoco de muitas análises do automatismo da dívida reside no fato de que buscam as razões deste automatismo não em seu embrião, mas numa fase muito posterior (por exemplo, nos anos 70), quando o simples mecanismo dos juros compostos parece explicar o crescimento exponencial da dívida. É certo que, em termos contábeis, o automatismo da dívida aparece de maneira manifesta quando se caiu no círculo vicioso dos empréstimos que se tornaram imprescindíveis para atender os juros compostos. Mas esta contabilidade oculta as raízes do problema e as razões que conduziram a esse patamar inexorável: a submissão às exigências de lucratividade do capital estrangeiro. É nos anos 50 e 60 que deve ser buscada a origem dos mecanismos inexoráveis do endividamento progressivo, e não na “bonanza” de empréstimos disponíveis nos anos 70, que apenas acelerou mecanismos já operantes.

– A balança comercial dos países latino-americanos, que, com pequenas oscilações, foi geralmente positiva nas últimas décadas, não está na raiz explicativa do nosso gigantesco endi-

vidamento. Equivocam-se, pois, os que buscam em transitórias situações de balança comercial negativa a causa detonante do endividamento vertiginoso.

– Independentemente da importante discussão sobre as verdadeiras causas originantes do processo de endividamento, a partir do momento no qual uma grande parte da dívida se tornou totalmente irredimível, esta parte se tornou fictícia. É um “capital” totalmente metafísico, como aliás o são tantos outros aspectos do capital. Se a América Latina, num esforço máximo de exportar para obter as divisas necessárias para o serviço da dívida, não consegue pagar mais que 50% dos juros da sua dívida de aproximadamente 400 bilhões de dólares, a parte do principal em relação à qual nem sequer os juros são atendíveis tornou-se perfeitamente fictícia. Se esta metade da dívida fosse declarada rotundamente inexistente, mantendo-se, porém, a exigência de pagamento integral do restante com juros, a situação da América Latina não mudaria praticamente em nada. Só que estaria configurado um “perverso jubileu”, cuja perversidade maior talvez fosse a de cobrar-nos maior submissão em muitos outros pontos e, claro está, a de exigir-nos reconhecimento de que fomos “agraciados” e que, por isso, nos devemos transformar ainda mais em idólatras agradecidos.

– É fundamental que se entenda o que significam: “ajustamento estrutural” que se nos exige (como criação das condições para manter-nos pagante ótimos do máximo pagável); a concessão de que temos direito ao crescimento econômico, conceito com o qual se intenta vender uma noção repudiável de desenvolvimento (ou seja, crescer para poder pagar os juros da dívida), e a assim chamada “conversão da dívida em capital de risco” (que significa cobrar em moeda nacional o que não é cobrável em dólares, comprando ao mesmo tempo fatias ainda maiores de nosso aparato produtivo e das nossas riquezas naturais).

– Em síntese, tudo começou com um pagamento tal de utilidades ao capital estrangeiro, admitido no interior do “modelo de desenvolvimento” escolhido, que ele nos obrigou, pouco a pouco, a tomar empréstimos para atender a lucratividade desse capital. O serviço das utilidades desse capital constituía a forma principal de pagamentos ao exterior. A partir de 1972, os juros pagos pela dívida passaram a ser a forma predominante dos pagamentos ao exterior. O crescimento brutal da dívida nos anos setenta é, fundamentalmente, um processo autogerado a partir dos serviços da dívida. A partir de 1982, a dívida aumenta exclusivamente por conta dos juros não pagos da dívida, apesar da balança comercial positiva (no caso do Brasil e diversos outros países latino-americanos).

– Está, pois, criada uma situação bastante ideal para se perceber a fantasmagoria fetichista do capital; tornou-se minimamente perceptível como funciona a sua fantástica auto-reprodução ampliada a partir do nada, ou seja, a partir da mera sacralidade da sua essência divinizada. Continua-se a falar em “dinheiro novo”, em “novos empréstimos”, etc. Mas todas as marchas e contramarchas da tão difícil renegociação com os bancos não são outra coisa que atos devocionais de um ritual idólatrico. Qual o seu sentido, se já não entra um centavo sequer

em nossos países, se é apenas um jogo contábil inteiramente metafísico de bancos que se pagam a si mesmos? Há um sentido, sem sombra de dúvida. É um sentido sacrificial vitimário. Ritualiza-se sacrificialmente a morte da nossa gente, como ato de culto idolátrico exigido pelo Moloc-Capital. E a obrigação de sacrificar mais e mais vidas se ratifica no aumento da dívida.

– Como o diz Franz Hinkelammert: “O automatismo é perfeito. Aparentemente a dívida aumenta como consequência dos novos créditos concedidos pelos bancos. Mas é exatamente o contrário. Os bancos concedem novos créditos porque a dívida aumentou, já que é necessário financiar juros atrasados. Que aconteceria se não houvesse novos créditos? A dívida aumentaria do mesmo jeito, só que não se passaria pela ficção contábil. Os novos créditos não ajudam em nada para diminuir a dívida. Servem apenas como ritual de bom comportamento para não romper com o sistema financeiro internacional”. E eu acrescentaria: o fato de não querer romper é o lado subjetivo; e o fato de que não se pode romper, totalmente e de uma vez por todas, é o lado objetivo da situação idolátrica na qual estamos envolvidos.

– Se podemos falar em vantagem desta situação sacrificial-idolátrica, ela consiste no fato de que somos obrigados a abrir os olhos para ver que a corrosão de nossas sociedades, o desespero da nossa gente, a paralisia das consciências dos que se submetem a essa lógica de morte, a deterioração generalizada da qualidade da vida, nos colocam diante da tarefa inadiável de lutar por um projeto alternativo de organização das relações entre os homens, tanto no plano nacional como no internacional. Como cristãos, somos desafiados a assumir uma clara abjuração dos ídolos que matam, para converter-nos ao Deus da Vida.

Idolatria versus fé libertadora

Para finalizar, busquemos reunir ainda alguns poucos elementos integradores do marco referencial teológico necessário para podermos avançar em nossa reflexão, como cristãos, sobre este tipo de questões. Serão apenas alguns apontamentos sobre como se está perfilando um contexto mais amadurecido para refletir sobre essas coisas. Começaremos com um convite, que pode parecer estranho a alguns: façamos um esforço de inter-relacionar algumas “peças” surpreendentemente valiosas com que nos deparamos na recente encíclica “Solicitude rei socialis” do Papa João Paulo II. O tema da idolatria aparece aí de maneira bastante nova, embora não trabalhado em profundidade. Em referência às distorções do “desenvolvimento”, o Papa se refere genericamente à “tentação de idolatria” (n. 30). Torna-se um pouco mais incisivo ao afirmar: “Se certas formas modernas de ‘imperialismo’ se considerassem à luz desses critérios morais, descobrir-se-ia que por detrás de certas decisões, aparentemente só inspiradas pela economia e pela política, se escondem verdadeiras formas de idolatria: do dinheiro, da ideologia, da classe e da tecnologia” (n. 37). É sem dúvida uma certa aproximação inicial interessante, embora o assunto não avance, na encíclica, sob este preciso enfoque teológico. Talvez seja esta a razão pela qual também o Papa use com frequência

apenas apelos éticos.

A encíclica se mostra, porém, vigorosa numa abordagem teológica dos mecanismos “econômicos, financeiros e sociais” que regem o mundo atual. Fala-se diversas vezes em “mecanismos perversos” (n. 17, 35, 40), que são identificados como “estrutura de pecado” (n. 36, 37, 38, 40), que, uma vez introduzidas no mundo, constituem-se em “condicionamentos e obstáculos, que vão muito além das ações de uma pessoa e do breve período da sua vida” (n. 36). Quanto à dívida externa, ela é vista como “mecanismo contraproducente” (n. 19).

Um ponto relevante para a reflexão teológica sobre a dívida externa tornou-se uma espécie de estribilho ao longo de toda a encíclica: “o princípio (que o Papa chama) típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são originariamente destinados a todos” (n. 42, citado incisivamente nos n. 9, 10, 21, 22, 28, 32, 39). Neste elenco impressionante de insistências na destinação universal dos bens deste mundo para todos os homens, não se verifica apenas a retomada vigorosa de um elemento central do pensamento bíblico e do ensino da tradição dos primeiros séculos da Igreja, que nunca desapareceu de todo do pensamento teológico (p. ex. Santo Tomás de Aquino, II-IIae, q 66, art. 2), embora ficasse efetivamente ocultado e obscurecido nos últimos séculos. Reafirmado no Concílio Vaticano II (Gaudium et Spes, 69) e por Paulo VI (Populorum Progressio, 22), a recente encíclica radicaliza o princípio, ao reclamar, como “destinados originariamente a todos”, não só os “bens da terra” num sentido quase cósmico de “natureza”, mas os frutos do trabalho humano na história, isto é, os bens, os serviços e os produtos. Com esta visão (já preludiada na “Laborem Exercens”, mas agora aprofundada) já se conta com um elemento decisivo para rechaçar as teorias do capital, que incorporam na auto-reprodução ampliada – nesse enigma do capital que se auto-valoriza – praticamente tudo o que é fruto do trabalho humano na história.

A encíclica assume ainda uma série de outras perspectivas valiosas para o nosso propósito, como: a dimensão mundial da justiça social e da questão social em geral (n. 9, 10, 14, 26, 39, 41, 42); a “solidariedade” como a virtude cristã mais exigida no mundo de hoje, e que deve alimentar-se do princípio da destinação universal dos bens, serviços e produto a todos (n. 37, 38, 39); a “opção preferencial pelos pobres” extensiva às nações e povos subdesenvolvidos (n. 42, 47); o caráter imprescindível e urgente de mudanças no sistema econômico, financeiro e comercial internacional (n. 43); enfim, uma aproximação a uma série de posições e até à linguagem da teologia da libertação (n. 46 explicitamente, ver também 47, 48 quanto à teologia do Reino e sua antecipação na história). – É óbvio que, num comentário mais detalhado à encíclica, haveria muita outra coisa a acrescentar, inclusive algumas ponderações críticas desde a perspectiva do Terceiro Mundo. No conjunto, porém, é um documento alentador para a linha de reflexão aqui assumida.

A destinação universal dos bens a todos é um tema que pode ser trabalhado ao amparo de incontáveis referências bíblicas (Lev. 25, 18; Dt 10, 14; Sl 24, 1; Sl 89, 12; Is 66,2; 1 Cor 10, 24-26; etc.).⁸

A teologia da libertação, que tem como lugar referencial primeiro as experiências antiidolátricas que despontam na fé do "povo pobre e crente" da América Latina, expressou, por bastante tempo, um certo fascínio pelo primado do político. Apesar de não ter esquecido jamais o entrelaço econômico da opressão, o propósito de somar-se às lutas populares e o cultivo de uma acentuada imersão pastoral (CEBs, pastorais populares, etc.) fizeram com que a reflexão teológica sobre a economia amadurecesse mais lentamente. Hoje se pode perceber um avanço bastante rápido na conjugação do binômio teologia e economia. Não se trata, de forma alguma, de uma substituição da ênfase anterior no primado do político. Este acento permanece plenamente em vigor, mesmo porque a atenção que se volta para o econômico se define melhor se falamos da relevância política do econômico, e não do primado do econômico em termos quase economicistas.

A partir de 1978 (só para fixar um ponto de referência plausível), certos teólogos da libertação começaram a aprofundar sistematicamente seu diálogo com economistas e com a economia. Deste esforço, que realmente envolve bastantes pessoas e grupos, mas que tem no DEI (Costa Rica) sua articulação mais explícita, surge a ênfase numa série de linguagens e temas relativamente novos. Quanto à linguagem, inaugura-se a insistência sobre a necrofilia, a lógica de morte ou a antvida do sistema dominador. Esta linguagem denunciadora tem a sua contraparte: forças da vida, afirmação da vida. Em termos teológicos: idolatria/ídolos da opressão ↔ Deus da Vida/Deus dos pobres/Deus/Libertador/Cristo Libertador. Cabe observar, depois de alguns anos de penetração desta linguagem nos meios cristãos mais progressistas da América Latina, que esta linguagem está ameaçada de esvaziar-se e ser cooptada. Parte da ameaça provém do seu próprio êxito. A linguagem não preservou as suas conexões de origem: 1) a questão das necessidades básicas, redefinidas a partir da vida, entendida como meios-para-viver e viver prazerosa e alegremente numa sociedade mais fraternal e mais humana; 2) a questão da lógica da morte embutida nos mecanismos econômicos submetidos à autovalorização do capital; 3) a questão do endurecimento desta lógica mortífera do capital nas últimas décadas, especialmente nos últimos 10 anos, com a simultânea manipulação explícita da religião pelo grande capital.

A crise da dívida externa nos permite retomar vigorosamente estes aspectos, concentrando eventualmente nossa atenção no tema da idolatria versus fé libertadora⁹.

Embora sem essa conexão explícita com a teologia da libertação, comprova-se que o tema da idolatria está recebendo fortes subsídios de biblistas, e exatamente na perspectiva delineada neste texto, a saber, imergindo o tema teológico em categorias sócio-econômicas¹⁰.

Para os que sabemos que somos convidados para o encontro com a Transcendência no interior da história, existe um "lugar econômico" de testagem da nossa fidelidade a Deus, na fraternidade do prazer do pão e do vinho. □

Pronunciamentos de alto nível das igrejas



Pagar a dívida pode chegar a ser profundamente imoral, já que "nenhum governo pode moralmente exigir de um povo privações incompatíveis com a dignidade das pessoas".

Relacionamos apenas alguns exemplos notórios; a lista certamente exige complementação.

Como observação preliminar, cabe anotar que tais pronunciamentos geralmente pretendem ser, antes de mais nada, um ato testemunhal, ou seja, uma espécie de exercício do poder profético. Por isso, a importância desses pronunciamentos não se mede exclusivamente pela sua qualidade na análise do problema da dívida externa, e menos ainda pela sua qualidade especificamente teológica. Em outras palavras, semelhantes pronunciamentos podem revestir-se de maior ou menor importância, p. ex. com o claro predomínio de um apoio aos interesses dos países devedores, sem que o nível de análise e a teologia empregada sejam satisfatórios. Em resumo, cabe assinalar que os pronunciamentos a que se alude costumam ser bem melhores que o discurso e as atitudes de nossos ministros da Fazenda no que se refere à dívida externa.

1. Vale a pena resgatar a posição da "Populorum Progressio" de Paulo VI (26/3/67), que previa, em seu n. 54, que os países do Terceiro Mundo enfrentariam a ameaça "de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor de seus lucros". Insistia no direito dos países devedores de "exigir que (os credores) não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social. Como Estados soberanos, competilhes conduzir os seus próprios negócios, determinar a sua política e orientar-se livremente para a sociedade que preferirem".

2. O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas emitiu, em sua reunião em Buenos Aires (28/7-8/85) uma "Declaração sobre as dívidas do Terceiro Mundo". Nela, depois de rápidas considerações sobre os mecanismos injustos embutidos nas relações entre países ricos e países pobres, é feita a pergunta crucial: "Por que devem os pobres pagar as consequências de uma ordem econômica internacional tão injusta?" Insiste-se na urgência de uma reavaliação global das dívidas, na criação de condições totalmente diferentes para equacionar a questão, e pede-se o cancelamento completo das dívidas dos países mais pobres. Do ponto de vista teológico, cabe ressaltar que o documento, apesar da sua brevidade, argumenta diretamente com referências bíblicas (entre elas o jubileu e o caráter distintivo das "boas notícias para os pobres", na resposta de Jesus aos discípulos de João Batis-

ta), que remetem ao núcleo característico da fé cristã, posto que Jesus Cristo "deixou bem claro que a justiça para com os pobres era uma condição fundamental do Reino". Portanto, não se fica em meras ponderações "éticas".

Embora de caráter menos oficial, convém conhecer outras manifestações do CMI, como os textos elaborados pelo Grupo Econômico Assessor da CCPD (Ver: Reginald Green, ed., *Del Viejo Orden al Nuevo Desorden. La Crisis Financiera Internacional*. Ed. DEI, 1986; orig. ingl. Genebra, WCC, 1985; o doc. citado, na ed. esp., p. 139ss; também; *The Debt Crisis and the Third World*. Genebra, WCC, CCPD Documents, n. 6, janeiro 1986).

3. A Pontifícia Comissão "Justiça e Paz" divulgou um documento relativamente extenso com o título "Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida externa" (27/12/86, ver SEDOC, junho 1987, col. 1155-1178, e *Teo-Comunicação*, PUC-RS, n. 1, 1987, 45-54, com breve comentário). Este documento, em seu conjunto, tende a reforçar argumentos favoráveis aos interesses dos países endividados e pode, neste sentido, servir como fonte de critérios em momentos duros da negociação. As consequências intoleráveis da dívida externa são enfaticamente apontadas. Colocam-se balizas "éticas" que ajudam a determinar o limite que jamais deveria ser ultrapassado. Por exemplo: "O serviço da dívida não pode ser quitado a não ser pelo preço de uma asfixia da economia de um país", ou seja, pagar a dívida pode chegar a ser profundamente imoral, já que "nenhum governo pode moralmente exigir de um povo privações incompatíveis com a dignidade das pessoas".

Os "princípios éticos", que o documento estabelece, são extremamente genéricos: criar novas solidariedades, aceitar responsabilidades, estabelecer relacionamento de confiança, saber compartilhar esforços e sacrifícios, suscitar a participação de todos, articular as medidas de urgência e as de longo prazo. Afirma-se: "O presente texto utilizou numerosos estudos já publicados sobre a dívida internacional". Entre esses "numerosos estudos" pode ter havido claro predomínio dos elaborados desde a ótica dos credores e — já que não houve consultação do sentir dos cristãos do Terceiro Mundo, numa forma conveniente — isso talvez explique algumas sérias incoerências e algumas graves ambigüidades presentes no documento. Exemplos: "Trata-se de evitar, também, a

suspensão do pagamento, susceptível de fazer vacilar o sistema financeiro internacional", "evitar as rupturas entre credores e devedores e as denúncias unilaterais de compromissos"; "os credores têm direitos reconhecidos pelos devedores"; "chegase a sugerir, além da diminuição da taxa de juros, "a capitalização dos pagamentos mais além de uma taxa mínima de juros" (em favor de quem?); etc. Em síntese, tanto na análise global do problema da dívida, como nas medidas sugeridas, não fica muito claro que se tenha entendido a que fatores está ligado o "automatismo da dívida" cada vez mais impagável, e o caráter fictício de boa parte da dívida não é frontalmente denunciado.

É realmente uma pena que este documento do Vaticano não tenha encontrado o caminho para a reflexão diretamente teológica, ligando a qualidade das relações econômicas e sociais com a qualificação da fé cristã. Dissocia-se, de certa forma, o domínio da fé do domínio da ética, o que, aliás, é uma velha armadilha ideológica, na qual caíram muitas "éticas sociais", tanto católicas como protestantes, e que foi denunciada, precisamente como ideologia nefasta, pela teologia da libertação, desde seus primeiros textos. Com um sadio receio de velhos "totalitarismos teológicos", abjuração plenamente necessária, já que não compete à teologia querer devorar as competências específicas das ciências, naturais e sociais, abandona-se à "relativa autonomia" (do econômico e de todos os terrenos científico-técnicos, evidentemente penetrados por valorações e ideologias) o âmbito do mundo e da história, restando apenas uma espécie de "iluminação ética", que permanece praticamente exógena em relação às supostas "leis próprias" desses campos "autônomos". Esta questão é certamente complexa, mas não encontra solução aceitável para a visão bíblica da fé cristã quando se tende a esvaziar o caráter teológico (isto é, de "lugar" onde acontece a unidade entre o amor a Deus e o amor entre os homens) das relações inter-humanas na história. Qual seria a consequência previsível? A retração do "lugar da fé" para a esfera privada e para os templos. Como é sabido, é neste ponto que a lucidez de um Juan Luis Segundo (cf. *Teologia da libertação*. Uma advertência à Igreja. Ed. Paulinas, 1987) constata que o Cardeal Ratzinger tem reais divergências com a teologia da libertação.

4. A Carta Pastoral dos Bispos Católicos dos EUA sobre "A Doutrina Social Ca-

tólica e a Economia dos EUA" (15/11/84), divulgada na forma de esboço para ulteriores discussões e afinamentos, é sem dúvida um dos documentos eclesiásticos mais contundentes sobre os "mecanismos perversos" da economia norte-americana e mundial (SEDOC, out./85 e cont. em SEDOC, nov./85). A seção sobre a "Dívida do Terceiro Mundo" (n. 303-306), fortemente crítica quanto ao FMI, de fato deve ser lida no conjunto do documento, quando passa a adquirir toda a sua força. A parte bíblico-teológica, no início deste amplo documento, merece igualmente ser tomada em conta para reflexões sobre a dívida externa.

5. A encíclica "Solicitudo Rei Socialis" de João Paulo II (30/12/87), em comemoração ao vigésimo aniversário da "Populorum Progressio", retoma o tema subdesenvolvimento/desenvolvimento com um marco de análise surpreendentemente vigoroso para uma ótica a partir do Terceiro Mundo, inclusive com alguns avanços teológicos notáveis. A parte que se refere explicitamente à dívida externa (n. 19) é breve, já que a encíclica, no tocante a este assunto, reenvia ao já citado documento da Pontifícia Comissão "Justiça e Paz". Mesmo assim, fica mais frisado na encíclica do que no documento ao qual remete o fato de que os empréstimos se transformaram num "mecanismo contraproducente" — expressão que faz eco às freqüentes referências a "mecanismos perversos" e "estruturas de pecado" ao longo de toda a encíclica — que trouxe como consequência que os países devedores são hoje exportadores de capital. E acrescenta: "Por este mecanismo, o meio destinado ao desenvolvimento dos povos ficou convertido em um freio, para não falar, em certos casos, até numa acentuação do subdesenvolvimento".

6. Pronunciamentos pessoais de bispos e outras autoridades religiosas da América Latina, sobre a dívida externa, têm-se tornado cada vez mais freqüentes nos últimos anos. Para recolhê-los todos seria necessária uma pesquisa em revistas e centros de documentação, o que foge aos limitados propósitos deste texto. Pelo frescor pastoral que transpiram, vale a pena tomar conhecimento das "declarações de prelados brasileiros" suscitados pelo "Projeto Dívida Externa", que congrega diversas entidades brasileiras interessadas em discutir e divulgar este tema (cf. SEDOC, junho 1987, col. 1211-1221). □

Dívida externa: um ponto-chave na agenda dos cristãos hoje



...do ponto de vista teológico, uma das armadilhas maiores poderia vir a ser a retração do assunto para os meros critérios éticos, sem penetrar nas implicações do tema para a qualificação da fé cristã.

Em muitos pontos a Teologia da Libertação logrou avançar significativamente devido a um processo de mútua complementação e convergência, no qual um grande número de pessoas e grupos assume a preocupação com assuntos de interesse comum. No amadurecimento da teologia latino-americana se podem distinguir facilmente essas etapas de sincronização das preocupações. Formam-se verdadeiras correntes de reflexão complementadora, nas quais todos ficam devendo um pouco a todos. Isto representa, aliás, um dos aspectos mais peculiares e ricos da maneira latino-americana de avançar teologicamente: através de uma produção teológica solidária, vinculada a problemas reais e comuns.

Em torno da questão da dívida externa, entramos a constatar, uma vez mais, semelhante processo de convergência. Será esta uma oportunidade para que amadureça, na teologia latino-americana, o tema teologia e economia? Para que tal suceda não bastam certamente as formas tangenciais, ou mais ou menos sloganísticas, de lidar com o problema da dívida externa. Este é um tema que está minado de ambigüidades. Basta conferir os enfoques contraditórios que aparecem na análise econômica do mesmo. Do ponto de vista teológico, uma das armadilhas maiores poderia vir a ser a retração do assunto para os meros critérios éticos, sem penetrar nas implicações do tema para a qualificação da fé cristã. Outra armadilha poderia consistir num certo curto-circuito "fundamentalista" no manejo das referências bíblicas. Já que voltaremos a estes aspectos mais adiante, e dada a efetiva impossibilidade de constatar um denominador comum de avanços teológicos exigentes, se não se efetua uma pesquisa mais detalhada (o que nos é pessoalmente impossível, neste momento), limitamos esta seção a informar sobre alguns sinais bastante indicativos de que a dívida externa passou a ocupar a agenda teológica dos cristãos.

Multiplicam-se os encontros onde se destaca este tema. Não poucas pessoas, e até centros de formação e pesquisa, iniciaram estudos mais aprofundados. Outros passaram a documentar e difundir aspectos relevantes e concretos da questão, objetivando elevar o nível de consciência dos cristãos sobre o problema. Passamos a elencar rapidamente alguns desses "sinais", sem a menor pretensão de ser exaustivos na informação.

- Nos anos 1985 e 1986, quando o governo de Cuba convidou centenas de pessoas para discutir, em diversas e sucessivas reuniões, o assunto da dívida externa. Houve significativa participação de cristãos nesses debates. Em circunstâncias ligadas a esse contexto, a Conferência Cristã da Paz convocou, no México, um encontro sobre "Os cristãos e a dívida externa" (Ed. Fumec, 1986). Os materiais divulgados não são abundantes mas refletem uma aguda tomada de consciência. Do ponto de vista teológico, predomina o retorno ao tema bíblico de "ano da graça" (jubileu). Em diversos artigos de revistas aparece a vinculação da questão da dívida externa com a viabilidade de processos democráticos na América Latina. Foi este último aspecto que, recusando outro tema proposto, me animei a abordar num encontro no Instituto das Empresas Norte-Americanas (Hugo Assmann, "The Improvement of Democracy in Latin America and the Debt Crisis", em: M. Novak, ed., *Liberation Theology and the Liberal Society*. Washington, AEI - American Enterprise Institute, 1987, pp. 37-62; o encontro foi em 1985).

- O periódico nicaraguense *Tayacán*, ligado aos cristãos do Centro Ecumênico Antônio Valdivieso, de Manágua, produziu, em início de 1986, um belíssimo cartaz colorido e bifacial, pedindo uma "década jubilar" (1982-1992: ao se completarem "70 semanas de anos" desde a descoberta da América). Os relativamente abundantes dizeres do reverso, numa diagramação artística, dão destaque aos textos bíblicos relativos ao "ano sabático" e ao "jubileu", assim como à proclamação do "ano da graça" por Jesus (Lc. 4, 18-19). O texto restante inclui frases interpretativas da mensagem bíblica, a mensagem impactante do Cardeal Arnáiz ao encontro sobre a dívida externa realizado em La Habana em julho de 1985, e - no foco central - as frases: "Uma dívida enorme: Não podemos pagar; Uma dívida injusta: Não devemos pagar; Uma dívida que mata: Não queremos pagar". Se damos destaque a este cartaz bifacial é porque foi bastante difundido por toda a América Latina, com a ajuda de pessoas e organizações ecumênicas, e também porque nele se estabelece uma vinculação com textos bíblicos que poderiam transformar-se em faca de dois gumes. Existe provavelmente uma conexão entre a produção deste cartaz e o texto, também bastante difundido, de José I. Vigil e María López Vigil, "la deuda externa latinoamericana y el año de gracia bíblico" (em: *Fé y Pueblo*, n. 10, dez./85, p. 60s).

- O Centro Belga "Pro Mundi Vita" estabeleceu enlaces de pesquisa e produção de materiais com diversos grupos de reflexão e divulgação da América Latina. No Brasil, concretamente, com o "Projeto Dívida Externa" (ver SEDOC, junho 1987, col. 1178-1221). O texto solicitado a José Luis Alemán S. J., "La Iglesia y el endeudamiento externo de América Latina" (*Informes de Pro Mundi Vita América Latina*, 48/1987, 26 pp.), embora bastante rico em dados estatísticos, tem um enfoque analítico questionável. A parte teológica inicial (apenas 2 páginas e meia) é francamente pobre em conteúdo, além de liquidar sumariamente, em poucas linhas, a desafiadora questão da resistência da Igreja aos juros usurários. O autor simplesmente parece ignorar o fundo da questão, a saber, a resistência da Igreja à transformação do devedor em alguém totalmente dependente e escravo do credor, já que até os juros simples contêm esta tendência, que se afirma, posteriormente, nos juros compostos. Afirmar simplesmente que Santo Tomás (2.2ae, q. 78, art. IV) "aceita como moralmente válida a prática de tomar empréstimos a juro", significa não ter entendido as reservas que, neste passo e em outros, Santo Tomás de Aquino expressou a respeito deste assunto. No resto, o autor prefere retrotrair-se ao campo da mera "ética".

- O "Departamento Ecumênico de Investigaciones (DEI), de São José da Costa Rica, pioneiro em aproximações vigorosas ao tema "teologia e economia", tem atualmente um projeto diretamente ligado à reflexão teológica sobre a dívida externa, além de haver produzido materiais valiosos sobre o aspecto econômico e político do assunto. Nos textos, que se indicam a seguir, encontra-se um tipo de análise que é, possivelmente, o mais adequado para avançar numa reflexão teológica séria sobre o tema. De Franz J. Hinkelammert: "Reflexiones sobre la deuda externa de AL" (*Pasos*, n. 14, nov./87, 16-22); "La teología del imperio" (*Pasos*, n. 15., jan.-fev./88, 21-28); "La deuda externa de América Central en el contexto de la deuda de AL" (xerox, 12/2/88, 49p. mais anexos); "El análisis de la deuda y la teoría del capital" (xerox, 12/2/88, 21p. mais anexos - prepara-se a publicação dos dois últimos). Para captar melhor a interpenetração entre reflexão teológica e análise econômica, no pensamento de Franz J. Hinkelammert, convém conhecer seus livros: *As armas*

ideológicas da morte (Ed. Paulinas, 1983); *Crítica à razão utópica* (Ed. Paulinas, 1986) e *Democracia y Totalitarismo* (Ed. DEI, 1987). – Ver ainda: Raúl Vidales, "Pagar es morir, queremos vivir; ensayo teológico a partir de la deuda externa" (*Pasos*, n. 5, abril/86, 1-13); Julio de Santa Ana, "Costo social y sacrificio a los dioses" (*Pasos*, n. 6, jun./86, 1-8).

• Muitos foram os artigos sobre o problema da dívida externa nas revistas ligadas a centros ou grupos cristãos, nos últimos quatro anos. Um estudo mais exaustivo talvez devesse fazer um levantamento dos escritos mais significativos. No marco deste texto, convém citar ainda alguns fatos. Num encontro de um pequeno grupo de cientistas sociais e teólogos (Bogotá, fev./99), foi elaborada uma pauta de temas prioritários para uma série de encontros ecumênicos programados para 1988 (Rede Latino-Americana, abril; Movimentos e grupos ecumênicos, julho; CLAI, outubro), com forte ênfase na dívida externa. Os temas selecionados se integrarão também num processo de reflexão a mais longo prazo. – A Conferência Latino-Americana dos Religiosos (CLAR), acaba de lançar um livro de Gregorio Iriarte sobre o tema (título aprox.: *El cristiano y la deuda externa* – ainda não pude obtê-lo). – Até mesmo estudantes de teologia começam a dedicar trabalhos de conclusão de curso à dívida externa (cf. Argenis León Solórzano, *Una perspectiva bíblico-teológica en torno al problema de la deuda externa*. Caracas, nov./86, para o título de graduado em teologia no Seminário Bíblico Latinoamericano, São José da Costa Rica. Bons dados sobre a dívida da Venezuela; muito breve e sem novidades a parte teológica, com ênfase no tema do jubileu e confusas alusões à idolatria). – Em São Paulo há um estudante de teologia que prepara a sua dissertação de mestrado com forte ênfase no tema da dívida externa. – Note-se que este breve levantamento de informações é sumamente incompleto, embora indicativo da ressonância cada vez maior do assunto.

• Dois encontros interligados (Rio de Janeiro, nov./86 e Sankt Augustin-Bonn), com a participação de CONIC, do CESE e membros das igrejas cristãs da Alemanha, deram origem à assim chamada Carta de Sankt Augustin-Bonn sobre a Crise Internacional da Dívida (SEDOC, set.-out./87, pp. 160-163). O documento não se detém em reflexão teológica, que fica reduzida a breves alusões. A conotação internacional e ecumênica torna-o significativo. □

Anotações sobre a retomada de certos temas bíblicos



...não se trata, tampouco, de mera
"ética social" ou "legislação social".
A relação com Deus está sempre
em jogo, pois se invoca a
qualidade da fé.

Quais são os temas bíblicos mais evocados, em ligação com a dívida externa? O fato de a dívida externa ter-se tornado impagável e ser, enquanto não aliviada ou anulada, geradora de morte e miséria para milhões de pessoas, sugere quase espontaneamente a invocação do "princípio do jubileu", como passou a ser chamado por alguns. Nos casos mais cruciais, a condenação ou anulação da dívida parece ser a única saída. Para os países endividados mais pobres (o que às vezes se chama o Quarto Mundo), até banqueiros e empresários, especialmente na Europa, começaram a aventar esta hipótese. Para os demais países endividados, a questão foi colocada, em diversos documentos de proveniência cristã, em termos de perdão ou anulação parcial, junto a outras propostas de alívio à pressão da dívida. Não é de estranhar, pois, que surgisse com força a referência aos "anos de remissão" (ano sabático, cada sete anos, e jubileu, cada 50 anos), atestados pela Bíblia como limites impostos ao intolerável; é intolerável, biblicamente, uma dívida impagável e sem remissão possível, como o é também uma escravidão sem fim.

Não é propósito deste texto retrabalhar, em detalhe, uma temática bastante conhecida, ou ao menos bastante acessível. Registramos apenas que surgiu, em conexão com a dívida externa, uma retomada incisiva do "princípio do jubileu", não apenas como uma espécie de recurso de emergência para uma situação aparentemente sem saída, mas também como evocação de um princípio de múltiplas implicações diante de qualquer opressão social, onde a vida das pessoas se vê gravemente ameaçada. Embora a remissão da dívida tenha sido o elemento mais diretamente invocado, não deixaram de ser lembrados enfaticamente os demais aspectos "liberadores" do ano sabático e do jubileu (p. ex. em: Konrad Raiser, "Jubileu e Reino de Deus", texto bastante divulgado. Ver: *The Debt Crisis and the Third World*. Genebra, WCC, CCPD Documents, n. 6, janeiro/86; *Gioventù Evangelica* (Itália), n. 108/dez./87, 16-21; ver ali as referências bibliográficas).

Vejamos, pois, um quadro de referências bíblicas para quem se interesse por aprofundar alguns dos temas bíblicos em questão, abrindo o leque um pouco além da mera questão dos "anos de remissão". Omitimos a contextualização histórica e reda-

cional dos textos, que é de suma importância, mas é geralmente encontrável na bibliografia sobre o assunto. De extrema relevância é o fato de que boa parte dos textos está inserida no assim chamado "Código da Aliança" e na "Tradição Sacerdotal", que neste caso também é forte inculcadora da legislação social.

Sobre o ano sabático e o jubileu:

Lev 25 (fundamentalmente já que é o texto mais completo)
Ex 21,2; 23, 10-11
Deut 15, 1; 31,10
1 Mac 6, 48-53
e paralelos; Jesus e o jubileu: Lc. 4, 18-19 (ref. Is 61,2)

Sobre a libertação dos escravos (além dos anteriores):

Ex 21, 1-6
Ex 21, 20-21

Sobre o ângulo da roça (a não ser colhido, mas deixado aos pobres):

Lev 19,9
Lev 23,22

Sobre a colheita de espigas e "segunda colheita" pelos pobres:

Deut 14, 29
Deut 24, 17-21 (fundamental)
Deut 26, 12

Sobre a anulação das dívidas e o assunto dívida em geral:

Ex 21, 2
Deut 15, 1-11
Neh 5, 1-13; 10, 32
Prov 22, 7; 28,8
Eccl 18, 33; 29, 10, 19-27
Além dos citados para os "anos de remissão"

Sobre empréstimos em geral:

Ex 22, 24; 23, 19
Lev 25, 35-38
Ez 18, 8-17; 22, 12
Sl 15,5; 24, 3-5; 37, 26
Prov 22, 7; 28,8
Eccl 29, 1-28
Mt 5,42
Lc 6,34-35; 14, 12-14

Outros temas bíblicos, que incluem uma acentuada preocupação com os pobres e desvalidos, são: o asilo, o dízimo, as festas, as coletas, a redução dos impostos para os pobres, as formas de pagamento de salários, a lei da prenda ou empenho, etc. Os Dicionários e Enciclopédias bíblicas podem servir para uma primeira aproximação aos temas. Mas é óbvio que não basta tomar alguns temas isolados; requer-se uma perspectiva de conjunto, com base nas circunstâncias históricas que

deram origem aos textos.

Não se trata, tampouco, de mera "ética social" ou "legislação social". A relação com Deus está sempre em jogo, pois se invoca a qualidade da fé.

O perdão do Pai-Nosso

Que tem o Pai-Nosso a ver com a dívida externa? Todos percebem logo que a questão gira em torno da tradução correta do "Perdoai as nossas dívidas, como nós perdoamos aos nossos devedores". Por que se passou a usar uma versão diferente? Constatemos, primeiramente, que esta questão foi realmente levantada, com certa frequência, no contexto da reflexão teológica sobre a dívida externa.

Konrad Raiser (loc. cit.) insiste: "Cada vez que rezamos o Pai-Nosso, pedimos 'Perdoai as nossas dívidas, como nós também já as perdoamos (sic!) aos nossos devedores'. Interpretações recentes sublinharam o fato de que aqui a referência não é tanto às ofensas morais, mas realmente a dívidas. A formulação do Pai-Nosso tem, como pano de fundo, o princípio do sábado e do jubileu. Pedimos a Deus que perdoe as nossas dívidas precisamente assim como – e porque – nós colocamos em prática a sua vontade de deixar livres de dívidas os nossos devedores (Cf. a parábola do servo injusto e implacável, Mt. 18, 21-35)". Como dá para perceber, K. Raiser não comenta o fato de que as versões em uso, em inglês ("trespasses") e em português e espanhol ("ofensas") perderam esta força. Certamente o fato de ele estar acostumado a versões corretas da Bíblia, ou sua familiaridade com a tradução em uso no alemão ("Schuld", com os dois sentidos de dívida e culpa) explicam esta omissão. Supõe que o Pai-Nosso ainda se rezava "corretamente".

Franz Hinkelammert escreveu uma reação deliciosamente irritada, como de alguém que, de repente, descobre uma coisa espantosa, que lhe havia passado despercebida. Embora um pouco longo, vale a pena saborear seu texto:

"A cobrança da dívida externa do Terceiro Mundo e da América Latina já não tem nada que ver com relações normais, mesmo entre países capitalistas. Implica uma nova onda de destruição dos devedores, que não pode ser considerada senão como usura, no pior sentido do termo. Os países credores sabem disso, como o sabe a burguesia da América Latina, que

"A cobrança da dívida externa do Terceiro Mundo e da América Latina já não tem nada que ver com relações normais, mesmo entre países capitalistas. Implica uma nova onda de destruição dos devedores."

colabora com esta pilhagem. Por isso reage. Mas não reage contra o pagamento da dívida – só raras vezes o faz – senão que reage com a reinterpretação da própria tradição cristã em relação ao modo como deve ser tratado o devedor.

Nada mais chamativo, neste sentido, que a mudança na tradução ao castelhano e ao português de um texto sagrado da tradição cristã que se refere à dívida e ao pagamento das dívidas. Trata-se precisamente do Pai-Nosso cuja tradução foi convenientemente mudada na década dos setenta.

Um pedido do Pai-Nosso diz na tradução antiga, que é a tradução que efetivamente corresponde ao texto original: "Perdoai a nossa dívida, como nós perdoamos a nossos devedores". Coincide com a tradução tradicional em outros idiomas. Nos anos setenta foi mudada para a seguinte: "Perdoai as nossas ofensas, como nós perdoamos aos que nos ofendem". A referência à dívida desaparece no momento histórico no qual poderia haver tido um impacto real sobre o comportamento.

Tomando em conta as dificuldades que u'a mudança de textos tão rituais como o Pai-Nosso implica, causa surpresa a rapidez com a qual se consegue impor a nova tradução, que, além disso, não coincide com nenhuma tradução da Bíblia conhecida naquele momento. A Igreja Católica, as igrejas protestantes e as seitas coincidiram na aceitação da nova fórmula.

O fato desta mudança demonstra a má consciência daqueles que defendem o pagamento da dívida e querem impô-lo ao Terceiro Mundo. Continuar falando do perdão das dívidas como condição do perdão das nossas dívidas, da parte de Deus, teria resultado muito caro para aqueles que querem cobrar a dívida. É muito mais barato mudar a tradução de um texto, mesmo que seja sagrado. Além disso, é algo muito mais adequado ao mundo, dentro do qual surge esta dívida. Trata-se de um mundo que submeteu o sagrado ao puro cálculo de suas vantagens, e que não vai mudar de rumo por haver um problema com a tradução de algum texto sagrado. Parece que para as próprias igrejas isso já é tão evidente que aceitam essa manobra sem a menor resistência. Existe um mundo sagrado do capital, que está muito por cima de qualquer sacralidade distinta da sua.

O sentido das duas traduções é bem claro. Na primeira, a cobrança da dívida resulta ilegítima e o país devedor deve resistir. Deve resistir para ficar em boas relações com Deus, e o país prestador tem que perdoar a dívida para que ele também fique "de bem" com Deus. Na segunda, nesta tradução nova, verdadeira e essencial (apropriada e necessária, HA), tudo fica ao contrário. É necessário cobrar a dívida, e o devedor tem que pagá-la, ainda que morra. E se os devedores ofendem aos credores, que cobram a dívida até a morte, então os credores devem perdoar aos devedores estas ofensas, mas continuar mesmo assim cobrando-lhes a dívida.

A nova tradução, ao mesmo tempo, pretende ser não-política. A versão tradicional é política e se intromete nos assuntos deste mundo. A segunda pretende não sê-lo. As duas, no entanto, são altamente políticas. O que as distingue é unicamente o tipo de política, em favor da qual se expressam. E isso comprova que a dívida tem efetivamente um aspecto teológico" (Pasos, n. 14, nov./87, 20-21; reinserido tal qual em "La deuda externa...", xerox, 1988,

45-47).

Poderia eventualmente alguém opinar que "aqui o autor se saiu do sério". Para os que o conhecemos, fica muito evidente que essa costuma ser a forma na qual alude, quase mediante exemplos-símbolos, a algo que julga de vital importância, mas no qual não se pode deter muito. É a sua maneira impactante de dizer verdades, sem burilar todas as arestas na forma de expressá-las. Tomado assim o seu desabafo, não cabe senão assentir; no fundo, ele tem perfeitamente razão. Outros detalhes são detalhes outros, que não alteram a substância do assunto. Se foi precisamente nos anos setenta... Se a coisa se deu quase em forma planejada... Se as igrejas se deram conta ou não da relevância ideológica da mudança no texto... etc. O autor tem plena razão: trata-se efetivamente de um sério afastamento do texto original, que tem como pano de fundo o ano sabático e o jubileu, e conseqüentemente teve que referir-se a "dívidas" a serem perdoadas, e não a "ofensas". Todas as boas traduções insistem em preservar o termo "dívidas". É óbvio que o Pai-Nosso original inclui todo tipo de pecados, mas num esquema referencial de perdão histórico a "dívidas". Só que a história da deturpação do sentido original do texto é um pouco mais antiga. O esquecimento do esquema referencial do jubileu tem raízes mais remotas na História da Igreja. O que não invalida de todo a surpresa diante da quase súbita adoção, para fins litúrgicos, de uma versão que não era a usual até pouco tempo atrás, e que se deve realmente a um generoso gesto "ecumênico": a aceitação de uma versão supostamente mais compreensível "ao homem de hoje" para uso ecumênico nas igrejas. Essa versão da Bíblia lamentavelmente contém muitas outras deturpações do original. O Pai-Nosso foi levado de roldão junto a uma série de outras coisas chocantes. Cabe relatar um fato anedótico: quando uma alta autoridade eclesial, de uma determinada Conferência Episcopal, foi advertida por um exegeta sobre a deturpação do Pai-Nosso, sua exclamação teria sido – "Mas por que não nos disseram?"

Nas limitadas intenções deste texto não cabem sofisticados aprofundamentos, nem quanto ao suporte semântico do texto original, nem quanto à história dos comentários interpretativos e múltiplos usos da referida oração. Vamos, pois, ater-nos a alguns poucos elementos. O Pai-

Nosso, ausente nos evangelhos de Marcos e João, existe na redação mais longa de Mt 6,9-12 e na abreviada de Lc 11,1-4. Mt usa exclusivamente "dívidas" e "devedores" (ofeilémata/ofeilétais), enquanto Lc utiliza "pecados" (hamartías) e "devedor/quem nos deve" (ofeilonti). É Mt que, no comentário imediatamente posterior, Mt 6, 14-15, passa ao termo "delitos" (parraptómata), que é invocado, às vezes, como suporte para a versão inglesa, mesmo no interior do Pai-Nosso, por "trespasses" (ofensas, transgressões). Os melhores exegetas são unânimes em afirmar que o texto de Mt deve ser tomado como referência básica, porque não há dúvida de que o princípio do jubileu impregna o texto – ou seja: o texto se expressa na imagem do jubileu – e também porque é o texto de Mt que foi adotado na Igreja primitiva (p. ex.: Didaqué 8,2). O esquema do jubileu não desaparece de todo no texto de Lc, e talvez a introdução do termo "pecados" (mas conservando o "devedor") se deva, dizem alguns exegetas, ao fato de Lc querer tornar-se claro para destinatários do seu escrito, para os quais a referência ao jubileu não dizia muito, por não serem judeus.

De todos os modos, parece evidente que o famoso "trespasses" da versão inglesa mais difundida (a King James Version) teve uma influência fatal, que acaba desembocando, depois de adotada nos livros litúrgicos das diferentes denominações cristãs de fala inglesa, na eliminação definitiva das "dívidas" e sua substituição por "ofensas", nas versões "modernas" difundidas pelas Sociedades Bíblicas no mais diferentes idiomas (com exceção do alemão, do holandês e alguns poucos outros). Uma famosa edição do "Pai-Nosso em 500 idiomas e dialetos" (Londres, 1905) serve para comprovar a influência do "trespasses" inglês em mais da metade das 500 versões. A coisa chegou ao ponto de se operarem as mesmas mudanças até no texto em grego, onde, supostamente em nome do "grego moderno", a versão das Sociedades Bíblicas não teve escrúpulos em eliminar "ofeilémata/ofeilétais" (dívidas/devedores) e substituí-las por "hamartías/hamartánontas" (ofensas/que ofendem), no próprio texto de Mt 6, 912. O que, sem dúvida alguma, é chegar às raias da perfeição em matéria de deturpação de textos (Cf. *Modern Greek New Testament*. "Hé Kainé Diathékē", Amerikániké Biblíke Etaipeia. Nova York, s.d. – É a versão que tenho às mãos.

Não sei se há outras.)

Quanto aos comentários ao Pai-Nosso (são centenas, talvez milhares ao longo dos séculos), depois de compulsar uma meia dúzia constata-se uma clara diferença: os que são de autores biblistas normalmente preservam a sensibilidade para o sentido original do texto e relembram o pano de fundo do jubileu; os de índole mais homilética ou pastoral geralmente a perderam. É estranho que isso se verifique até em Lutero, no seu comentário destinado "a crianças e gente simples" (Martín Lutero, *El Padrenuestro*. Buenos Aires, La Aurora, 1939). O mesmo sucede com Karl Barth, na sua "Explicação da oração dominical segundo os reformadores" (Karl Barth, *La Oración*. Salamanca, Sígueme, 1980). Como se vê, sempre sucedem coisas estranhas na vinha do Senhor.

O "lugar econômico" da fé

Para aproximarmos-nos ao núcleo da mensagem bíblica sobre o problema das dívidas é necessário, primeiramente, não isolar este tema dos demais temas sociais na Bíblia. Nisto costumam insistir mesmo os biblistas que se dedicam a examinar o tema específico do jubileu (Cf. Konrad Raiser, loc. cit., Ringe H. Sharon, *Liberation and the Biblical Jubilee*. Ver resenha de Mortimer Arias em: *Vida y Pensamiento*, Semin. Bibl. Latinoamericano, n. 1, 1986, p. 68s). Em segundo lugar, é imprescindível situar a relevância de cada tema social, no caso do AT, no coração de uma teologia da Aliança, ou seja, como elemento significativo em relação à fidelidade ao pacto recíproco entre Iahweh e seu povo. É nesta luz que os temas sociais se transformam em "questões de fé", ou seja, em elementos que caracterizam a qualidade da fé e não podem ser reduzidos a simples legislação social, embora todos conservem os seus condicionamentos culturais e históricos. Para o povo judeu as relações sociais são realmente relações teológicas; por isso são diretamente objeto de um discurso Teológico, isto é, no qual se fala sobre Deus ao falar das coisas que sucedem entre os homens. É evidente que o NT nos impõe a mesma perspectiva, porque o amor a Deus nunca é descolado do lugar histórico do amor inter-humano, em situações históricas concretas. Quanto ao AT, isto aparece muito claro no tratamento dado à questão da liberação de dívidas,

Trata-se de um mundo que submeteu o sagrado ao puro cálculo de suas vantagens, e que não vai mudar de rumo por haver um problema com a tradução de algum texto sagrado.

da servidão por dívidas, ao ano sabático e ao jubileu por Norman K. Gottwald (*As Tribos de Iahweh*. Ed. Paulinas, 1986, pp. 273, 276-77, 597, 553-54, etc.)

Ambigüidades e armadilhas: advertências

Quanto às advertências necessárias, citamos apenas algumas. Em primeiro lugar, é necessário cuidar-se de transposições fundamentalistas de temas bíblicos, porque – por exemplo, na questão das dívidas – o mundo antigo não conhecia regras financeiras como as dos bancos modernos, especialmente não conhecia os juros sobre juros acumulados, ou seja os juros compostos, que configuram uma das modernas formas de usura embutidas no próprio conceito de capital, como se maneja atualmente. Isso além de muitas outras diferenças que é necessário ter em conta.

Em segundo lugar, quanto ao princípio do jubileu, convém estar atentos para discernir os "jubileus perversos", que os im-

Para o povo judeu as relações sociais são realmente relações teológicas; por isso são diretamente objeto de um discurso teológico, isto é, no qual se fala sobre Deus ao falar das coisas que sucedem entre os homens.

perialismos modernos sabem manejar perfeitamente em seu proveito. Esta é a quarta e não a primeira séria crise da dívida para a América Latina, embora a atual crise se inscreva no contexto de uma crise generalizada do sistema financeiro internacional.

Nas três crises anteriores, nossos credores sempre encontraram saídas, que implicavam, no fundo, o perdão da dívida, embora sempre viesse acompanhado de novos mecanismos de sujeição e dependência. Foi assim na primeira crise da dívida, imediatamente posterior à conquista da independência, nas primeiras décadas do século passado. A maioria dos países latino-americanos havia contraído fortes dívidas nas lutas pela independência, especialmente com a Inglaterra. Essas dívidas foram anuladas mediante o simultâneo estabelecimento de vinculações preferenciais (para os interesses do império britânico).

O mesmo sucedeu na segunda grande crise, na década de 1870, quando estavam surgindo as primeiras concentrações de capital monopolista. Novamente houve esquecimento da dívida, mas houve também criação de nova dependência. A terceira grave crise da dívida, nos anos trinta deste século, foi solucionada com novo perdão. Boa parte do endividamento estava ligado à debacle econômica do início dos anos trinta. Desta vez os laços de dependência passaram da Europa para os EUA, e a Segunda Guerra Mundial foi um dos momentos rituais para a consolidação da nova fidelidade.

A quarta crise, a atual, já que a dívida se tornou impagável, levará fatalmente a novos "jubileus perversos". A parte não cobrável da dívida transforma-se em capital fictício, além de que boa parte da dívida sempre obedeceu à contabilidade-ficção. Isto cria um problema sério para os bancos. Passa-se, então, a aplicar formas de deságio do valor nominal da dívida. Em alguns casos será inevitável a anulação pura e simples da dívida. Mas antes disso se buscarão formas variadas de "conversão da dívida em capital de risco", o que não é outra coisa que cobrar parte da dívida em moedas nacionais (já que não pode ser cobrada em moeda forte), assegurando o controle e a apropriação de "investimentos de risco", nome pejorativo que se dá a novos negócios lucrativos para os quais não se necessita nem um único dólar.

Quanto aos novos mecanismos de dependência que acompanharão as novas formas de "jubileus perversos", basta analisar um pouco o que representam os "ajustes estruturais" que se exigem dos países devedores. Eles significam manter-nos solventes, no máximo que for possível. E nos exigirão gratidão eterna por não nos terem exigido, mediante seus "jubileus perversos", que fizéssemos o impossível. Vão perdoar-nos a "ofensa" de não termos podido pagar tudo. De maneira que, na invocação do princípio do jubileu, é necessário tomar alguns cuidados. Quando for usado, convém apelar diretamente para o seu sentido mais profundo na Bíblia: o de declarar inaceitável a dependência radical do devedor e intolerável a sua submissão.

Uma terceira advertência é conveniente em relação ao terreno minado que são os diversos usos da Bíblia em discussões econômicas e financeiras. Em outra oportunidade levantei alguns dados sobre a manipulação do próprio texto da Bíblia, p. ex.: com destaques coloridos e comentários adaptados a leitores empresários e banqueiros (ver H. Assmann. *A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina*. Vozes, 1986, pp. 74-76). Posteriormente tive o ensejo de divertir-me com um comentário econômico ao NT, devidamente prefaciado por representantes das igrejas católica e protestante (Heinz Schoeder. *Jesus und das Geld. Wirtschaftskommen-tar zum Neuen Testament*. Karlsruhe, GKD Verlag, 1979, 3ª ed. 1981). Não cabe dúvida de que esta gente não descuida de assuntos teológicos e prepara seus próprios instrumentos de luta ideológica.

Uma última observação: é incrível a quantidade de literatura para o sucesso financeiro e para o manejo de finanças, segundo os "planos de Deus", especialmente em certas livrarias evangélicas fortemente dependentes de material proveniente dos EUA. Trata-se geralmente de escritos ágeis, destinados ao leitor que não exige mais que algumas citações bíblicas para reforçar seu sentido comum coerente com a ideologia dominante. Mas às vezes é de ficar espantado quando semelhante literatura se origina de ampla verificação das convicções de muitos pastores, com a respectiva testagem das formas de encaminhamento dos temas, testadas em pregações (cf. Felipe Lang. *Dios quiere que usted tenga Libertad Financiera*. Bogotá, Ed. Buena Semilla, s.d.). □



Hugo Assmann, sociólogo e teólogo com especialização em comunicação, professor da Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP. Destacado autor da Teologia da Libertação, lançará brevemente o livro "Teologia e Economia" pela Editora Nova.

Referências Bibliográficas e Notas

1. p. ex. John H. Makin. *The Global Debt Crisis. America's Growing Involvement*. New York, Basic Books, 1984 – que dá a linha de grande parte da bibliografia dos países credores sobre o tema.
2. Como o de data recente, elaborado por 33 economistas de renome mundial, incluindo dois com Prêmio Nobel, cf. *Folha de S. Paulo*, 17/12/87.
3. p. ex. R. French-Davis/Richard E. Feinberg (eds.) *Mas allá de la crisis de la deuda*. Santiago de Chile, Cieplan, 1986.
4. p. ex. Julio Silva Colmenares. *Deuda externa: crisis y confrontación*. Bogotá, Ediciones Alborada, 1988, e, pelo menos em seu tom geral, Jacques Dezelin, *Do embuste das dívidas externas ao absurdo dos privilégios às exportações*. Ed. Espaço e Tempo, 1987.
5. p. ex. Bernardo Kucinski/Sue Branford. *A ditadura da dívida*. São Paulo, Brasiliense, 1986. Gonzalo Biggs, *A crise da dívida latino-americana e alguns precedentes históricos*. Paz e Terra, 1987.
6. Sugere-se, para isso, Franz Hinkelammert, *La deuda externa de America Central en el contexto de la deuda de AL*, xerox, 12/2/88, 21 p.
7. Cf. A. M. Knoll. *Zins und Gnade*. Neuwied, 1967.
8. Versobre este tema D. H. Hall, *Imaging God. Dominion as Stewardship*. New York, Eerdmans, 1986.
9. A percepção clara dessa temática ficou registrada, quanto ao grupo ligado, de uma ou outra forma, ao DEI, no livro: Vários autores, *A luta dos deuses*. Ed. Paulinas, 2ª ed., 1985 (orig. DEI, 1980 traduzido para seis idiomas). Constata-se uma influência explícita desta retomada latino-americana do tema da idolatria, p. ex. em Ulrich Duchrow, *Global Economy – A Confessional Issue for the Churches?* Genebra, WCC Publications, 1987 (especialmente: 7. Choosing Life: resistance to idolatry and "autonomy" of the economical field, pp. 139-185).
10. p. ex., José Luís Sicre, *Los dioses olvidados. Poder y riqueza en los profetas preexílicos*. Madrid, Ed. Cristiandad, 1979; T. Veerkamp, *Die Vernichtung des Baal*. Stuttgart, 1983.

Resumen

LA ESCLAVITUD DEL SIGLO XX

Existen señales bastante categóricas de que la deuda externa pasó a ocupar la agenda teológica de los cristianos. Una comprensión mejor de los "mecanismos perversos" de la deuda y sus conexiones más amplias, han conducido a profundizar una serie de temas teológicos – la idolatría, las teorías sobre el sacrificio, las "estructuras de pecado", el originario destino universal de los bienes y productos para el beneficio de todos, el carácter teológico de la solidaridad pensada a una dimensión mundial, etc. – que tienen una relación directa con el sentido más profundo de la Biblia: el de declarar inaceptable la radical dependencia del deudor y su intolerable sumisión.

Abstract

XXth CENTURY SLAVERY

There are fairly clear signs that foreign debt has worked its way into the Christian theological agenda. Better comprehension of the "perverse mechanisms" of the debt and their broader implications have led to a more thorough examination of theological issues such as idolatry, sacrificial theories, the "structures of sin", the original universal destination of goods and products for the good of one and all, the theological nature of solidarity approached from a worldwide point of view, etc. These issues all appeal directly to the deeper message of the Bible: that of declaring the radical dependence of the debtor unacceptable and his submission intolerable.

¿Me gusta el bolero?

La pregunta básica para saber si uno se siente latinoamericano es, ¿me gusta el bolero? Si no le gusta verifique si su pasaporte es de algún país nórdico. Y sobre ese punto, somos intransigentes.

Guillermo Piernes

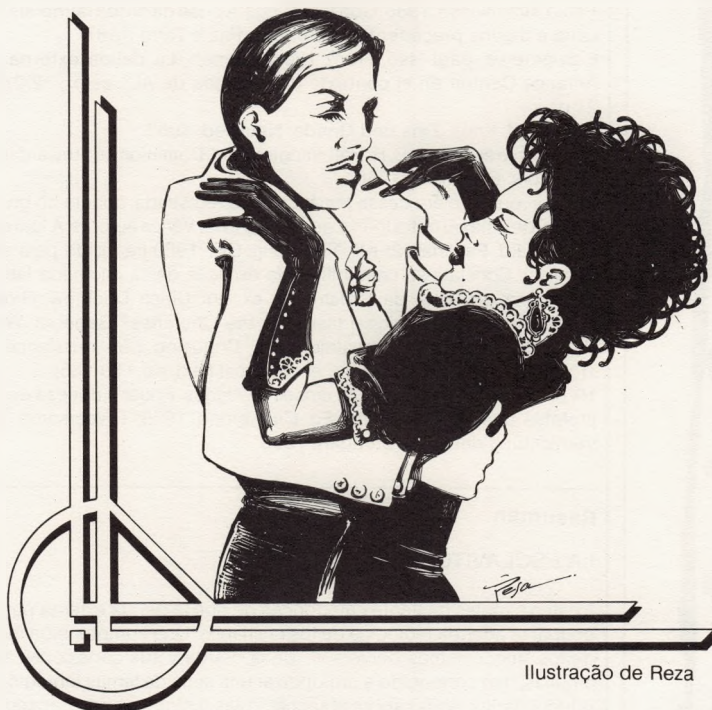


Ilustração de Reza

El bolero es la expresión más intensa del sentimiento latinoamericano. Y aquí tampoco seremos transigentes porque el pensamiento es de Gabriel García Márquez, periodista y escritor colombiano además de Premio Nobel de Literatura. Si tampoco lo conoce, es mejor iniciar rápidamente consultas que permitan responder ¿quién soy?, ¿dónde estoy?, ¿qué quiero?, ¿dónde me pongo?

¿Nunca vivió una pasión? Su caso es grave. ¿Y por qué el bolero? ¿No es "brega"? Sí. La gran mayoría de la población latinoamericana lo es o tiene buena influencia del "breguismo". Pero el bolero es una explosión pasional. Una exageración de virtudes, un gigantesco deslumbramiento, una tristeza profunda. Y ahí comienza a perfilarse la columna vertebral de nuestra identidad cultural, el bien más precioso de la región, ya que de mirar la situación financiera nos quedaríamos apenas con la profunda tristeza.

Somos la síntesis, o comenzamos a ser, de lo que restó de civilizados pueblos indígenas aplastados con la espada y con la cruz. La esperanza de europeos aventureros, perseguidos o

hambrientos. El refugio para orientales desesperados o engañados o visionarios. La tierra para descendientes de africanos que llegaron encadenados y fueron vendidos como mercadería barata.

"...Começaria tudo outra vez..."

Y a pesar de los casi 500 años del encuentro de dos mundos o de la llegada de los europeos a este continente, resulta difícil definir la amalgama cultural creada en América Latina. Y cada día mas difícil porque los jóvenes menores de 25 años saben poco de bolero, las radios nos ametrallan con esquemas de las distribuidoras europeas o norteamericanas.

"...tú me enseñaste... que son maravillosas..."

Pero el bolero, así como el tango, el samba, el taquirari como fuerza principal de nuestras tan mezcladas raíces, carece del multinacional esquema de promoción comercial de las extra-regionales. Y difícilmente se ama o se entiende lo que no se conoce.

Como explicar que las letras de los boleros son una fantástica expresión superdimensionada de las pasiones. Que cuando el hombre le dice a su amada que escribirá la historia de su amor "con sangre, con tinta sangre del corazón..." significa en realidad que la quiere mucho. Pero que jamás pensó en atravesarse el pecho con un puñal para recoger la tinta. Y la gran mayoría de los hombres y mujeres latinoamericanos saben ese lenguaje para lidiar con la pasión. Como saben que al cambiar su voto por un empleo o comida tampoco están participando de un régimen democrático. Pero hay que vivir. Aunque sea cantando:

"...yo nunca te he dicho una mentira..."

Si los menores de un cuarto de siglo conocen poco de bolero, los mayores en gran parte conocen poco de sus hermanos regionales. El problema se hace crónico en la escuela, desde el colegio primario a la universidad. Inclusive hoy, los constantes esfuerzos de varios gobernantes del continente para acelerar la integración no tiene un correlato a nivel del conocimiento y estudio de la historia latinoamericana.

La historia, como disciplina científica, tiene una fantástica importancia como fuerza social pero ha funcionado en esta América Latina en la mayor parte del tiempo como culto de la civilización europea y norteamericana, exhibiéndola como modelo de desarrollo e inhibiendo las energías creadoras locales.

Los alumnos de nuestros colegios lógicamente egresaron conociendo más de Grecia, Roma y Europa Occidental que de la historia de sus propios países. El viaje de Cristóbal Colón era presentado como algo providencial que permitió "descubrir" un Nuevo Mundo, a pesar de la existencia de culturas milenarias con avances en la agricultura, irrigación, metalurgia y obras sanitarias superiores a las europeas.

Es válido preguntarse cuantos latinoamericanos estudiaron historia analizando las luchas de los indígenas por recuperar sus tierras y la de los negros por liberarse de la esclavitud. También es válido preguntarse si era correcto calificar como revueltas de fanáticos las numerosas rebeliones populares en busca de drásticas mudanzas sociales.

Siquiera la Revolución Mexicana llegó a ser explicada en toda su trascendencia como tampoco el pensamiento integral de Simón Bolívar, Simón Rodríguez, Mariano Moreno, José Martí, José Carlos Mariátegui, Augusto César Sandino, Farabundo Martí. Por supuesto que contados son los que saben que el chileno José Miguel Carrera buscó crear en 1811 un escudo de armas compuesto por siete columnas que simbolizaban entonces a los siete estados que aspiraban a constituir una Confederación Latinoamericana. ¿Y quien conoce al intelectual argentino Juan Bautista Alberdi, que en el siglo pasado quería la alianza de las aduanas regionales, la unidad monetaria y un orden político continental?

Pero millones de estudiantes latinoamericanos debieron

aprender de memoria las veces que tropas de países latinoamericanos se enfrentaron, y algunas de ellas para defender el comercio de las grandes potencias europeas.

Los medios de comunicación aportan muy poco para la integración latinoamericana, porque no están orientados en la región para ello.

Y en nombre de la intransigencia, que no se repita que la culpa es de las agencias transnacionales de noticias porque la respuesta será: Fuimos colonias durante siglos y entonces no existían agencias de noticias pero sí existían minorías trabajando por el colonialismo. Y esas minorías también deben gustar del bolero que reza:

"...miénteme...pégame...mátame...pero no me dejes nunca, nunca jamás..."

La televisión, el más impactante medio de comunicación social de las últimas décadas refleja el bombardeo cultural extralatinamericano que sufre el habitante de América Latina. El 92.7 por ciento de la programación de la televisión panameña llegó a ser ocupado por enlatados norteamericanos. En Chile, los enlatados norteamericanos llegaron al 55 por ciento de la programación.

Confieso que vi danzar pocos boleros en los enlatados norteamericanos. Pero vi bailar un tango, entre una mujer vestida de española con un apuesto joven vestido de gaucho. Algo es algo.

Ante una constante exposición a otra cultura, es natural que el joven latinoamericano que busca puntos de identificación, que tiene una anecdótica formación histórica, se aleje del bolero y arriesgue en una lengua asemejada al inglés la última canción de moda, sobre la crisis del relacionamiento en la era postindustrial. Claro que en América Latina todavía conviven el neofeudalismo, el capitalismo salvaje, intentos socialistas, estados revolucionarios, pero esa es otra historia. La que poco se cuenta.

Obviamente que la responsabilidad de la paulatina descaracterización cultural no la tienen los vendedores de enlatados norteamericanos. Es su trabajo. Sería interesante observar la motivación de los compradores de enlatados. El precio de los enlatados es más bajo que el costo de preparación de programas que busquen abordar los asuntos que digan a la realidad circundante. Y convengamos que siempre es más confortable discutir los problemas que están a 10.000 kilómetros de distancia que hacerlo sobre los que tenemos con el vecino o dentro de nosotros mismos.

Así seguiremos apreciando fantásticas persecuciones de automóviles computarizados en medio de carreteras rodeadas de nieve, en lugar de acompañar temas que nos retirarían de la posición de espectadores ante nuestra televisión, ante nuestra realidad.

Dentro de ese panorama, mientras la Ley de Newton y el paso del tiempo no completen su obra, seguiremos observando en nuestras pantallas el busto de la parlamentaria italiana que lucha por la libertad sexual. Pero desconoceremos a las parlamentarias latinoamericanas que luchan por causas igualmente respetables: la situación de los indígenas, el desequilibrio ecológico, la fragilidad de la educación regional.

Y así nos seguiremos preparando para ser grandes intérpretes del bolero:

"...Voy por la vida... de fracaso en fracaso..."

□

Guillermo Pieres é jornalista e escritor nascido em Buenos Aires, 42 anos. Na capital argentina estudou jornalismo e literatura. Correspondente das agências noticiosas Latin-Reuters e United Press International durante 15 anos em Nova Iorque, Washington, Rio de Janeiro, Brasília. Também trabalhou em várias cidades latino-americanas. Correspondente da Revista Cambio 16 de Espanha. Entre seus principais trabalhos jornalísticos figuram o episódio Watergate, duas eleições presidenciais americanas, copa mundial de futebol da Espanha e a Guerra das Malvinas. Diretor de Informação Pública da OEA até 1986 quando foi nomeado Representante da OEA no Brasil. Autor do livro "Unidos o Dominados, encrucijada de América Latina", que poderá ser lançado em português este ano.



EM CANOAS DO AMAZONAS AO CARIBE

Dóris Santos de Farias

A expedição “Em canoas do Amazonas ao Caribe”, organizada em comemoração aos festejos do V Centenário do Descobrimento da América, reuniu pesquisadores de diversos países (arqueólogos, antropólogos, sociólogos, biólogos e geógrafos) que, apesar das dificuldades oriundas da erupção do vulcão Rebentador, percorreram o rio Napo (Equador e Peru) e, em contato com as populações indígenas locais e a selva adjacente, obtiveram, em alguns casos, importantes informações sobre área ainda tão pouco conhecida.



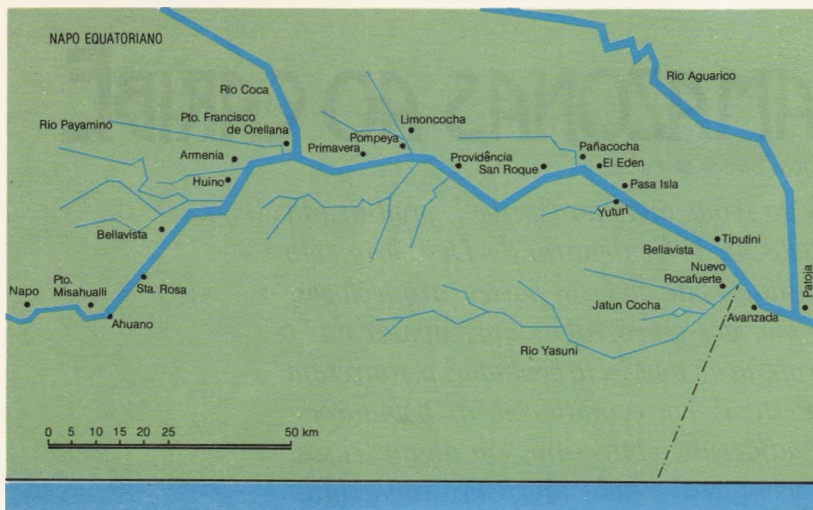
Mapa do percurso sul-americano da expedição. O percurso caribenho não está representado. Até Manaus o percurso será de pouco mais de 2.100 km. Daí até a foz do Orinoco é de pouco menos de 3.500 km. O percurso caribenho é de 2.500 km. O percurso total estimado é de 9.000 km, cumpridos num prazo máximo de 1 ano.

Mapas de Célia Matsunaga
Fotos da autora

Sob os auspícios da Unesco e aprovada na IV Conferência Ibero-Americana “Encontro de Dois Mundos” em abril de 1986, na Costa Rica, a expedição “Em Canoas do Amazonas ao Caribe” visou reeditar a descoberta do Caribe pelas tribos pré-históricas da bacia amazônica. Paralelamente, atividades científicas deveriam ser desenvolvidas por pesquisadores equatorianos, peruanos, colombianos, brasileiros, venezuelanos, caribenhos e espanhóis participantes da expedição.

Durante o percurso do Rio Napo, através de território equatoriano e peruano, além de remadores auxiliares da raça Quíchua e militares dos respectivos países, 29 participantes efetivos estiveram envolvidos. A equipe científica foi composta por 20 membros; seis cubanos, entre eles a chefia da expedição e o médico, seis colombianos, quatro equatorianos, dois peruanos e uma brasileira. A equipe de apoio era formada por 9 membros, todos cubanos, dos quais um era o coordenador-geral e três respondiam pelas filmagens.

A viagem teve início em Quito, em 25 de fevereiro de 1987, onde foram concluídos os preparativos finais para a expedição. De lá, por 300 km de via terrestre, os expedicionários se dirigiram para o porto de Misawualli, de onde, em 2/3/87, iniciaram o percurso fluvial, descendo o Rio Napo. Dois dias após, com a erupção do Vulcão Rebentador, situado a 80 km a oeste de Quito, mais de 2.000 tremores de terra de até 6,5 pontos na escala Richter atingiram o Equador, provocando calamidade pública, com rompimento de oleodutos, destruição de estradas, soterramento de cidades, interrupção de serviços básicos, poluição total de rios e mais de 10.000 desaparecidos. O andamento da expedição passou a ser determinado por estes fatos. Ainda assim, algumas paradas para estudos puderam ser feitas, de forma que a expedição pôde apresentar resultados científicos.



Os 360 km da parte equatoriana do Rio Napo foram percorridos em 18 dias. Apesar da fronteira com o Peru estar fechada desde 1981, foi aberta em 20 de março para dar passagem à expedição.



Pithecia sp. Primata capturado na região de Mazán (Peru). Tornou-se o mascote da expedição, apelidado de "Caribe".

■ O percurso

Partindo de Porto Misawualli, a expedição passou pela cidade de Francisco Orellana (Coca) chegando a Nuevo Ruecafuerte, num total de 400 km no Rio Napo equatorial. De lá atingiu Pantoja, já em solo peruano, e, continuando a descer o Rio Napo, chegou a Puerto Francisco Orellana do Amazonas, tendo percorrido cerca de 600 km a mais. Após, atingiu-se a cidade de Iquitos, onde os cientistas, em 4/4/87, apresentaram seu primeiro seminário. Continuando a descer o Rio Amazonas, atingiram a Colômbia e, em Letícia, no dia 20/4/87, apresentaram o seu segundo seminário. Em 25/4/87 penetraram em solo brasileiro, pela cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia. Depois do Rio Amazonas deverão seguir o Rio Negro e, após cruzarem o Rio

Cassiquiare e o Rio Orenoco, num total aproximado de 3.500 km, atingirão o Mar do Caribe, percorrendo em cerca de 2.500 km as diversas ilhas e atingindo a Ilha de San Salvador, onde as canoas se encontrarão com as caravelas que, vindas da Espanha, comemorarão o "Encontro dos Dois Mundos"¹.

■ A Região do Rio Napo

O Rio Napo é um dos afluentes mais caudalosos do Rio Amazonas, pela sua margem esquerda. Nasce a noroeste do Equador e até a desembocadura no Amazonas é considerado como Baixo Napo, tendo um curso grande e largo, livre de pedras e com grandes quantidades de ilhas e praias de lama e areia. Tem um percurso total próximo de



"Boca-blanca" (*Saguinus sp.*), pequeno primata.



Habitação típica do Rio Napo.



O terremoto causou a destruição da fauna fluvial

1.000 km de comprimento e 1 a 3 km de largura. A partir da desembocadura do Rio Aguarico passa a ser peruano. Os principais afluentes da margem direita são os rios Tiputini, Yasuni, Curarai (principal) e Mázan, e da margem esquerda são os rios Coca, Aguarico (principal) e Tamboryan. Além destes, dispõe de muitas quebradas e riachos. Suas águas são turvas, com alto índice de impurezas. O clima local é quente e úmido, com uma temperatura média de 27°C e máxima que pode passar dos 40°C. A vegetação é exuberante, muito embora a parte peruana tenha sofrido acentuada extração madeireira. À borda do rio, a mata é entrecortada por moradias familiares e agrupamentos maiores que limpam o terreno à volta para o plantio. A fauna local é diversificada, ainda que pouco



Agüia Real, ave bela e rara, habitante da Amazônia Ocidental, próximo ao sopé dos Andes.

abundante, se comparada com outros rios da região amazônica. As águas são povoadas por peixes-elétricos, bagres, corvinas, delfins, piranhas, arraia, tartarugas e muitos outros. No interior vivem camaleões, iguanas, sapos, jacarés, cobras-corais, jararacas, sucuris, etc... Uma imensa variedade de aranhas e insetos pode ser encontrada, inclusive transmissores de malária, leishmaniose e febre amarela. Mamíferos como pacas, antas, porcos-do-mato, lobos, onças, veados e primatas diversos como o bugio, macaco-aranha, prego, barrigudo e variadas espécies de micos podem ser encontrados em suas matas. A ocupação por Tupi-guaranis da tribo Omagua, no séc. XV, foi seguida por Secoyas e Pijés no séc. XVI. A partir de então índios Quíchuas procedentes

dos Andes Orientais ocuparam a área em diferentes levas e cujo maior contingente foi trazido por exploradores da borracha e colonos brancos. A vinda para a região de missões religiosas e companhias petrolíferas estimulou novas migrações. O idioma falado, Quíchua, possui dialetos distintos no Napo e região andina.

A organização familiar tanto pode ser nuclear (casal e prole) quanto estendida, quando esta é acrescida por parentesco, que tanto pode ser de consanguinidade como legal. A habitação acompanha esta variação. Conforme a família seja maior, outros módulos são acrescentados à vivenda principal. Esta é constituída basicamente de 2 cômodos, um dormitório e um local para refeições, construídos com a madeira e folha de

palmeira, muito embora também tenham passado a utilizar tábuas e zinco. Como é construída à beira do rio, é suspensa em troncos. Não dispõem de serviços básicos de água potável, luz e esgotos.

A economia agrícola é baseada na mandioca, banana e milho e a extrativa no petróleo, explorado por multinacionais e, da mesma forma que a produção de azeite de dendê, não trazem ganhos para o povo. A pecuária é pouco desenvolvida. Criam gado, porcos e galinhas. Caçam e pescam. A mandioca e a banana constituem a dieta básica da população local. A bebida típica é a chicha, feita com a fermentação da mandioca. Como atividade complementar fabricam utensílios de cerâmica, como é o caso de tinajas e mocahuas para beber a chicha.



Os 670 km do Rio Napo peruano foram percorridos em 14 dias.

Na cidade de Francisco Orellana do Amazonas o Napo deságua no Rio Amazonas.

Também há que destacar o tecido da chambira para a confecção de sacolas e redes.

■ Pesquisas: alguns dados parciais

Os pesquisadores peruanos Aldo Bolaños, Lenin Ortiz e Hernán Carrillo encontraram abundantes evidências de épocas mais recentes e mais antigas, como a Cerâmica Yasusmin e a da Fase Napo, respectivamente. Também puderam confirmar dados já relatados na literatura sobre a distribuição da cerâmica e padrões de assentamentos. Apesar de ainda não terem sido analisados os materiais coletados, suas observações indicam a existência de novos sítios arqueológicos, onde se fazem necessários novos estudos, como é o caso do povoado de Pañacocha (Equador). Dados etnográficos foram obtidos de forma a se poder estabelecer a continuidade cultural da região. Observa-se que o homem nativo conserva ainda um grande equilíbrio com a natureza, apesar das enfermidades, devastação e outros fatores associados à penetração do homem branco. O colombiano Roberto Franco, estudando os aspectos antropológicos da região, ressalta que os pontos mais importantes, a norte e leste de Misahuallí, não faziam parte do percurso da expedição. A norte, nas cidades de Baeza, Ávila e Artidona, e a leste, nas de Loreto e Concepcione, fica o território original dos índios Quíchuas, de onde migraram, sucessivamente, a partir do curto período da exploração da borracha, na última década do século







Os expedicionários: 1 – O chefe Antônio Nuñez, geógrafo cubano. 2 – Roberto Franco, antropólogo colombiano. 3 – Ketty Abuín, assistente de pesquisa. 4 – Liliane Blain, geógrafa, 5 – Leda Menendez, botânica. 6 – Odalys González, geógrafa, 7 – Arsênio Guvín, operador de rádio, todos cubanos. 8 – Jorge Pulció, economista colombiano. 9 – Fernando Salme, pesquisador equatoriano de arte popular. 10 – Júlio Hernández, médico cubano. 11 – Oscar Pinto, zoólogo, 12 – Camilo Domínguez, geógrafo, ambos colombianos. 13 – Lenin Ortiz, arqueólogo equatoriano. 14 – Rigoberto Nuñez, desenhista cubano. 15 – Aldo Bolaños, arqueólogo peruano. 16 – Dóris Faria, primatologista brasileira. 17 – David Berdellans, geofísico cubano. 18 – Eduardo González, fotógrafo colombiano. 19 – Diego Orellaña, arquiteto equatoriano. 20 – Polidoro Pinto, botânico colombiano. Os restantes são tripulantes do barco e remadores auxiliares. A equipe de apoio não aparece na foto. Foto tirada por Hernán Carrilho, arqueólogo peruano.

Os expedicionários: 1 – O chefe Antônio Nuñez, geógrafo cubano. 2 – Roberto Franco, antropólogo colombiano. 3 – Ketty Abuín, assistente de pesquisa. 4 – Liliane Blain, geógrafa, 5 – Leda Menendez, botânica. 6 – Odalys González, geógrafa, 7 – Arsênio Guvín, operador de rádio, todos cubanos. 8 – Jorge Pulció, economista colombiano. 9 – Fernando Salme, pesquisador equatoriano de arte popular. 10 – Júlio Hernández, médico cubano. 11 – Oscar Pinto, zoólogo, 12 – Camilo Domínguez, geógrafo, ambos colombianos. 13 – Lenin Ortiz, arqueólogo equatoriano. 14 – Rigoberto Nuñez, desenhista cubano. 15 – Aldo Bolaños, arqueólogo peruano. 16 – Dóris Faria, primatologista brasileira. 17 – David Berdellans, geofísico cubano. 18 – Eduardo González, fotógrafo colombiano. 19 – Diego Orellaña, arquiteto equatoriano. 20 – Polidoro Pinto, botânico colombiano. Os restantes são tripulantes do barco e remadores auxiliares. A equipe de apoio não aparece na foto. Foto tirada por Hernán Carrilho, arqueólogo peruano.

Em comemoração aos festejos do V Centenário do Descobrimento da América, a UnB foi convidada a participar da Expedição "Em Canoas do Amazonas ao Caribe". Para tal, designou a primatologista Dóris Santos de Faria, professora do Departamento de Biologia Animal, que apresenta aqui a primeira e única síntese de divulgação dos resultados das pesquisas executadas (fevereiro a abril de 1987). A citada professora ficou sendo a única brasileira e uma das quatro pesquisadoras participantes desde o início da expedição, as outras todas cubanas. Em território brasileiro entraram mais dois cientistas brasileiros, um dos quais também mulher, Regina Silva, aluna de pós-graduação do INPA (AM) e um dos dois únicos sul-americanos a fazer o percurso caribenho e chegar até Cuba. Em Manaus, com a substituição da delegação colombiana, passa a integrar a equipe outra pesquisadora. Em São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro (AM), a Profa. Dóris desliga-se da expedição para dar apoio ao asilo de uma expedicionária cubana, Ketty Abuín Peña, secretária do coordenador da expedição, o espeleólogo cubano Nuñez Jiménez, um dos vice-ministros da Cultura de Cuba. Conforme noticiado pela imprensa, muito outros problemas aconteceram nesta expedição e serão divulgados no livro que a citada professora prepara – o Diário não-oficial da Expedição "Em Canoas do Amazonas ao Caribe" – e que será submetido à Editora da Universidade de Brasília. Os artigos eminentemente acadêmicos resultantes desta expedição serão publicados na Colômbia e em Cuba. Na Revista Humanidades, a citada professora publicará outros artigos de divulgação, o primeiro deles sobre expedições científicas.

passado, os indígenas que povoaram mais recentemente a região sul. Também não foi observado o impacto das estradas de rodagem nas populações indígenas nativas. Em todos os agrupamentos indígenas visitados – Quichuas, Awcas, Murui, Secoyas e Yaguas – fica evidente o impacto do processo de colonização. O arquiteto equatoriano Diego Orellaña observou diferenças entre as construções feitas pelos índios (ribeirinhas) e os colonos (vernaculares), e entre estas e as citadinas (de planificação). Entre as primeiras, as principais diferenças devem-se ao tratamento e ao processamento da madeira, utilizada nas construções vernaculares, enquanto que as ribeirinhas utilizam cana natural. Os elementos da arquitetura de ambos (áreas abertas para dormitório e cozinha, as únicas peças) são os mesmos, ainda que variem no tamanho, sendo a ribeirinha menor e atendendo às necessidades mínimas e indispensáveis dos índios. Já as citadinas obedecem ao padrão já por nós conhecido, de mais dormitórios, corredores, etc...

O equatoriano Fernando Salme estudou as diferentes manifestações de arte popular e artesanias ao longo do percurso. Estas manifestações estão relacionadas com as necessidades básicas da família, desde a construção de canoas até as tigelas (tinagas) e cumbucas (mocahuas) envolvidas no preparo e ingestão da chicha, a bebida típica da região, todas realizadas com alto nível de qualidade estética. Conhecimentos complexos envolvem a fabricação de sacolas (shigras) a partir de uma palma (chambira), colorida com folhas de plantas e raízes. Observa-se também a presença de manifestações artesanais como a confecção de colares de sementes combinadas com plumas, além de arcos, flechas e zarabatanas. Somente as mulheres fazem tinagas e mocahuas, executando todas as atividades técnicas específicas, desde coleta da argila até a pintura final.

Os dados sobre a colonização foram coletados pelo geógrafo Camilo Domínguez e o economista Jorge Pulció, ambos colombianos. Concluíram sobre a existência de três tipos distintos de colonização: uma população antiga ao pé dos Andes, como as de Puerto Napo, Misawuali e Baños, além de outras não visitadas pela expedição, como as de Baeza, Archidona, Ávila e Loreto; uma colonização muito recente ao longo das estradas, cuja construção

foi influenciada pelas empresas multinacionais de exploração do petróleo e do azeite de dendê; uma população muito homogênea, de origem quíchua, situada em comunidade de autossustentabilidade, ao longo do Rio Napo. Em comparação com outros países, esta população ribeirinha é muito densa e, apesar de sofrer grande efeito da colonização, apresenta esquemas de defesa cultural e organização política. Apesar disso, o comércio e as relações entre si são incipientes. A forte atração pela tecnologia ocidental branca e pelo mercado é o seu ponto mais débil, sendo muito difícil que venham a se opor à colonização a às companhias capitalistas. A conclusão mais fundamental é que a sorte desta parte da Amazônia estará dependente da exploração petroleira, madeireira e agroindustrial da Palma africana para a obtenção do dendê, cujo êxito ecológico é pouco provável, conforme aconteceu no Brasil com as diversas monoculturas. Todas têm sido levadas a cabo por empresas estrangeiras, cujo investimento é acompanhado pelo Estado somente a posteriori. A presença institucional na região deve-se a interesses logístico-estratégicos, devidos basicamente ao conflito entre Peru e Equador. Não responde a uma programação planificada de assentamento humano permanente e de economia indígena ou colona, estruturalmente integrada ao meio amazônico. O fechamento da fronteira responde pelas deficiências nas relações comerciais e de assentamentos humanos, tanto de populações equatorianas quanto peruanas. A sorte destas populações certamente seria mudada com a ocorrência de negociações diplomáticas, posto que facilitaria o intercâmbio na fronteira entre elas. Foi observado ainda que na parte alta do Rio Napo (região entre Misawualli e Nuevo Ruecafuerte) já se encontra tráfico incipiente de narcóticos. Como mais a oriente avança o cultivo e processamento da coca é de se esperar que esta região imensa, isolada e sem comunicação venha a oferecer espaço ao narcotráfico. Dentre os inúmeros objetivos da pesquisa do geofísico Davi Bordellán, auxiliado pelas geógrafas Liliane Blain e Odalys Gonzáles, todos cubanos, foram feitas medições de perfil de profundidade dos rios, distribuição superficial e vertical da velocidade do fluxo, amostragem de sedimentos e das águas em cortes

verticais. Na parte equatoriana do Rio Napo a profundidade média variou entre 4 e 6 metros, formando no centro do rio uma zona de baixa profundidade, provocada pela acumulação dos sedimentos que o rio arrasta, dando lugar à formação de ilha e praias no centro do seu leito. A velocidade superficial medida na zona de Nuevo Ruecafuerte foi de 1.70 m/s, a largura foi de 1.304 m e a profundidade máxima foi de 6.5 m. Em Mazán, no Peru, foi feito um perfil na parte mais estreita do Rio Napo, apresentando uma largura de 380 m, a profundidade máxima foi de 23 m e a velocidade média (caudal) estimada em 9.287 m³/s.

As observações da flora realizadas pela cubana Leda Menendez e o colombiano Polidoro Pinto confirmam o fato de que, no Equador, a vegetação nos rios transversais está ainda bastante preservada, quer seja de terra firme ou selva inundada, inclusive na beira das lagoas. Já a vegetação ribeirinha do Rio Napo apresenta-se relativamente devastada, relacionada à presença maior ou menor dos agrupamentos humanos. No Peru, o processo de devastação da mata é quase total. A sucessão é feita através da formação de ilha e clareiras com Asterácias, Cimérium e Cecrópia. Apesar das semelhanças naturais entre todas as selvas pluviais, observa-se a presença significativamente maior de epífitas na Amazônia, se comparada ao Caribe. As observações sobre primatas levadas a cabo pela brasileira Dóris Faria indicam ser o Rio Napo fator de especiação. Diferentes espécies de primatas habitam suas margens, ainda que em alguns trechos pareça ter havido interpenetração, possivelmente associada à presença humana. Dentre as espécies previstas na literatura, oito foram avistadas pela pesquisadora e mais três relatadas pelos nativos, porém não avistadas. Tanto a devastação da selva, levada a cabo pelos colonos, quanto a caça indígena, respondem pelas baixas densidades observadas tanto nas áreas ribeirinhas do Rio Napo quanto adjacências. Ressalta-se ainda a acentuada diminuição das densidades de primatas no Peru, devida, além da devastação intensa de suas matas, à exportação intensiva desses animais para os laboratórios de pesquisas americanos. Os outros pesquisadores até este período não puderam dispor de seus dados.

Maior, 1987.

Agradecimentos: a todos os colegas da expedição, especialmente aqueles que, mui gentilmente, cederam os dados parciais de suas pesquisas para publicação nesta síntese.

A Profa. Dóris Santos de Faria, 37 anos, é professora da UnB desde 1982. Graduada em Psicologia no Rio de Janeiro, concluiu o mestrado e termina o doutoramento em Psicologia Experimental na Universidade de São Paulo. Especializou-se em Comportamento de Primatas, tendo estudado a população de macacos "rhesus" da Ilha do Pinheiro RJ, e os micos-estrelas do Planalto Central brasileiro. Tem publicado artigos de divulgação sobre política científica e política docente. Interessa-se também pelas lutas sociais das mulheres.

Nota

1. A expedição chega a Cuba em novembro/87. Caravela alguma veio da Espanha, as canoas não chegaram a Cuba e não houve, portanto, tal encontro de canoas e caravelas.

Resumen

EN CANOAS DEL AMAZONAS AL CARIBE

La expedición "En canoas del Amazonas al Caribe", organizada a raíz de los festejos del V Centenario del Descubrimiento de América, reunió investigadores de diversos países (arqueólogos, antropólogos, sociólogos, biólogos y geógrafos) quienes, a pesar de las dificultades provocadas por la erupción del volcán Reventador, recorrieron el río Napo (Ecuador y Perú), en contacto con las poblaciones indígenas locales y la selva adyacente, obtuvieron, en algunas áreas importantes, informaciones sobre esa región aún tan desconocida.

Abstract

"IN CANOES FROM AMAZONAS TO THE CARIBBEAN"

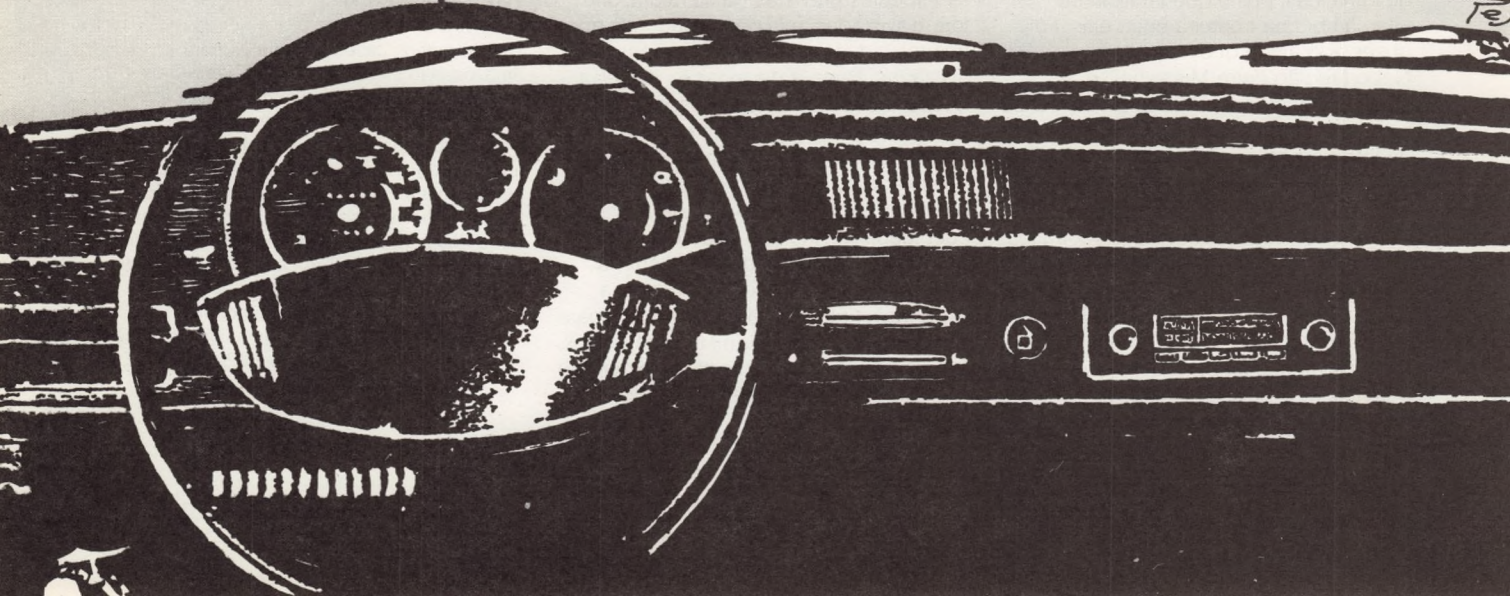
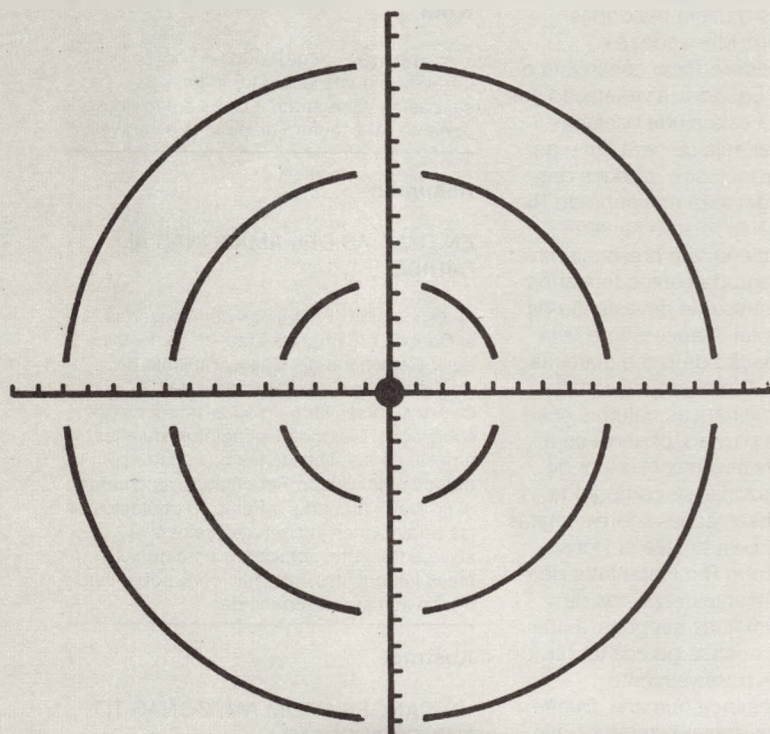
The expedition called "In canoes from Amazonas to the Caribbean", organized as part of the festivities commemorating the Vth Centenary of the Discovery of America, brought together researchers (archaeologists, anthropologists, sociologists, biologists and geographers) from various countries. Despite the difficulties caused by the eruption of the Reventador volcano, they travelled the River Napo (Ecuador and Peru) and, in contact with the local indigenous populations and the surrounding jungle, obtained information, in some cases important information, about an area of which very little is yet known.

NA MIRA DO TRÂNSITO

nosso campo de batalha de cada dia

Charles L. Wright
Ilustrações de Reza

A crescente motorização da sociedade brasileira traz consigo um grave problema de saúde pública – o acidente de trânsito. Embora raramente conste dos currículos das escolas de medicina, o acidente viário é responsável pela ocupação de dois terços dos leitos hospitalares de traumatologia e ortopedia, constitui a primeira causa de morte entre jovens do sexo masculino e, excetuando-se as doenças de infância, representa a primeira causa de anos potenciais de vida perdidos (quando os dados oficiais são corrigidos para compensar a subestimação). O número anual de brasileiros mortos no trânsito aproxima-se do total de soldados americanos mortos na Guerra do Vietnã; o número de feridos é maior.



Dados assustadores, relativos a acidentes de trânsito, sugerem duas perguntas elementares:

1) "Por que um fenômeno tão grave atrai tão pouca atenção da sociedade?"

2) "O que precisa ser feito para reduzir o problema a dimensões não catastróficas (digamos a um quinto do seu nível atual)?"

A primeira pergunta é, até certo ponto, novidade em si. Dado que quase todos têm parentes ou amigos que foram vítimas de acidentes – quando não eles próprios –, seria de esperar que o problema ocupasse uma posição de destaque igual ou maior do que a AIDS, por exemplo. Seria de esperar que a epidemiologia dos acidentes fosse intensamente pesquisada e ensinada nas escolas de medicina. Mas elas praticamente ignoram o fenômeno, enquanto o público e a imprensa tendem a considerá-lo como uma sucessão de eventos isolados, embora tenha as dimensões de uma guerra de grande proporção.

A outra novidade é a resposta que daremos à pergunta sobre suas causas e prevenção. Aqui consideramos que as questões técnicas estão resolvidas – ou muito próximo disso – e indagamos:

"Por que as medidas tecnicamente recomendáveis não são implantadas? O que é necessário para que venham a ser implantadas?"

Esta última indagação é especialmente intrigante, face à evidência de que projetos de segurança de tráfego estão entre os melhores investimentos que a sociedade tem – até mesmo quando julgados por critérios econômicos tradicionais.

Um fator que contribui para minimizar a preocupação do público e das autoridades é o sub-registro dos acidentes, processo em que se investe pouco dinheiro e – até muito recentemente – nenhuma inteligência. A rotina burocrática começa com a elaboração de um "Boletim de Ocorrência" por um policial, e freqüentemente termina com a tabulação e divulgação dos dados assim gerados. Não é obrigatório registrar acidentes sem vítimas e, dado que muita gente prefere evitar as delega-

cias sempre que possível, muitos acidentes não são de fato registrados. Lembremos que o registro deixou de ser obrigatório porque a polícia não tinha efetivo suficiente para fazer as perícias, e os veículos avariados eram tantos que atrapalhavam o trânsito, o que dá uma idéia do grau de sub-registro dos acidentes "sem vítimas".

Os totais dos acidentes com vítimas também estão subestimados. Embora o registro seja obrigatório, nem sempre a polícia é chamada e nem sempre as estatísticas das diferentes polícias (civil e de trânsito) são examinadas. Em Curitiba, no mês de novembro de 1986, foram identificadas, em uma pesquisa piloto, 901 vítimas atendidas somente nos dois prontossocorros principais, contra 579 registradas pela polícia especializada, ou seja, o número real de vítimas era 56% maior, mesmo sem contar os casos porventura atendidos em outros hospitais.

Na categoria de acidentes fatais, a subestimação ocorre quando a polícia não é chamada ou, quando chamada, vê a vítima removida do local com vida, embora venha a falecer no caminho do hospital ou depois de ser internada. Para o estado do Rio de Janeiro verificou-se que a inclusão do número de falecimentos posteriores elevou o total de mortos em 64%. Presumivelmente, em cidades onde as velocidades são menores e a remoção ocorre mais rapidamente, essa elevação seria bem maior.

Os autores dessas pesquisas pilotos (técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, respectivamente) procuravam informações dentro das casas de saúde, utilizando técnicas sistemáticas de levantamento de dados, já que o sistema de saúde não está preparado para fornecer esses dados rotineiramente. Muitos óbitos devidos a ferimentos recebidos em acidentes aparecem também sob outros rótulos, tais como "pneumonia", "causas mal definidas" e "infecção hospitalar". Outra pesquisa piloto, da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, re-

velou que o número de óbitos de acidentes em um período de até 90 dias após o acidente era de 74% maior que aquele registrado no Instituto de Medicina Legal, embora por lei todos os corpos de vítimas fatais destas e de outras violências deveriam ser encaminhados para o IML.

Se levamos em conta estas e outras fontes de subestimação, podemos considerar que os totais reais talvez sejam o dobro dos respectivos números oficiais. Isto nos daria uns 50 mil mortos/ano (contra o total de 58 mil americanos mortos no Vietnã); de 350 a 700 mil feridos/ano (contra 300 mil no Vietnã); e talvez 1,5 milhão de acidentes/ano, envolvendo de 2,4 a 3,1 milhões de veículos (o número superior representa 20% da frota nacional de veículos).

Infelizmente, além da subestimação dos prejuízos, relegam-se os acidentes ao descaso, devido à maneira que recebemos e processamos, mental e emocionalmente, informações diversas sobre acidentes viários e suas causas.

A não percepção dos acidentes como um grave problema de saúde pública começa pelo fato de que o agente transmissor não é uma bactéria, um vírus ou um mosquito. É consequência da circulação de pessoas e mercadorias e da utilização imprópria de veículos neste processo. A ausência de um transmissor facilmente identificável confere ao fenômeno uma imagem de aleatoriedade, de eventos individuais, isolados, sem relação causal entre si. Com raras exceções, o pensamento pasteuriano das escolas de medicina faz com que praticamente se exclua a epidemiologia dos acidentes dos currículos, quanto ao aspecto preventivo. Recebe atenção maior a visão curativa, representada pela traumatologia e pela ortopedia, pois, entre outras coisas, é o tratamento e não a prevenção que dá dinheiro e emprego aos médicos.

De modo semelhante, os economistas avaliam projetos viários em termos dos custos de operação de veículos; poucos deles atentam para o fato de que projetos de segurança viária são bem mais impor-



tantes e têm maiores razões benefícios/custos. Os prefeitos e governadores, de modo geral, querem inaugurar estradas; poucos se identificam com o aspecto de segurança viária. E os engenheiros estudam a compactação de solos e os princípios de drenagem, ignorando, de modo geral, o que acontece em cima da via.

A indústria automobilística contribuiu para essas distorções ao criar uma imagem do automóvel como símbolo do progresso e do desenvolvimento nacionais. Ao nível individual, a indústria ligou a imagem do carro aos conceitos de "status", luxo, aventura, sexo. Enfim, a imagem liga-se a tudo menos às características que o carro realmente representa: poluição, ruído, morte, congestionamento, doenças degenerativas associadas à vida sedentária, dependência de petróleo importado, etc.

Causas de acidentes

Costuma-se dizer que 90% dos acidentes são provocados por erros do(s) motorista(s). Esse mito é particularmente popular com as autoridades de trânsito, e, como ocorre com outros mitos, este contém elementos verdadeiros: é quase sempre possível achar algum erro cometido pelo(s) motorista(s) no local do acidente.

No entanto, os estudiosos do assunto – ou pelo menos os mais atentos deles – sabem que a maioria dos acidentes tem várias causas, embora estas raramente apareçam nos Boletins de Ocorrência. Um dos meus exemplos prediletos é o "Via-

duto das Almas", no início da Avenida W-3 Norte em Brasília. Esta obra está localizada em uma curva de 45°, onde o tráfego de várias faixas, em cada sentido, é funilado para uma faixa e meia, em cima do viaduto. Há, nos seus dois extremos, fusão do seu tráfego com o de outras vias, e, nas proximidades, retornos, pontos de ônibus e outros complicadores.

Consideremos agora um acidente hipotético (que infelizmente é também típico).

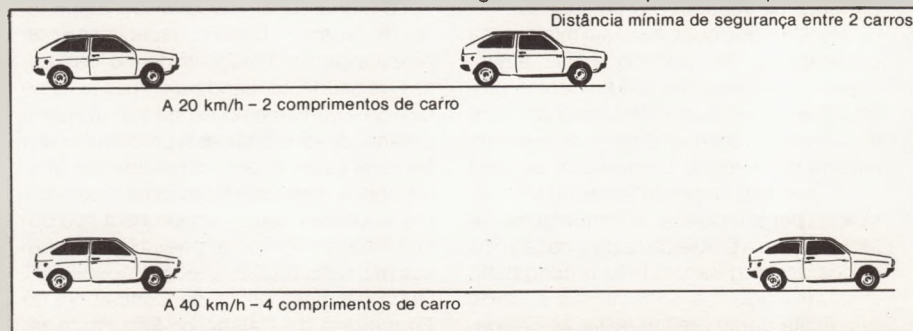
Em um dia chuvoso, um ônibus desliza ao entrar no viaduto e colhe de frente um automóvel que vem no sentido oposto. Oficialmente a causa pode ser "excesso de velocidade", ou "perda de controle da direção". O motorista culpa São Pedro, porque nada teria acontecido se não estivesse chovendo. Mas a pista é excessivamente lisa e torna-se escorregadia em presença da chuva. Não há um separador rígido no meio da pista, o que evitaria colisões frontais. E todo o projeto do viaduto e das vias que o circundam é homicida.

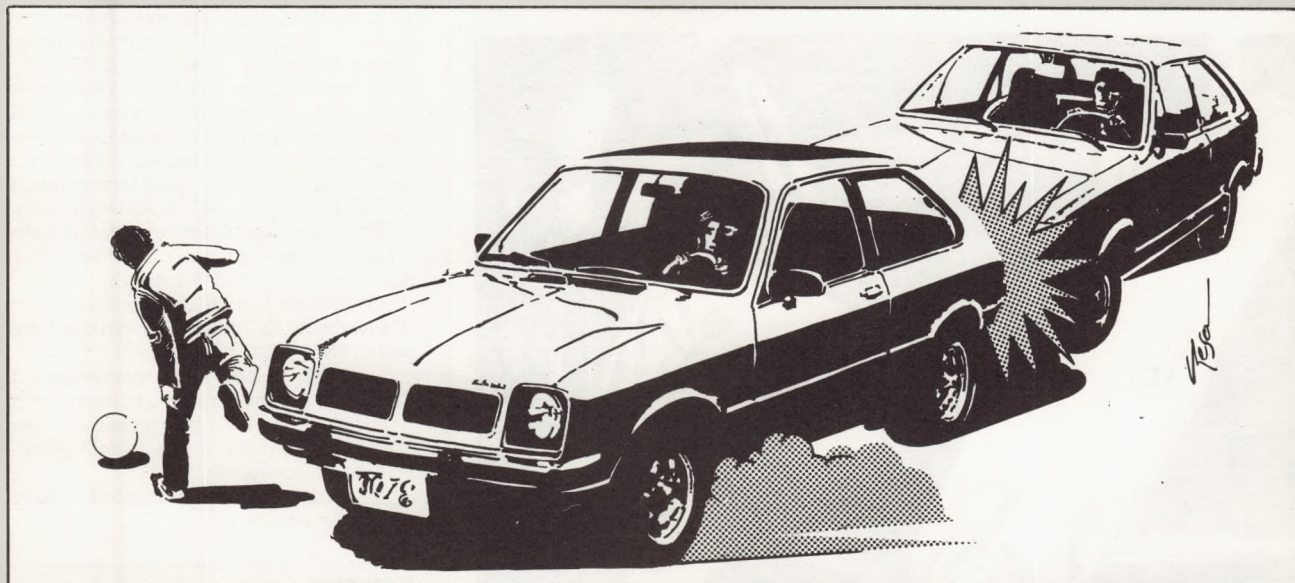
Outro exemplo hipotético/típico: Um carro freia repentinamente para evitar atropelar um pedestre, sendo batido por trás por um "motorista adesivo" (aquele que anda "colado" no pára-choque do carro da frente). Quem bate por trás é automaticamente culpado por não ter mantido uma distância adequada. Mas o que dizer de um sistema de trânsito que expede carteiras para motoristas que jamais ouviram falar que se deve manter pelo menos um comprimento de carro entre o seu carro e o da frente para cada 10km/h de velocidade? Ou seja, aos 40km/h desenvolvidos no local, deveria ter havido espaço para quatro veículos entre os dois carros. A verdade é que esta e outras "regras de bolso" do bom motorista não são ensinadas, pois inexistente no país um sistema obrigatório de treinamento em técnicas de "direção defensiva" como condição para se obter a carteira de "habilitação".

E se aprofundarmos a análise desse exemplo encontraremos ainda outros fatores causais. O motorista infrator é analfabeto, fato curioso, dado que a concessão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) exige aprovação em exame escrito. De fato, ele não conseguiu carteira no Detran local, mas não teve problema no estado vizinho, onde as coisas "se ajeitam" mais facilmente. No porta-luvas encontram-se várias notificações de multas que ele não pagará, pois o carro foi emplacado em outro estado e não há integração no esquema de cobrança de multas.

Há, ainda nesse mesmo exemplo, um fator contribuinte decorrente de falhas no planejamento urbano e na enganaria viária: não há travessias adequadas para pedestres.

O último exemplo: um motorista perde o controle da direção ao tentar desviar seu carro de um obstáculo na pista. Ele é gravemente ferido, e o passageiro, morto. Motivo oficial: "perda de controle da direção" ou, talvez, "excesso de velocidade", ou, ainda, "defeito na pista". Outro motivo, não oficial: o não uso do cinto de segurança. Um cinto adequado teria permitido ao motorista manter controle da direção; sequer teria ocorrido o acidente, e o passageiro não teria quebrado o pára-brisa





com a cabeça.

Essas ilustrações mostram que qualquer acidente normalmente tem várias causas contribuintes, incluindo-se fatores sociais e institucionais que formam o "pano de fundo" do caos que tomou conta de nossas vias públicas.

Há, no entanto, um corolário, encorajador: a eliminação de qualquer um dos fatores causais pode evitar um acidente, e a correção de vários fatores causais reduzirá em muito os índices de acidentes.

Medidas preventivas

Entre as medidas preventivas mais importantes, citam-se estas:

1) Modificações urbanísticas e de engenharia de tráfego. Belo Horizonte conseguiu reduzir o índice de mortos por 10.000 veículos de 45 para 12 em poucos anos, mediante alterações em sua área central. Estas alterações também tiveram a vantagem adicional de diminuir os níveis de ruído e criar entre um quarto e meio hectare de passeios em cada uma das suas intersecções principais. No Recife, conseguiu-se reduzir em três quartos o índice de atropelamentos mediante pequenas obras de engenharia de tráfego. Curitiba também se destaca nessa área.

2) Treinamento mais adequado para motoristas, incluindo-se cursos de "direção defensiva". Este tipo de instrução deve abranger aulas práticas no trânsito, com a presença nos veículos de instrutores de nível superior, com treinamento específico em segurança viária. Nas demais aulas,

destaca-se, sobretudo, a conscientização dos perigos e das responsabilidades que o condutor assume ao entrar em seu carro, com uso intensivo de filmes e outros materiais audiovisuais. (Obviamente, nada disso tem a menor relação com nossas "auto-escolas" que aí estão.)

3) Profissionalização dos serviços burocráticos e policiais ligados ao trânsito, conferindo-lhes maior confiabilidade e abrangência.

4) Sanções mais eficazes, variando desde a elevação das multas à modificação da legislação e dos procedimentos judiciários. A finalidade é eliminar a impunidade, reeducar motoristas infratores e afastar das vias públicas os infratores reincidentes.

Na indústria automobilística, predomina também o descaso com a segurança (uma notável exceção é a Volvo, S.A., que investe em segurança e a promove como ponto de venda). As montadoras somente passaram a instalar cintos de segurança quando a lei as obrigou, e, mesmo assim, instalaram modelos ultrapassados, como o sub-abdominal e o diagonal de dois pontos. Somente em 1984 passou-se a exigir a instalação de cintos de três pontos, retráteis. Mesmo assim, o Conselho Nacional de Trânsito ignorou a recomendação técnica de conduzir ampla campanha de esclarecimento antes de tornar obrigatório o uso dos cintos. Deu no que deu: após um breve período (janeiro e fevereiro de 1985), quando o uso do cinto atingiu quase dois terços dos motoristas e os prontos-socorros esvaziaram-se, come-

çou uma reação, liderada até por alguns governadores incôscios dos seus deveres cívicos, e o Contran voltou atrás. O uso do cinto agora é facultativo, embora haja estudos mostrando que reduz em dois terços o número de mortes e ferimentos graves entre os ocupantes de veículos acidentados.

Parte da dificuldade em convencer os motoristas a usar o cinto deve-se às inadequações da maioria dos modelos existentes, especialmente os dos carros fabricados antes de 1984. Alguns são incômodos, outros caem no chão e se sujam, outros têm pontas que ficam presas embaixo dos bancos, e ainda outros reúnem todos esses defeitos.

A engenharia de trânsito é também potencialmente uma arma poderosa no combate aos acidentes. Infelizmente, os engenheiros civis, historicamente, têm sido treinados em compactação de solos, drenagem, resistência de materiais, etc., e raramente estudam a interação via-veículo-pedestre nos aspectos de segurança. Obviamente, há uma ligação muito forte entre esse treinamento, o mercado de trabalho e as grandes obras rodoviárias que deixam muitos políticos alucinados. Evidentemente, para tanto há um "lobby" muito bem montado, enquanto a segurança viária normalmente envolve pequenas obras e aparelhos de baixo custo, e nisso há pouco dinheiro a ser ganho.



Existe esperança?

Apesar do quadro de dificuldades que se traçou acima, há razões para otimismo. A própria gravidade do problema assume proporções tão grandes que muita gente vem-se organizando e pressionando para que medidas corretivas sejam tomadas. No Paraná, uns anos atrás, realizou-se uma comissão parlamentar de inquérito sobre as irregularidades no Detran e nos seus órgãos regionais. Como resultado, procurou-se profissionalizar os serviços de trânsito. Esse modelo pode ser aperfeiçoado e adotado em outros estados. É possível que as autoridades federais e os legisladores um dia cheguem a um acordo sobre as falhas nos códigos atuais, eliminando muitos dos desequilíbrios hoje existentes entre direitos e responsabilidades. Há órgãos governamentais e entidades particulares que estão dando ênfase ao emprego da engenharia de tráfego no tocante à segurança, e encontram-se no prelo publicações sobre o tema que deverão em breve integrar os currículos de engenharia civil, urbanismo e outras profissões.

O mais importante, no entanto, é a organização da sociedade em favor da segurança. Há grupos e organizações de

bairros que estão exigindo a implantação de modificações viárias, que variam desde a abertura de valetas com picaretas a sofisticadas modificações nos traçados de vias, às vezes financiadas pelos próprios moradores, com ou sem orientação oficial. Já existem organizações de pedestres, usuários de ônibus e de parentes e amigos de acidentados. A imprensa também está engajando-se nas campanhas e, paulatinamente, ajudando a tornar a sociedade mais bem informada sobre o assunto.

É impossível prever o resultado final, ou seja, se o Brasil terá o grau de sucesso que outros países já tiveram. Historicamente, o poder de organização da sociedade civil brasileira não tem sido dos mais fortes, mas o grau de mobilização se tornou maior nos últimos anos. A única certeza é a de que, como as raízes do problema são sociais e políticas, as soluções serão encontradas também nesses campos. □

Charles Wright, economista, mestre pela ESALQ/USP e doutor por Ohio, é professor da UnB e técnico da Coordenadoria de Transportes do Instituto de Planejamento Econômico e Social. Lançou recentemente o livro *O que é transporte urbano* (Brasiliense), tem escrito sobre transportes, distribuição de renda e economia rural.

Bibliografia

Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, 1981, *Segurança de Tráfego: Coletânea: Estudos e Normatização Técnica* – ENT. São Pau-

lo: CET.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, 1987, "Pesquisa Hospitalar por Amostragem do Estado do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: DNER (xerox).

Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOP, 1987, *O Acidente de Tráfego: Flagelo Nacional Evitável*. Brasília: GEIPOP.

Gold, Philip A.; Goldstein, Victor; e Pereira, Roberto; 1988, *Vias Urbanas Mais Seguras: Guia Ilustrado de Prevenção e Correção de Pontos Negros em Áreas Urbanas*. Brasília (no prelo). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 1987, "Acidentes de Tráfego: Um Diagnóstico Crítico" (novembro). Xerox. Transporte Moderno, ago. 1987, "Insegurança nas Estradas: o Vietnã Brasileiro".

Wright, Charles L., 1986, "A Economia Política dos Acidentes de Tráfego". *Revista dos Transportes ANTP*, 8(31), pp. 7-37.

_____, 1987, "Aspectos Complementares da Circulação Urbana". Trabalho apresentado no II Encontro Técnico Latino-americano Sobre Transportes Urbanos, Mar del Plata, Argentina, 9-13 de novembro.

_____, 1988, *O Que é Transporte Urbano?* São Paulo: Brasiliense.

Resumen

EN LA MIRA DEL TRÁNSITO – NUESTRO CAMPO DE BATALLA DE CADA DÍA

La reciente motorización de la sociedad brasileña acarrea un grave problema de salud pública: el accidente de tránsito. Aunque conste muy raramente en los currículos de las escuelas de medicina, el accidente en la vía pública es responsable por ocupar dos tercios de las camas de los hospitales de traumatología y ortopedia. Constituye, además, una de las primeras causas de muerte entre los jóvenes de sexo masculino y, con excepción de las enfermedades de infancia, representa el mismo índice en pérdida de años potenciales de vida (cuando los datos oficiales se corrigen para compensar la subestimación). El número anual de brasileños muertos en el tránsito se aproxima al total de bajas americanas en la guerra del Vietnam; el número de heridos es mayor.

Abstract

IN THE SIGHTS OF THE TRAFFIC-OUR DAILY BATTLE FIELD

Increasing car ownership in Brazilian society has brought with it a serious public health problem – traffic accidents. The subject rarely finds its way into the curricula of medical schools, yet road accidents account for two thirds of the patients in hospital traumatology and orthopaedics wards, are the first cause of death among male youths and, excepting the diseases of childhood, are the first cause of loss of potential years of life (when official figures are corrected to allow for underestimates). The number of Brazilians slaughtered on the roads every year falls just short of the total figure for American soldiers killed in the Vietnam War; the number of wounded outstrips it.

O Pelé já fez gol de todo tipo. Mas precisou virar um empresário de sucesso para fazer um gol de mão. E por sinal um golaço.

E que o Pelé ataca os problemas do dia-a-dia e defende o bom resultado dos seus negócios com o Cobra XPC nas mãos.

E o Cobra XPC também é craque.

Ele é totalmente compatível com o PC-XT. Logo, ele tem acesso à maior biblioteca de software que existe.

O XPC roda desde os programas mais simples como contas a receber, controle de estoques e contas correntes até programas altamente sofisticados como o CAD-CAM, passando pelas planilhas eletrônicas, gerenciadores de banco de dados, geradores de gráficos, planejadores etc.

Além de todos esses recursos, o XPC oferece a possibilidade de uso da placa SOX-PC. Com essa placa o XPC passa a rodar o sistema operacional SOX, um sistema multiusuário desenvolvido pela Cobra inteiramente compatível com o UNIX*.

Cada vez que o Pelé põe a mão no seu XPC, o que entra em campo

é a qualidade da Cobra.

A empresa que é pioneira no desenvolvimento da informática brasileira.

Que possui a mais completa linha de computadores.

Que tem mais de 20 mil máquinas instaladas em todo o país e garante, para cada uma delas, o melhor

suporte e a melhor assistência técnica. A Cobra tem mais de 700 técnicos, numa rede de apoio aos usuários que cobre todo o Brasil.

Faça como o Pelé.

Use a cabeça, ligue para a Cobra ou para um dos seus revendedores, e ponha a mão num XPC.

Não é por nada não, mas tudo o que o Pelé fez até hoje na vida deu certo.

Pelé troca os pés pelas mãos.

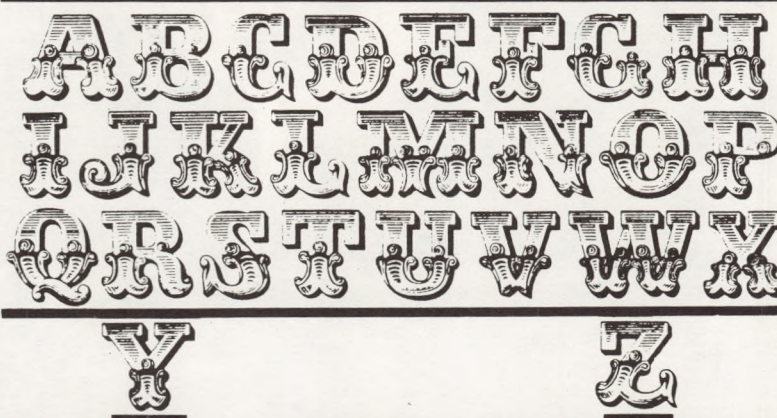


Este é Cobra.



cobra
COMPUTADORES

Afinal,
são
clássicos...



Ilustrações de Nanche las Casas

Para garantir a circulação do livro didático, é necessária a existência de uma comunhão de pensamento entre o livro e aqueles que pretendem adotá-lo. Não deixa, pois, de ser curioso o fato de que, lado a lado com obras de vida breve, determinados manuais sejam adotados, sem interrupção, por quase quarenta anos. Que bases ideológicas seriam capazes de sustentar tal solidez, ou tal estagnação?

Maria Helena Rouanet

"Pouco importa que tal discurso seja mentiroso. O interessante é saber por que ele corresponde à demanda silenciosa dos que o adotam – como ele proporciona a uma espécie o contentamento de ser ela mesma e de viver em tais condições."

G. Lebrun: "Por que ler Nietzsche, hoje?"

É certo que os exames vestibulares podem ter determinado uma nova feição para o manual de literatura no Brasil. Sabe-se também que a chamada "política do livro descartável" desempenha um papel considerável nessa área. De toda maneira, e seja qual for sua feição, o livro didático de literatura não tem vida longa em nosso país. Por isto mesmo, sempre me surpreende o fato de alguns manuais de literatura franceses atravessarem gerações com razoável impunidade. Afinal, quem quer que tenha sido aluno desta disciplina entre nós leu, estudou a fundo, ou apenas folheou os volumes da coleção Lagarde & Michard...

O que se pretende, aqui, é levar mais longe a surpresa ou a curiosidade, e fazer uma análise dessa coleção e de outra do mesmo gênero, ambas senhoras de uma certa tradição que lhes é assegurada pelo tempo, bem como por sua utilização – ainda relativamente difundida – nos muitos "Liceus" e "Alianças" franceses espalhados por diversos países. Mas, numa segunda etapa, pretende-se ir além das duas coleções já que, a partir dos manuais escolhidos e adotados dentro de um sistema educacional – e sob este aspecto importa pouco que sua vida seja breve ou

não –, pode-se chegar a uma visão bastante esclarecedora da concepção que aí se tem da própria literatura, de seu ensino, e da função que lhes é atribuída.

A primeira coleção observada, geralmente designada pelos nomes de seus autores – Lagarde & Michard (L.M.) –, tem por título a frase "Os Grandes autores franceses do programa", ao lado do século a que o volume se refere. São ao todo 6 volumes, organizados em seqüência cronológica, da Idade Média ao século XX. E, se a obra teve diversas edições, não sofreu qualquer alteração substancial desde a primeira publicação¹. Cada livro segue um plano bem delineado, começando por um Quadro Cronológico seguido de um Prólogo e de uma Introdução dividida em 3 tópicos: a. Visão de Conjunto (algumas linhas de caráter bem genérico); b. História e civilização; c. A literatura (estilos, movimentos, autores, obras e as demais artes). A partir de então, introduzem-se os capítulos, geralmente designados pelo nome de um autor ou por um tema digno de destaque (p. ex.: o Teatro romântico merece um capítulo à parte no volume correspondente ao século XIX).

Todas as indicações relativas às pretensões da obra e ao público a que ela se destina estão no Prólogo que, com algumas poucas variações, é basicamente o mesmo para os 6 volumes. Assim, o primeiro deles serve de apresentação para a coleção que, segundo os autores, é uma "coletânea de trechos escolhidos [e] não tem a pretensão de ser erudita, nem tampouco de ser completa. Realizada para adolescentes, ela só quer ser um instrumento de trabalho adequado para fazer com que eles gostem de uma literatura [a medieval, no caso] tão freqüentemente ignorada ou sacrificada". Este é o mais longo de todos os prólogos, pois traz, além de uma explicação detalhada sobre a organização do volume, referências complementares quanto à origem dos textos, ao fato de eles terem sido "traduzidos" para o francês moderno, e assim por diante.

Outro caso especial é o do século XX que, além de ser o único volume realizado com a colaboração de três outros professores, apresenta uma dificuldade suplementar: "Enquanto se tratava dos séculos passados, escrevem os autores, a seleção

efetuada pelo tempo facilitara a [...] escolha. Mas à medida que nos aproximamos da época contemporânea, essa tarefa se torna mais delicada". Em suma, este é um volume necessariamente aberto por depender da consagração ou não de certos nomes e tendências. Feita porém a ressalva dessas duas exceções, os demais prólogos são praticamente idênticos, correspondendo aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. E é este último que vai servir de base para a análise, a partir de um (pre)conceito assumido e difundido pelo "senso-comum": o Oitocentos francês é considerado o mais denso, o mais rico, o mais decisivo, dentro do quadro geral dessas manifestações que denominamos a literatura francesa.

Escrevem Lagarde & Michard: "Reunimos num único livro trechos especialmente apresentados com vistas à explicação em aula, a leituras complementares, uma história literária em seqüência e sempre em estreita relação com os textos" (p. 5; gr. deles). "Gostaríamos assim de aliviar, para o professor, as tarefas de expor a história da literatura, de analisar as obras, de ditar questionários, e permitir que ele consagre todo o seu tempo à explicação dos textos, junto com alunos já preparados para esse tipo de exercício" (id.). Indica-se, pois, aqui o público a que a coleção se destina. Este público vai ser, entretanto, melhor especificado no parágrafo seguinte como sendo "principalmente" os estudantes das turmas de "Première", i. e., que estão concluindo o curso secundário. Mas, como bem o demonstra a palavra 'principalmente', a coleção pode ainda, sempre segundo os autores, ser utilizada posteriormente, seja na série "Terminale" (quando se prepara o baccalauréat), seja a título de "estudo pessoal". Público e intenções podem resumir-se, então, à última frase do prólogo do 5º volume: "Esperamos assim conciliar, na medida do possível, as exigências de uma preparação eficaz para o Baccalauréat e o desejo de formar espíritos cultivados" (ib.).

A segunda coleção a ser analisada é também geralmente designada pelos nomes dos autores – Castex & Surer (C.S.) – e, menos volumosa, menos difundida e, aparentemente menos ambiciosa do que a anterior, ela ostenta, talvez por isto mesmo,

o título de **Manual de estudos literários franceses**. Cada volume contém um **Prefácio** (rigorosamente idêntico em todos eles), seguido de uma espécie de introdução denominada **Visão geral**, que se divide em tópicos selecionados pelo critério cronológico. Desta forma, o volume relativo ao século XIX (e aqui o preconceito que determinou a escolha é mais que nunca justificado: este volume tem 310 páginas ao passo que os outros têm, em média, 200) apresenta a seguinte distribuição: a. Do século filosófico ao século romântico (1795-1820); b. A geração romântica (1820-1850); c. e d. Positivismo e realismo, Idealismo e simbolismo, respectivamente (1850-1890). Cada uma dessas divisões traz subtítulos que, especificando o assunto abordado, traçam nítida relação de dependência entre história e literatura. Assim, no tópico de número 1, por exemplo, o primeiro parágrafo se intitula "O despotismo napoleônico" e o segundo, "A literatura oficial"; já o primeiro parágrafo do tópico seguinte se intitula "A monarquia constitucional" e o segundo, "A literatura liberada".

Proposta dos autores e público a que a coleção se destina estão indicados no início do **Prefácio**: "Este manual [...] é destinado aos alunos dos liceus e dos colégios, das escolas normais e dos estabelecimentos que preparam para o **Baccalauréat** [...]. Ele será útil também, depois do **Baccalauréat**, aos alunos das séries superiores dos liceus e aos estudantes das Faculdades". E, para caracterizar sua obra, escrevem eles ainda que ela "comporta três elementos: uma história da literatura francesa; uma coletânea de textos comentados, temas de composição francesa". Mas a história da literatura "é a parte essencial [desta] obra [que] obedece a duas exigências" (p. V). E a quase totalidade do **Prefácio** vai ser então dedicada a apresentar e a justificar as exigências de "clareza" e de "renovação", i.e., o que estaria faltando aos outros manuais. Ou, em suas palavras: "Quisemos restituir tão estritamente quanto possível, no movimento

de cada capítulo como na economia geral da obra, a única ordem que não é arbitrária: a ordem cronológica. Numerosos manuais isolam a vida e a obra dos escritores em dois desenvolvimentos distintos. Rompemos com esta tradição, pelo menos quanto aos autores de primeira importância" (id.). Há ainda, segundo os autores, que considerar "a evolução do gosto" porque, "se é importante nunca ceder aos caprichos da moda, não é permitido manter, em virtude de um respeito supersticioso pela tradição, preconceitos evidentes". Por esta razão, afirmam eles, "julgamos indispensável indicar aos alunos a importância real de um Verlaine, de um Rimbaud, de um Mallarmé" (p. VI).

Ora, este inventário, talvez demasiado longo, certamente maçante, e no entanto necessário, começa a ter um rendimento efetivo à medida que seus diversos aspectos forem sendo analisados para que se depreendam as linhas gerais que comandaram a elaboração dessas coleções e que, provavelmente, estão por trás de sua adoção praticamente ininterrupta por mais de 30 anos.

As linhas da organização

A partir do material inventariado, percebem-se – ainda a um nível mais ou menos superficial – alguns pressupostos básicos determinando o lugar de onde falam esses manuais. Alguns deles são explicitados, outros tantos apenas sugeridos, e outros ainda cuidadosamente ignorados pelos autores.

Vê-se, por exemplo, que cabem ao professor, dentro da concepção de L.M., as tarefas de "expor a história da literatura", "analisar as obras" e "ditar questionários", sendo estas três tarefas menos importantes do que a da "explicação dos textos". Compete ao aluno trabalhar "junto com" o professor nessas explicações de textos, e dedicar-se (se isto lhe interessa) a leituras complementares. Tem-se, então, por exclusão, as demais incumbências que lhe são atribuídas: receber as exposições e as análises feitas pelo professor, receber as questões ditadas (mas não formuladas?) por este e, supostamente, responder a tais questões. E, finalmente, ao terceiro elemento desta relação – o próprio livro didático – compete substituir o professor, ao menos nas três primeiras tarefas. Ou seja: sua feitura visa especialmente o professor enquanto que, do ponto de vista do aluno, ocorreria mera troca de interlocutor, ou de informante.



ma diferença se destaca em relação à segunda coleção já que a explicação de texto perde aqui o seu lugar para a história da literatura, "a parte essencial da obra". E

há ainda outra distinção digna de nota: a figura do professor não é sequer mencionada no prefácio de C.S., ao passo que a palavra **aluno** é constantemente referida. No entanto, a observação mais atenta de certas passagens revela que o quadro geral não sofre maiores alterações. Trata-se também aqui de uma exposição, mais exatamente a exposição dos autores, por meio da qual alguns aspectos julgados fundamentais são "indicados" ao estudante. Esta exposição foi elaborada (conforme as exigências a que obedece a feitura do livro) com o intuito de "dar aos alunos quadros muito claros para que eles aprendessem bem a continuidade da evolução literária, os caracteres gerais de cada período, as tendências dominantes das principais escolas, as intenções mestras dos grandes escritores". E, para isto, os autores "renuncia [ram], evidentemente, a toda erudição, e chega[ram] mesmo a omitir o nome de certos autores secundários, ao invés de efetuar enumerações inúteis".

Quanto aos escritores e a sua obra, os autores elaboraram esquemas que, "examinados antes de qualquer estudo, permitem que os alunos tenham um primeiro contato com o escritor; consultados durante o estudo, orientam e destacam-lhe o plano; revistos após o estudo, fixam-lhe os contornos na memória". Por sua vez, os textos comentados fornecem ao estudante "exemplos concretos" das "noções que lhe foram dadas", enquanto o "iniciam na prática da explicação de textos". E, finalmente, os temas de composição francesa "convidam o aluno a pôr em prática os conhecimentos adquiridos e a exercer seu juízo" (p. VII).

Assim, se L.M. aponta o livro como o substituto do professor, C.S. tem esta substituição já como premissa. O professor não é aí mencionado pois seu papel foi, de certa forma, absorvido pelo livro que é agora o único informante de que dispõe o aluno (ao menos explicitamente). No que diz respeito a este último, sua posição passiva fica ainda mais evidente na medida em que o texto de C.S. insiste sobre o fato de os autores – o sujeito é nós – estarem **dando** informações e conhecimentos, **indicando** o que deve ser visto e, principalmente, renunciando a qualquer erudição para possibilitar a **apreensão** (o verbo é apreender e não aprender) por parte destes alunos. Em suma, estamos nos limites da chamada obra de vulgarização, i.e., aquela que põe **universos superiores** ao alcance de não-iniciados.

Tais afirmações, que não são absolutamente privilégio dos livros aqui analisados, nem tampouco dos manuais franceses, denunciam uma concepção da relação docente que, numa espécie de círculo vicioso, determina uma concepção do

ensino e da aprendizagem em geral, enquanto é simultaneamente determinada por ela. Esta constatação não traz nenhuma novidade notável, mas tão cedo não se esgotarão as possibilidades nem a necessidade de a abordar. Tanto mais que, imbricadas por detrás desse plano, estão outras realidades, igualmente importantes e igualmente problemáticas: as idéias de literatura e de identidade nacional. Antes porém de se tentar penetrar atrás do pano, é preciso verificar se, e em que medida, as propostas dos manuais se efetivam ao longo da obra. Para isto, deve-se considerar mais atentamente um capítulo em seus diversos momentos, e minha escolha – nada aleatória – recai sobre o “Movimento simbolista”, corrente literária habitualmente relegada a um plano secundário por sua vizinhança com dois movimentos considerados maiores dentro do conjunto da literatura francesa: o Romantismo e o Realismo-Naturalismo.

O prefácio posto em prática

L.M. dedica um total de 8 páginas ao tópico denominado *O Simbolismo* (pp. 539-46), fazendo jus a seu título já que aí não se inclui nenhum “grande autor”. O capítulo se inicia por um histórico sobre o que os autores chamam de *Um ideal e uma ‘escola’*; trata-se, na verdade, de um esclarecimento quanto à designação de simbolismo que, segundo este manual, pode ser “tanto uma ampla corrente de idealismo poético”, “tanto uma escola literária”. Seguem-se referências às origens do movimento, a “seus precursores”, e a tudo o que caracterizaria a “tendência” simbolista: o uso do “símbolo”, a poesia “sugestiva, fluida, musical e encantatória”, herança de grandes nomes, como Baudelaire, Verlaine, Rimbaud e Mallarmé, ou de “poetas menos ilustres”, como Cros e Corbière.

À chamada “escola simbolista” cabem exatamente 4 parágrafos: 1. Os Decadentes; 2. Os Simbolistas (subdividido em a. Revistas e Manifestos; b. O Verso livre) e

3. A Escola Românica, apresentada como uma “reação [...] contra as ‘delinqüências’ do sentimento e o deslocamento do verso”. Entretanto, como afirma L.M., “o simbolismo sobreviveu a esta crise: os últimos anos do século XIX e o início do século XX verão florescer um neo-simbolismo ilustrado por grandes poetas” (p. 540; gr. dele).

Um autor é destacado entre os Decadentes: Jules Laforgue; outro – Albert Samain –, entre os Moderados e, como representante da reação romântica, Jean Moréas. Sobre cada um deles escrevem-se cerca de 10 linhas (‘vida e obra’), e apresenta-se um poema comentado (como o são, aliás, todos os textos desta coleção). Tome-se, por exemplo, o poema “L’Hiver qui vient”, de Laforgue, transcrito na íntegra e com os versos numerados de 10 em 10 (pp. 541-3). Começa-se pelo comentário: “Este poema, em versos livres, representa bastante bem a tendência **decadente**: uma familiaridade quase trivial, ou realista com ostentação, encontra-se aí lado a lado com refinamentos muito sutis do sentimento, da imagem e da expressão. Mas, para além das modas transitórias, é a natureza de Laforgue que se revela, sua fantasia simultaneamente zombeteira e poética, e a obsessão do mal que o corrói (Cf. V. 66-70). **Últimos versos**” (p. 541; gr. deles).



em seguida o poema acompanhado de novos comentários que, sob a forma de **notas de rodapé**, dão indicações das mais diversas naturezas. Veja-se, por exemplo, a nota nº 1, relativa ao primeiro verso do poema: “Blocus sentimental! Messageries du Levant!...”. Diz ela: “Cf. Blocus continental!... Apreciar o humor e cf. jogo de palavras V. 64-5 [...]”. Ou ainda a nota nº 4, referente ao 24º verso – “Et les cors lui sonnent!” –, onde se lê: “Cors é também o sujeito de font (v. 29)” (id.).

Não é porém de se estranhar que as notas remetam a jogos de palavras, a diferentes alusões, e também a observações gramaticais, uma vez que o objetivo da coleção é o de liberar o professor e preparar o aluno para que ambos possam dedicar mais tempo e cuidado à explicação de textos. Ora, a chamada explicação de texto francesa, de base estilística, lança mão dos mais diversos procedimentos, no plano textual ou extratextual, para aproximar seu objeto das tendências e características atribuídas ao autor e à escola ou movimento a que ele pertence, tendências e características estas que o texto **revela**, como foi dito no comentário que precedia este poema.

Na verdade, fazendo um balanço das propostas de L.M. e de sua efetiva realização, percebe-se uma perfeita adequação entre elas. Assim, como se viu, a abordagem do texto corresponde à utilização

que lhe fora destinada; assim também, o fato de o capítulo em questão ter 2 páginas de informações gerais e 6 páginas de poemas comentados obedece à determinação dos autores que afirmavam dar maior importância à explicação de textos, servindo a história da literatura tão-somente de subsídio e de quadro de referências.

Por outro lado, C.S. estende-se por 12 páginas ao tratar do Movimento Simbolista (pp. 287-98). A primeira delas encarrega-se da apresentação do tema e traz, além de um breve histórico situando o movimento a partir de suas fontes, tendências e influências sobre a posteridade, uma fotografia de Mallarmé e um quadro de datas, nomes e títulos considerados como **marcos**. Vêm a seguir os tópicos numerados, cada um ocupando uma página: 1. **Três Precursores** (Cros, Corbière e Niveau), cada um deles merecendo um parágrafo sobre sua ‘vida e obra’; 2. **Decadentes e Simbolistas** (O Espírito decadente e a Escola simbolista); 3. **Jules Laforgue** (caracterizado em 3 parágrafos distintos: “Uma existência dolorosa”, “Uma obra emocionante”, “Uma arte decadente”); 4. (com destaque especial de 4 páginas) **Stéphane Mallarmé**, apresentado através de um resumo inicial e devidamente situado na história da literatura a partir de dois aspectos principais: a. “A Tradição de Baudelaire”, “A Busca de uma estética”, “A Suprema ambição” e b. “O Doutrinário do hermetismo”, “O Mágico do verbo”; 5. **A Reação Românica** (Jean Moréas e a Escola Românica).

Logo depois de uma lista de 10 “obras a serem consultadas”, vem um poema de Mallarmé – “Cantique de Saint-Jean” – comentado em uma página pelos autores. Trata-se aqui não mais de indicações ou de notas, mas de um texto corrido, dividido segundo o tradicional esquema de dissertação francesa, i.e., uma introdução, alguns parágrafos de desenvolvimento e uma conclusão. Na introdução, faz-se referência ao personagem de São João Batista, a sua inserção na temática de Mallarmé e à “coincidência entre esse fenômeno natural do solstício e essa comemoração religiosa que fornece a chave deste poema certamente obscuro, mas no qual nenhuma palavra é utilizada ao acaso”.

Cada estrofe merece um parágrafo no desenvolvimento, seguindo-se a pista proposta pela introdução. “Os primeiros versos definem o solstício de verão” (1º §), “A segunda estrofe evoca a degolação” (2º §), “Na terceira estrofe, começa a ascensão. A cabeça surgiu [...]” (3º §; as palavras grifadas são do poema), e assim por diante. Finalmente, o comentário se encerra com uma conclusão que trata, sempre dentro da ‘boa tradição francesa’, de justificar alguma afirmação notável de algum

personagem célebre – no caso, o próprio poeta – a respeito da obra ou de seu autor. Retomam-se aí umas tantas indicações quanto aos procedimentos estilísticos empregados e acentua-se que Mallarmé dá, neste texto, “um belo exemplo de virtuosismo ao manejar um ritmo estrófico particularmente ágil, escolhido com muita felicidade para provocar a idéia de uma ascensão inebriante”, além de “um exemplo de linguagem poética irredutível às normas comuns, não exatamente indecifrável, mas admiravelmente denso e sugestivo”.

No fim do capítulo são apresentados 6 temas de composição como propostas de exercícios para os estudantes. Vale citar alguns deles: 1. “Comentar esta definição de simbolismo dada por Paul Valéry: ‘O que batizamos de simbolismo resume-se muito simplesmente à intenção, comum a várias famílias de poetas, de recuperar a virtude da música’”; 2. “Examinar esta opinião de Gustave Lanson: ‘Mallarmé é um artista incompleto, inferior, que não conseguiu expressar-se’”; ou ainda, 6. “Em sua opinião, um poeta tem o direito de ser obscuro?”.

Seja examinado separadamente ou em comparação com a coleção L.M., o tema recebe melhor tratamento em C.S., e por várias razões. Este manual obedece de fato à tal ‘exigência de clareza’, não só pela disposição gráfica, mas também pelos quadros apresentados e pelas indicações bibliográficas fornecidas. E o mesmo se dá quanto à ‘exigência de renovação’ já que os autores manifestam a intenção de rever pontos que não estivessem sendo tratados de ‘forma correta’ por seus congêneres: donde a inserção de Mallarmé – à diferença de L.M. – entre os simbolistas. Não cabe porém avaliar aqui tal ou qual postura; por isto, fica apenas o registro da diferença.



Além de um outro aspecto deve ser destacado quanto à adequação entre proposta e realização por parte deste manual: C.S. efetivamente respeita sua intenção de considerar a história da literatura como a “parte es-

sencial da obra” pois este capítulo tem 10 páginas de abordagem histórica para 2 de texto. No entanto, apesar desta primazia intencional, o texto único apresentado merece um tratamento mais completo, e mesmo mais didático do que os diversos poemas que se encontram em L.M.. E, além disto, os exercícios propostos – não importa se bons ou maus, se limitados ou excessivamente dirigidos – correspondem de fato à preparação para os exames do *Baccalauréat*, i.e., ao objetivo maior que os autores afirmavam ter em vista.

É curioso observar, no entanto, que, a despeito dessas ‘vantagens’, a coleção C.S. é muito menos difundida e adotada do que a outra, considerada um “clássico” no gênero; mas qualquer justificativa para uma preferência tão acentuada não ultrapassaria o campo da especulação. Por exemplo, o fato de L.M. ser também uma antologia, rica em ‘extraits’, ou ‘*morceaux choisis*’, faz dela uma coleção de grande valia em caso de estudo em país estrangeiro, facilitando o acesso ao texto (mesmo que este seja, de certa forma, mutilado) e evitando, ou reduzindo, a despesa com a compra de muitos livros. Entretanto, como é próprio das especulações, esta hipótese não chega a satisfazer. Volta-se, então, à necessidade de passar para trás dos bastidores desse palco onde se decidem a feitura, o destino e a utilização de um livro didático.

Por que se escrevem manuais?

Em *A Verdade de cada Deus* (um ensaio sobre a objetividade da representação epistemológica da história do pensamento econômico), o autor responde, em certa medida, a esta pergunta afirmando que “ninguém escreve por concordar efusivamente com o que foi colocado em outros manuais”. “Essa discordância, continua ele, motiva a produção de uma série de obras, uma das quais encontrará no mercado a mesma ‘respeitabilidade’ de seu oponente”. A elaboração de um manual estaria assim inserida num ciclo de afirmações/negações que “tendem a se retroalimentar” até que, “a partir de um certo ponto, se esgotam. Mudam, então, os pressupostos da análise” (Hagge, W.: 1983, 13-4).

Vindo para a área da literatura, verifica-se que, se por um lado o prefácio de C.S. vai ao encontro da afirmação inicial de W. Hagge, por outro lado, as “contestações” feitas não vão muito além de detalhes quase exclusivamente formais, ou ainda de uma relativa redistribuição espacial, como é o caso de Mallarmé, apontado como “precursor” ou como simbolista efetivo, mas sempre merecendo destaque. Esta restrição se evidencia pelo exame de de-

talhes menos superficiais, tais como o julgamento que se faz de certo autor, a seleção de tal ou qual texto, o reconhecimento de um ou outro movimento e sua caracterização ou não enquanto escola, e assim por diante. Já se pôde verificar esta consonância com relação à importância atribuída por ambas as coleções ao volume dedicado ao século XIX. E é exatamente este “volume de referência” que fornece alguns dados muito úteis, não só para o esclarecimento desta questão, mas para o desenvolvimento posterior.

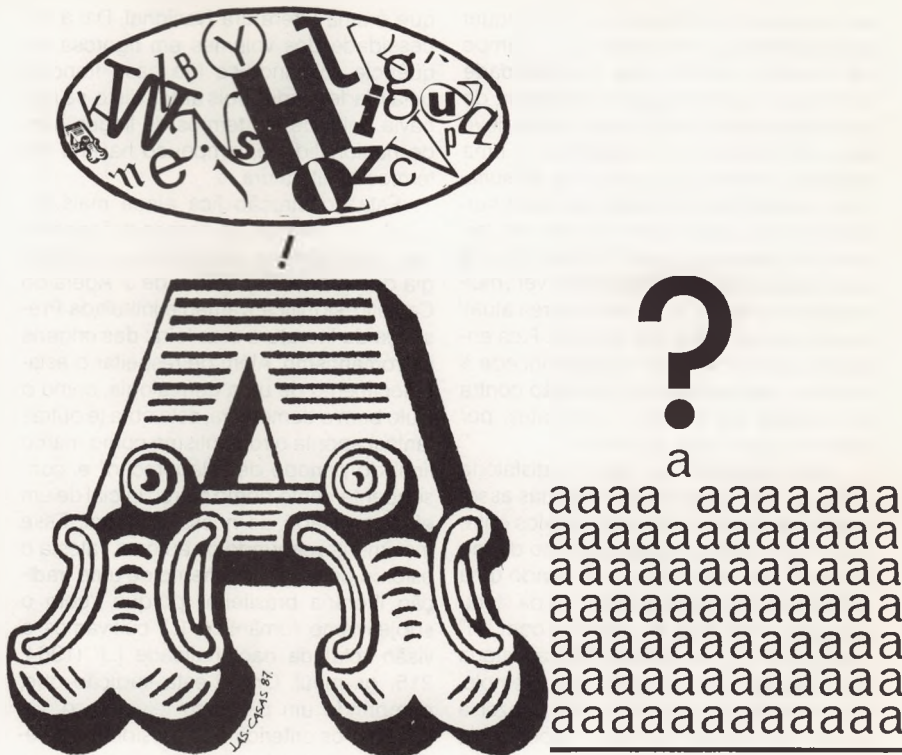
Em L.M. como em C.S., o primeiro nome citado, imediatamente após o histórico de introdução, é o de Mme. de Staël, que detém portanto, por unanimidade, a chave de abertura do século dito romântico. Em seguida, o capítulo sobre Chateaubriand revela uma simetria quase perfeita entre os dois manuais, como se pode ver, por exemplo, pela apresentação inicial do poeta. C.S. começa seu texto com o título “A Juventude atormentada”, dividindo-o em 3 itens: a. Os anos na Bretanha; b. Os anos errantes e c. O ensaio sobre as revoluções. Por seu turno, L.M. abre o seu capítulo com um tópico denominado “Os Sonhos e a aventura”, dividindo-o em 4 itens: a. Saint-Malo e Combourg (ambas cidades da Bretanha); b. O jovem oficial; c. A Viagem à América (ambos relativos aos ‘anos errantes’) e d. O Exílio (período em que Chateaubriand escreveu seu *Ensaio sobre as revoluções*).

É certo que um exame mais rigoroso da terminologia adotada por cada uma das obras daria indicações preciosas acerca da postura por elas assumida no quadro do ensino da literatura. Este trabalho ultrapassa porém os limites desta análise. Ressalte-se, então, apenas um detalhe significativo no conjunto deste capítulo; trata-se do texto escolhido por C.S. para seu comentário final. Não surpreende o fato de ele estar igualmente incluído em L.M., já que esta coleção apresenta um leque muito mais vasto de textos; mas cada manual atribui um título ao texto selecionado, especialmente em se tratando de prosa. Ora, em C.S., o trecho recebe o título de “Os devaneios de René”, e em L.M., de “O apelo ao infinito”. As referências são explícitas o bastante para autorizarem uma aproximação: enquanto C.S. traça o parentesco de Chateaubriand em linha ascendente até a paternidade de Rousseau, L.M. toma o rumo inverso, colocando o próprio poeta como ‘pai’ do movimento romântico, que todos os livros didáticos caracterizam predominantemente por esse ‘apelo ao infinito’. Seja como for, o quadro está delimitado e não sofre alterações: olhando para a frente ou olhando para trás, Chateaubriand está em seu devido lugar, i.e., o herdeiro do *promeneur solitaire* e o instau-

rador dessa geração que viveu "Au bord de l'infini"².

Ainda um último ponto deve ser acrescentado a esta série, para que não se deixe de lado um aspecto fundamental: a inserção dos chamados poetas menores. Tomando como referência Tristan Corbière, poeta do final do século, verifica-se que, em L.M., ele não merece mais que uma menção superficial entre os "poetas menos ilustres que contribuíram [...] para o surgimento do simbolismo", além das datas de seu nascimento e de sua morte, e do título de seu livro com a data da publicação (tudo isto entre parênteses). Já C.S., cumprindo sua promessa de rever o lugar dessa literatura de fim de século, dedica-lhe 19 linhas, incluindo mesmo um trecho (6 linhas) de um poema seu. Lendo o texto dos autores, percebe-se uma possível razão a determinar os critérios de seleção: "Corbière zomba da elegia lamartiniana, do frenesi byroniano e da inspiração humanitária do 'Soldado épico da Guarda Nacional', Victor Hugo" (p. 288). Ora, o mesmo Hugo é apresentado como aquele que "ocupa um lugar excepcional na história [das letras francesas]; ele domina o século XIX pela duração de sua vida e de sua carreira, pela fecundidade de seu gênio e pela diversidade de sua obra" (p. 153)³.

Reencontra-se aqui a noção de "respeitabilidade" a que W. Hagge fazia alusão no artigo citado. Tratava-se então de uma respeitabilidade acadêmica, que justificaria a aceitação e a conseqüente adoção de determinado manual. Trata-se agora de uma respeitabilidade diferente, i.e. aquela que legitima um indivíduo dentro do conjunto da produção literária nacional ou internacional. No entanto, a despeito das diferenças contextuais, o mesmo problema se coloca na medida em que o respeito que tal manual vai merecer, por parte de seus 'juizes', decorre necessariamente da visão que ele dá de seu objeto. Assim sendo, quando um manual vai de encontro a uma tendência ou teoria que goze da aceitação geral, sua argumentação deverá ter



muito peso, e este fato não exclui o risco de ele ser rejeitado pelos que defendem a posição criticada.

Curiosamente, em se tratando de manuais de literatura, raramente se defende (ou mesmo se assume) uma posição teórica. Nesse caso, a aceitação ou não que ele possa ter por parte da comunidade acadêmica fica restrita à reprodução de valores previamente afirmados. Como se viu, as diferenças encontradas nas duas coleções não ultrapassam o limite dos deslocamentos em superfície, representados por alguns nomes, algumas linhas ou páginas a mais ou a menos. E esta constatação me remete a um texto de Léon Brunschvicg – "L'Idée critique et le système kantien" – onde ele se detém sobre a noção de respeito e a função que esta noção desempenha dentro do sistema filosófico de Kant.

Este elemento surge como o meio-termo entre dois conceitos: o homem-natureza e o homem-razão, e Brunschvicg se propõe examiná-lo para debater certas críticas feitas ao filósofo alemão. "O respeito, escreve ele, é aparentado ao sagrado" e "o preconceito do sagrado [...] fundamenta todas as doutrinas tradicionalistas, teológicas ou sociológicas, que sujeitam a consciência do indivíduo àquilo que foi antes dele ou àquilo que está em seu redor" (1951, V. I, 240; gr. dele). Ressalva-se porém o fato de que a noção de autonomia, em Kant, efetua "como que uma conversão do respeito" pois "a pessoa moral,

fusão do homem-natureza e do homem-razão [...], só aceita submeter-se a ele se o vir emanar de si mesma, reivindicando o direito de só o conceder ao que considerar digno dele" (id.).

Mas, independentemente de críticas ou de ressalvas, o parágrafo se conclui com uma afirmação importante: "[...] jamais se manifestou no mundo um Estado que, mesmo que fosse na menor parcela de sua autoridade, uma Igreja que, mesmo que fosse em seu mais alto representante, tivesse resistido um quarto de hora à aplicação estrita e sincera da máxima: **Respeita, não o que é respeitado, mas somente o que é respeitável**" (ib., 240-1; gr. dele).

O que dizer então de um simples manual? Para melhor perceber o quadro que começa a se formar, recorra-se ainda uma vez ao texto de W. Hagge que, comparando os historiadores do pensamento econômico a enxadristas, escreve que, nesse tabuleiro, "cada autor-peça tem um valor intrínseco que lhe foi conferido pela comunidade intelectual intersubjetivamente. Isto é, Ricardo vale mais que McCulloch, Smith vale mais que Steuart, etc. [...]. Os peões, sim, podem variar de estudo para estudo, mas peões são peças estratégicas sem grande valor intrínseco [...]. Assim, a "função do historiador é a de combinar peças 'fixas' de modos alternativos, (em oposição aos adversários intelectuais que estiver enfrentando) [...]" (op. cit., 63-4).

Se as alternativas, em nossos manuais, restringem-se aos 'peões' e se tal restrição

se acompanha da ausência de qualquer posição teórica, conclui-se que o campo da literatura detém uma **intocabilidade** bem mais rígida do que a da história do pensamento econômico (que, não se deve esquecer, debate os postulados de uma pretensa ciência) ou que a da filosofia. Esta simples possibilidade se revela surpreendente porque, pelo menos em termos do "senso-comum", literatura é uma realidade muito mais "imponderável", muito mais "esotérica" do que essa área atualmente capital que é a economia. Fica então a questão de saber o que concede à literatura este escudo de proteção contra os ataques, ou mesmo os debates, por parte de quem quer que seja.

Uma resposta ao menos satisfatória pode ser obtida através de algumas associações e da retomada, para ligá-los entre si, de certos pontos levantados no decorrer desta análise. Assim, procurando uma outra área tão intocável quanto a da literatura, pensa-se logo na História com "H" maiúsculo, i.e., a história política, a história das Nações. Quem ousaria, por exemplo, por mais críticas que se possam fazer a estes personagens, retirar a "importância histórica" de um Bonaparte ou de um Duque de Caxias? Decididamente, este campo é tão (ou mais) repleto de "monstros sagrados" quanto o das letras. E o vínculo se confirma pela leitura dos próprios manuais que insistem, verbal e formalmente, numa estreita correlação entre essas duas áreas.



as não é tudo; há ainda a função primordial desempenhada pela cronologia na organização das duas coleções. O papel atribuído a cada um dos personagens que circulam por seu universo é o de **abrir** (Mme. de Staël), de **ligar** (Chateaubriand) ou de **reagir contra** (a escola românica) momentos cronologicamente delimitados, e isto, seja qual for a perspectiva de visão adotada (Cf. pág. 15). Considere-se também o destaque concedido àqueles que "influenciam" o que está por vir ou que "precederam" o que já se instalou. Em suma, é preciso evitar a todo custo que se perca de vista a **totalidade** desse conjunto harmônico, porque coerente e perfeitamente articulado,

que é uma **Literatura Nacional**. Daí a necessidade dos volumes em rigorosa sequência, iniciando-se (no caso francês) pela Idade Média, pois antes disto, se não havia unidade em termos de língua nem de nacionalidade, tampouco haveria em termos de literatura.

Esta construção fica ainda mais flagrante em relação às nossas próprias letras; basta lembrar, por exemplo, a antologia de Antonio Candido e de J. Aderaldo Castello, significativamente intitulada **Presença da literatura brasileira: das origens ao romantismo**. Além de respeitar o estabelecimento de uma genealogia, como o título bem o demonstra, esta obra (e outras tantas) aponta o romantismo como marco final do período de "elaboração" e, consequentemente, como marco inicial de um efetivo reinado de nossa literatura. Esse movimento, segundo os autores, "atesta o esforço de reconhecimento de uma tradição literária brasileira" porque, "com o subjetivismo romântico, [...], cultivamos a visão total da nacionalidade [...]" (1964, 215; gr. meu). Ora, é esta tradição que, cumprindo um percurso teleológico, vai justificar os critérios que presidem a seleção dos elementos e sua organização na obra. Assim, lê-se no prefácio que este livro "visa a iniciar [o leitor] no conhecimento da história literária e na experiência das obras, selecionando para isso autores significativos", entretanto, "mesmo obedecendo ao cânon geralmente aceito em nossa literatura, a escolha foi difícil..." (id., 5; gr. meu).

A situação que se configura é inquietante, apesar de não ignorada por alguns: o ensino de literatura se resume a uma espécie de "sucursal" dos cursos de Moral e Cívica. Trata-se de um programa de ensinamentos (com toda a carga pejorativa que esta palavra possa ter) que se fornecem ao aluno, não para serem debatidos, nem sequer pensados, mas para serem adquiridos. Mais uma vez as intenções expressas pelos autores dos manuais podem ser de grande valia; retome-se, à luz das constatações feitas e das conclusões tiradas, um trecho do prefácio de C.S. relativo aos esquemas gráficos incluídos em seu livro. Escrevem os autores: "Esses círculos [representando os "eventos principais (...) da existência de cada escritor"] são cortados por uma seta onde se inscrevem as grandes divisões do estudo cronológico e acima da qual encontrar-se-á a indicação das obras principais e de seu caráter essencial. Tais esquemas [...], revistos após o estudo, fixam-lhe os quadros na memória" (p. VIII). Ou seja: o aluno recebe a representação de uma totalidade incontestável que se destina a ser guardada na memória.

A última parte desta análise trata então de verificar como se atualiza tal procedi-

mento dentro do sistema de ensino com o qual convivemos, bem como as consequências que ele traz ou pode trazer consigo.

O ensino da literatura

A partir dos manuais analisados, fica claro que a relação docente tem dois pólos bem marcados: por um lado, o professor – ou o livro, esse seu digno substituto –, e, por outro lado, o aluno, mero receptor (inconfessada mas visivelmente passivo) dos conteúdos que o primeiro lhe transmite. Esses conteúdos não admitem qualquer questionamento mais profundo, nem sequer dúvidas, pois são legitimados *a priori* pelos fatos e os fatos falam por si. Pode-se entender assim mais facilmente as afirmações dos autores em seus prólogos ou prefácios, quando escrevem que "as visões de conjunto da história literária se esclarecem pelo contato direto com páginas representativas que permitem que cada um fundamentalmente sua apreciação pessoal" (L.M., p. 5; gr. deles). Ou ainda, seja nessa coleção, seja no manual de Candido e Castello, a referência à dificuldade de seleção que aumenta à medida que nos aproximamos da época contemporânea (L.M., id.; op. cit., 5).

Este é então o primeiro elemento que se deveria tentar "abalar", já que ele representa o embasamento mais sólido desta estrutura tão bem construída. Ou seja: a certeza quanto à veracidade do que se afirma, certeza esta decorrente da absoluta (ou quase) isenção dos autores que se limitam a "apresentar os fatos", o resultado da "seleção operada pelo tempo" (L.M., ib.). É importante assinalar que o prefácio de A. Candido e J. A. Castello atribui a seleção aos próprios autores que tomaram por base a tradição. Esta diferença, i.e., a obediência mais ou menos rígida a esses cânones, pode explicar a vida mais longa ou mais breve de um manual. No entanto, a verdade que preside à seleção se mantém e ela é um adversário dos mais temíveis, especialmente esta verdade atestada pelo tempo e pela tradição, e corroborada pelos livros e pelos professores. Diante dela, fica difícil reivindicar – como o teria desejado Kant – o privilégio de decidir por conta própria o que é ou não digno de nosso respeito. E não é por acaso que este é o ponto de convergência de três acepções da palavra *classique*: algo que se ensina nas aulas, que é constituído por autores e obras pertencentes à tradição ou que representam uma autoridade em sua especialidade e, finalmente, algo que, exatamente por se conformar a uma tradição, "evita as inovações ousadas" (cf. Lexis).

É certo que temos todo o direito de criticar os manuais; esta crítica terá, porém, necessariamente, o sentido do exame, de

reflexão já que, como se viu, há uma adequação (quase) perfeita entre o que tais livros propõem e o que realizam. Estejamos ou não de acordo com as intenções dos manuais analisados, como negar que C.S. prepare o seu aluno-leitor para o *Baccalauréat* e contribua para formar “espíritos cultivados”? Ou que L.M. consiga convidar o seu leitor “a examinar mais de perto uma determinada página célebre”? Esta era a sua intenção, e a partir dela seus livros foram cuidadosamente construídos.

Há uma única falha evidente, que diz respeito ao aluno. Embora os autores mencionem, repetidas vezes, que pretendem lhe dar os instrumentos ou a possibilidade de fundamentar uma apreciação pessoal (L.M.), ou de pôr em prática os conhecimentos adquiridos (C.S.), as atividades propostas não se prestam absolutamente a este fim. Mas tal brecha não levará esta análise muito além do ponto a que já se chegou, porque tudo o que se consegue vislumbrar através dela é a mesma concepção de ensino determinando, sem muitos subterfúgios, que a função docente é a de transmitir conhecimentos ao passo que a função discente significa apenas recebê-los. Adquirir conhecimentos corresponde então a reter na memória o que se recebeu; pô-los em prática é reproduzi-los em trabalhos e redações e, em última análise, um juízo ou uma apreciação pessoal resumem-se a uma questão de gosto.

Assim, não é sobre os livros didáticos que se devem abater todos os esforços de crítica e de indagação; eles nada mais fazem do que atualizar (e fomentar, é claro, mas sua circulação depende disto) um sistema de base. É contra este pano de fundo, no qual circulamos e que muitas vezes reforçamos enquanto detentores da função docente, que todas as questões devem ser levantadas. Enquanto livro-aluno e professor-aluno não mantiverem uma relação de interlocutores, ambos dotados da faculdade da fala, não se poderá chegar à pedagogia proposta por Lígia Chiappini, ou seja, aquela que “leve do espanto às questões fundamentais; destas à busca; da busca às respostas provisórias que voltarão a gerar questões que, novamente, irão impulsionar a busca” (1983, 100).

Será que é possível alguém se espantar diante de um museu tão bonito e tão bem arrumado? Acredito que, nesse caso, a única reação esperada é o deslumbramento, e a conseqüente reverência... □

Maria Helena Rouanet é professora e tradutora. Mestre em Literatura Brasileira pela PUC/RJ, está concluindo o Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa na mesma universidade.

A versão original deste texto foi apresentada ao professor Roberto Correia dos Santos, como trabalho de fim de curso sobre “O Ensino da Literatura”, no Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa da PUC/RJ (dez de 1983).

Notas

1. A primeira referência em data para a coleção L.M. é de 1949 e para C.S. de 1947. Quanto às alterações verificadas, elas se limitam ao volume correspondente ao século XX que passou a registrar, por exemplo, a morte de tal ou qual escritor, e outros acréscimos deste tipo.
2. Este é o título de um dos livros que compõem o volume *Contemplations*, considerado a obra-prima do lirismo de Victor Hugo.
3. Sabe-se que Baudelaire também atacava, e bem maldosamente, o “poeta maior”. Pelas referências que tenho, porém, isto jamais foi feito publicamente, mas em sua correspondência particular (Cf. *Curiosités esthétiques...*, Garnier, Paris, 1962).

Referências Bibliográficas

1. BRUNSCHVICG, Léon. L'idée critique et le système kantien. In: *Écrits philosophiques*, vol. I, Paris, PUF, 1951.
2. CANDIDO, A. e CASTELLO, J. A. *Presença da literatura brasileira: das origens ao romantismo*, 10 ed., SP/RJ, Difel, 1980.
3. CASTEX, P.-G. e Surer, P. *Manuel d'études littéraires françaises*, Paris, Hachette, 1968.
4. HAGGE, W. *A Verdade de cada Deus*. FEA/UFRJ, mimeo, 1983.
5. LAGARDE, A. e MICHARD, L. *Les grands auteurs français au programme*. Paris, Bordas, 1973.
6. LEBRUN, Gérard. Por que ler Nietzsche, hoje? In: *Passeios ao léu*. SP., Brasiliense, 1983.
7. LEITE, Lígia Chiappini de M. *Invasão da Catedral*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

Resumen

DE TODAS MANERAS, SON CLÁSICOS...

Como todas las formas discursivas, el libro didáctico implica, además de una cierta concepción de su objeto, los presupuestos del sistema educacional en el que se incluye. Pero esto no basta para garantizarle su circulación: necesita haber comunidad de pensamiento entre el libro y los que lo pueden adoptar. No deja pues de ser curioso el hecho de que, lado a lado con obras de vida breve, determinados manuales de literatura sean adoptados, sin interrupción, por casi cuarenta años. ¿Qué bases ideológicas serían capaces de sostener tal solidez, o tal estagnación?

Abstract

AFTER ALL, THEY ARE CLASSICS...

Didactic books – like every discursive form – imply, besides a certain conception of their object, the presuppositions of the educational system to which they are integrated. But this is not enough to assure their circulation: there must be community of thought between the book and those who may adopt it. Thus, it's at least a queer thing that some manuals for teaching literature have been adopted, without any interruption, for almost forty years, side by side with works that have a short life. Which ideological bases would be able to support such a solidity, or such a stagnation?

Alimentação do brasileiro *um fracasso oficial*

Antonio Oswaldo Nunes Coutinho

Para enfrentar a fome de milhões de brasileiros, os mais diversos planos e ações governamentais vêm se empenhando, ao longo de décadas, na criação e recriação de instituições públicas, cujos nomes e siglas se alternam, todas incapazes de cumprir os seus propósitos. Os diferentes programas sociais de alimentação funcionam de forma isolada, centralizados e conflitantes em seus objetivos e mecanismos operacionais.

Ilustração Cathleen Sidki

O problema da fome no país, que atinge mais da metade da população brasileira tem suas raízes no processo histórico e político da formação de nossa economia. Originou-se no período colonial e está intimamente relacionado com o modelo de desenvolvimento, historicamente adotado no país, que privilegia o mercado de exportação de matérias-primas, resultando na concentração da riqueza nacional e na manutenção de um grande contingente populacional que não tem acesso aos benefícios gerados por esse desenvolvimento. Esse modelo vem sacrificando milhares de crianças que morrem por desnutrição (estimado pela Unicef em meio milhão de óbitos anuais), por doenças infecciosas e parasitárias e incapacita outras milhares de pessoas para o trabalho.

Várias iniciativas foram levadas adiante pelo Estado no transcurso de nossa história, objetivando corrigir esse problema através da criação e recriação de programas e órgãos públicos. Nenhuma dessas medidas, contudo, foi capaz de atenuar o problema da fome. Essas medidas nunca foram às raízes do problema e, além disso, sempre enfrentaram limitações de ordem financeira, beneficiando, na maioria das vezes, os setores já privilegiados pela economia.

A compreensão dessa situação passa,

necessariamente, por uma reflexão sobre os principais fatos históricos que marcaram a formação de nossa sociedade e fizeram com que o país vivesse uma das maiores contradições da história das civilizações, ou seja, a 8ª economia do mundo, e o 4º maior exportador de grãos, é, ao mesmo tempo, o 6º em desnutrição e o que apresenta a maior concentração de pobreza do Hemisfério Ocidental (Região Nordeste).

Os planos e programas de governo, na área de alimentação e nutrição, não tiveram, em sua maioria, propósitos de promover o exercício da cidadania, sempre foram marginais à política de desenvolvimento, convivendo sempre com medidas de políticas econômicas contraditórias aos seus propósitos. Basta verificar que, juntamente com a distribuição gratuita de alimentos, o trabalhador brasileiro, na atualidade, tem que trabalhar 3 vezes mais do que trabalhava há 20 anos para consumir a sua ração mínima essencial; a concentração de renda nos últimos 20 anos elevou a participação dos 5% mais ricos da população em 15% da renda nacional; e os preços dos alimentos básicos têm se elevado duas vezes acima dos reajustes dos salários mínimos nos últimos 5 anos.

Apesar do quadro, sabe-se que são os contingentes mais marginalizados pela economia os que mais contribuem para o

desenvolvimento social e econômico do país. São os pequenos agricultores os responsáveis por mais de 50% da produção de alimentos básicos; são as pequenas e médias unidades industriais as que ocupam a maior parte do contingente de mão-de-obra.

O potencial produtivo da população é o grande eixo para enfrentar o problema da fome, cabendo ao Estado garantir os meios necessários para otimizar esse potencial, a partir da estimulação de um processo de participação política em que a população estabeleça suas prioridades, de modo que possa contribuir para o processo de desenvolvimento nacional.

Situação alimentar no Brasil-Colônia

Os primeiros europeus, que chegaram ao Brasil no período do descobrimento, foram unânimes em afirmar que estavam chegando a uma terra privilegiada. Louvaram a doçura de suas águas, a bondade e a robustez de seus habitantes, e a reinante fartura de peixes, aves, animais, frutas silvestres, legumes e raízes comestíveis que por toda parte se encontravam.

Não obstante, a sociedade brasileira do Brasil-Colônia, formada por escravos africanos e indígenas; por agricultores e comerciantes, e por militares e funcionários civis, teve uma estrutura sócio-econô-



Na década de 30 começa a surgir no Brasil um pensamento crítico relativo à questão da saúde, expresso nos trabalhos de alguns estudiosos da nutrição como Josué de Castro, Dante Costa, Annes Dias, Seabra Velloso, Silva Telles e Peregrino Júnior.

mica totalmente voltada para o mercado europeu.

No primeiro século a população fixou-se ao longo do litoral e tinha como base a cultura do açúcar e o trabalho escravo. No segundo século, houve a interiorização do povoamento, com o desenvolvimento da pecuária e a produção de subsistência. Até então a população vivia de alguns produtos importados e da produção de subsistência localizada, de forma a permitir um nível satisfatório de auto-suficiência alimentar.

No início do ciclo da mineração, ocorreu uma grande migração para a Capitania das Gerais e a população que lá passou a residir teve que se abastecer importando gêneros de outras áreas, como de São Paulo, Curitiba, Bahia e Pernambuco. Tem início a utilização de carnes defumadas e secas, doces em pasta e paçocas, devido às dificuldades de transporte e conservação dos alimentos. As deficiências do abastecimento de alimentos nesse período trouxeram como consequência a elevação dos preços das mercadorias, fome e distúrbios internos. O que fez com que a Capitania das Gerais estimulasse o desenvolvimento agrícola em sua região, ao ponto de, terminado o ciclo da mineração, constituir-se na principal fornecedora de alimentos para o Rio de Janeiro durante todo o século XIX.

Influências das transformações políticas no Império e na "República Velha" – suas repercussões no consumidor

Apesar de a política de fiscalização sanitária ter-se iniciado no período colonial, subordinada às Câmaras Municipais, é no período do Império que ela adquire uma nova força, influenciada pelo movimento "Higienista" e da "Medicina Social" em desenvolvimento na Europa. Este fato determina a transferência da fiscalização dos alimentos em 1851 para a Junta de Higiene Pública, substituída mais tarde, em 1886, pela Inspetoria Geral de Higiene.

A abolição dos escravos e a expansão demográfica resultante, especialmente, do grande contingente de imigrantes europeus que o país recebeu em fins do século XIX e início do século XX, aliadas à penetração do capitalismo na produção interna e ao aumento progressivo do trabalho assalariado, desencadearam o processo de transformação no sistema produtivo e na estrutura de classes no Brasil.

As crises políticas, econômicas e sociais do capitalismo internacional no período da Primeira Guerra Mundial na Europa, de 1914 a 1918, acentuaram as disparidades regionais e setoriais e trouxeram, como consequência, formas "arcaicas" de relações de trabalho, fundamentais à própria reprodução do capitalismo que se instalava.

Os constantes movimentos sociais contra a carestia e a deterioração do poder aquisitivo, a exemplo das greves dos trabalhadores em 1917, em diversas capitais do país, tiveram como resposta do governo brasileiro a criação, em 1918, do Comissariado de Alimentação Pública, dotado de plenos poderes supraministeriais para controlar os estoques e tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade. Esta medida recebeu várias críticas de comerciantes, agricultores e políticos, sendo, inclusive, considerada pelos deputados da bancada agrária como "socializante". Com todos esses protestos, o Comissariado não conseguiu sequer organizar uma única tabela de preços e foi extinto em 1920, dando lugar à Superintendência de Abastecimento, que se constituiu num órgão de fomento às classes produtoras, jogando por terra os interesses da população consumidora.

O mercado exportador de alimentos do país, que cresceu durante a guerra, teve, no início da década de 20, que enfrentar um mercado internacional altamente competitivo, especialmente para a carne bovina, não somente quanto à questão do preço, mas, principalmente, quanto à qualidade do produto. Isto fez com que o governo brasileiro tomasse a iniciativa de criar a

Inspetoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, subordinada ao Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Justiça, cuja finalidade principal era cuidar da qualidade sanitária dos produtos de exportação, ficando o consumidor brasileiro completamente desprotegido.

O "Estado Novo" e a construção de um novo saber

Uma das primeiras iniciativas dos dirigentes do "Estado Novo" foi criar a Comissão Reguladora do Tabelamento – CRT, que apesar do espírito "revolucionário" do governo não conseguiu pôr em prática o tabelamento dos preços e tampouco o seu controle. Os problemas alimentares da "República Velha" persistiam, preservando-se os interesses das elites comprometidas com o comércio de exportação.

Entretanto, é na década de 30 que começa a surgir um novo pensamento crítico, no setor saúde, expresso nos trabalhos realizados por alguns estudiosos da nutrição brasileira, abordando toda a problemática social e política da fome. Dentre eles se destacam Josué de Castro, Dante Costa, Annes Dias, Seabra Velloso, Silva Telles, Peregrino Júnior, que promoveram juntos a tradução do "Tratado de Alimentação", de autoria de um médico argentino, Rubens Escudero, que marcou profundamente o pensamento desses estudiosos brasileiros.

Este saber serviu de forma significativa como referência para as "reformas sociais" do "Estado Novo". O inquérito alimentar realizado por Barros Barreto e Almir de Castro, em 1937, serviu de base para o estabelecimento da ração essencial mínima, que se constituiu numa das peças da regulamentação da lei do salário mínimo de 1938. Essa ração atendia as necessidades nutricionais diárias de um trabalhador adulto médio, por região, correspondendo em média a 3.480 Kcal (quilocalorias) e 120 gramas de proteínas. A lei do salário mínimo excluía, portanto, a família do trabalhador do cálculo da ração mínima essencial, e somente em 1946, com a Constituinte, é que houve a correção, ao estabelecer em seu Artigo 157 "que o salário mínimo deverá satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família". Esta mudança, apenas conceitual, não foi capaz de solucionar o problema da fome. A nova regulamentação do salário mínimo não estabeleceu a ração mínima essencial da família, sucedendo-se o mesmo com os demais itens de despesa familiar.

Um fato marcante nessa década foi a divisão do país em cinco regiões, segundo a problemática da fome, por Josué de Castro, em seu livro "Geografia da Fome". As

regiões foram Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Sul. As três primeiras foram consideradas áreas de fome, onde pelo menos a metade da população apresentava nítidas manifestações carenciais, sejam permanentes, denominadas áreas de fome endêmica, sejam transitórias, chamadas de áreas de epidemia de fome. As duas últimas regiões foram consideradas áreas de fome das minorias, que afetavam grupos reduzidos da população por desníveis alimentares. Josué de Castro propõe nesse seu trabalho, como única forma de superar a miséria e, conseqüentemente, a fome, a alteração substancial das estruturas rurais vigentes, através da reforma agrária, "revisão das relações jurídicas" entre aqueles que detinham a propriedade da terra e os trabalhadores agrícolas. Nessa mesma linha, Dante Costa propunha a reforma agrária como uma das soluções para o problema da fome, em seu livro "Alimentação e Progresso" (1951).

O movimento da nutrição social nas décadas de 30 e 40 contribuiu para que o governo do "Estado Novo", de caráter "populista", assumisse em seu plano de trabalho algumas decisões na área da alimentação e nutrição dirigidas às camadas populares, contando com a participação dos eminentes cientistas da nutrição daquela época. Assim é que, em 1940, criou-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, com a finalidade de: assegurar condições higiênicas e favoráveis à alimentação dos segurados da Previdência; selecionar e baratear os preços dos gêneros alimentícios; instalar e manter restaurantes destinados aos trabalhadores; fornecer alimentos básicos a preço de custo aos trabalhadores. Na mesma linha, em 1943, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Social, subordinado à Coordenação de Mobilização Econômica, que tinha como propósito realizar pesquisas e estudos sobre o problema alimentar, visando sugerir medidas de melhoria das condições nutricionais. Depois, em 1945, surgiu a Comissão Nacional de Alimentação – CNA, subordinada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, com as seguintes atribuições: estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população. Em 1949, a CNA foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde, em virtude da extinção do Conselho.

A "ajuda" internacional

No período pós-guerra, em 1946, a Organização das Nações Unidas – ONU criou o Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI, tradução para o português

de Unicef (United Nations International Children Emergency Fund). Tinha a finalidade de assistir as crianças órfãs atingidas pela guerra na Europa. Com o aumento da contribuição financeira do Brasil junto ao FISI, e considerando a gravidade do problema alimentar da criança brasileira, o governo fez um pleito de ajuda ao FISI, para financiar os seus programas de proteção à infância. Essa negociação teve início em 1948, e somente em 1951 o governo brasileiro recebeu a primeira ajuda do FISI, destinada a apoiar pequenas iniciativas de proteção às crianças nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. A ajuda consistia na provisão de leite em pó desnatado, margarina e cápsulas de vitaminas; assim como na melhoria de hospitais materno-infantis e campanhas de educação para a saúde. Isto estava muito aquém das necessidades do país para enfrentar os problemas de alimentação e saúde das crianças. Neste sentido é que, em 1954, o governo brasileiro apresentou uma proposta mais ambiciosa junto ao FISI, para financiamento do Programa Nacional de Merenda Escolar, recém-oficializado. Três fatores foram fundamentais para que o FISI aprovasse a proposta brasileira: o aumento da contribuição financeira do Brasil junto ao FISI; a existência do acordo anterior e o desejo dos EUA de colocar seus grandes excedentes de produção agrícola à disposição do FISI para ajudar os países amigos. Este último fator talvez tenha sido o mais marcante de todos, pois em 1954 o Congresso Americano aprovava a Lei Pública 480, chamada também de "Lei do Alimento para a Paz", que tinha os seguintes propósitos: aumentar o consumo nos países estrangeiros dos produtos agrícolas dos EUA e melhorar suas relações externas. Esta ajuda americana não se dava somente através do FISI, mas, também, através de entidades de caridade católicas e luteranas, e, mais tarde, também através do Programa Mundial de Alimentos da FAO/ONU. No período de 1954 a 1974, o Brasil, juntamente com a Índia, Coréia e Vietnã do Sul, foi o país que mais recebeu ajuda alimentar do governo americano, especialmente no período imediatamente após a Revolução Cubana; tendo decrescido no Governo Goulart e ampliada logo após os militares terem tomado o poder no Brasil,

em 31 de março de 1964. O mesmo ocorreu no Chile durante o Governo Allende.

A crise alimentar na década de 50

No início da década de 50, os políticos, administradores e consumidores começaram a se preocupar com a carestia. O projeto nacional de desenvolvimento optava pela industrialização para vencer o atraso e a pobreza. Por um lado, existia a preocupação de como satisfazer os interesses das classes populares; por outro lado, a de como conciliar os interesses dos empresários, inclinados a manter a reprodução da força de trabalho a baixo custo. Nessa época, Dante Costa afirmava: "Temos mais de 25 milhões de desnutridos, neste grande país sem felicidade". E, quanto ao processo de industrialização em curso, ele dizia: "É preciso não pensar unilateralmente, só em industrialização. Esta, entre nós, é uma decorrência do progresso econômico, litorâneo, mas a própria indústria precisa de uma agricultura bem organizada e poderosa, que lhe forneça matéria-prima do trabalho cotidiano. Que o apoio à indústria não sufoque as iniciativas rurais. O desenvolvimento agrícola é também indispensável ao Brasil e será sempre um fator preponderante nesta Nação, como uma decorrência de sua história, de sua geografia e de seu desigual desenvolvimento econômico".

O inquérito de gastos realizado pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, em 1952, demonstrou um elevado dispêndio com alimentação pela classe operária em quatro capitais do país, a saber: Porto Alegre 33,40%; São Paulo 41,12%; Fortaleza 49,08% e Recife 52,45%.

O aumento do preço da carne no início dos anos 50 era resultante do aumento da exportação de carne bovina para os EUA, tanto que, em 1950, foi estabelecida por lei a obrigatoriedade da fiscalização prévia, em nível industrial, de todos os produtos de origem animal, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura. Essa lei atendia as exigências dos países importadores de carnes, em especial os EUA, que impôs o seu modelo de inspeção de carnes ao governo brasileiro, como condição para importar a nossa carne e torná-la mais competitiva no mercado internacional.

Historicamente, a intervenção do Estado visando contribuir para o controle da fome e da desnutrição não tem conseguido sequer amenizar o problema.

As reformas institucionais no abastecimento no início da década de 60 – a organização dos intermediários

A situação do abastecimento alimentar para os grandes centros era cada vez mais grave no início da década de 60, que, além disso, convivia com índices de inflação que vinham se elevando desde 1955, cujo índice anual foi de 20%, passando a 38,9% em 1959, a 65% em 1961 e a 83% em 1963.

Com o propósito de exercer o controle sobre os estoques dos intermediários, o governo federal promoveu o estabelecimento de um sistema coordenado de armazéns e silos, criando, em 1961, a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos. Os governos estaduais criaram a CASEMG, a CAGESP, a CESA-RS, COPASA, etc., que não passavam, sem exceção, de meros boxes de recepção e distribuição de produtos, em sua maioria hortifrutigranjeiros, ocupados por intermediários mediante contrato de locação firmado com o governo, cujos custos, além das margens elevadas de lucros, eram repassados no preço final do produto para o consumidor.

Em seguida, em 1962, foram criados vários órgãos de abastecimento, a Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab, complementada pela Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal, pela Comissão de Financiamento da Produção – CFP e pela Companhia Brasileira de Armazenagem – Cibrazem.

Esses órgãos criados numa mesma época, com funções similares e complementares, poderiam, dentro de um critério de racionalização administrativa, terem se constituído num só. Mas o que se observa historicamente na administração pública é a tendência à hipertrofia do aparelho burocrático estatal, ampliando assim o seu poder de centralização, e, conseqüentemente, facilitando o poder de influência das elites que dominam a riqueza do país.

Nas regiões mais desenvolvidas, como o Centro-Sul, existe um maior grau de integração do sistema de comercialização com o setor produtivo. O setor de comercialização de alimentos é altamente capitalizado e sofre grande domínio das empresas comerciais oligopolistas, que se instalaram nas grandes capitais, inicial-

mente na década de 60, e que se consolidam na década de 70, ao se expandirem para as cidades de porte médio e regiões menos desenvolvidas. Dado o caráter menos dependente do produtor, em relação às regiões menos desenvolvidas do país, os preços apresentam-se mais vantajosos, quando em condições normais de oferta e procura. Os preços dos produtos de exportação não sofrem as pressões baixistas, tão comuns aos produtos básicos, pois os grandes produtores contam com mecanismos de incentivos governamentais, garantia de mercado e, geralmente, apresentam-se de forma organizada, pressionando o poder público no atendimento de seus interesses.

No Nordeste, a cadeia de intermediação que atua na área de alimentos básicos junto aos pequenos produtores apresenta-se de forma bastante complexa, a exemplo do que revelou a pesquisa realizada pela Sudene, em fins de 60. Os diferentes personagens dessa cadeia estão representados por ajuntadores, comerciantes locais, açambarcadores das feiras e dos caminhões e grandes atravessadores.

A intervenção militar na alimentação

Com os militares no poder, a partir de 31 de março de 1964, a Campanha Nacional de Merenda Escolar passa a ser dirigida por um general e recebe as seguintes missões da Presidência da República: restabelecer as boas relações com a USAID – Agency for International Development, administradora do “Programa de Alimentos para a Paz”; e reativar e “interiorizar” a ação da campanha. Com esse reforço cria-se o “Programa de Almoço Escolar”, e a campanha sofre alterações em seu nome, passando a denominar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE. São ampliados os entendimentos com as indústrias de alimentos formulados ou “nutricionais”, sendo abertos novos horizontes para esse setor no programa. As indústrias são reconhecidas pelo governo federal como de “segurança nacional”, tendo em vista o compromisso assumido com as Forças Armadas de fornecer produtos formulados desidratados para treinamentos militares. Isto determinava a necessidade de se garantir um mercado cativo para essas indústrias, que pudesse

possibilitar a preservação desse segmento industrial altamente especializado, daí ter sido ampliado o mercado da “merenda escolar” para abrigar os produtos formulados.

Em 1967, o SAPS foi extinto pelo governo militar, possivelmente devido ao seu poder de congregar a classe trabalhadora em suas estruturas de restaurantes populares, facilitando os movimentos sociais, reprimidos pelos governos daquela época.

Ainda nesse ano, foi criado por decreto-lei o primeiro Código Brasileiro de Alimentos, constituindo a Comissão Nacional de Normas e Padrões de Alimentos – CNNPA, que tinha em sua composição, além de membros dos setores públicos afins à saúde e alimentação, representantes da Associação Brasileira de Indústrias de Alimentos – ABIA e da Confederação Nacional de Indústrias – CNI, entidades lideradas pelas multinacionais dos alimentos. Sem dúvida alguma, a criação do Codex Alimentarius Internacional da FAO/OMS, nessa década, foi o fator principal no início de um processo mais estruturado de elaboração de normas sanitárias de alimentos, sob a coordenação do setor saúde. A finalidade do Codex Alimentarius é propor normas internacionais de alimentos, através de um fórum constituído por países-membros, para facilitar o comércio entre nações.

Em seguida, em 1969, o Decreto-Lei 986 instituiu as normas básicas sobre alimentos, atribuindo ao Ministério da Saúde a competência do registro de alimentos e descentralizando a fiscalização sanitária para as Secretarias de Saúde dos estados, territórios, Distrito Federal e municípios. À legislação básica, seguem-se uma série de normas e padrões de alimentos, que foram baseados na legislação francesa e americana, ignorando completamente a realidade ecológica e tecnológica brasileira. Na prática essas normas não eram controladas pela fiscalização sanitária, uma vez que esta envolvia-se em atividades meramente “cartoriais”, utilizando-se de uma estrutura tecno-administrativa extremamente frágil.

O primeiro programa nacional de alimentação e nutrição – a criação do INAN

Em reunião especial dos ministros de Saúde das Américas, em 1972, contando com a participação do Brasil, foi consolidada a idéia de se criar um sistema de assessoramento, para os países latino-americanos, objetivando apoiá-los técnica e politicamente em seu compromisso de combater a desnutrição. Isto resultou na criação do Projeto Interagencial de Promoção de Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição – PIA/PNAN, contando com a

participação da OPS/OMS, FAO, Unicef, Unesco e Cepal.

Nessa época o Programa de Alimentação Escolar estava em crise, o Programa Materno-Infantil era muito limitado e redu-

tivo de acelerar a melhoria das condições alimentares da população, contribuindo para a elevação dos níveis de saúde, índices de produtividade e níveis de renda. Não conseguindo atuar na merenda



zido, as doações de alimentos do governo americano estavam em vias de extinção. Então, em 1972, o governo brasileiro cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, subordinado ao Ministério da Saúde. Com essa medida foi extinta a Comissão Nacional de Alimentação – CNA, e ao mesmo tempo previa-se a absorção da CNAE pelo INAN, o que não ocorreu devido a interferências de natureza política.

O INAN tinha os seguintes propósitos: assistir o Governo na formulação da política de alimentação e nutrição; elaborar e propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – Pronan, propor sua execução, avaliação e controle; funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição.

O I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição é criado em 1973, com o obje-

escolar, só restava ao INAN a assistência alimentar ao grupo materno-infantil. O governo então adota uma nova estratégia ao criar o Projeto de Atividades Comunitárias e Alimentação – ACAL. O Projeto ACAL tinha como objetivo atender o grupo familiar com ações de desenvolvimento comunitário, através da assistência social, capacitação de mão-de-obra, saneamento básico e melhoria da alimentação pela educação e assistência alimentar. Conseguiu atender a 123.000 pessoas em 31 municípios brasileiros, que respondiam a uma coordenação estadual subordinada diretamente ao INAN, em Brasília.

A ação vertical do INAN, ignorando as demais estruturas setoriais de governo e as administrações estaduais e municipais, gerou descontentamentos, que somados aos problemas de natureza administrativa da instituição conduziu o novo governo

federal, que assumia naquela época, a instaurar, em março de 1974, inquérito administrativo, com demissão de vários dirigentes e funcionários, ficando o INAN sob intervenção administrativa de abril a agosto de 1974.

O II Pronan, uma nova tentativa de política no setor

Em setembro de 1974, inicia-se uma nova administração no INAN, com o propósito de elaborar o II Pronan e recuperar a imagem tão desgastada do órgão perante a opinião pública. Em 1975, contando com o apoio do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – CNRH/IPEA, o INAN apresenta à Presidência da República a proposta do II Pronan, elaborada em conjunto com o CNRH. Em fevereiro de 1976 é aprovado pelo Decreto 77.116 o II Pronan, decisão esta que foi anunciada, com conotação político-partidária, pelo então presidente da Aliança Renovadora Nacional – Arena, o deputado Francelino Pereira, em comício realizado em Niterói/RJ, abrindo assim a campanha do partido com vistas às próximas eleições municipais.

O II Pronan tinha três linhas básicas de ação: a suplementação alimentar ao grupo materno-infantil, escolares e trabalhadores; o estímulo e a racionalização da produção e comercialização de alimentos básicos; e ações complementares de pesquisas, capacitação de recursos humanos, combate às carências específicas. A sua filosofia era considerar a suplementação alimentar como emergencial e transitória, reconhecendo que grande parte da população de baixa renda, aquela com renda inferior a dois salários mínimos, não tinha acesso a uma alimentação básica satisfatória, constituindo-se em público-alvo do programa. Neste sentido, a suplementação alimentar representaria um mercado alternativo capaz de absorver os excedentes de produção de alimentos básicos, ao garantir preços mais remuneradores para os pequenos produtores de alimentos, integrados ao sistema de aquisição e distribuição do Pronan, formado pela Cobal, CFP, BNCC, Embrater, Companhias Estaduais de Desenvolvimento Agropecuário – CIDAs e cooperativas de produtores.

Com o II Pronan foram criados vários subprogramas e projetos coordenados pelo próprio INAN e pelos diferentes seto-

res e instituições que integravam o Conselho Deliberativo do INAN. Dentre eles destacavam-se:

- O Programa de Nutrição em Saúde - PNS, fornecia alimentação básica suplementar ao grupo materno-infantil através dos serviços básicos de saúde e era coordenado pelo INAN;
- O Programa de Complementação Alimentar - PCA, fornecia complemento alimentar à base de produtos formulados desidratados ao grupo materno-infantil através das unidades assistenciais da LBA. Era coordenado pela LBA/MPAS;
- O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, coordenado pela CNAE/MEC (hoje FAE/MEC), fornecia merenda escolar à rede de ensino oficial de 1º grau;
- O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, coordenado pelo Ministério do Trabalho, instituído pela Lei 6321 de 14/04/76, que permite deduzir do núcleo tributável, para fins de imposto de renda, o dobro das despesas realizadas por empresas em programas de alimentação do trabalhador previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho, até o montante de 5% do lucro tributável. A alimentação tanto poderia ser produzida, sob forma de uma refeição, no próprio estabelecimento que emprega o trabalhador, como adquirida em empresas concessionárias de refeições, ou através do sistema de cupons que são distribuídos pelas empresas ao trabalhador, habilitando-o a servir-se em restaurantes, bares e lanchonetes autorizados. O custo da alimentação está distribuído entre o trabalhador, que contribui com 20%, a empresa 32% e o governo federal 48%;
- O Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos - Proab, coordenado pelo INAN, consistia na venda de um elenco de alimentos básicos subsidiados às populações de periferias urbanas, através da rede de pequeno comércio varejista suprida pelos postos de vendas da Cobal, localizados em pólos estratégicos do comércio nessas áreas.
- O Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda - Procab, coordenado pelo INAN, consistia na garantia de mercado alternativo para a produção de alimentos básicos de pequenos agricultores, a preços remuneradores, estabelecidos a partir da cotação do mer-

cado atacadista. As aquisições se dão a partir de contratos com as CIDAs e cooperativas de produtores, envolvendo o BNCC (no crédito às cooperativas) e a Cobal na aquisição e distribuição aos programas do INAN.

No seu tempo de vigência, 1976/79, o II Pronan não conseguiu atingir seus objetivos, não foi capaz, enquanto instrumento político, de coordenar, de forma integrada, as diretrizes que envolviam os demais setores participantes. Cada instituição estabeleceu uma filosofia própria para seu programa e cada uma seguiu um rumo diferente, sustentado por poderes de sua própria burocracia ou por compromissos com o setor empresarial organizado. O papel do INAN ficou restrito à administração de seus próprios programas e projetos, enfrentando sempre em sua história restrições orçamentárias e problemas de alocação de recursos financeiros, além de problemas com sua estrutura de pessoal.

Endef - o perfil alimentar do povo brasileiro

O Estudo Nacional de Despesa Familiar - Endef, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE, em 1974, por amostragem domiciliar em todo o país, teve seus primeiros resultados divulgados somente em 1976. Foram dados médios, ainda não desagregados por grupos de rendas, utilizando parâmetros analíticos que forjavam a realidade. Entretanto, em 1979, o Banco Mundial apresenta um trabalho, "Brazil, Human Resources Special Report - World Bank Country Study, baseado em parâmetros recomendados pela FAO/OMS. Segundo a pesquisa, somente 32,8% da população brasileira possuíam uma dieta adequada em termos de energia, o que significava 72 milhões de brasileiros subalimentados. Esse trabalho demonstrava que as regiões mais afetadas eram o Nordeste e as fronteiras agrícolas, com índices de subalimentação de 80% e 87%, respectivamente. Com relação às faixas de déficits energéticos, 18 milhões de brasileiros tinham na sua dieta diária déficits acima de 400 Kcal, considerados de alto risco do ponto de vista da nutrição. No Nordeste este déficit atingia a 29,3% da população, e nas regiões de fronteiras, 32,2%. Com relação às diferenças de consumo entre população rural e urbana, em termos de consumo médio, a deficiência alimentar era maior na zona urbana, ou seja, 77% da população estavam subalimentados, enquanto que na rural os índices corresponderiam a 54%. Presume-se que as dificuldades de vida na zona urbana, quanto à alimentação, são maiores que na zona rural, onde as possibilidades de cultivo de alimentos, apesar de todo o pro-

blema agrário e do abandono do homem rural, sobrepujam as da zona urbana.

Pode-se admitir que o quadro de consumo alimentar da população brasileira de 1960 para 1974 se agravou. Os estudos de consumo realizados pela Fundação Getúlio Vargas em 1960 demonstraram que 61% da população apresentavam uma dieta deficiente em energia e que o problema era mais acentuado na zona urbana, com 53,7% de subalimentados, para 31% na zona rural. Estudos da Sudene, em 1968, realizados em Recife, demonstraram que o consumo médio de energia de sua população era de 2.283 Kcal, que, comparados com o da FIBGE/1974 - Endef (1.856 Kcal no Recife), revelam também a deterioração do padrão de consumo alimentar daquela população.

A realidade atual

Os diferentes programas sociais de alimentação, atualmente existentes, o PSA (antigo PNS), o PCA, o PNAE, o PAI, o Proab e o "Programa do Leite" da Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, funcionam de forma isolada, centralizados, verticais, paralelos e conflitantes em suas filosofias e mecanismos operacionais. Apesar de se dirigirem à população carente, não contam com o seu respaldo, pois foram em sua grande maioria planejados de cima para baixo. No momento existem algumas iniciativas institucionais no sentido de promover mudanças em seus programas, a exemplo da Fundação de Assistência ao Estudante (antiga CNAE), com a experiência de municipalização da alimentação escolar. O INAN vem liderando, a partir da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que contou com a participação de vários segmentos representativos da sociedade como um todo e interessados no tema, um amplo debate sobre a política de alimentação e nutrição, criando juntamente com a Universidade de Brasília - UnB, o Grupo de Estudos da Fome, vinculado ao Núcleo de Estudos em Saúde Pública - NESP, para promover estudos e debates sobre essa temática.

Historicamente, a intervenção do Estado visando contribuir para o controle da fome e da desnutrição não tem conseguido sequer amenizar o problema. A população brasileira continua vivendo numa sociedade injusta, onde a riqueza do país cada vez mais se concentra nas mãos de uns poucos, os salários se comprimem, a oferta de emprego é baixa, o custo de vida se eleva, a estrutura agrária irracional e desigual se acentua, as prioridades para a produção dirigidas ao mercado externo resultam na falta de incentivos à agricultura de alimentos básicos.

Ao analisarmos o período de 1960 a 1981, com relação à concentração de renda no país, observa-se que os 5% mais ricos da população aumentaram a sua participação na renda nacional de 28,3% para 32,7%, enquanto os 50% mais pobres passaram de 17,4 para 14,2%.

A Pesquisa Nacional de Amostras Domiliares – PNAD/FIBGE, demonstrou em 1983 que 47,5% da População Economicamente Ativa – PEA recebiam menos de 1 salário mínimo e 82% recebiam até 3 salários mínimos, enquanto que somente 3% da PEA recebiam mais de 10 salários mínimos.

Entre 1980 e 1983, segundo dados do INAN, o aumento dos preços dos alimentos básicos em Recife/PE e Belo Horizonte/MG foi equivalente ao dobro do valor dos reajustes do salário mínimo.

O Brasil possui 11 milhões de desempregados; 18 milhões de crianças carentes e abandonadas; 12 milhões de trabalhadores sem terra; 8,7 milhões de “bóias-frias”.

Os 80% das terras do Brasil estão nas mãos de 11% dos proprietários rurais; 42 milhões de hectares de terras aproveitáveis estão inexploradas e 240 milhões, mal utilizadas; 35 milhões de hectares estão nas mãos de multinacionais. No período de 1970 a 1980, 24 milhões de pessoas migraram para outros estados do país, devido, em sua maioria, à expulsão rural.

Segundo dados da Unicef, no Brasil morrem anualmente por fome cerca de meio milhão de crianças. Em 1984, 48% dos alistados no serviço militar foram desqualificados por apresentarem baixa estatura e baixo peso. Existem no país, segundo dados do INAN/MS, cerca de 14 milhões de pessoas atingidas pelo bócio endêmico, decorrente da carência de iodo na alimentação, especialmente as populações das zonas interiores, o que as torna incapazes para o trabalho e reduz a sua esperança de vida, colocando ainda em risco o desenvolvimento mental das crianças.

O Brasil é a 8ª economia do mundo, o 4º exportador mundial de alimentos e o 6º em desnutrição.

Uma proposta para reflexão

A história da alimentação brasileira tem registrado a criação e a recriação de instituições públicas, cujos nomes e siglas se alternam, geralmente com os mesmos objetivos, todas incapazes de cumprir os seus propósitos.

A assistência social às populações de baixo poder aquisitivo é relevante desde que desempenhe um papel mobilizador e promotor do desenvolvimento da cidadania, possibilitando a integração no pro-

cesso de desenvolvimento do país. Neste sentido, devem ser contemplados o direito à alimentação escolar e a creches, assim como o acesso a uma alimentação básica que garanta o atendimento das necessidades nutricionais diárias de todos os brasileiros. Ao contrário, a distribuição gratuita de alimentos, tipo PSA, ou PCA, ou “Programa do Leite”, favorece o clientelismo e a manipulação política, levando à desagregação social e à desmobilização e impedindo o exercício da cidadania. A distribuição gratuita de alimentos só se justifica, em caráter emergencial, quando em situações de calamidade pública, decorrentes de secas, inundações, e outros fenômenos climáticos ou acidentais que impeçam as pessoas de trabalhar e de obterem o seu próprio salário.

A nutrição da população deve ser objeto de uma política de desenvolvimento, que contemple necessariamente a redistribuição da riqueza nacional de forma justa e equitativa; o respeito e a preservação dos valores culturais e da saúde do povo; o direito ao trabalho e à terra, possibilitando uma remuneração digna que garanta o acesso de todos os membros da família à alimentação básica de boa qualidade sanitária, ao transporte, à educação, ao vestuário, à habitação e ao lazer.

Finalizando, é fundamental que se promova uma descentralização profunda dos planos e ações do governo, descendo até ao ambiente de vida comunitária mais simples da população, possibilitando a sua participação no processo de planejamento e o permanente controle social sobre as decisões do Estado. Isto não descarta o papel relevante das diversas esferas do poder público municipal, estadual e federal, que deverão, dentro de um processo participativo e integralizador, consolidar o conjunto das aspirações populares no âmbito de sua atuação, respeitando sempre os interesses coletivos da sociedade, de forma justa e equânime. □

Antonio Osvaldo Nunes Coutinho é nutricionista da FAE/MEC e docente do Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP/UnB.

Bibliografia

1. LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento – uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, Ministério da Agricultura, Binagri, 1979.
2. LINHARES, Maria Yedda Leite e Silva, Francisco Carlos Teixeira. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília, Ministério da Agricultura, Binagri, 1979.
3. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Volumes 1 e 2, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
4. COIMBRA, Marcos. *Uma história da alimentação escolar no Brasil*. Brasília, Ministério da

Educação/Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, 1982.

5. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975.

6. MELLO, Jorge Saldanha de. *Epidemiologia da fome*. Universidade do Estado da Guanabara – UEG, 1966.

7. JÚNIOR, Peregrino. *Alimentação e cultura*. SAPS, 1951.

8. COSTA, Dante. *Alimentação e progresso*. 2ª ed. SAPS, 1960.

9. COSTA, Dante. *Política nacional de alimentação*. 2ª ed. SAPS, 1960.

10. CASTRO, Ana Célia e outros. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, Ministério da Agricultura, Binagri, 1979.

11. GEORGE, Susan. *Como muere la otra mitad del mundo – las verdaderas razones del hambre*. Siglo Veintiuno Editores, 1980.

12. JÚNIOR, Caio Prado. *A questão agrária*. 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

13. MELO, Fernando Homem de. *O problema alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

14. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Raízes da fome*. 2ª ed. Fase/Editora Vozes, 1986.

15. CAMPINO, Antônio Carlos Coelho. *Economia da alimentação e nutrição*. IPE/SP, 1985.

16. COUTINHO, Antonio Osvaldo. *Comercialização de alimentos – um enfoque social*. Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Nutrição. Belém/PA, 1985.

17. WILBERG, Eunice de Quadros. *Os Significados da Política Social de Alimentação e Nutrição no Brasil*. Tese Apresentada no Curso de Especialização em Política Social – UnB/DF – 1984.

18. Ministério da Saúde. *Legislação sanitária brasileira*, 1977.

19. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

Resumen

ALIMENTACIÓN DEL BRASILEÑO – UN FRACASO OFICIAL

Para enfrentar el hambre de millones de brasileños, planes y acciones gubernamentales diversas se han empeñado, a lo largo de décadas, en crear y recrear instituciones públicas cuyos nombres y siglas van alternándose, pero todas incapaces de cumplir sus propósitos. Los diferentes programas sociales de alimentación – centralizados y en conflicto con sus objetivos y mecanismos operacionales – funcionan aisladamente.

Abstract

NUTRITION IN BRAZIL – AN OFFICIAL DISASTER

Down the decades, a jostling succession of public institutions have thought up and revamped the most varied plans and government actions – all of them incapable of achieving their aims – for assuaging the hunger of millions of Brazilians. The different social nutrition programmes work in isolation; they are centralized, while their objectives and operational mechanisms are at odds with each other.

MODERNIZAR A PREVIDÊNCIA É MODERNIZAR O BRASIL.

115 milhões de brasileiros precisam da Previdência desde o nascimento até a morte.

O povo da Previdência é quase todo o povo do Brasil.

E a Previdência é do povo. Com todas as suas falhas, insuficiências e injustiças. E com toda a grandeza de sua missão social, que nem todos conseguem ver.

A conquista da justiça social passa, em grande escala, pela Previdência.

Mas por uma Previdência moderna, ágil, dinâmica e justa, que deve ser construída sem demora.

Uma Previdência que funcione, dê respostas rápidas e atenda bem a todos os brasileiros.

Esta é uma obra gigantesca e urgente. Devemos informatizar todo o sistema previdenciário e elevar seu grau de eficiência.

Por isso mesmo, esta tarefa é

não só do governo e do Ministério da Previdência, mas também de todos os funcionários e, mais ainda, de todas as forças vivas do país, sensíveis à questão social.

Trata-se de uma tarefa que requer a participação e o talento de milhões de brasileiros, de dentro e de fora da Previdência.

A luta já começou. Nós estamos empenhados nela e sabemos que não vai terminar tão cedo e certamente exigirá o esforço de mais de uma geração.

O importante é avançar e continuar avançando. E ter a consciência

bem clara de que é por aí que transita o futuro do Brasil moderno.

Ou o futuro seguirá sendo apenas uma esperança.

EFICIÊNCIA

PARTICIPAÇÃO

JUSTIÇA

AGILIDADE

RAPIDEZ

MELHOR
ATENDIMENTO



PREVIDÊNCIA

MODERNIZAR PARA FUNCIONAR

Ministério da Previdência
e Assistência Social – MPAS

Governo José Sarney
Tudo Pelo Social

UnB

um projeto em processo

Humanidades
universidade
brasileira
hoje
1

o projeto de longo prazo, em execução na UnB, demonstra o potencial da universidade brasileira, buscando uma nova maneira de ser na sala de aula, no relacionamento entre professor e aluno, uma forma de rebeldia que destrua as teorias existentes, procurando construir, a cada dia, novos produtos da consciência humana em seu processo de libertação.

Cristovam Buarque

através de

conquista do tempo livre: crescente eficiência, pela ciência e tecnologia, na transformação da natureza, submetendo-a aos interesses da sociedade na procura do bem-estar e do tempo livre.

busca de racionalidade no processo social de conquista e uso do tempo livre: pelo desenvolvimento da ética e a militância política; para a obtenção e defesa da paz, e dos direitos humanos sob todas as suas formas, visando a distribuição equitativa, entre os homens, da liberdade conquistada no presente; e o uso equilibrado da natureza, de maneira a não sacrificar o potencial de liberdade das próximas gerações.

prática da liberdade através de todas as atividades culturais com conteúdos estéticos, através das artes, das ciências, da filosofia, das reflexões diletantes.

ampliação do
horizonte de
liberdade

O homem não nasceu para ser alfabetizado ou doutor: nasceu para ser livre. O projeto humano consiste em permanente exercício de libertação. Diferentemente de todas as demais espécies, a sociedade humana caracteriza-se por histórica ânsia de ampliação no horizonte de sua liberdade, através da conquista de tempo livre e do uso cultural do tempo livre conquistado. Para que isto seja possível, a sociedade humana organiza e transforma constantemente suas instituições, procurando construir a liberdade através de uma das três linhas de ação:

1º – o avanço técnico-científico, em todas as áreas comprometido com a busca de uma maior eficiência na transformação da natureza, submetendo-a para ampliar o bem-estar e conquistar tempo livre, graças à redução no trabalho social necessário à sobrevivência física do conjunto da sociedade;

2º – a definição de uma ética de propósitos e a prática política na condução do processo histórico, corrigindo as distorções que surgem no projeto libertário: ao surgirem freios no avanço da liberdade social; ao distribuir desigualmente a liberdade e os seus benefícios; ou, ainda, ao ameaçar, pela ganância das gerações presentes, o equilíbrio ecológico necessário para viabilizar o projeto, nas próximas gerações.

3º – a prática constante das atividades estéticas em todas as áreas das artes, das reflexões, das ciências e de todo o conhecimento, como forma de, livremente, usar o tempo livre na função hedonista do prazer intelectual.

Vista em perspectiva histórica, cada instituição social surge dentro deste propósito de realização: hospitais, fábricas, fazendas, empresas de construção, para ampliarem o nível de saúde, de bem-estar e de conforto, sem os quais a liberdade não passa de um conceito; museus e teatros para facilitarem a prática das artes; o Estado para assegurar eficiência na organização social e defender a liberdade de seus cidadãos etc... Mas só a universidade é capaz de participar nas três linhas de conquista libertária.

À universidade cabe um papel fundamental na realização do avanço técnico e científico, comprometido com uma maior eficiência na relação do homem com a natureza, através das engenharias, da medicina, das matemáticas e ciências básicas em geral.

À universidade cabe papel fundamental na prática e no desenvolvimento cultural, nas artes, na filosofia, nas matemáticas.

À universidade cabe também um papel fundamental no entendimento do processo social, através das ciências sociais, reflexões éticas e na condução do processo social através da ação política.

O processo de libertação não ocorre de forma linear. Ao longo da história, todas as instituições foram capturadas dentro dos interesses e da lógica das classes dominantes. Quando os interesses destas classes estão dentro da lógica maior do processo de libertação, a universidade, como as demais instituições, aceita o papel que lhe cabe dentro desta lógica. Nestes períodos, paradigmáticos, a universidade cumpre integralmente seu papel, sobretudo graças ao avanço técnico e científico que gera, conformada aos desígnios da ordem estabelecida. E nesta ordem fica também ordenada a própria universidade.

Quando a classe dominante demonstra sua incapacidade para fazer avançar o projeto humano, que passa a se chocar com seus interesses de classe, cabe à universidade um papel mais radical, de continuar a sua função de avanço técnico e prática das artes, ao mesmo tempo que amplia sua crítica teórica à estrutura social e sua militância política na derrubada dos entraves à liberdade. Para isto, porém, a universidade tem que superar-se. Como ela está organizada para servir uma estrutura sócio-econômica em decadência, ela perde a perspectiva global do destino humano, deixa de entender o rumo libertário do processo histórico. E cai na miopia do presente. Por um lado, presa ao otimismo de que nada tem a fazer além de seu específico trabalho de reprodução do saber; por outro lado, presa ao pessimismo de que nada adianta fazer além deste trabalho específico. Até a própria palavra liberdade passa a assustar, vista como fazendo parte da ideologia da classe dominante que a capturou.

Ao surgir, no começo deste milênio, a universidade já carregava, obviamente, a busca de uma eficiência na realização de uma liberdade superior àquela obtida pelos conventos no milênio anterior. Para isto, seguia a estrutura proposta por Quintiliano e depois por Casiodoro, no século VI, de retirar o ensino da família para uma instituição especializada, dedicada às artes, às letras e à medicina. Apesar das adaptações realizadas ao

longo de 1000 anos, não fugiria desta base.

A universidade era um centro de debates, de festa, de prática dos sentimentos estéticos, de liberdade entre estudantes e professores, que eram ao mesmo tempo funcionários administrativos.

Com a revolução industrial, a partir do final do século XVIII, a liberdade do homem passa a ser identificada à eficiência da transformação dos recursos naturais em bens e serviços. Começa a deixar de ser importante a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se definitivamente a preocupação ética, fazendo com que a procura da liberdade social se fizesse sem consideração de como ela se distribuiria. A militância política passou a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um, sem função universitária.

Para adaptar-se a este momento, a universidade organizouse, eficientemente, por Departamento isolados; e definiu normas, princípios e conceitos-de-si, que ao defendê-la do mundo externo aprisionou-a ao tradicionalismo. No momento de crise, quando todas as instituições devem se reciclar para servirem ao projeto de libertação, a primeira obrigação da universidade é liberar-se a si própria, de seus preconceitos.

Diferentemente dos demais países latino-americanos, de colonização espanhola, o Brasil não teve as universidades renascentistas criadas nos primeiros séculos da colonização. No Brasil, a universidade já surgiu com uma concepção de liberdade identificada com a obtenção do nível de vida dos países desenvolvidos.

Apesar de um certo bacharelismo inicial, a universidade brasileira já começa comprometida com a eficiência de cada escola independente. Sua história divide-se portanto em 4 períodos.

O primeiro momento, até 1945, de universidade incipiente em que os estudantes lutam pela liberdade política e pelas primeiras formulações de um novo país.

O período de 45 a 64, em que a universidade se compromete com a defesa da democracia e a construção da sociedade tecnologicamente moderna, quando surgem, ao lado da luta pelo petróleo e pelas reformas de base, a formação das escolas de engenharia e os primeiros institutos de ciências.

O período entre final dos anos 60 e o começo dos 80, em que a universidade consolida seus departamentos, desenvolve suas pesquisas, cria tecnologias, constrói um país dinâmico, ao mesmo tempo em que analisa, denuncia e luta contra a ditadura.

Finalmente, o atual momento de crise. A universidade perde o heroísmo de luta pela democracia política que o país conquistou com a sua ajuda. O modelo sócio-econômico que justificava e financiava suas pesquisas, e a formação que ela produzia, entra em crise. Os recursos escasseiam, sobretudo os necessários em dólares para bolsas, livros, equipamentos. Os salários caem com os recursos. Em troca da segurança física surge a insegurança social. Em lugar da luta pela liberdade, a luta por salários. Em vez do grande compromisso com a democracia global, a luta pela democracia interna, às vezes, para defender privilégios corporativistas. Em lugar da ciência, a dúvida. Em lugar da automática promoção social, o desemprego. Em lugar de funcionários administrativos dóceis e alienados, paternalisticamente defendidos por professores e estudantes, grupos sindicais fortes, ainda alienados dos interesses da instituição, mas organizados e dispostos a rapidamente demonstrarem que existem, e reivindicarem direitos crescentes. Ainda mais grave: a consciência de que o passado acabou, mas ainda não temos um futuro. Os ricos e classe média já não pedem projetos arquitetônicos como antes; mas ainda não há um mercado para projetos que solucionem o problema de habitação popular. A ortodontia, a cirurgia de rejuvenescimento, a psicanálise, as centrais nucleares, as grandes estruturas e o milagre econômico caem de moda. Mas nada apareceu, ainda, no lugar.

Ao longo das décadas, nenhuma outra instituição brasileira contribuiu de forma tão coerente, marcante e eficiente no processo de construção de um país novo, quanto a universidade.

A indústria, apesar de todos os recursos que o Estado lhe subsidiou, não gera o emprego necessário. As instituições financeiras, públicas e privadas, por incompetência e descompromisso, têm sido instrumentos de crise. Os governos das últimas décadas tolheram a liberdade e fizeram do país um monstro social, um caos econômico e uma incógnita política.

Ao longo das crises do projeto de nação industrial nos moldes importados cada instituição brasileira ingressou em um processo de autodestruição. Contudo, neste mesmo período, a universidade criou e continua a criar sólida massa crítica de mão-de-obra qualificada e acervo de conhecimentos em todas as áreas, fazendo do Brasil um dos poucos países do Terceiro Mundo em condições de dar o salto científico e tecnológico para o próximo século.

Mas, a universidade se limita, ainda, a produzir para uma estrutura social em grave crise. A sua produção, com muito mais "qualidade" hoje do que antes, está, entretanto respondendo a perguntas antigas, a maior parte delas superadas. Daí a crise da universidade.

É o momento mais trágico e por isto mesmo o mais rico da história da universidade brasileira. É o momento em que vamos poder participar da descoberta de um novo país, da formulação de um novo rumo para a liberdade e da construção de uma sociedade livre, praticando a liberdade. A crise de idéias e propostas para o futuro do País, da humanidade, dá à universidade a grande chance de sua história. A universidade em crise deve transformar-se em uma universidade para a crise.

Para isto é preciso crescer transformando-se, adaptando-se ao momento.

a ç ã o
transformadora eficiente sobre o meio;

r e a ç ã o
pelo sentimento, reflexão, linguagens,
estéticas, convivência e prazer;

i n t e r a ç ã o
ética na prática comprometida com as
novas exigências da sociedade

A UnB tem claro seu papel de instituição com um objetivo global: a luta pela ampliação do horizonte de liberdade da Humanidade especialmente na parcela que corresponde ao Brasil. E sabe que neste momento isto não se faz apenas através da formação de mão-de-obra tradicional para o mercado.

libertação como ponte
educação como ponte

o projeto da UnB

Quando um país tem claro o seu projeto nacional, o papel da universidade é apenas produzir mão-de-obra qualificada. Responder às perguntas formuladas pelo sistema social. Quando, porém, este sistema entra em crise, a produção da universidade deve levar em conta a perplexidade social; assumindo posição de vanguarda no entendimento da qualidade, na formulação de idéias alternativas globais e específicas.

O principal objetivo de um projeto de universidade, portanto, é retomar velocidade na formulação de idéias novas. A partir de novas perguntas, levá-la, outra vez, à vanguarda na geração de idéias de qualidade.

Qualidade: Não se pode imaginar, em nenhum momento, uma universidade sem qualidade, mas especialmente em momentos de crise a qualidade torna-se condição absolutamente necessária. Os momentos de funcionamento eficiente do sistema social permitem esconder a mediocridade repetitiva. Mas a crise é intolerante, ela só respeita a qualidade criativa.

A universidade, como qualquer outra instituição, não pode transigir na procura de ser uma elite nas suas funções. Cada membro da comunidade universitária deve ter um compromisso com a excelência, com o máximo rigor na sua área. A universidade deve ter compromisso em ser uma elite, com o compromisso de não restringir sua função à elite social e econômica do país.

Compromisso: para que seja elite mas não para a elite, a qualidade deve ser acompanhada de um compromisso com a realidade da transformação do presente e da construção do futuro. Nos momentos paradigmáticos, o compromisso com o *status quo* e o *establishment* é tolerado como parte de um projeto de libertação em andamento. Mas na crise não há lugar para o tradicionalismo.

Sentimento: Finalmente, nos períodos de eficiência dos sistemas, a racionalidade aparece como soberana, relegando-se toda forma de saber novo, toda tolerância com o sentimento. Mas na crise a racionalidade tradicional entra em colapso, e a construção de uma nova razão passa pela descoberta da importância do sentimento e pela constatação de uma razão e uma finalidade no próprio sentir, como parte dos objetivos da universidade.

A UnB está tentando atingir os seus três objetivos imediatos através de quatro funções igualmente importantes.

■ **O Ensino:** função tradicional e cada vez mais importante, sobretudo diante do desprezo com que tem sido tratada nos últimos 20 anos, em benefício da pesquisa. Mas é preciso que este ensino seja transformado: da transmissão pura e simples de teorias antigas, válidas nos momentos de eficiência, para a crítica, a inquietação, a dúvida, a provocação de novas idéias; do compromisso com um passado onde a unidisciplinaridade dos currícula vitae eram suficientes para assegurar bons empregos, para currícula onde a formação multidisciplinar comprometa o aluno com problemas da realidade; é preciso sair da chatice das aulas repetitivas para a aventura da prática de novos métodos.

Estas mudanças só se farão quando os alunos de fato estiverem interessados e mobilizados para exigirem de professores e administradores.

■ **A Pesquisa:** Se não se deseja ensino repetitivo de velhas idéias, a pesquisa é elemento chave do processo universitário. Nenhuma tolerância é possível com uma universidade sem pesquisa. Mas é preciso que a pesquisa não seja ela própria repetitiva. O excesso de priorização dada à pesquisa, a cobrança de resultados imediatos, levou à sofreguidão da produção de textos, confundida como sinônimo de geração de novas idéias, novos conceitos, de descobertas, sem o que a pesquisa perde sentido, por ser apenas a repetição silenciosa do que faz o professor repetidor. Além disto, é preciso que, ao lado da pesquisa livre, comprometida apenas com o saber, haja também, sobretudo nas áreas tecnológicas, a produção de pesquisa comprometida com a solução dos problemas reais da sociedade.

■ **A Extensão:** A idéia da extensão tem estado presente nas últimas décadas na visão de universidade brasileira. Entretanto, sua prática sempre foi restrita e em geral assistencialista. Em um país dividido em classes tão diferenciadas, a busca da liberdade e sua distribuição igualitária e o compromisso com o real exigem convivência forte com o mundo externo, através de variados programas de extensão, em dois sentidos, da universidade ao mundo que a cerca, e deste à universidade.

■ **A Democracia:** Ao lado de suas 3 funções tradicionais, a universidade precisa incluir o processo democrático como uma de suas funções. A prática da democracia na universidade não é apenas um direito da comunidade interna, nem a procura de uma maior eficiência do processo democrático, ela é parte integrante da função acadêmica, juntamente com o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas é preciso que esta democracia interna se faça em um compromisso inalienável com a democratização crescente da democracia externa.

militância
sem visão
limitada

os objetivos imediatos

Para realização de seu projeto, a UnB utiliza seis instrumentos básicos.

■ **Os Departamentos:** A universidade levou quase 900 anos para descobrir sua estrutura departamental, onde o conhecimento evolui através da eficiência da produção especializada por categoria do conhecimento. Nenhum aspecto da crise atual faz prever o fim do departamento como elemento chave do processo universitário, com a qualidade na categoria específica de área do conhecimento.

■ **Os Núcleos Temáticos:** Entretanto, no atual momento, os departamentos não são suficientes para compor uma universidade que busque compromisso com os problemas da realidade. Cada um destes problemas só pode ser enfrentado a partir de uma visão multidisciplinar que, indo além das categorias específicas do conhecimento, abarque todas as nuances e desafios do entendimento de problemas temáticos. A solução em execução é a criação de uma estrutura de núcleos temáticos multidisciplinares que permita aos profissionais da universidade organizarem-se também por temas, além de serem partes de cada departamento; e atraiem a convivência de profissionais externos à universidade, na procura do entendimento e solução dos problemas.

Os núcleos temáticos complementam e apóiam o trabalho de cada departamento. Eles oferecem a alternativa para complementar o trabalho de cada pesquisador, professor, aluno, aproximando-os dos colegas de outros departamentos, complementando-se mutuamente no enfoque para o estudo de temas específicos.

Para promover a integração dos núcleos, criados diretamente pelos interessados, foi implantado o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), que coordena, apóia, sob a orientação de seu Conselho Deliberativo e controle do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o funcionamento das atividades multidisciplinares.

■ **Os Núcleos Culturais:** A organização matricial, bilinear, departamental e temática não é suficiente para a disseminação interna da prática humanista, necessária para levar à comunidade a consciência sobre a realidade, sobre o próprio pensamento e a prática de vida e a função de cada membro da comunidade acadêmica. Também não é suficiente para fazer da universidade local de vida agradável.

A alternativa em execução na UnB consiste em oferecer condições e induzir os membros da comunidade à prática humanista através de núcleos culturais que aglutinem a comunidade em três setores: as artes, os esportes e a reflexão filosófica e metodológica.

Não se trata, porém, de organizar núcleos culturais de pessoas especializadas em literatura, em artes, etc. Ao contrário, trata-se de aglutinar aqueles que praticam estas manifestações em complementação às suas áreas específicas de especialização e de vinculação acadêmica.

O que deve caracterizar os núcleos culturais não é necessariamente a atividade não-científica, mas sim a atividade vista esteticamente como finalidade, como desejo. É conveniente, por exemplo, a promoção de núcleos culturais de matemática, de computação, de geografia, que reúnam profissionais de outras áreas interessados nestes conhecimentos como uma prática estética, uma manifestação cultural da finalidade da liberdade.

O mesmo ocorre com os que se aglutinam na prática dos esportes.

Nestes últimos 15 meses, na UnB, a indução da atividade artística tem sido realizada através do Centro de Apoio às Atividades Artísticas Culturais, enquanto que a indução da prática esportiva é feita pelo Centro de Apoio às Atividades Esportivas.

O Centro de Apoio às Atividades Artísticas e Culturais, além

de promover internamente os núcleos de Dança, dos Pintores, de Poesia, de Vídeo, de Cinema, de Literatura, de Teatro e Corais entre outros, promove também encontros de artes com a comunidade.

O Núcleo de Promoção da Reflexão Filosófica e Metodológica, por sua vez, tenta levar a toda a universidade a consciência de que somos um centro de produção de pensamento e por isto devemos, antes de tudo, saber o que significa pensar, como pensamos; o que é e como praticamos ideologias, e nos escondemos, sem saber, atrás delas; e o verdadeiro significado da ciência.

■ **Os Núcleos Permanentes de Extensão:** Apesar da grande importância das mudanças estruturais, elas seriam insuficientes se não fossem acompanhadas de forte vinculação da universidade com o mundo externo. Nenhuma mudança tocará mais sua estrutura do que a mudança em sua relação com o exterior.

Dá-se ênfase especial às atividades de extensão, de maneira a consolidá-las definitivamente no mais curto espaço de tempo. A política de extensão deve promover a integração da universidade com os setores tradicionalmente marginalizados do conhecimento acadêmico e levar o conhecimento produzido a ser aplicado a serviço da maioria da população.

Para a efetivação dessa política, foram criados os Centros de Apoio aos Núcleos Permanentes de Extensão e o de Apoio a Programas de Atividades de Extensão. Dois núcleos externos estão funcionando, através dos projetos Ceilândia e Novo Gama e, recentemente, foi criado o Núcleo Permanente de Extensão Paranoá. Nestes projetos são desenvolvidas atividades de saúde popular, assistência jurídica e materno-infantil, com a participação de estudantes, professores e técnicos das áreas de Serviço Social, Agronomia, Farmacologia, Direito, Psicologia, Educação Física, Educação Artística e Antropologia.

■ **Os Órgãos Colegiados:** A importância da prática democrática, sobretudo em uma universidade que sai de um regime autoritário, exige a consolidação do poder e de intervenção de todos os órgãos colegiados. Por isto a ênfase no respeito a estas instâncias, que no caso da UnB são constituídas pelo Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Conselho de Administração. Além destes foram reorganizados, e sistematicamente respeitados em suas funções, as Câmaras de cada Decanato, as Congregações de Carreira, os Conselhos Departamentais de cada Instituto e Faculdade, e os Colegiados de cada Departamento.

■ **Associações de Alunos, Professores e Funcionários:** Em momentos históricos de ruptura dos modelos sócio-econômicos, a formação e a prática humanista não podem prescindir da prática política. Nesta última, o único papel que cabe à administração é o de garantir o quadro de liberdade e tolerância. Além disto, o firme propósito de não confundir democracia com paternalismo, nem cair no democratismo. Um dos graves perigos do processo de democratização universitária consiste no risco do assembléismo e democratismo que decorre da confusão entre a linha hierárquica da administração e a linha política de poderes. A UnB separa rigidamente estas duas linhas, jamais comprometendo as decisões pelos órgãos colegiados e as opções dos segmentos por suas associações.

Cada membro da comunidade dispõe de, pelo menos, três instrumentos de funções básicas: o seu departamento, que organiza e promove a produção do saber por categoria científica; os núcleos temáticos dos quais ele quer participar de forma a organizar e compor este saber com saberes de outras categorias científicas, e os núcleos culturais e esportivos.

Para que este projeto seja realizado, é necessário um conjunto de políticas, programas e projetos que, de forma coerente, conduza e articule o processo de construção de uma universidade.

A visão de uma universidade tridimensional, unitária, não esgota, porém, a estrutura necessária à formação de um eficiente complexo de produção do saber, em todas as áreas.

Nas últimas décadas, a rigidez da concepção de um tipo de universidade, levou a um esvaziamento das universidades, com o surgimento de Entidades Especializadas, centros de pesquisa científica e tecnológica, e de treinamento. A liberdade da universidade precisa ser complementada.

A proposta da UnB é de se complementar com a criação, a partir dela e sob sua coordenação, de quatro novos organismos, que formariam, ao seu lado, a Fundação Universidade de Brasília:

O Centro FUB de Produção e Difusão Cultural, o Centro FUB de Desenvolvimento Científico, o Centro FUB de Produção e Desenvolvimento Tecnológico e o Centro FUB de Treinamento.

O FUB-Cultura se dedicará a apoiar e complementar a produção cultural da UnB.

O FUB-Ciência será um instrumento de dinamização das atividades científicas na UnB, ao mesmo tempo que servirá de base para a produção científica, nas formas que a UnB não possa, por si própria, produzir.

O FUB-Tecnologia será instrumento de apoio à UnB, ao mesmo tempo que ampliará a produção tecnológica.

O FUB-Treinamento, por sua vez, será o principal instrumento para complementar as atividades docentes da UnB, servindo à realização de todas as formas de ensino informal, diferente de graduação, mestrado e doutorado. Nesta forma, o centro será uma Universidade Livre de Brasília sob o controle da UnB.

Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
 Núcleo de Estudos em Transporte da UnB
 Núcleo de Estudos da Europa do Leste
 Núcleo das Licenciaturas
 Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
 Núcleo de Estudos Ambientais
 Núcleo de Estudos do Mundo Árabe
 Núcleo de Política Científica e Tecnológica
 Núcleo de Estudos da Paz e dos Direitos Humanos
 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher
 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
 Núcleo de Estudos Agrários
 Núcleo de Pesquisas Etnológicas Comparadas
 Núcleo de Estudos Asiáticos
 Núcleo de Estudos em Saúde Pública
 Núcleo de Estudos da Linguagem e Ideologia
 Núcleo de Estudos Portugueses
 Núcleo de Estudos Amazônicos
 Núcleo de Pesquisa para Habitação
 Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais
 Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
 Núcleo de Estudos Germânicos
 Núcleo de Estudos e Pesquisas Sonológicas
 Núcleo de Estudos sobre o Centro-Oeste
 Núcleo de Estudos Interuniversitários do Vale do Paraíba
 Núcleo de Estudos da Família, dos Estados e das Formas Alternativas de Sociabilidade
 Núcleo de Estudos da Irrigação
 Núcleo de Estudos da Criança

- FA** – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
 Departamento de Administração
 Departamento de Biblioteconomia
 Departamento de Direito
 Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais
- FE** – Faculdade de Educação
 Departamento de Métodos e Técnicas
 Departamento de Planejamento e Administração
 Departamento de Teoria e Fundamentos
- FS** – Faculdade de Ciências da Saúde
 Departamento de Medicina Complementar
 Departamento de Medicina Especializada
 Departamento de Medicina Geral e Comunitária
 Departamento de Educação Física
 Departamento de Odontologia
 Departamento de Enfermagem
 Departamento de Nutrição
 Departamento de Medicina Tropical
- FT** – Faculdade de Tecnologia
 Departamento de Engenharia Agrônômica
 Departamento de Engenharia Civil
 Departamento de Engenharia Elétrica
 Departamento de Engenharia Mecânica
 Departamento de Engenharia Florestal
- IA** – Instituto de Arquitetura e Urbanismo
 Departamento de Arquitetura
 Departamento de Urbanismo
 Departamento de Desenho
- IB** – Instituto de Ciências Biológicas
 Departamento de Biologia Animal
 Departamento de Biologia Celular
 Departamento de Biologia Vegetal
- IC** – Instituto de Expressão e Comunicação
 Departamento de Arte
 Departamento de Comunicação
 Departamento de Língua Estrangeira e Tradução
 Departamento de Teoria Literária e Literatura
 Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculos
- IE** – Instituto de Ciências Exatas
 Departamento de Física
 Departamento de Estatística
 Departamento de Matemática
 Departamento de Geociências
 Departamento de Química
- IH** – Instituto de Ciências Humanas
 Departamento de Antropologia
 Departamento de Economia
 Departamento de Sociologia
 Departamento de Serviço Social
 Departamento de História
 Departamento de Filosofia
 Departamento de Geografia
- IP** – Instituto de Psicologia
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
 Departamento de Processos Psicológicos Básicos
 Departamento de Psicologia Clínica
 Departamento de Psicologia Social do Trabalho

Núcleos Culturais

Núcleo de Teatro
 Núcleo de Dança
 Núcleo de Vídeo
 Núcleo de Música
 Núcleo de Literatura

uma universidade tridimensional

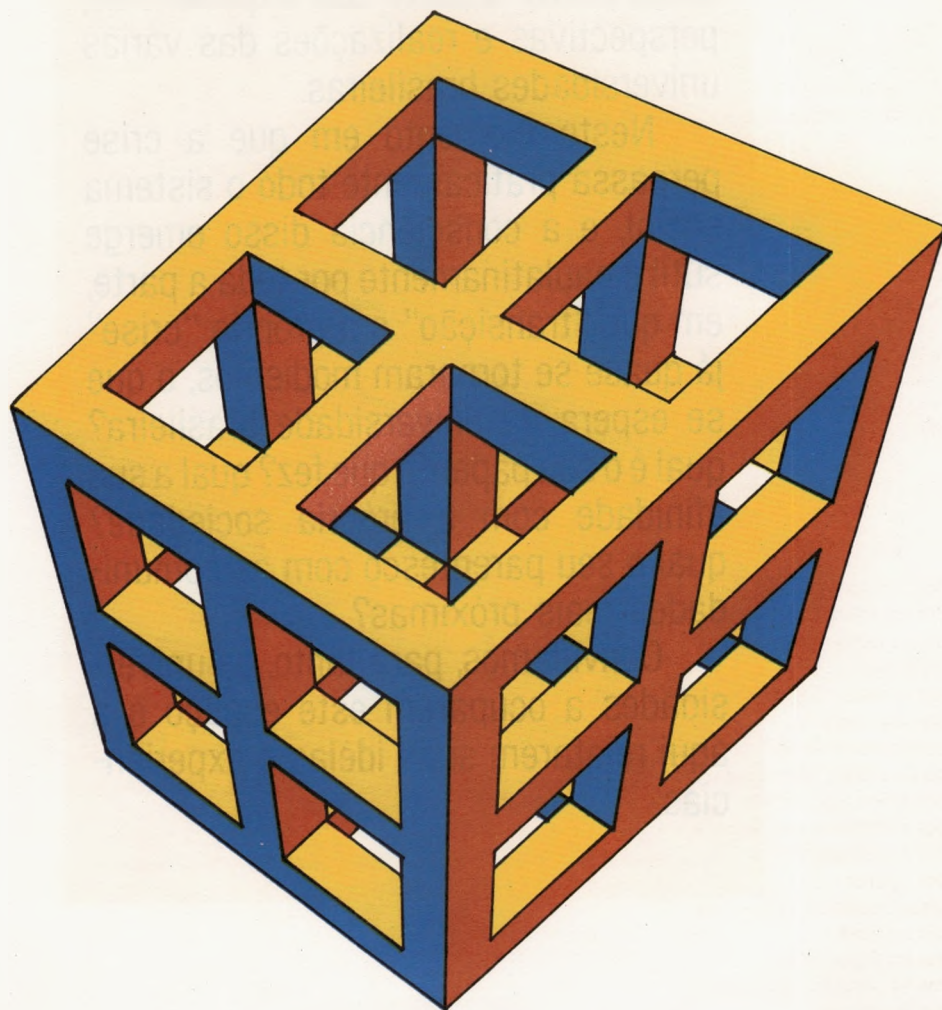


Ilustração de Sérgio Bessa e Mário Maciel

Colaboração especial de Tetê Catalão

■ Faculdades, Institutos e Departamentos ■ Núcleos Temáticos ■ Núcleos Culturais
▶ Núcleos Permanentes de Extensão

Nesta edição a revista **Humanidades** abre uma nova seção— **Universidade Brasileira Hoje**. Este espaço se destina especificamente à análise de um projeto universitário brasileiro, a curto, médio e longo prazo, a partir das experiências, perspectivas e realizações das várias universidades brasileiras.

Neste momento em que a crise perpassa praticamente todo o sistema social, e a consciência disso emerge sutil e paulatinamente por toda a parte, em que “transição” e a própria “crise” já quase se tornaram modismos, o que se espera da universidade brasileira? qual é o seu papel? o que fez? qual a sua afinidade com a própria sociedade? qual o seu parentesco com as comunidades mais próximas?

Convidamos, para tanto, as universidades a ocuparem este espaço e a aqui relatarem suas idéias e experiências.



Humanidades
universidade
brasileira
hoje
1

O muito que o Seguro-Desemprego pode melhorar está mais nas mãos de sua empresa do que propriamente nas mãos do Governo. E é fácil entender por quê. O mecanismo de controle do Seguro-Desemprego está ligado ao CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. O CAGED tem uma importância fundamental tanto para a liberação dos benefícios do Seguro como até mesmo para a elaboração, por parte do Governo, das políticas de emprego e salário. Assim, o formulário CAGED, também conhecido como Lei 4923, é da maior relevância.

O GOVERNO PODE MELHORAR AINDA MAIS O SEGURO-DESEMPREGO.

As informações que sua empresa presta no CAGED são checadas e analisadas. Qualquer erro no preenchimento ou qualquer atraso na remessa ocasionam transtornos que só causam prejuízos aos trabalhadores em vias de receber o Seguro. E ainda propiciam o surgimento de dados e informações que não correspondem à realidade do mercado de trabalho.

E NÃO É DIFÍCIL.

Para o Governo melhorar ainda mais o Seguro-Desemprego, sua empresa tem um papel muito importante. O Seguro-Desemprego foi criado pelo Governo José Sarney há menos de 2 anos. E já beneficiou mais de 1,3 milhão de trabalhadores demitidos sem justa causa, com a emissão de mais de 3,8 milhões de cheques. Mas a incidência de erros e até de omissões na remessa do CAGED têm prejudicado o objetivo social do Seguro-Desemprego. E isso não pode acontecer. O Seguro-Desemprego foi uma conquista do trabalhador e, hoje, é um direito que pode e deve ser exercido em toda a sua plenitude. Mas para que isso aconteça, sua empresa precisa colaborar. E no caso do CAGED, convenhamos, não é nada difícil.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Governo José Sarney

**QUEM
TEM
CRISES
NÃO
CRESCER**

Humanidades
a melhor resposta é a que provoca novas dúvidas

a UnB convive com a crise
cresce com a dúvida
aprende com a insegurança
e renasce pelo conflito.



MAESTRI, Mário. Depoimentos de escravos brasileiros. São Paulo. Icone Editora, 1988. 88 p.

A voz do cativo e a história oficial

É sabido que o distanciamento temporal é procedimento válido e salutar quando se pretende abordar determinado fato histórico. Ele confere ao observador ou estudioso melhor perspectiva, a partir da qual o evento focalizado se lhe apresenta em todas as suas nuances.

Esse truismo cobra sentido sobremaneira agora, por ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. Em meio à irrupção de debates, palestras e textos alusivos à data, o historiador gaúcho Mário Maestri muito oportunamente traz a lume seu opúsculo **Depoimentos de escravos brasileiros**, visando contribuir ao enriquecimento do debate sobre a efeméride. Seu contributo, todavia, apresenta singularidades e especificidades que pretendemos abordar.

O historiador parte da premissa segundo a qual as fontes para o estudo da questão escravocrata foram geralmente forjadas por setores sociais interessados na manutenção do status quo, ou seja, elas teriam sido produto de uma "fabricação" adrede, ideologicamente orientada no sentido de camuflar e mistificar certos aspectos da escravidão, ou mesmo "relê-la" pelo prisma da sociedade escravista. Maestri reconhece serem raras as fontes que fornecem, mesmo indiretamente, o depoimento do homem escravizado, e, quando tal ocorre, a voz do cativo chega-nos filtrada pelas instituições escravistas. Os historiadores, após 1888, preocuparam-se muito pouco em registrar a memória dos ex-cativos.

Intencional, esse estratagema objetiva justamente obliterar a realidade factual, abrindo espaço a afirmações sobre a maviosidade do regime escravocrata. Maestri reconhece que o discurso direto do escravo sob a forma de depoimento não está imune aos percalços da visão alienada da ordem escravista.

Eis o cerne de sua proposta: abordar a escravatura não como um "corpus" sobre o qual o estudioso debruça-se para analisar e

extrair ilações, como sói ser o procedimento usual. Há nessa metodologia riscos de interferência, de parcialidade, a subjetividade do estudioso relutando em não se manifestar. Há ainda certo grau de imoralidade, porquanto os vencidos não conferiram procuração aos vencedores para falar em seu nome. Maestri, em seu ensaio, recusa-se a assumir o incômodo papel de "narrador" do enredo escravista, confinando as personagens às coxias. Pretende, ao contrário, abrir espaço para que elas venham à cena e, vis-à-vis com o público, desnudem-se e "representem" seu drama. É a vez e a voz do cativo.

A obra resenhada, contudo, não prescinde de excursos do autor sobre o fenômeno escravista. Encontra-se nela o panorama social da época, no Brasil e noutras regiões do mundo; a reconstituição e os comentários sobre a gênese da escravidão, sua natureza, as condições de vida subumanas dos escravos brasileiros; a repressão, o arbítrio, o suicídio, as insurreições, rebeliões, revoltas, fugas, etc. Retrato completo de uma época.

O autor coligiu os relatos dos ex-cativos Mariano Pereira dos Santos e Maria Benedita da Rocha. Há nesses depoimentos distintivos lingüísticos que cumpre salientar. Os protagonistas jamais utilizam o termo erudito "abolição"; um refere-se à "libertação"; a outra, à "liberdade". Não se trata de mera questão estilística. Os depoimentos sugerem que, se para a historiografia aboliu-se a escravidão, para os escravizados, ao contrário, "gritou-se a libertação" dos cativos, numa alusão à algaravia ocorrida nas fazendas que ainda conservavam escravos.

Semanticamente ricos e exóticos, os depoimentos revelam um léxico arcaico por excelência, que traz à tona referentes já fossilizados. Abundam termos e expressões como *Bacalau*, *garrar o mar*, *coité*, *gamela*, *mucamba*, etc., todos glosados no final de cada depoimento. Os relatos revelam ainda a lógica própria com que os cativos estruturavam o pensamento e encaravam a realidade, uma lógica às vezes claudicante, permeando um linguajar evado de corruptelas, barbarismos, transgressões gramaticais, neologismos: uma autêntica "subversão" lingüística.

É através desse código lin-

güístico transgredido, enriquecido, corrompido, re-feito, alienado e tão exíguo quanto suas perspectivas e horizontes que os ex-cativos resgatam com assombrosa lucidez todo o passado escravista, fazendo emergir uma profusão de detalhes e fatos significativos: o dia-a-dia das fazendas, suas normas, hierarquia, instrumentos de suplícios; a promiscuidade das relações sexuais utilitárias, os hábitos alimentares, o trabalho como fonte de riqueza (para os senhores) e tortura; a indumentária, as condições de habitação, as relações de poder, as práticas religiosas, a exploração do trabalho infantil e inúmeros outros aspectos passíveis de estudos ulteriores. Subjacentes a eles, reminiscências amargas e dolorosas, o medo e o terror que de tal forma se incrustaram em seu subconsciente como se dele fossem parte integrante.

Ao leitor se lhe depara a oportunidade de adentrar o universo escravista pelo testemunho de quem viveu e sobreviveu àquela danação infernal; aos depoentes se lhes deu azo para descrever e acusar, com a força e a autoridade que lhes conferem as marcas das torturas físicas, morais e psicológicas, uma sociedade que não lhes reconhecia o estatuto de humanidade, e, assim fazendo, operar a catarse que a língua proporciona: "...E depois que a Princesa Isabel com Dão Pedrinho teve esta caridade (a decretação da Abolição), então é que eu digo, que agora nós tão na glória..." - Mariano Pereira dos Santos, ex-escravo.

Regular, oportuna, atual, **Depoimentos de escravos brasileiros** é, indubitavelmente, um marco no debate que ora se trava acerca da maior ignomínia que pesa sobre nosso passado histórico.

Jonas Pereira dos Santos
Licenciado em Letras, tradutor

BERTO, Luiz. Nunca houve guerrilha em Palmares. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

Urbanista do imaginário

Cometerei um ato de força, um abuso crítico contra o romance **Nunca Houve Guerrilha em Palmares**, de Luiz Berto: Vou esvaziá-lo de todo conteúdo temático e ficarei só com o esqueleto, o ar-

cabouço formal para ver como se define, como se comporta.

Logo fissa a nossa atenção o seu enquadramento puramente tradicional. O desdobramento da elabulação segue um sistema de coordenadas espaço-temporal que coincide com os dados convencionais da experiência exterior. Há uma ambiência definida com precisão e que se ergue consoante a uma montagem implacável. Isso quer dizer que as personagens interagem num cenário de que o autor implícito possui consumada ciência e intimidade.

O curso da narrativa dimensiona-se pelas marcações cronológicas de começo, meio e fim. O universo vocabular ainda não se apresenta vulnerado pelas fraturas, as descontinuidades que a lava da subjetividade intercala na fita aparentemente unida do fluxo sequencial.

O ponto de vista privilegiado é o da terceira pessoa com o narrador no gozo absoluto da prerrogativa da onisciência. Tudo o que sabemos, portanto, da realidade levantada, filtra-se através do diafragma poroso da experiência do ficcionista.

Espranta a profusão das criaturas em plena desenvoltura pelos domínios da obra. A elas, porém, só temos acesso se iluminarmos a nossa mirada com o auxílio dos potentes refletores manipulados pelo monopolizador de informações.

Bem, indagará já meio impaciente o leitor. É lícita esta operação de esquarterar a peça inteira de um texto ficcional e desfazer-se de seu conteúdo como se fora um acessório descartável?

Claro que não! Por isso disse, de saída, que iria cometer um abuso crítico contra o romance vertente.

É consabido que as duas célebres bandas só artificialmente se podem sujeitar a um descolamento, porquanto se revelam sempre unidas por uma solda inviolável. Na verdade, a prova definitiva que concede foros de soberania a uma criação literária é esta indissolubilidade imanente de sua arquitetura, que possibilita a conversão da forma em conteúdo e do conteúdo em forma. É o corte transversal, a incursão em diagonal que os estratos de um texto ensinam à tratorização crítica.

E, no caso da criação de Luiz Berto ora focalizada, o fato de sua composição mensurar-se por um

módulo tradicional não a infirma como produção estética de primeira água. Mas não nos precipitemos.

Tal só se verifica por obra e graça de um romancista de pulso, dotado de sólidos recursos de afeiçoamento expressivo do mundo ficto.

Desde o início, sente-se nele um cineasta seguro, arguto, atrevido o bastante para deslocar-se no cenário de uma cidade inteira que, interiorana embora, fervilha de humanidade, percorrida de choques de classe, de brutalidade colonialista, de rancor agrário, de lances da impagável comédia do “bicho da terra tam pequeno” e das infracorrentes da solidariedade e das aspirações camponesas.

E que ritmo Luiz Berto imprime à sua empolgante estória! As personagens todas, das mais apagadas às de vivo recorte, pulsam de vida, contagiadas pelo frêmito do relato.

Naturalmente que a mais aliante é a que se nutre dos traços físicos e da saga fabulosa do grande dirigente das massas camponesas do Nordeste: Gregório Bezerra. O herói de “ferro e de flor” ergue-se esculpido em estilo lapidar, pois, não se espante o leitor, estamos em presença de um escritor com estilo.

E óbvio que a um ficcionista jejuno ou a um desses inveterados estoristeiros de “meia-tigela, de “obras completas” enfarpeladas até em edição de papel-bíblia, o tradicionalismo salientado de começo traria como consequência, a esta altura da evolução do gênero, a produção de um romance chinfrim, como diria Mestre Graciliano.

Mas, no que tange a Luiz Berto, estamos a anos-luz de um plúmbeo bisonho. Depara-se-nos um urbanista do imaginário, que levanta as suas construções obedientes a uma engenharia funcional e eficaz. O idioma não lhe opõe segredos e ele se norteia por uma ciência completa dos ambientes em que desenrola suas histórias.

E não escamoteia a sua malícia ao transmutar fatores estruturais em tematizações ilustrativas – aquela reversibilidade de forma e conteúdo há pouco gizada.

Tenho em mente – para só dar um exemplo – as ocasiões em que emenda em sequência temporal ou espacial conteúdos incongruentes, a fim de deflagrar na consciência do leitor o contraste que

risca o divisor de águas entre posições socialmente revolucionárias e a alienação dos gozadores e irresponsáveis. Com a tônica recaíndo, é evidente, na atitude progressista.

É o caso do corte – e, do mesmo passo, da soldagem – entre o debandar da bruta farra pelos boas-vidas e a incursão nervosa, no jipe, de Gregório Bezerra por entre o canavial rumo ao pleno dos camponeses que lhe cumpria dirigir. (Cap. 22, p. 157 seqq.)

Enganar-se-ia quem subestimasse a astúcia de Luiz Berto como romancista. Não cultiva ele um mero naturalismo superado. Joga, ao invés, com certos lances do ficcionalismo moderno que reclamam perspicácia para a sua aquilatação correta.

Na sua intencionalidade ele inocula uma crítica demolidora à falida ordem social brasileira, fazendo do próprio estilo o instrumento maior de sua visão.

**Oswaldino Marques
Professor, ensaísta**

COSTA, Antonio. Compreender o cinema. Rio de Janeiro. Editora Globo, 1987. 271 p.

Clareza para ver o cinema

A verdade é que o cinema intriga. Intriga e atrai. Quase toda geração hoje adulta foi presa fácil da relação de espanto e paixão ante o jogo de luzes e sombras chamado cinema. Meio moderno por excelência, o cinema é indústria e arte. Desde o início deste século, sendo muitas coisas ao mesmo tempo, ele tem impregnado o imaginário universal, fazendo-se parte integrante da cultura de nossa época.

Constituindo-se uma linguagem a um só tempo simples e complexa, foi fundando – filme a filme – escolas e estilos (como *nouvelle vague*, na França; vanguarda russa; expressionismo alemão; neo-realismo italiano; cinema novo, no Brasil e na Alemanha; *underground*, na América), confirmando assim a categoria de arte que lhe fora conferida, desde os anos 30, por Arnheim.

É difícil falar-se hoje em grandes nomes da estética e da criação modernas sem levar em conta Chaplin, Fellini, Godard, Eisenstein, Buñuel, Glauber e outros,

que, através do cinema, desvendaram em surpreendentes imagens a condição humana.

A busca da beleza, o questionamento dos conflitos e a criação dos mitos findaram por construir uma nova maneira de ver o mundo. A lâmina que corta o olho, num dos primeiros planos de *O Cão Andaluz*, de Buñuel, diz mais sobre o que queremos dizer do que milhares de ensaios escritos sobre o tema.

Com o aparecimento da televisão, o cinema não mais reinará único na modernidade. Aparentemente, definha. Mas não morre. Transfigura-se, transforma-se, reinventa-se. E, soberano, aflora em novo e universal espanto. No entanto, ambígua é a relação cinema-tv: se, por um lado, salas de exibição cinematográficas são fechadas em função principalmente das comodidades que a televisão oferece aos espectadores; por outro lado, a televisão vem se transformando em um imenso clube de massas, resgatando para as novas gerações o prazer dos clássicos.

Um parêntese. No Brasil, ultimamente, esta difícil relação cinema-tv vem adquirindo uma inusitada nuance: o recrudescimento da censura. Em recente artigo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o crítico Sérgio Augusto denunciava uma série de cortes que estão sendo feitos numa infinidade de filmes apresentados na televisão. Para se ter uma pálida idéia, só em *A Marca da Pantera*, de Paul Schrader, foram efetuados seis cortes em uma única exibição.

O declínio de público do cinema, no Brasil, coincide com o declínio de publicações sobre cinema. É interessante destacar ainda, no caso das publicações, que elas se dirigem geralmente a uma das muitas coisas que o cinema pode ser. Ou são estudos de linguagem cinematográfica ou são história do cinema. Ou, ainda, manuais técnicos.

Além do mais, tais livros quase sempre são escritos numa linguagem para iniciados. Raros são os que permitem uma leitura menos aflitiva aos interessados iniciantes.

Exatamente aqui começa a residir, no nosso entender, uma das primeiras vantagens de *Compreender o Cinema*, de Antonio Costa: há simplicidade e clareza na exposição.

Vindo de Griffith, Méliès & pio-

neiros; passando por Hawks, Szabò, Resnais, Pasolini; até chegar aos anos 80, Costa explica o nascimento da linguagem, a formação dos gêneros, o advento do som, a importância da imagem, a “política dos autores”, a fabricação dos mitos e estrelas. Tece ainda uma série de considerações acerca das relações cinema-tv; o surgimento da imagem eletrônica; e a possível integração das duas tecnologias e consequentes transformações na linguagem.

O fato de Antonio Costa ser professor de História do Cinema na Universidade de Bolonha certamente explica o rigor de uma didática moderna que permeia todo o livro, mostrando a técnica, a história e a linguagem como um todo coerente, buscando estabelecer suas relações dialéticas.

Há um porém. Este livro foi escrito na Itália, visando o leitor italiano, deixando em nós a constatação de que falta uma abordagem do cinema brasileiro. É exatamente por esta razão que Inácio Araújo no seu prefácio para a edição brasileira, procura contextualizar o assunto. E há também, por parte dos editores, o fornecimento de uma bibliografia brasileira ao final do volume.

Apesar disso, *Compreender o Cinema*, que faz parte de uma coleção dirigida por Umberto Eco, é uma publicação oportuna e recomendável para estudantes, professores e interessados.

**Cilmério Ferreira
Professor do Dept. de
Comunicação da UnB**

URÂN, Ana Maria Bidegain de. Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

Nacionalismo: uma interpretação

Licenciada e doutorada em Ciências Históricas pela Universidade de Louvain, a professora Ana Maria Bidegain de Urân é titular de História da América Latina da Universidade Nacional de Bogotá, e vem de ter o seu trabalho *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina* traduzido para a nossa língua. É sempre grato verificar quanto cresce o interesse de estudiosos estrangeiros em relação ao Brasil e a muitos

dos seus problemas. A bibliografia dos conhecidos *brazilianists* já é considerável. Vem a propósito mencionar que, entre os trabalhos produzidos por eles, há alguns de importância indiscutível, indispensáveis às vezes ao conhecimento de nosso país, embora o grosso dessa produção mantenha um nível científico insuficiente. Não por desconhecimento dos dados, mas e principalmente pela ausência de método histórico. Na maior parte dos casos, os autores desses trabalhos se esquecem de que a História é muito mais do que o arrolamento dos fatos. Refletem, na verdade, o nível em que o ensino da História é mantido em seus países de origem.

No trabalho da professora Ana Maria Bidegain de Urán há que observar, desde logo, a preocupação de apreciar a América Latina como um conjunto dotado de dados comuns, que devem ser analisados por isso mesmo também em conjunto, verificando-se os laços que os associam e os aspectos peculiares dos processos em cada um dos países latino-americanos. No passado, como é sabido, só Southey assim entendeu o processo histórico, aspecto que passou despercebido ainda a um mestre da qualidade de Handelman. A autora compreendeu que determinados processos foram comuns aos países latino-americanos, como, por exemplo, o da autonomia, em que a presença da Grã-Bretanha verificou-se em cada caso, indicando o traço geral; ou a crise de 1929-1933, com os abalos políticos e a instauração de ditaduras, alastrados a todo o continente; ou, presentemente, a presença e a influência do imperialismo norte-americano, afetando a totalidade dos países americanos de origem ibérica. Para apreciar com objetividade este último caso – o do intervencionismo ianque –, a autora estuda o fenômeno do nacionalismo e do militarismo em três episódios, o argentino, o brasileiro e o centro-americano. Parte do método histórico para o método lógico e procede ao levantamento no tempo dos antecedentes do que vem acontecendo nessas três faixas do continente. Para isso, vale-se de autores de cada um dos países estudados, particularmente. Não estamos em condições de discutir a interpretação da autora para o caso argentino, em que ressalta a função do problema das Malvi-

nas, nem do problema centro-americano. Falta-nos a base informativa para tanto. Cabe-nos, assim, dizer alguma coisa, embora sucintamente, sobre a parte de seu trabalho que trata do Brasil.

Nacionalismo e militarismo estão presentes, sem a menor dúvida, em todos os países do continente, com traços particulares em cada caso: há que saber passar, portanto, do geral ao particular, o que a autora faz com grande desembaraço. Sua reconstituição histórica dos antecedentes nacionais é interessante. Alguns pontos que ela põe em evidência comprovam a agudeza de sua observação. Assim, quando menciona que a transformação operada no Brasil no século XX consistiu, para o proletariado, numa "ampla legislação social que os beneficiou, mas sem lhes pagar o nível real dos salários", e nisso residiu o desenvolvimento industrial entre nós. Concordamos com ela quando, adiante, lembra que os tecnocratas ligados ao imperialismo – categoria que ela não emprega – defenderam sempre aqui, particularmente nos últimos lustros, a introdução de capitais estrangeiros como recurso supremo para o desenvolvimento, ou aquilo que recebeu esse nome. É preciso concordar com ela, finalmente, quando denuncia como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o famigerado TIAR, comprometeu toda a América Latina na guerra fria e como, "a partir de então, as Forças Armadas de todos os países latino-americanos receberam formação militar e ideológica do Exército dos Estados Unidos". A reconstituição dos traços essenciais do período Vargas, que a autora realiza para chegar à análise do que acontece em nossos dias, é das partes melhores de seu trabalho. Ela compreende o desastre que foi o período do governo Dutra e como a luta de Vargas representava o extraordinário esforço da burguesia brasileira para ocupar espaço e defender seus interesses, e como Vargas soube definir e marcar os passos que tal burguesia deveria dar para isso. Ela define com grande lucidez, ainda, a essência do governo Kubitschek, com a sua deliberada opção pela entrada massiva de capitais estrangeiros, base de partida para a desastrosa política econômica que, em sua fase agônica, leva ao "milagre brasileiro", isto é, ao maior endividamento

externo e interno, ao maior desemprego e à maior taxa de inflação, deixando-nos a amarga herança com que estamos nos defrontando. Essas raízes levariam, como a autora assinala, a uma luta entre o nacionalismo e a submissão ao imperialismo, luta na qual se inseriu o problema militar, como todos sabemos porque o sofremos e continuamos a sofrer as suas terríveis conseqüências. É saudável ver como uma autoridade estrangeira conhece e analisa o nosso processo histórico, definindo-lhe as linhas essenciais. Com a compreensão de que o problema fundamental é o mesmo em toda a América Latina.

Nelson Werneck Sodré
Ensaísta, historiador

BROWN, Judith C. *Atos impuros*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 228p.

O pecado que não pode ser nomeado

Liberadas, buscando a independência financeira e a resolução de seus próprios destinos, as mulheres chegam ao fim da década de 80 perseguidas por um preconceito que não tem idade para se situar dentro da própria História: o homossexualismo feminino. Ainda hoje, é mais fácil para a sociedade aceitar as relações homem/homem, do que mulher/mulher.

Se em pleno despotar do século XXI ainda é difícil assumir posições claras a respeito, vivê-las no começo do século XVII, em plena Renascença, era praticamente impossível. Mulheres morreram queimadas, foram banidas do convívio social, perseguidas e estigmatizadas por uma sociedade – cheia de preconceitos e medos – na qual a descoberta de que podia existir atração entre o sexo feminino surgiu como um raio destruidor. Principalmente os representantes da Igreja se mobilizaram a escrever tratados sobre o assunto, visto então como "o pecado que não pode ser nomeado."

Judith Brown, professora adjunta de História na Universidade de Stanford, pesquisava a história econômica das comunidades florentinas durante o governo de Cosimo I, quando descobriu, por acaso, documentos no Arquivo do Estado de Florença, Itália. Folheando-os, deparou-se com uma

minuciosa investigação eclesiástica a respeito de Benedetta Carlini, abadessa do Convento da Mãe de Deus, suas visões e proclamações místicas e uma detalhada descrição de suas relações sexuais com outra freira.

Buscando reconstituir a vida de Benedetta, Judith Brown acabou por compor em *Atos Impuros* um retrato perfeito do que era a vida das mulheres há mais de três séculos. Limitadas pela própria ignorância – imposta pelos costumes e os preconceitos de toda uma sociedade onde apenas os homens mandavam e se impunham pela força, ser mulher era apenas um pouco mais do que ser uma escrava ou um animal. O destino estava marcado antes mesmo de nascerem: casar, geralmente com um homem não escolhido por elas, ou tornar-se freira.

Levada ainda menina para o convento, Benedetta quase cumpriu seu triste destino. Mas era uma mulher cheia de vida, e precisava canalizar a energia que transbordava de seu corpo.

Aos 23 anos, começa a ter visões místicas e eróticas, e a sentir dores inexplicáveis. Uma jovem freira, Bartolomea Crivelli passa a cuidar dela e a dormir em seu quarto. Benedetta continua a proclamar as visões sobrenaturais com um anjo, e finalmente com Cristo, que a escolhera para noiva e chegara mesmo a trocar de coração com ela.

Desconfiadas, as autoridades eclesiásticas começaram a investigar a vida de Benedetta, acabando por descobrir sua ligação com Bartolomea. Julgada e condenada, a abadessa torna-se prisioneira no Convento da Mãe de Deus. O que lhe acontece depois é tão comovente e dramático quanto sua própria vida.

E mais: a onda de preconceitos surgida com a descoberta de seu relacionamento homossexual veio comprovar o quanto as mulheres eram tolhidas em seus desejos e ambições, e na realização de suas vidas. Judith Brown buscou mostrar, através de uma narrativa envolvente e detalhada, a vida de Benedetta Carlini, pedindo ao leitor que procure entender o que se passou com a jovem freira, mas que não a julgue. Porque qualquer tipo de julgamento esbarra, sem dúvida, no preconceito que, ainda hoje, censura as mulheres que escolhem viver o amor apenas entre si mesmas.

Maria Teresa Cunha
Jornalista

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho,
Construtores de Brasília (Estudo
de operários e sua participação
política). Petrópolis. Vozes, 1983.

Cotidiano da resistência

Construtores de Brasília não é apenas mais uma das discussões a respeito da consciência de classe que cai na armadilha da distinção entre "falsa" e "verdadeira consciência".

Embora parta desse princípio, e, portanto, de uma postura teórica limitadora, que por definir aprioristicamente aquilo que é esperado do comportamento político da classe operária encontra dificuldades para captar o seu "comportamento não simplesmente 'imprevisível' mas criador",¹ o livro não se limita a esta discussão. Propondo-se a estudar dois momentos da "falsa consciência" (o momento da formação do contingente operário brasileiro, no período 1960-1964 e o momento da pesquisa, no ano de 1978), a autora avança em relação à própria base teórica em que se apóia nos dois momentos da análise.

Já ao tratar do período 1960-1964, Nair de Sousa nos apresenta um quadro interessante da relação do movimento dos trabalhadores da construção civil com o conjunto do movimento sindical e com a evolução da conjuntura política e econômica do país.

É, no entanto, no tratamento do segundo momento que a autora consegue avançar mais, desenvolvendo uma análise extremamente rica do cotidiano desses trabalhadores. Apresentando um minucioso e perspicaz desvendamento das características do processo de trabalho no setor, Nair de Sousa aprofunda a discussão a partir de um conjunto bastante rico de entrevistas efetuadas com 35 operários, entre profissionais e serventes. Baseando-se na informação dos próprios trabalhadores, a autora vai elucidando as condições de vida (moradia, alimentação, transporte) e de trabalho (processo de trabalho, segurança, saúde, salário e jornada de trabalho), trazendo à tona as formas de dominação características do processo de trabalho na

construção civil.

Convém destacar também nesse tópico a interessante análise do processo de constituição da identidade dos trabalhadores. Chamando atenção para as formas utilizadas pelo patronato no sentido de depreciar o trabalho dos serventes (através do uso, por exemplo, do termo peão como forma de designá-los), assim como para o "orgulho" dos profissionais pela "arte" ou habilidade que dominam, a autora dá conta, através de uma transcrição cuidadosa das entrevistas, da consciência dos trabalhadores no sentido de que "é o trabalho produtivo dos operários que garante o produto final",² de que os engenheiros e encarregados "ganham nas costas dos operários",³ bem como de que é do ritmo dos profissionais que depende a velocidade do trabalho, o que lhes garante inclusive certo controle sobre o processo de trabalho, assegurando-lhes uma relativa margem de barganha com relação aos encarregados.

E se o trabalho avança pouco na discussão a respeito da questão da consciência por se encontrar preso aos paradigmas do que seria a "verdadeira consciência de classe", ele mesmo aponta para a saída deste falso problema ao elucidar as estratégias de resistência individuais e coletivas que, por mais limitadas e difíceis que sejam, fazem parte do cotidiano desses operários na sua constante tentativa de contra-restar os efeitos da dominação a que estão submetidos.

1. CASTORIADIS, Cornelius, A instituição imaginária da sociedade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 58.

2. SOUSA, Nair H. B., Construtores de Brasília (Estudo de Operários e sua Participação Política), Petrópolis, Vozes, 1983, p. 131.

3. Idem, p. 131.

Nota do Editor - Este livro pode ser adquirido na Casa do Livro, em Brasília, ou pedido por reembolso para caixa postal 13.1957, CEP 70259, em Brasília.

Márcia de Paula Leite
Professora de Sociologia na
PUC/SP

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

Dura vida na periferia

A Coleção Espaços (dirigida por Maria Adélia de Souza e Mil-

ton Santos) abriga mais uma obra de grande importância para a compreensão do próprio objeto que lhe empresta o nome. Em *O Espaço do Cidadão*, Milton Santos aprofunda questões já afloradas em outros ensaios como, por exemplo, em "Circuitos espaciais da produção: um comentário", capítulo da coletânea *A Construção do Espaço*, da mesma editora e Coleção, lançada em 1986 - bem assim como pontos da vasta obra produzida por Milton Santos nos últimos anos, tanto em sua fase peregrina, quanto em sua volta ao país, integrado às universidades brasileiras.

O *Espaço do Cidadão* reúne quatorze capítulos com subunidades muito coesas quanto ao seu conteúdo. De fácil leitura, os capítulos foram enriquecidos com farta referência bibliográfica, tanto de autores nacionais quanto estrangeiros (estes em maioria, em razão das fortes ligações acadêmicas e intelectuais do autor com os principais centros geradores e difusores do pensamento geográfico, econômico e filosófico a respeito da temática em pauta). São ensaios amadurecidos em seu periplo pela Europa, África, América do Norte e do Sul, como docente e como pesquisador, por quase duas décadas. O trabalho, em seu conjunto, é rico justamente porque o autor compara o "ser" cidadão em diferentes contextos, sobretudo com farta referência ao caso brasileiro (interpretado à luz e com os ensinamentos da história política e econômica recente). Exatamente pela sua atualidade e abrangência, a obra como um todo possui, entre muitas outras propriedades, a de permitir diversas leituras (na dependência da formação intelectual do leitor, ou de sua sensibilidade e/ou interesse, e, mesmo, "visão de mundo"). Resalte-se, todavia, o grande mérito de a obra ser extremamente instigante, pondo para refletir, inovando, na medida em que é verdadeira sementeira pelo foco e reflexões postos sobre a dura realidade, por exemplo, dos habitantes periféricos das grandes cidades; periferias estas que se constituem em "espaço sem cidadãos" (p. 43), ou "cidadãos imperfeitos" (p. 33), desenraizados e desculturalizados (p. 62), produzidos pelo "veneno do consumismo" que destrói a cidadania (p. 125).

A linguagem do autor é direta, objetiva e elegante, sem utilizar o

"jargão economês", mas salpicada de fina ironia, que é fator atrativo para continuar a leitura sem interrupções. Por seu estilo intelectual (e pessoal), o autor é crítico, demolidor de certos mitos, como aquele que fala do voto de "cabresto" apenas quando se trata de votantes nordestinos ou nordestinos, sendo os votantes do Sul e do Sudeste infensos ao voto clientelista (p. 71).

O grande eixo da obra é a procura de mecanismos que ampliem a liberdade, que desemboca em maior conquista em direção à cidadania. Na obra há entrecortes de tópicos condizentes com a ampliação do espaço para o cidadão, que é a grande meta. Isto dá muita coesão a todo o discurso, dando lógica e tornando prática a execução de esforços rumo à cidadania (para todos). Um belo exemplo está na p. 7, quando o autor pergunta: "Há cidadãos neste país?", para, em sequência, continuar perguntando: "Países com tradição de cidadania e outros não?".

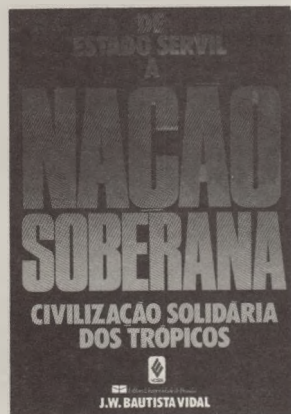
Com metodologia dialética, utiliza pares que denunciam conflitos e contradições (pela via da prática econômica e política, se revela no espaço geográfico): dominador versus dominado, cidadão completo versus incompleto, (ou não-cidadão), consumo de massa versus alienação, informação versus alienação, ou mídia versus desinformação, cidadania versus apartheid, enriquecimento versus seletividade espacial, etc. Este jogo dialético é posto debaixo dos refletores que agora "iluminam" a Constituinte brasileira, submetida às forças que envolvem organizações múltiplas e o próprio Poder sob pressão dos eleitos e dos eleitores, quando a representatividade "enviesada" é questionada, quando o "esbulho e atos de força" distorcem a vontade popular (p. 69), quando o clientelismo e o populismo suprimem vontades, sendo "elementos da não-cidadania" (p. 73).

Pelo seu caráter multifacetado o assunto tratado por Milton Santos interessa a um vasto leque de leitores.

Aldo Paviani
Departamento de Geografia da
UnB

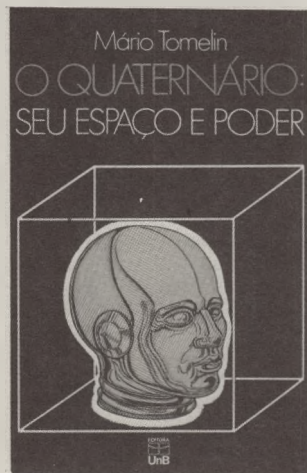
Editor: Lourenço Cazarré

O CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS



**AMÉRICA LATINA:
HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO**
Pablo G. Casanova (org.)

América Latina: História de Meio Século, em seu primeiro volume, traz um levantamento preciso e minucioso das transformações da política e da economia no Cone Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no período que vai de 1925 a 1975. Em todos estes países, com pequenas variações, repetiu-se o mesmo esquema de dominação: de início a presença marcante do capitalismo inglês aliado às oligarquias latifundiárias; e após a primeira guerra mundial surge com maior força o capitalismo norte-americano. Assim, entre 1954 e 1976, os cinco países foram submetidos a ditaduras militares inspiradas pela ideologia de "segurança nacional". 301 páginas.



**DE ESTADO SERVIL
A NAÇÃO SOBERANA**
J. W. Bautista Vidal

Análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro e seus principais efeitos, especialmente os que se mostraram de natureza perversa para a nação. O autor se debruça sobre a crise brasileira, busca suas causas primeiras e põe em discussão as possíveis saídas. Bautista Vidal acredita que só a união da sociedade, esclarecida pelo debate, poderá apontar os caminhos para a obtenção de um modelo de desenvolvimento que seja independente e nacional. 319 páginas. Código 10208.



**O QUATERNÁRIO:
SEU ESPAÇO E PODER**
Mário Tomelin

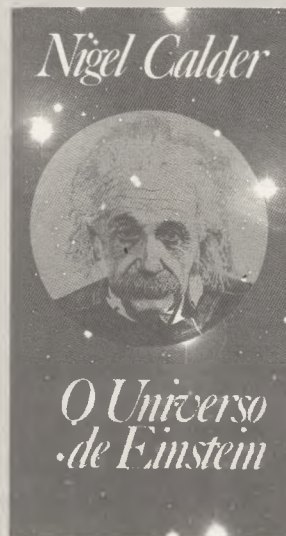
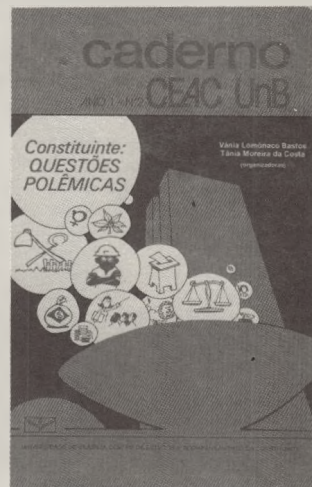
O Quaternário: seu espaço e poder, de Mário Tomelin, é um livro pioneiro no Brasil por abordar de maneira sistemática o estudo da ciência e da tecnologia como componentes indispensáveis no jogo do poder em nossos dias. Professor da Universidade de Brasília, Mário Tomelin mostra de que maneira se posicionam os países hoje em relação a este novo estágio da economia. Por que há nações que produzem muito embora seus cidadãos tenham de trabalhar menor enquanto outras produzem pouco embora seus habitantes tenham de trabalhar em excesso? Qual o papel da ciência e da tecnologia na divisão do poder a nível mundial? As respostas para estas e outras perguntas estão em **O Quaternário: seu espaço e poder**.

receba em casa os lançamentos da Editora UnB

**CONSTITUINTE: QUESTÕES
POLÊMICAS**

Vânia Bastos e Tânia Costa
(org.)

Para documentar, etapa a etapa, a elaboração da nova Constituição, a Universidade de Brasília constituiu o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) que está publicando agora seu segundo livro: **Constituinte: Questões Polêmicas**, que mostra a discussão dos temas mais disputados no âmbito da Comissão de Sistematização. Este livro é composto por dezesseis ensaios sobre os assuntos mais candentes nesta segunda etapa de elaboração da nova carta, como Educação, Sindicalismo, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Tributação. 116 páginas.



O UNIVERSO DE EINSTEIN
Nigel Calder

A partir de uma série de programas de televisão, preparados pela BBC para a comemoração dos cem anos de nascimento de Einstein, em 1979, foi escrito **O Universo de Einstein**, obra que tem como objetivo tornar acessíveis aos leigos as principais idéias sobre a teoria da relatividade. Invenções recentes têm respaldado afirmações teóricas do maior físico deste século: relógios atômicos provam que o tempo varia com taxas diferentes em lugares diferentes e os pulsos de raios que se originam no espaço longínquo confirmam suas teses sobre a velocidade da luz. 174 páginas.

Humanidades

Guia para os autores, ilustradores e assinantes

Aos autores

1. Os originais devem ser enviados em três vias ao Editor-chefe:

Silvia Távora

Editora Universidade de Brasília

Revista HUMANIDADES – Campus Uni-

versitário – Caixa Postal 153001

70.910 – Brasília – DF – Brasil

2. Os artigos enviados poder-se-ão destinar às várias seções da revista, abrangendo qualquer área de conhecimento humano.

- Ensaios
- Análises e diagnósticos sociais, políticos, econômicos
- Estudos de caso
- Relatos de experiências
- Reportagens
- Crônicas
- Entrevistas
- Perfil de pensadores
- Criação literária, contos, poesias, fragmentos de romance
- Artigos científicos
- Resenhas críticas de publicações

3. Os artigos devem ser, preferencialmente, inéditos. Poderão sofrer revisão por parte da Edição e, se necessário, serão enviados de volta ao autor com as sugestões de mudanças ou solicitação de maiores informações. Nenhuma modificação de estrutura ou conteúdo será feita sem o prévio consentimento do autor.

4. Os trabalhos publicados na revista só poderão ser reproduzidos com a autorização expressa da Edição da revista. As idéias neles contidas são de absoluta responsabilidade de seus autores.

5. Apresentação dos originais:

- a) Os artigos devem ser datilografados em laudas de 30 linhas, de 72 toques, não devem ultrapassar 25 laudas.
- b) Devem conter, além do texto propriamente dito:
 - Uma abertura (**lead**), datilografada em lauda separada, abordando as principais idéias (idéia) do artigo. Esta abertura se destina a motivar o interesse do leitor pelo tema.
 - Notas e referências bibliográficas. Nos dois casos devem ser relacionadas no final dos originais e apresentadas de forma padronizada.
 - Resumos em português, inglês e espanhol.
 - Ilustrações, fotos, gráficos e tabelas, se for o caso.

- Um breve currículo do autor de no máximo 5 linhas.

6. Resenhas críticas

As resenhas críticas a livros, periódicos, artigos de periódicos ou teses devem conter as informações bibliográficas da publicação em pauta (nome, título, editor, ano da publicação, tradutor e título original se for o caso) e não devem ultrapassar as 70 linhas. Elas são

assinadas e devem trazer alguma informação sobre o autor da resenha.

7. Sugestões aos editores

Esta seção, também de resenhas críticas, se destina a sugerir títulos estrangeiros para publicação em português aos editores em geral.

Aos ilustradores

Além de encomendar a artistas gráficos e plásticos ilustrações específicas para os artigos publicados, a revista ***Humanidades*** aceita trabalhos inéditos de ilustração, relacionados a algum texto ou auto-suficientes, no caso de **charges**, por exemplo. Elas devem atender às proporções da revista:

Verticais – 9,0 x 23,0 cm

Horizontais – 11,5 x 19,0 cm

Página inteira – 23,0 x 19,0 cm

Os ilustradores devem enviar um breve currículo pessoal (cerca de 5 linhas) junto com as ilustrações.

Aos assinantes

Humanidades é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Você pode adquirir *Humanidades* em bancas e livrarias ou fazer a sua assinatura anual (quatro números) utilizando o cupom abaixo. O preço do exemplar avulso é de Cz\$ 300,00 e o da assinatura Cz\$ 1.100,00 (Cz\$ 900,00 para os estudantes que anexarem fotocópia de comprovante de matrícula). *Estes preços são válidos até 31 de julho de 1988.*

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

Humanidades

[illegible]

Sim, desejo assinar *Humanidades* nas condições oferecidas.

ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE

FORMA DE PAGAMENTO ☐ VALE POSTAL
(ANEXO)

CARTÃO DE CRÉDITO

☐ CHEQUE NOMINAL À
EDITORA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (ANEXO)

RENOVAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃOQUANTIDADE DE ASSINATURAS R\$,00 CADA

CARTÃO DE CRÉDITO NOME DO CARTÃO – Nº	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

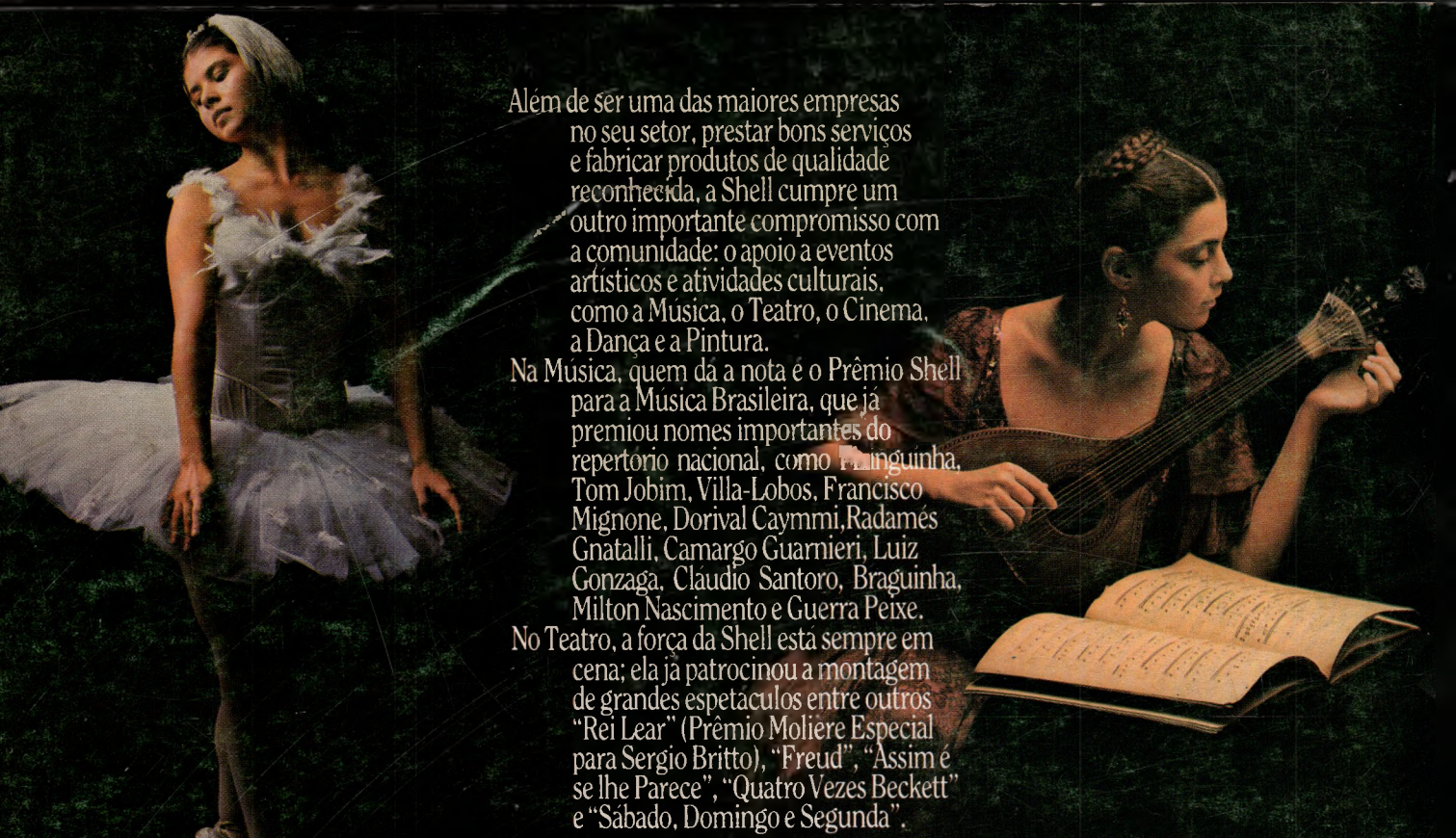
SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 - 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ - Telefone: (021) 27514022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmares, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia - Centro - Maceió - Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 - 7º and. salas 71/72 Centro - Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 - 7º and. salas 706/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes - Bairro da Sé - Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro - Fortaleza Tel.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União - 10º and. Brasília-DF Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 - 1º and. Centro - Vitória - Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 - 11º and. - salas 1113/1115 Ed. Parthenon Centro - Goiânia - Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 - 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro - São Luís - Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro - Cuiabá - Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande - Tel.: (087) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 - 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro - Belo Horizonte - Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Sarzedelo Corrêa, 160 Centro - Belém - Tel.: (091) 224-1893
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro - João Pessoa - Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 - 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro - Curitiba - Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 - 5º and. Sales 501/510 S^{to} Antônio - Recife - Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 1294 - 2º and. salas 204 Centro - Teresina - Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 - salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu - Centro - Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andrades, 995 - 6º and. salas 601 e 602 Centro - Porto Alegre - Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 - 4º and. Centro - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 - 5º e 6º andares Cerqueira César - São Paulo - Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osamar Cunha, 15 - 4º and. - Bloco C conjuntos 401 e 402 - Florianópolis - Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 - salas 321 e 332 Edifício Ovídio Teixeira - Centro - Aracaju - Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sérgio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.



No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

